

MARIA DO SOCORRO RANGEL

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

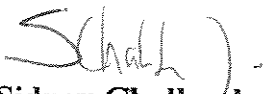
MEDO DA MORTE; ESPERANÇA DE VIDA.

A história das ligas Camponesas na Paraíba

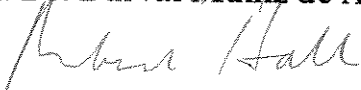
Dissertação de Mestrado apresentada
ao Departamento de História do
Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual
de Campinas sob a orientação do
Prof. Dr. Sidney Chalhoub

Este exemplar corresponde à
redação final da Dissertação
defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em
24 /08 /2000

BANCA


Prof. Dr. Sidney Chalhoub (orientador)


Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior


Prof. Dr. Michael McDonald Hall


Prof. Dr. Marco Aurélio Garcia – (Convidado Especial)

AGOSTO/2000

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

2005.02.23.96

UNIDADE CC
N.º CHAMADA:
TIUNICAMP
R163m
V. _____ Ex. _____
TOMBO BC/ 43860
PROC. 16-392102
C ☐ D ☒
PREC. R\$ 00,00
DATA 22/02/02
N.º CPD _____

CM-00154428-2

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

Rangel, Maria do Socorro

R163m Medo da morte e esperança de vida: uma história das ligas camponesas. - - Campinas, SP: [s.n.], 2000.

Orientador: Sidney Chalhoub.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Movimentos Sociais - Aspectos políticos - Brasil. 2. Reforma agrária. 3. Trabalhadores rurais - Brasil. I. Chalhoub, Sidney, 1957 - II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Dedico este trabalho,

à Elizabeth Lobo e Maria da Penha Silva, ouvintes entusiastas das minhas histórias sobre as Ligas e, que por caminhos diferentes se tornaram referências importantes nesse trabalho. Beth, a professora dedicada, que sempre se preocupou em me “presentear”, com convidados especiais, nas disciplinas das áreas de Movimentos Sociais, onde eu era a única a trabalhar com camponeses. Penha, que me abriu os caminhos da pesquisa, com a autoridade de líder respeitada e amada, e que se fez amiga nas nossas viagens de pesquisa, nos encontros, nos seminários, nas conversas durante as madrugadas. Como seria bom que vocês estivessem aqui !

à minha família, minha mais profunda e mais bonita experiência de amor.

ao meu orientador Sidney Chalhoub, com a enorme pretensão de que esse texto possa ser uma forma de dizer , obrigada !

Agradecimentos

A história desse trabalho se confunde com a história da minha vida, afinal são longos anos de investimentos que agora, com esse texto, começam a se materializar. Os agradecimentos deveriam, portanto, ser longos para atingir todas as pessoas que de alguma forma me ajudaram a atravessar esse “Sertão Veredas”, e mesmo assim, eles não atingiriam à todos, pois o sertão é realmente grande e seus caminhos, sinuosos. Ao percorrê-los, encontrei tantas vidas e tantas mortes que é impossível registrar todos esses encontros. Peço então desculpas antecipadas pelas inevitáveis ausências de alguns nomes, mas os que estavam nesse sertão que atravessei sabem que suas marcas são indelévels e espero que possam reconhecê-las nesse texto.

No início da travessia, Roberto e Regina Novaes que me convidaram à participar de uma pesquisa sobre as condições de vida dos trabalhadores rurais na Paraíba, onde pela primeira vez ouvi falar das Ligas Camponesas. Na origem também, Durval Muniz Albuquerque, que aceitou orientar a monografia, primeiro exercício que escrevi sobre essa história. Mas Durval não ficou no início, ele acompanhou essa trajetória inteira, às vezes muito de perto, nos últimos anos de longe mas, eu sempre soube que, se fosse preciso, atravessaria todas as veredas necessárias para me encontrar. O começo da viagem foi marcado pela presença de dois parceiros: Fábio Gutemberg e Roberval Veras. Do segundo, o sertão me separou, mas ele sabe que suas marcas continuam no meu coração e visivelmente nesse texto através de vários documentos com os quais ele generosamente me presenteou. Quanto a Fábio, ele continua por perto, e isso sempre é muito bom, mesmo quando estamos “arengando”

Jaime Rodrigues Conceição e Alexandre Fortes cruzaram comigo quando essa travessia me trouxe à Campinas e suas presenças foram inesquecíveis, assim como a de Rosália Ribeiro, Melania Danda e Isa Paula, a quem eu devo a cura de muitas feridas dessa travessia, e a quem eu devo também o abrigo sempre generoso.

Os amigos do Instituto Cajamar se tornaram parte dessa travessia, pois, mesmo quando eu voltei para o Nordeste, eles estavam comigo. Pareka, Cássia, Vagner e Wagner, Jupira, Valter Luiz e “seu” Roberto, em especial, ajudaram cada um à sua maneira, na confecção desse texto. Marcus Vinícius, Socorro Veras e Suzana, também interferiram nesse texto com seu apoio durante a pesquisa. E ao longo do tempo muitos ajudaram muito de perto a dividir as alegrias e dores... A essa longa travessia, muitos outros se incorporaram. Alguns viveram muito de perto as dores e as alegrias dessa caminhada: Marco Aurélio, Rodrigo e Viviane Ceballos, Carla Dantas, Auricélia Lopes, Socorro Cipriano, Elisa Mariana e Greydmar.

A Viviane, Elisa e Greydmar, agradeço em especial à digitação das várias versões desse texto. Nos dias longos e nas noites frias desse sertão, sua ajuda preciosa e solidária não tem preço, mas eles sabem que eu estarei sempre disposta a atravessar sertões e mares para estar perto deles.

Auricélia e Elisa – essas meninas adoráveis – se fizeram minhas meninas nessa jornada, mas logo cresceram tanto que se tornaram parceiras. Suas presenças nesse texto é intensiva e extensiva, como Auricélia diria.

Silvia Cristina, é companheira recente, mas eu espero que tenhamos ainda muitos sertões a atravessar.

A Marco Aurélio e ao Michael Hall, agradeço as sugestões na banca de qualificação, elas iluminaram esse texto. Ao Sidney Chaloub, agradeço as leituras cuidadosas e às lições que encontrei nos seus textos, onde sempre procurei e sempre encontrei a generosidade e a sensibilidade que eu experimentei durante todo o período da orientação mesmo quando eu estava embrenhada em meu sertão.

Agradeço ao CNPq pela bolsa concedida durante os dois primeiros anos do mestrado.

Finalmente, agradeço àqueles que me fizeram forte para enfrentar essa travessia e que me apoiaram incondicionalmente sem perder a esperança, nas muitas vezes que eu fracassei. Minhas irmãs Stella, Márcia e Bernardete, anjos de verdade com seu amor sem limites e uma generosidade que atravessa todos nós, ao meu irmão José Rangel, pela alegria e pelo apoio de sempre, e a Sebastião, pelas brincadeiras e pelo companheirismo, a minha mãe Euzir, colo quente e cabeça sabidíssima que me ensinou o sentido da coragem e ao meu irmão Marcílio, chão e céu desse meu sertão, desse nosso sertão. E finalmente, ao meu pai, que me ensinou com uma generosidade sem limites o exercício da compaixão.

Socorro Rangel

Campinas, julho de 2000

ÍNDICE

<i>UMA HISTÓRIA DESSA HISTÓRIA</i>	I
<i>TERRITÓRIO DE DESEJOS</i>	01
1 – UMA REGIÃO TRÁGICA E SUAS ZONAS DE PERIGO	01
Bispos, Industriais e Comunistas	12
Uma pausa necessária	23
Os nacionalistas e a questão agrária	27
2 – UM MOMENTOSO PROBLEMA	38
Uma operação de longo alcance	47
Um projeto contagioso, mas nem tanto ...	58
Uma reforma exemplar	63
Uma aliança tática	76
Uma urgência urgente	83
3 – PEDAGOGIAS REVOLUCIONÁRIAS	89
Estreitas margens : os limites e as possibilidades da atuação dos comunistas brasileiros na questão agrária	112
Um Cortejo Fúnebre	117
Uma pedagogia de alianças	122
Uma vitória sem precedentes	127
Reformas para a Revolução	132
Uma notícia intrigante	139
Um amor iluminado	143
Ampliando as alianças	161
Novos Rumos	163
Vozes dissonantes	181
O lugar do outro	201

<i>TERRITÓRIO DE CONFRONTOS</i>	213
E a cana foi tomando conta do mundo...	215
E a cana foi dismantelando o mundo...	223
Expectativas Revolucionárias de Revoluções	
Derrotadas: as ligas camponesas na historiografia	244
Negociar a Liberdade: uma saída para Seu Antônio Joaquim ...	266
Uma Experiência Inflamável	270
A Lei do Cão	281
A experiência do morador e o sistema de moradia:	
diálogos entre a história e a antropologia	289
O Mundo Virado de Cabeça pra Baixo	306
É ruim deixar de viver, moça ...	312
Era um cativoiro, a usina	315
Olhos cansados, peito sem fôlego	319
Mesmo o pobre tem direito de vida	322
<i>UM BALANÇO PROVISÓRIO</i>	335
<i>NOTAS</i>	341
<i>BIBLIOGRAFIA</i>	353

RESUMO

Essa dissertação conta como a emergência das Ligas Camponesas provocou, no final dos anos cinquenta um intenso debate entre nacionalistas, comunistas e socialistas sobre os rumos da revolução no Brasil. Como resultado de vários investimentos, de vários modos de intervenção e do conflito entre as expectativas políticas que os informavam, as Ligas Camponesas provocaram inquietações, disputas políticas acirradas e também confluências que fizeram do Nordeste brasileiro um território privilegiado para os desejos de superação do desenvolvimento que se materializava na concepção de revolucionários e reformistas, na grande concentração de terras e na exclusão social e política dos trabalhadores rurais.

No entanto, a emergência da Reforma Agrária não pode ser desvinculada dos conflitos cotidianos que os camponeses vivenciaram nos engenhos e usinas do Nordeste, nem de suas tentativas de garantir o direito de ter acesso à terra. Sem hierarquizar esses investimentos, nem privilegiar lugares e modos de atuação, tentei reconstruir através de uma memória marcada pelo medo, pelo sofrimento, pelas perdas, pela idéia muito acentuada da derrota, a experiência de um tempo limite onde a expropriação não era vista como remediável e as possibilidades históricas eram ilimitadas.

ABSTRACT

This work deals with the intense debate between nationalists, communists and socialists, in the end of the fifties, about the course of the revolution in Brazil, caused by the emergence of the Peasant Movements. The Peasant movements in the Northwest of Brazil caused uneasiness, political disputes and convergence of thoughts, making this region a privileged territory to top the development expectations, materialized in the conception of revolutionaries and reforms in the great concentration of land and in the social and political exclusion of the peasants.

These movements, highly related with the Agrarian Reform issue, can not be separated from the daily conflicts and the attempts of land access right, lived by the peasants in the sugar-mills of the Northwest of Brazil. I will try to reconstruct - through a fear, suffering and losses marked memory, and an evident idea of defeat - the experience of a time in which the proportion was not seen as remediable, and the historical possibilities were limited.

UMA HISTÓRIA DESSA HISTÓRIA

Há muitos anos atrás quando comecei esta pesquisa, compartilhei com um grupo de pensadores que como eu trabalhavam num levantamento sobre as condições de vida dos trabalhadores da lavoura canavieira em Sapé, a forte sensação de que as Ligas Camponesas eram uma experiência ainda muito presente no cotidiano dos trabalhadores daquela região, mas uma experiência silenciada. Foi comum a todos nós escutar referências, quase sempre indiretas, às Ligas. O tempo vivenciado se dividia em antes “delas” e “depois delas” (quase nunca, eles nomeavam diretamente a experiência), no entanto, o medo era tão grande e a obstinação em não falar tão forte, que estimularam minha curiosidade para entender o sentido das tensões evidenciadas pelo silêncio e por comentários, aparentemente, despretensiosos: *“Pena que elas não deram certo”*.

A tese da socióloga Sedy Marques iluminou o impacto que essas referências provocaram em mim. Ela foi a primeira a escrever sobre a importância das Ligas no imaginário desses camponeses, e, embora, sua tese não tenha como propósito discutir essa experiência, em muitos momentos do texto, ela se impôs:

“O medo e a desconfiança parecem constituir o carimbo mais vivo desenhado em suas relações, particularmente na frente de estranhos, certamente produzido ao longo da história nas quais se inscrevem as Ligas Camponesas.”¹

Iniciei então, um trabalho sistemático de pesquisa mas apesar de todo esforço, o que consegui escutar foi muito pouco. Alguns dos meus informantes não conseguiam falar porque todo o corpo tremia. Outros marcavam as entrevistas e sumiam misteriosamente. Outros me pediram dinheiro para o caso de precisar fugir depois da entrevista. Muitos se disseram doentes e, portanto, impossibilitados de lembrar. E a maioria, simplesmente, se recusava a tocar no assunto. No entanto, o medo que impedia o discurso, explicitava nas caras, nos gestos, nas atitudes e nas falas de recusa, a densidade de uma experiência permanentemente renovada numa relação tensa e vigilante entre os camponeses e os donos da terra. Impedidos de partilharem as lembranças, a memória das Ligas para os camponeses era dolorosamente solitária.

A Liga para mim... aquilo era uma maravilha! A gente luta pelo que é da gente. A Liga era boa porque dava terra prá trabaiaá.

*Mas eu já esqueci de tudo e não conheço mais ninguém. Passei dois mês internado, perdi o fio, sabe? Perdi o sistema meu. Eu sabia muita besteira. Às vezes ficava sozinho num canto e pegava a lembrar: aquilo era uma beleza! Mas eu peguei de ficá veio, doente, sem nada na vida. Aí fiquei desorientado, num tinha com quem conversar, e eu ali embutido, assombrado.*²

Embora a memória estivesse diluída e obliterada pela impossibilidade da reconstrução coletiva, falas como essas expressavam a imagem do carimbo construído por Sedy Martins. Um carimbo, que assinala marcas e cores várias: às vezes elas são fortes e definidas, mas na

sua maioria eram ambíguas e só deixavam entrever traços indefinidos e cores esmaecidas. As torturas, a morte dos companheiros, as ameaças permanentemente renovadas, destruíram os suportes da memória coletiva e, o que restou, foram fragmentos dolorosamente e só aparentemente esquecidos.

Através dos signos do medo - mãos que tremiam, vozes que se calavam, corpos que adoeciam e dos discursos dolorosamente manifestados, fui desvendando os contornos de uma memória, que codificou além do medo, desejos, disposições e esperanças, porque quando resolvem romper com o silêncio, quase sempre submerge do discurso, por contraste, a evocação de uma outra história, ressignificada pelo orgulho e pela esperança:

Diz que era uma Lei boa. Uma Lei prá o pobre viver sobre si, num sabe? Viver sobre si é assim: era tomar conta da terra. Se trabalhador tivesse uma plantação ficava tudo com ele. Viver sobre si é assim, não dá condição a ninguém. Tudo que faz é prá pessoa mesmo. Não vive sujeito a ninguém.

(...)

*Moça, será que essa Lei camponesa ainda existe? Será que um dia ela ainda vai existir?*³

Aos poucos, fui encontrando outros fragmentos de memória que também aos poucos aprendi a costurar nesse tecido esgarçado. Alguns camponeses que estavam, há muito tempo, morando fora de Sapé, se dispuseram a contar suas histórias, muitas delas, também marcadas por silêncios, por ambigüidades, crivos, mas foram essas histórias me informaram sobre seus sonhos, suas expectativas, suas frustrações; Essas histórias murmuradas, contidas, me

fornececeram possibilidades de enxergar a experiência de um tempo de esperança, de investimentos, quando a expropriação brutal a que foram submetidos ainda não era absoluta, e por isso, as possibilidades históricas para sua intervenção eram ilimitadas, sobretudo, porque seus sonhos de ter acesso à terra foram incorporados por outros, que também viveram essas experiências com intensidade, com paixão: julianistas e comunistas, militantes católicos e jornalistas, aguçaram a esperança desses camponeses e, também, muitos deles, tiveram seus corpos marcados, dolorosamente marcados pela morte, pela tortura, pela brutalidade que se seguiu ao golpe de 64. Seus discursos fartos de informações, expõem conflitos, choques, disputas políticas e também as marcas da derrota que, muitas vezes, se explicita no exercício de reconsiderar escolhas; noutras, no exercício de atribuir a outros os erros do passado. Esses múltiplos cruzamentos me informaram sobre as redes de valores, disposições e impossibilidades, que orientaram os sonhos dos revolucionários na Paraíba.

Esse inventário foi alargado e aprofundado, pela convivência com Elizabeth Teixeira. Auto-exilada em 1964, no início da década de oitenta ela começou um longo caminho de retorno. Muitos empreendimentos e coincidências tornaram possível sua volta. Eduardo Coutinho, diretor do documentário “Cabra marcado para morrer”, teve um papel fundamental neste retorno. Disposto a retomar a filmagem do documentário, interrompida em 1964, Coutinho encontra Elizabeth e decide ajudá-la a reencontrar os seus filhos. Sua sensibilidade aguçadíssima alertava que já não mais bastava denunciar a morte de João Pedro, um outro personagem deveria ser o fio condutor dessa nova fase de sua história: Elizabeth Teixeira. E a partir dessa redefinição, um outro objeto se delineou: reconstituir o tecido familiar rasgado, esburacado e despedaçado em 1964. Cruzando os fios das trajetórias individuais, Coutinho registrou as linhas de continuidade e descontinuidade dessa experiência. O desenho final desse esforço é um belíssimo documento de um tempo, de um país. Um mosaico onde experiências

de alegria e de tensão, de cumplicidades e de estranhamentos, de medos e de esperanças – novos e velhos – se misturam, se confundem.⁴

O sonho de Elizabeth de retomar sua história como mãe, como mulher, como líder, como Elizabeth, encontrou inúmeros obstáculos, e, às vezes, até abismos impossíveis de atravessar. Vinte anos, havia sido um tempo longo demais, não, simplesmente, por uma dimensão cronológica mas, porque, esse havia sido um tempo de sofrimentos, de desencantos, de mágoas, de solidão, que corroeram a memória do passado com uma violência ainda mais intensa do que habitualmente, costuma acontecer; são irmãos que não se conhecem, mãe e filhos que já não têm mais nenhuma intimidade. Ela não os viu crescer, eles não puderam contar com ela, sentem-se abandonados. Cada um pressente o sofrimento do outro. Ela sabe do sofrimento de todos, mas esse sentimento comum não os aproxima. É preciso reconquistar territórios, reinventar o tempo, preencher espaços, e, sobretudo, aprender a lidar com vazios, que jamais serão preenchidos.

O recomeço é marcado por contrastes: abraços emocionados, alegria pelo reencontro. Para alguns dos filhos o desejo de finalmente saber do passado; para outros a necessidade de apagá-lo. Para Elizabeth a alegria de retomar o passado se confunde com a tristeza, que vem da consciência de não poder fazê-lo integralmente:

Quando eu fui reencontrando cada um dos meus filhos e netos, como eu não tinha sequer um retrato de João Pedro vivo para dar como lembrança, dei um retrato dele morto. Eu então peguei aquele retrato e levei para Nevinha e dei para a minha neta, de onze anos, filha dela

- Olhe, minha filha, este é o retrato do vovô. Não sobrou nenhum retrato dele com vida, porque quando a polícia invadiu nossa casa, não sei que fim deram aos retratos do seu avô, mas você pode ficar com este.

- A senhora fez muito mal de dizer à minha filha que este retrato é do avô dela. Eu não quero que minha filha tome conhecimento de que tem esse avô, nem da história dele, porque o avô que minha filha tem é o padrinho que me criou.

*Eu senti uma dor funda me ferindo por dentro...*⁵

Este é um exemplo emblemático do sofrimento que marca o cotidiano daqueles que ousaram “enfrentar o latifúndio”: o sofrimento da mãe impedida de lembrar; o sofrimento da filha, obrigada a esquecer. Mas, o sofrimento não imobiliza Elizabeth e ao retornar, ela foi retomando o contato com os companheiros que torturados e “assombrados” não podiam lembrar e que, como ela, tiveram suas famílias estilhaçadas. Como guardiã dessa memória, ela foi juntando os cacos, e cuidadosamente, incorporou-os à sua vida, assumindo o papel de contar – sem nunca expor seus antigo companheiros – suas histórias.

Em 1988, o drama de Elizabeth extrapolou o espaço da família. Eudes Teixeira, filho de Elizabeth, depois do reencontro, havia decidido deixar o Rio de Janeiro e voltar a morar em Sapé. Trabalhava na roça, plantando mandioca num terreno herdado por sua mãe. Para ele, a volta era um modo de se reconciliar com seu passado. Estava sempre em busca de quem pudesse lhe contar a história do seu pai, por isso, estava sempre perto da mãe. Sonhava reconstituir o monumento em memória a João Pedro que havia sido construído logo após sua morte, e destruído logo após o golpe. Pobre, sem recursos para investir na lavoura, recorreu ao

Banco do Brasil que exigiu, como garantia do empréstimo, sua associação com outros micro-produtores. José Eudes ousou registrar a associação com o nome do pai e exacerbou a tensão latente naquela região. O avô, que já era suspeito de haver participado da morte do pai, mandou que o filho mais novo de Elizabeth, ironicamente chamado João Pedro Teixeira Filho, matasse o irmão. E ele o fez, na frente de Elizabeth, que havia ido para lá na tentativa de solucionar o conflito:

Às vezes eu penso, se o tiro que matou Zé Eudes tivesse sido pra mim, eu não tinha que ver toda essa dor, eu não ia precisar contar essa história pra ninguém. Porque ele me deixou viva? Porque eu não me joguei em cima da arma dele quando estava apontando o revólver na minha cara? Era pra eu ter me agarrado com ele, assim eu tinha morrido também. Assim eu não ia sofrer o que estou sofrendo... É muito triste para uma mãe.⁶

Comumente esperaríamos, que uma experiência como essa, marcada por tantas perdas exigiria um discurso marcado só pela dor, só pelos signos da derrota, só pela desesperança. Mas Elizabeth parece ter aprendido que a sua luta nunca poderá ter fim, e tira proveito disso ao fazer dessa memória uma arma. Apaixonadamente, ela assumiu a função de guardiã da memória das Ligas, e hoje, para ela, o tempo de viver é o tempo de lembrar, como para os velhos de Ecléa Bosí⁷. Ao contar a sua história Elizabeth abrange muitas outras. Exorciza a morte de João Pedro, seu marido, seu amor. Ressuscita nego Fuba e Pedro fazendeiro, também líderes das Ligas, “desaparecidos” em 1964. Ressuscita seu filho Eudes Teixeira, morto pelo

irmão. Ela teria o direito de falar só da dor, mas a esperança parece ser seu único lugar de liberdade:

eu quero deixar este livro pra esta juventude que está aí, pra que ela tome conhecimento de um passado de luta, um passado que não é só meu, nem do João Pedro, nem do sofrimento de uma família, mas é o passado de um povo, é o passado de uma nação.

Este livro não é somente a história da minha vida, da vida de Elizabeth Teixeira, ele é a história do homem do campo, e à história do professor e da professora, é a história do jovem e da criança, é a história da luta de um povo.⁸

O encontro com essas memórias definiu o meu lugar como historiadora: o que fazer com esse carimbo de cores várias, intensas, e ao mesmo tempo repleto de lacunas, de buracos? Antes de tudo, era preciso apreender a conviver com a dupla e contraditória dimensão dessa memória: a virtualidade do inacessível e a possibilidade de explicações inéditas.⁹

Mas essa possibilidade era só um desejo, e o desejo carecia de investimentos para se realizar, e os investimentos implicavam em escolhas, e as escolhas exigiam um método. O desejo foi aos poucos se definindo: contar a história das Ligas a partir dos vários projetos que, a partir de meados da década de cinquenta colocaram em evidência no cenário nacional a questão da reforma agrária, assim como investigar as confluências entre esses projetos. A escolha foi não privilegiar e também não hierarquizar essas experiências, mas entender os recursos, os limites e as formas de atuação específicas dos grupos políticos que se constituíram

durante o processo de criação do movimento social, e, quando a documentação permitiu, considerei também as incisões individuais nesses projetos.

O caminho escolhido foi partir desse inventário da memória e cruzá-lo com outras fontes de pesquisa, como os jornais, as revistas, os textos de época, os textos sobre a época, o debate na Câmara Federal, os projetos de Reforma Agrária que extrapolaram o ambiente da Câmara, os documentos oficiais do PCB, os escritos de Julião.

A primeira parte do texto, “Território de Desejos”, tenta explicar a emergência da Reforma Agrária como um problema nacional. A intenção foi investigar os investimentos, que tornaram possível essa emergência, assim como discutir como a própria emergência exigiu a redefinição de antigos projetos, acionou novas interferências e criou uma nova configuração política.

A Segunda parte, “Territórios de Confrontos” tem a intenção de contar a experiência dos camponeses no cotidiano das usinas e dos engenhos: seus dilemas, seu desejos, seus conflitos, e, a partir desses conflitos explicar sua motivação para a filiação nas Ligas Camponesas.

Esse trabalho é só a primeira parte de um longo projeto que pretendo continuar no doutorado. Por isso, é preciso, desde já, anunciar sua continuidade: trabalhar como a confluência entre esses vários projetos de Reforma Agrária se realiza na organização das Ligas Camponesas em Sapé, através do confronto com os latifundiários, assim como discutir a disputa política, que depois de 1961 marcou o cotidiano dos militantes, redefinindo os sonhos da “Revolução Brasileira”. Como fio condutor desse período, escolhi trabalhar com a trajetória de João Pedro Teixeira, que como líder, tentou conciliar as influências políticas do PCB e dos julianistas, demarcando um momento propício da confluência entre esses projetos em Sapé.

Sua morte inaugurou um período de extrema violência dos latifundiários, e, internamente de disputas entre julianistas, pecebistas e a Igreja pela hegemonia do movimento. No centro desses confrontos, uma mulher extraordinária: Elizabeth Teixeira.

A escolha por trabalhar a partir da trajetória desses dois personagens não significa abrir mão do desejo, que está na origem dessa longa pesquisa de contar essa história a partir da multiplicidade de projetos, que foram construídos para as Ligas Camponesas em Sapé, nem de pensar essa experiência a partir da confluência e das tensões entre esses vários projetos. Também não significa privilegiar a história oral em detrimento de outras fontes de pesquisa, ao contrário, a pretensão é alargar as possibilidades de pesquisa com os processos-crime, a partir de 1960, quando os conflitos atingem, também, o cerimonioso ambiente do tribunal de Sapé. Portanto, essa escolha não tem a pretensão de descolar, isolar esses indivíduos, mas ao contrário, de discutir suas trajetórias a partir das redes que compõem a trama social onde suas práticas, sua ética, seus valores e suas ações políticas encontram legitimidade.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

- TERRITÓRIO DE DESEJOS -

UMA REGIÃO TRÁGICA E SUAS ZONAS DE PERIGO

Entre 10 e 23 de Setembro de 1959, o Correio da Manhã publicou uma série de reportagens escritas por Antônio Callado sobre o Nordeste brasileiro. A denúncia da indústria da seca e dos seus corolários, a fome, a miséria e o descaso político saltam das páginas num discurso contundente, apaixonado, apresentando ao Brasil personagens emblemáticos: políticos descompromissados e corruptos; técnicos e engenheiros enredados em projetos milionários de desenvolvimento regional, mas contraproducentes; proprietários de terra reacionários, autoritários, grileiros; e trabalhadores esqueléticos, desvalidos, escravizados:

Além da boa recepção de amigos pessoais, o Nordeste deixa um gosto de cinza na boca da gente. A exploração do homem pelo homem é ali igual à de que não importa que região torpe do mundo. Antes da abolição havia no Brasil um requisito indispensável para se ser escravo: a cor preta. O Nordeste acabou com o preconceito. Qualquer um pode ser escravo que esse país é livre, ora essa.¹

Mas esse não é só mais um discurso sobre a endêmica situação de pobreza e de miséria da “zona mais trágica e mais difícil do Brasil”, é também registro do clima de esperança que nasce do Engenho Galiléia onde, por contraste, Callado descreve “a cara de homens livres. Caras de gente de verdade, de gente que acordou”. Na reportagem “Despertar em

Pernambuco”, Callado narra a saga de um grupo de moradores foreiros que sobreviviam da produção de subsistência depois que os senhores desistiram de competir com as usinas e passaram a arrendar as terras do engenho. Vivendo do plantio de mandioca, legumes e hortaliças em geral, esses trabalhadores na verdade sobreviviam em meio a uma miséria desamparadora traduzida nesse texto por uma grande angústia afogada na cachaça, e pelos defuntos enterrados em mortalhas de papel. Mas,

Dessa grande miséria saltou a chispa criadora. (...)E saltou, principalmente na cabeça de um Zé dos Prazeres (...) Eles precisavam organizar uma sociedade, criar um fundo para amparar os que adoecessem e pagar as dívidas dos trabalhadores.

Assim nasceu a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, hoje com filiais em todo o Pernambuco e se alastrando pela Paraíba. São as chamadas Ligas Camponesas.²

Segundo Callado, num primeiro momento, o dono do Engenho, Oscar Beltrão, achou a idéia dos foreiros excelente por duas questões bem pragmáticas: o pagamento do foro não ia mais atrasar e ele estaria dispensado de algumas obrigações paternalistas – dar assistência em caso de doença ou morte, por exemplo. Mas seu filho, João Beltrão, prevenido contra os perigos de uma possível perda de sua herança – para ele a iniciativa era vista como uma ousadia provavelmente incentivada por elementos subversivos – convocou a polícia para despejar os foreiros. Queria a terra para criar gado.³

A pena de Callado descreve então o que ele chamou de encontro da chispa com a lenha seca, ou seja, o encontro dos foreiros com o deputado estadual do Partido Socialista Brasileiro, Francisco Julião:

*Se os revolucionários franceses de 89 imitavam a República Romana e Cromwell imitava os heróis bíblicos, Francisco Julião imita Castro Alves. Pálido, longa cabeleira, bigodes caídos, diz que a abolição ficou incompleta sem a Reforma Agrária e evoca muito o Poeta dos escravos.*⁴

Para Callado, a criação da Liga Camponesa da Galiléia significou, quando da sua criação em 1955, um ponto de inflexão em relação ao circunscrito poder de um arcaico senhor de engenho. Mas em 1959, a Liga da Galiléia é muito mais do que uma chispa criadora, é um símbolo da resistência que punha em xeque velhas concepções sobre o Brasil e exigia mudanças radicais no quadro de miséria, pobreza e desvalimento do Nordeste e dos nordestinos. Ao associar nesse texto a criação da Liga com a crítica aos industriais da seca, como símbolo do velho; e a defesa da SUDENE, como símbolo do novo, Callado se inscreve no debate que mobilizava muitos brasileiros que naqueles anos sonhavam com a superação das desigualdades regionais como modo de promover o desenvolvimento nacional :

*A solução melhor provavelmente não virá de Ligas Camponesas e sim de um processo de acúmulo de riqueza, proveniente da industrialização do Nordeste. De uma forma mais impessoal se elevará o nível de vida, e conseqüentemente, de educação daquela gente. Mas é preciso que a justiça não se transforme em mero subproduto da economia e que não esperemos até que todos os atuais senhores de engenho se transformem em grandes industriais esclarecidos para então, deixarem a caboclada virar gente.*⁵

A conjunção dos temas “direitos sociais dos nordestinos pobres” e a “industrialização do Nordeste” explicita bem os termos do debate que mobilizava o Brasil naqueles anos de intensa fermentação política, quando a esperança no progresso era obliterada pela consciência do subdesenvolvimento e das dificuldades para superá-lo. Portanto, se aqueles foram anos marcados pelo entusiasmo, pela esperança, era sem dúvida uma esperança difícil, que enredou num debate acirrado sobre as causas do atraso e as condições de sua superação, os partidos políticos, o Estado e a sociedade civil, criando inúmeras possibilidades de confluências na construção das expectativas sobre o devir, mas gerando também disputas e conflitos que se tornaram cada vez mais irreconciliáveis.

O diagnóstico do Brasil como país marcado pelo infortúnio da colonização, era, para quase todos, polarizado pelas imagens de um Brasil feudal (ou semifeudal), atrasado, pobre, tradicional; e um outro industrial, moderno, potencialmente independente. Mesmo para aqueles que recusavam os termos que constituíam esse diagnóstico, como Caio Prado Júnior, ainda assim, o Brasil era lido a partir de imagens duais, e as regiões eram a expressão dessa dualidade⁶. Por isso, o Nordeste era um território privilegiado desses desejos de mudança, e a necessidade de encontrar alternativas que resolvessem essas diferenças regionais garantindo a continuidade do processo de industrialização – que desde a década de 30 mobilizava a nação – criou pelo menos um lugar de unidade: a urgência de adaptar o Brasil atrasado às novas exigências do desenvolvimento nacional, pois, para além das dificuldades estruturais, a conjuntura colocava o País numa situação de impasse: altos índices de inflação, queda real dos salários, escassez das divisas, queda das taxas de acumulação industrial, dificuldades de escoamento da produção agrícola - em especial do café e do açúcar - e, coroando tudo isso, mais uma grande seca no Nordeste.

O Governo Federal, cujo programa foi acatado com entusiasmo nos primeiros anos, sobretudo porque seu “Plano Nacional para o Desenvolvimento” coincidia com grande parte dessas expectativas de modernização, vivia um equilíbrio difícil. Por um lado tentava manter seu Plano de Metas recorrendo ao capital estrangeiro, por outro, buscava estabilizar a economia. Na memória de Juscelino Kubitschek, esse período foi registrado como um dilema: monetarismo ou desenvolvimento?⁷ Sua relutância em sancionar medidas de austeridade que comprometeriam o Plano de Metas aprofundou as tensões internas fornecendo munição para os bombardeios da oposição.

No meio do ano de 1959, Juscelino optou por romper as negociações com o FMI e por prosseguir com a implantação do Programa de Metas, e, capitalizando ao máximo o sentido político dessa opção, adiou os problemas da inflação, bem como da dívida externa, mobilizando nacionalistas de vários matizes para, junto com o Governo, enfrentar a crise “com independência política e econômica”.⁸ É claro que essa estratégia de Juscelino Kubitschek agravou as polêmicas sobre as alternativas mais adequadas ao desenvolvimento do Brasil, e é nesse clima de controvérsias que as reportagens de Callado são publicadas, desencadeando reações imediatas. Alguns discursos eram de solidariedade e reafirmação:

Homem de cabeça fria, Callado voltou dos ‘verdes mares bravios’ aterrorizado. O sofrimento do povo é de cortar o coração. Disse-me que experimentou ali, diante daquele quadro impressionante de abandono do ser humano, a sensação de uma dor física, um constrangimento misto de revolta em face da ignóbil exploração a que se sujeitam os infelizes, sem horizontes, perdidas a fé no futuro e as esperanças de melhores dias. (...) O que ele viu de

*perto, foi angústia, dor, tristeza, enfim, a vida absolutamente miserável das populações martirizadas nas mãos de seus algozes. Um cardume de tubarões cevando-se na desgraça dos pequenos peixes indefesos. Cativos de olhos amortecidos são verdadeiras sombras entregues a um labor indormido para a satisfação dos morcegos que lhes chupam o sangue até a última gota. Uma tragédia absurda, mas real como o sol que dardeja sobre milhões de faces ressequidas, tristes, fatais.*⁹

Outros eram tentativas de desautorizá-lo, pois as “empedernidas consciências dos exploradores, queimadas com ferro em brasa” pelas reportagens de Callado, também não demoram a se manifestar : na Assembléia Legislativa da Paraíba, o deputado Antônio Américo encaminhou moção de repúdio às reportagens sobre as secas; o diretor do DNOCS também reagiu enviando carta-resposta às críticas de Callado; no Senado Federal inaugurou-se um debate que se estenderia por vários dias¹⁰.

Na voz de Mem de Sá, senador do Partido Liberal gaúcho, temos mais uma vez um discurso de reafirmação, pois para ele o desenvolvimento do Nordeste era um desafio ao patriotismo e à capacidade de todos os brasileiros e, apesar de não ser nordestino, apoiava a criação da SUDENE, desde que fossem garantidos os requisitos indispensáveis para o seu bom funcionamento: continuidade, distribuição equilibrada e oportuna de recursos, austeridade administrativa e isenção político-partidária.

Sabemos que a industrialização, ao máximo das possibilidades e dentro das circunstâncias, é um dos alvos da SUDENE e dos nordestinos. E não há brasileiro que discorde dessa necessidade máxima no sentido do aproveitamento

*regional das abundantes matérias-primas, vegetais e minerais da grande área abrangida.*¹¹

Além disso, ele não deixa de ressaltar em seu discurso a outra face do problema, indissolivelmente ligada ao êxito do combate à seca e também ao êxito da industrialização, a questão da estrutura agrária do Nordeste:

*O desenvolvimento integral ou harmônico do Nordeste exige a modificação da estrutura agrária e o planejamento coordenado da agricultura e da indústria. Por modificação da estrutura agrária entendemos, inicialmente, a desapropriação de áreas férteis e a implantação, nessas áreas, de colônias de lavradores que se dediquem à produção de alimentos.*¹²

O argumento de Mem de Sá a favor de uma modificação da estrutura agrária como medida associada ao planejamento agro-industrial, em tudo coincidente com a postura de Callado, completa-se com a solidariedade aos nordestinos pobres:

Antônio Callado naquelas reportagens pinta com cores violentas a chama da miséria, sobretudo do camponês nordestino, ainda sujeito ao regime jurídico e social que em muitos pontos, se assemelha ao da servidão na gleba. O regime de cambão – forma de arrendamento que obriga o lavrador a dar quatro dias de trabalho por semana ao proprietário – ainda praticado, outra coisa não é. O desamparo de direitos e assistência, dentro do quadro climático, econômico e social faz do agricultor nordestino um homem ainda mais triste, desesperado e

*miserável, que o das demais zonas geográficas brasileiras, segundo depoimento do ilustre jornalista.*¹³

Mas, a partir desse quadro impressionante, o senador alerta os seus pares para o perigo de uma convulsão social, pois as Ligas Camponesas, descritas por Callado, são para ele “uma primeira forma de associação de solidariedade obreira na defesa de um mínimo de direitos e ao menos por enquanto, revelam que estão longe de serem revolucionárias”, porém a ameaça é pressentida e anunciada:

*Não menos urgente é o diploma legal que estenda aos trabalhadores rurais, em todo o Brasil, uma base jurídica de segurança e proteção contra os abusos do egoísmo e da incompreensão dos terratenentes. Não será difícil dar a essa lei a flexibilidade que atenda às profundas diversificações sociais e econômicas de nosso país, mas não é crível que esse problema seja postergado indefinidamente, sem que os líderes nacionais tenham olhos e consciência para as chamadas tão pungentes e de periculosidade tão iminente.*¹⁴

No dia seguinte, o senador pernambucano Novais Filho, recorrendo à sua autoridade de nordestino, e, estarrecido com o discurso de seu colega gaúcho Mem de Sá, expôs ao senado sua indignação com as reportagens “gritantemente injustas” do jornalista Antônio Callado e tentou desautorizar seu discurso ao denunciar que o retrato que ele construiu do Nordeste foi induzido por Francisco Julião, que o havia guiado durante toda a sua permanência em Pernambuco. Potencializando o clima de tensão, que provavelmente ficou pairando no ar depois do discurso do seu colega Mem de Sá, com a referência “às chamadas tão pungentes e de

periculosidade tão iminente”, Novais Filho acusou Julião de agitador e as Ligas Camponesas de estarem exercendo atuação subversiva, inclusive com ataques a propriedades rurais. Recorrendo a outras imagens também sacralizadas do Nordeste e do nordestino, àquelas que se referem a uma região seca, de homens fortes e proprietários paternalistas, o senador explicitou claramente o lugar político de sua indignação :

*É pena que os brilhantes comentaristas, os sociólogos, os economistas, os técnicos, só falem sobre as deficiências da lavoura nordestina, dos choques provocados pelos agitadores e fiquem calados quanto à generosidade e aos esforços dos proprietários rurais, que enfrentam as secas periódicas, no sentido de darem aos operários toda ajuda.*¹⁵

Poucos dias depois, os proprietários de terra reunidos em Pernambuco, na “Associação dos Fornecedores de Cana” e na “Sociedade Auxiliadora da Agricultura”, manifestaram sua discordância às reportagens de Callado, por considerá-las “demolidoras da harmonia entre agricultores e trabalhadores do campo, devido à sua parcialidade e defesa dos pontos de vista das organizações rurais de caráter subversivo”, e resolvem enviar a Novais Filho um telegrama, hipotecando irrestrito apoio “por restabelecer a verdade sobre a situação do trabalhador rural de Pernambuco, retratada com visível parcialidade e manifesto desacordo com a realidade” nas reportagens de Antônio Callado.¹⁶

Essa é só uma pequena amostra da repercussão provocada pelas reportagens de Antônio Callado, que foi inclusive processado pelos proprietários do Engenho Galiléia, acusado de incitar a violência e ferir com suas reportagens a Lei de Segurança Nacional. No

entanto, toda essa exacerbação só reforçava expectativas, que há muito já vinham sendo expectativas, sobre a necessidade de intervenção no Nordeste.

BISPOS, INDUSTRIAIS E COMUNISTAS

Num artigo publicado ainda em 1958, na Revista Brasiliense, Heitor Ferreira Lima inventaria a emergência do Nordeste como uma região-problema, por se recusar a discutir, a partir daquilo que ele chama de notoriedade momentânea: a seca e o seu “trágico espetáculo de fome e de morte, de orfandade e de miséria”. Por isso, o reconhecimento dessa tragédia tem no seu texto a função muito clara de explicitar procedimentos lamentavelmente ineficazes (campanhas filantrópicas, discursos comoventes mas demagógicos no parlamento, auxílios governamentais mal aproveitados) e, como contraponto, registrar iniciativas promissoras: a III Reunião Plenária da Indústria, realizada em Recife em agosto de 1957, onde, segundo ele, a delegação de São Paulo havia defendido o desenvolvimento da região e sua maior participação no intercâmbio comercial do país; e a realização em 1956 do Encontro dos Bispos do Nordeste, realizado em Campina Grande, que aprovou várias resoluções sobre os problemas nordestinos, as quais foram encaminhadas ao Presidente da República e mais tarde incorporadas institucionalmente. A esse inventário de iniciativas, Heitor Ferreira Lima acrescentou como modos de intervenção propositivos, vários estudos de especialistas nacionais e estrangeiros, que apontavam, segundo ele, possibilidades reais e concretas de desenvolvimento a região¹⁷.

Ações e estudos especializados reafirmavam o desejo do autor de desautorizar a idéia de ser o Nordeste uma região de problemas insuperáveis porque naturais e não históricos.

Assim essas citações são lugares de reafirmação de sua esperança, seja pelo movimento de industriais paulistas, que se deslocam do seu lugar de pólo de desenvolvimento ao reconhecer a necessidade de alargá-lo e, alargando-o, superar as disparidades regionais e a fragilidade do mercado interno que comprometiam a industrialização do País; seja pela Reunião dos Bispos do Nordeste (a primeira realizada pela CNBB) que também operou um deslocamento do seu espaço de organização e de atuação tradicional ao elaborar, em parceria com economistas do BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico), um programa de desenvolvimento que permitiria uma maior intervenção estatal na região.¹⁸

A confirmação da idéia de um deslocamento dentro da Igreja tradicional, localizado com perspicácia por Heitor Ferreira Lima, pode ser encontrada na declaração produzida pelos bispos nordestinos naquele encontro. O discurso soa como uma autocrítica envergonhada, acanhada, mas que explicitava claramente que naquele tempo difícil os bispos se colocavam a exigência de redefinições :

*(...) no interior das estruturas econômicas e sociais que formam a nossa organização política e nosso sistema de economia privada há terríveis injustiças que levam a Igreja a declarar a sua inteira independência e a sua não responsabilidade face a esse estado de coisas. E, além do mais, dada sua própria missão evangélica, a Igreja proclama não ter nenhum laço com as situações sociais injustas e coloca-se ao lado dos oprimidos, para com eles cooperar em um trabalho de recuperação e redenção.*¹⁹

Embora o desejo de intervenção esteja claramente anunciado, qual a leitura que os bispos reunidos no Nordeste tinham das “terríveis injustiças” que advinham do “nosso sistema

de economia privada” e “de nossa organização política”? E mais, que tipo de intervenção propunham ?

Impossível responder a essas questões sem considerar que não existe, entre aqueles que compunham a Igreja, uma homogeneidade de pensamento, portanto a amplidão da proposta de “colocar-se ao lado do oprimido” reflete não só esse desejo de mudanças, mas também as dificuldades de definir o modo de operacionalizá-las.

Em relação ao “problema rural”, que também é o “problema do Nordeste”, já existia, na verdade, uma certa tradição de intervenções da Igreja Católica, que rapidamente pontuadas podem esclarecer porque o encontro dos bispos do Nordeste é citado por Heitor F. Lima como exemplo de uma iniciativa promissora no empreendimento de superar o subdesenvolvimento brasileiro.

Em 1950, por exemplo, o jovem padre Antônio Godinho realizou em Campanha, Minas Gerais, a primeira Semana Ruralista que resultou na campanha “Conosco, sem nós ou contra nós, se fará a Reforma Rural”; campanha essa assumida pelo bispo de Minas Gerais, D. Inocêncio Engelke, que produziu a partir desse encontro, uma carta pastoral, que segundo Márcio Moreira Alves, orientou todas as declarações que a hierarquia da Igreja Católica iria fazer sobre o problema por quase duas décadas.²⁰

Em linhas gerais essa carta pastoral não só reconhecia a necessidade da reforma porque “não podemos chamar de ‘casa’ as choças dos trabalhadores rurais ou ‘alimento’ à sua comida”²¹, mas também porque “os agitadores começavam a chegar aos campos”, ameaçando o mundo rural com os “bacilos da agitação e das revoluções violentas”.²²

A pretensão da campanha era exigir que o governo criasse um programa social mínimo para os trabalhadores rurais com o objetivo de garantir benefícios assistenciais e trabalhistas

que amenizassem as injustiças sociais e um programa de incentivos à modernização da agricultura através de “uma política inteligente e sã de importação e exportação” e “crédito agrícola” que possibilitassem o crescimento e a racionalização da produção. A expectativa era que essa cadeia de iniciativas garantisse um equilíbrio entre as necessidades dos proprietários e dos camponeses, restabelecendo a harmonia que se supunha ameaçada pela miséria no campo e pela presença de inimigos externos que, tirando proveito da miséria, incitavam os camponeses à revolta, ameaçando uma ordem que era preciso manter. Ou seja, a propriedade privada era considerada sagrada como era também sagrado o direito dos camponeses a uma vida digna. Equilíbrio difícil, mas a procura por estabelecê-lo delimitou o lugar de intervenção da Igreja naquele momento. Além disso, é preciso entender que a idéia da eminência da reforma agrária sem, ou mesmo contra a Igreja, anunciava a disputa com outros possíveis interventores, em especial com os comunistas, o que deixa claro a intenção desse empreendimento se constituir também como um lugar de contraposição.

Segundo M. Moreira Alves, muitas outras iniciativas como essa foram realizadas regionalmente e em todas elas um traço comum se manteve : a leitura de que os interesses da Igreja coincidiam com os interesses do Estado e, por isso, a colaboração entre essas instituições não só era necessária, mas também, inevitável. Essa parceria demarcou um lugar de autoridade para a Igreja que, no desenrolar dessa história, terá desdobramentos decisivos.²³

Nove anos depois, na reunião dos bispos do Nordeste, em Campina Grande, ficam explícitas as linhas de continuidade dessa política social da Igreja : o tom de autocrítica e a proposta de uma aliança com o Estado, agora materializada finalmente na “Operação Nordeste”. No entanto, a declaração de que a Igreja se colocava “ao lados dos oprimidos” parece indicar um sutil, mas significativo deslocamento nesse projeto, sobretudo se

considerarmos que intervenções anteriores foram elaboradas a partir de reivindicações que eram inequivocamente dos proprietários, mesmo que de proprietários católicos sensíveis à idéia de justiça social (e em grande medida também sensíveis ao perigo comunista).

Esse deslocamento, apoiado no compromisso moral da Igreja para com os oprimidos, possibilita que a reforma agrária comecce a ser desvinculada da idéia de ameaça – porque reconhecidamente comunista – e passe a ser pensada como um modo de viabilizar o desenvolvimento econômico do país.

Teria sido essa a razão para que Heitor Ferreira Lima tenha citado a reunião dos bispos como uma referência positiva para a resolução dos problemas do Nordeste? Suponhamos que sim. Resta investigar a referência, também considerada auspiciosa da realização da III Reunião Plenária da Indústria, realizada em Recife um ano depois do encontro dos bispos.

Infelizmente, não tive acesso aos debates e resoluções dessa reunião, mas no texto de uma conferência proferida por Hélio Jaguaribe em maio de 1956, no Fórum Roberto Simonsen, é possível localizar, mesmo que em linhas gerais, alguns indícios das preocupações que estavam na pauta de discussão dos industriais paulistas, entre elas a questão do subdesenvolvimento. Como membro proeminente do IBESP (Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política), entidade criada para estudar os problemas fundamentais do Brasil e apontar soluções que deveriam garantir o desenvolvimento e a modernização da nação, Hélio Jaguaribe assumia claramente sua condição de ideólogo da burguesia brasileira, compromisso que me autoriza a inferir que sua perspectiva orientava, ou ao menos influenciava, os posicionamentos políticos dos industriais paulistas. Esse compromisso foi inclusive referendado na introdução do texto da conferência, publicado logo depois, onde ele foi apresentado como “um autêntico líder da nova geração de intelectuais que deixaram de

parte a literatura pura e simples, pelo trato concreto dos problemas econômico-financeiros que nos afligem”.²⁴ De forma que tentarei entender indiretamente, através de sua fala, as prováveis relações entre os problemas do subdesenvolvimento e a decisão de realizar em Recife a III Plenária da Indústria.

O tema da conferência era “o problema do desenvolvimento econômico e a burguesia nacional”, e Hélio Jaguaribe pretendia esquematizar, segundo sua própria definição, a situação concreta do desenvolvimento do País, os obstáculos a esse processo de desenvolvimento e o papel que a burguesia nacional – ali orgulhosamente representada –, deveria assumir nesse contexto.

Uma das teses, defendidas por ele, era que o processo histórico de cada sociedade passaria por fases pré-determinadas, condicionadas pelo processo histórico global e, por isso, era possível definir a partir da designação de sua estrutura-tipo (fase), o “curso provável de sua evolução”. A crença nessa possibilidade orientava a idéia de que as escolhas políticas adequadas a cada fase do desenvolvimento também estavam pré-determinadas por uma correlação entre os sistemas econômicos e os sistemas de crenças, os estilos de vida, os padrões éticos que correlacionados comporiam a estrutura da sociedade. Para Hélio Jaguaribe, a estrutura-tipo do Brasil naquele momento era determinada por um descompasso em relação ao processo histórico global, sendo esse descompasso o lugar de definição do subdesenvolvimento, ao mesmo tempo em que se podia verificar uma propensão para uma “rápida modificação” dessas características pela presença, em alguns setores da sociedade de um “franco processo de desenvolvimento” empiricamente comprovado pelo crescimento das taxas de produção, sobretudo do PIB (Produto Interno Bruto).

No entanto, esse crescimento interno estaria sendo obstaculizado por pontos de estrangulamento, como por exemplo a baixa renda per capita e predominância da produção primária, que acabavam por gerar uma “relativa” dependência dos mercados externos e uma “insuficiência de capacidade endógena de crescimento”. Essa contradição caracterizaria o que ele chamou de “crise de transição”, ou “transição de fase”. Sua convicção era de que a resolução da crise se daria através de uma política de substituição das importações, que fortaleceria o crescimento da indústria nacional (a fabricação de fábricas) e alargaria o mercado interno, sendo que essa intervenção planejada e promovida pelo estado, exigiria também investimentos nos setores considerados básicos como transporte, energia elétrica, etc.

Na leitura desse intelectual, esse processo já vinha sendo implementado desde a década de 30, marco de ruptura entre o velho País dirigido por uma classe de latifundiários e o novo Brasil que se pretendia criar. No quase novo Brasil (um país em transição de uma economia semicolonial para uma economia plenamente desenvolvida e autônoma) a formação de novas classes sociais – o proletariado e a burguesia industrial ansiosos com as possibilidades de crescimento econômico – vinha proporcionando um descompasso entre a estrutura econômica e social e a estrutura política do estado, definido por ele como um estado cartorial. Mas esse descompasso poderia ser superado pela aliança entre o estado e esses segmentos novos naturalmente favoráveis a uma maior produção e uma maior produtividade resultante da industrialização do país.²⁵

A conjuntura política parecia extremamente favorável à resolução desse descompasso já que Juscelino Kubitschek, recém-eleito por ocasião da conferência, havia assumido o compromisso no seu plano de governo de promover o desenvolvimento e finalmente fazer do Brasil uma nação moderna. Restava à burguesia nacional tomar consciência de sua “missão

histórica”, promovendo, através de uma participação ativa, o equilíbrio entre as mudanças do sistema econômico e do sistema político.

A conferência terminou com uma sugestão que, baseada na autoridade de seu propositor, deve ter sido encarada como um imperativo político :

Daí a oportunidade objetiva que se apresenta, na atual situação brasileira para uma enérgica liderança industrial, que, tomando consciência da crise brasileira, das razões pelas quais ela se processa, e do fato de que lhe cabe o papel histórico, no momento, tem a missão de promover esse desenvolvimento, elaborando uma ideologia do desenvolvimento que tenha capacidade de apresentar apelo popular. É essa a grande missão com a qual se defrontam os industriais, particularmente nesse Estado que se encontra na vanguarda do processo de industrialização do país.

(...)

Assim sendo, eu apresentaria como sugestão aos senhores, que estudassem, um pouco a necessidade, que me parece se apresentar, de as Federações e os Centros industriais tomarem parte um pouco mais ativa na formulação política, na elaboração de ‘policies’, através de processos – que possam reunir, às soluções dos problemas brasileiros – tais como a análise econômica os revelam – o apelo popular necessário para que estas soluções encontrem suporte nas grandes massas e possam ser concretizadas em ação administrativa corrente. É o que tinha a dizer. ²⁶

Considerando a possibilidade de que essa sugestão tenha sido aceita pelos ouvintes de Hédio Jaguaribe, podemos pensar então que a realização da plenária da indústria em Recife fazia parte de uma estratégia política bem delimitada : a burguesia brasileira assumindo seu papel de vanguarda, deveria conduzir o processo de superação da crise, interferindo naqueles que eram considerados os óbices ao desenvolvimento nacional – a baixa renda per capita e a predominância da produção primária – através da elaboração de políticas setoriais que, incorporadas pelo novo estado, viabilizariam o tão desejado progresso das estruturas econômicas e sociais da nação.

Espaço síntese dos contrastes nacionais – velhas riquezas, velhas pobreza –, o Nordeste provavelmente era visto ao mesmo tempo como uma promessa de futuro (expansão do mercado interno, aumento de divisas, equacionamento da migração ...) e como um perigo, pela presença de continuidades indesejáveis (arcaicas formas de poder e de produção, baixos índices de produtividade, predominâncias da produção agrícola e um enorme contingente de miseráveis que por sua indigência agravaram as dificuldades de alcançar o tão desejado equilíbrio econômico e político do País).

Assim, penso que a necessidade de intervenção no Nordeste foi constituída para esses industriais em nome de um projeto cujo pressuposto era atravessar as fronteiras regionais, as fronteiras econômicas, as fronteiras políticas, para promover uma unidade : a nação moderna, rica, independente. Mas não devemos supor que esses deslocamentos teriam o sentido de diluir diferenças sociais. A pretensão era claramente de acomodar as diferenças regionais sob a égide de um estado cuja intervenção “ordenadora e promocional” deveria conduzir o País a uma situação de equilíbrio (aumento de receita, contenção das importações, aumento da oferta de bens de consumo, melhoria dos serviços de infra-estrutura...).

Essa idéia do Estado como o grande catalisador dessas políticas de intervenção pode ser comparada à expectativa assumida um ano antes pelos bispos católicos e é essa expectativa comum que um ano depois foi capitalizada no discurso de Heitor Ferreira Lima, para tornar inquestionável o seu argumento de que a necessidade de intervenção no Nordeste era uma exigência de muitos.

Embora Heitor Ferreira Lima reconheça que as iniciativas dos bispos e industriais tenham tornado possível a emergência do Nordeste para além da constatação da miséria, da pobreza e do desvalimento de sua gente; embora reconheça, e incorpore na construção do seu argumento, as mesmas imagens do subdesenvolvimento (latifúndio, monocultura, atraso técnico, baixos índices de produtividade...) e de suas mazelas (pauperismo, relações sociais arcaicas e injustas, desequilíbrios regionais ameaçadores...) seu discurso marca claramente um lugar de diferença, construída a partir da convicção de que, sem uma intervenção na propriedade da terra, qualquer providência em nome de uma reforma no Nordeste seria contraproducente:

*O problema não é de engenharia, de agronomia, de supervisionamento de crédito, investimento em dinheiro. A questão nordestina - não é de ordem climática. A solução está essencialmente em dividir latifúndios inúteis, em acabar com o monopólio das terras, em parcelar grandes imóveis privados ou devolutos - sejam pecuários, extrativos ou agrícolas - tanto no sertão como nas zonas úmidas dos vales e serras, no litoral ou em torno dos açudes que o governo construiu para meia dúzia usufruir de suas vantagens.*²⁷

Portanto, todos os lugares de coincidência entre o discurso de Heitor Ferreira Lima e Antônio Callado, e entre eles e muitos outros, como vimos no inventário do primeiro, não excluem diferenças – sutis por vezes, mas nem por isso menos importantes. Por vezes a diferença se apresenta a partir de uma mudança de ênfase, ou de uma inversão de prioridades, mas era exatamente isso definia as diferentes expectativas para com as mudanças e o modo como se pretendia viabilizá-las.

Ao associar em seus textos a reforma agrária aos problemas do subdesenvolvimento do Nordeste, Heitor Ferreira Lima e Antônio Callado explicitam o ponto de tensão onde esbarraram esses vários sonhos para o Brasil, e em torno do qual se criou um clima de expectativa, seja de medo, seja de esperança, que demarcou em grande medida as proposições e os posicionamentos políticos daqueles anos.

Num texto de Renato Arena, também publicado na Revista Brasiliense, no início do ano de 1960, encontrei um discurso que pode iluminar esse argumento como fala de constatação :

*Estamos numa época em que o lema da Reforma Agrária conquista as mais diversas camadas da população, repete-se na boca das mais diferentes classes e grupos de interesses. Os dois grandes candidatos a próxima sucessão presidencial o incluem em seus respectivos programas eleitorais. Entreguistas e nacionalistas, católicos e ateus, brancos e negros, até mesmo alguns conhecidos latifundiários são a favor da Reforma Agrária, mais ou menos assim como todos são a favor da liberdade, ou de que haja oxigênio na atmosfera.*²⁸

No entanto, mais do que fala de constatação, o discurso de Renato Arena se constrói a partir da ironia, exigindo por isso um maior esclarecimento dessa, digamos assim, emergência nacional: o que torna possível essa emergência? Quais as possibilidades de confluência entre os vários projetos para o Brasil e a discussão/proposição da reforma agrária ? Quais os lugares de confronto ?

UMA PAUSA NECESSÁRIA

Eu não poderia responder a essas difíceis questões sem considerar os antecedentes desse debate e também seus possíveis desdobramentos. No entanto, essa exigência precisou ser delimitada para controlar as vertigens tão comuns no exercício do historiador²⁹. Não posso deixar de reconhecer a arbitrariedade das minhas escolhas, mas posso, ou melhor, devo explicá-las. Então que seja agora, inclusive, para que esse exercício oriente o leitor na travessia desse longo e tortuoso território de desejos.

Em primeiro lugar, há uma motivação : não atribuir às Ligas Camponesas um lugar de fundação pré-determinado, ou mesmo exclusivo (PCB ou Julião) e muito menos excludente (PCB X Julião). Por isso, propositadamente o marco inaugural desse trabalho não é 1945, quando o PCB criou as primeiras Ligas Camponesas no Nordeste; não é também 1955, quando nasceu a Liga Camponesa da Galiléia, fundada com a participação de Julião, mas 1959. E por que 1959 ? Na verdade fui conduzida a essa escolha por informações que encontrei em séries documentais diferentes : 1959 é o ano da desapropriação do engenho Galiléia com tudo o que isso significou : entusiasmo dos camponeses que no Recife desfilavam vitoriosos pelas ruas e assim incentivavam a criação de muitas outras Ligas Camponesas no Nordeste; o recrudescimento da violência cotidiana dos donos de terra que, assustados, tentavam conter

essa “explosão”; debates acirrados nos jornais; emergência de Francisco Julião como líder que anunciava sua intenção de espalhar as Ligas por todo o Brasil e era por isso visto como uma esperança e na mesma medida como um perigo. 1959 é também o ano em que os parlamentares da Frente Nacionalista tentam insistentemente colocar em pauta na Câmara Federal o debate sobre a reforma agrária. 1959 é o ano em que a Igreja decide doar parte de suas terras para que sejam organizadas colônias agrícolas. 1959 é o ano da criação da SUDENE; é também o ano em que a ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil) realiza sua primeira conferência nacional, cujo documento final “Carta sobre a reforma agrária”, anuncia sua decisão de organizar uma ampla campanha para que fosse aprovada e implementada com urgência uma reforma agrária no Brasil.

Esse conjunto de documentos que num primeiro olhar podem ser vistos como indícios de iniciativas desconexas, eram na verdade, movimentos referenciais : havia os camponeses e as Ligas, havia Julião, havia o estado e seus planos de desenvolvimento, havia os comunistas, havia os parlamentares da Frente Nacionalista tentando colocar em debate muitas propostas da reforma agrária, havia os jornalistas e suas contundentes denúncias.... Havia medo, muito medo e também muita esperança...

Por isso, tentei tirar proveito dessa tensão para delimitar as confluências e os lugares de antagonismo que orientavam os posicionamentos nesse debate, pois, para muitos, a motivação para se inscrever nele foi conter a explosão das Ligas Camponesas, para outros, foi alargar campos de atuação pelo desdobramento de políticas que há muito tempo já vinham sendo experimentadas.

Num certo sentido, poderíamos ver o ano de 1959 como a culminância de um processo político, mas as implicações dessa leitura poderiam ser muitas e graves. A primeira seria a

aceitação de uma linearidade no processo de constituição dos movimentos sociais, uma linearidade construída pela ação de grupos e/ou partidos cujos projetos políticos estariam definidos antes da experiência social. A segunda seria entender a culminância como o momento em que, ultrapassando as disputas e as tensões locais, o movimento social adquiriria finalmente legitimidade política.³⁰

Não posso e nem quero desconsiderar que existiram anos de investimentos políticos – sobretudo do PCB e de Julião – para a organização das Ligas Camponesas e para que o debate sobre a necessidade da reforma agrária mobilizasse tantos e tão diferentes grupos sociais a ponto de ser considerada uma emergência nacional. Também não posso desconsiderar que todo esse debate colocou em evidência as expectativas, as necessidades e as reivindicações dos camponeses, inclusive em espaços onde tradicionalmente só as expectativas, as necessidades e as reivindicações dos grandes senhores de terra eram consideradas.

Mas eu não preciso pensar esses investimentos como movimentos exteriores à experiência social. Acredito – e é essa crença que orienta esse trabalho – que naquele momento de perigo, a confluência, a correspondência de várias leituras, de várias aspirações de mudança exigiram empreendimentos sistemáticos no sentido de transformar desejos e disposições em atitudes; sentimentos, impressões e avaliações em expectativas sobre o devir. Mas esses empreendimentos não se realizaram sem conflitos, sem a convivência com as impossibilidades, com os impasses, que por sua vez exigiam permanentemente acomodações, reelaborações e também a criação de novas formas de intervenção. Isso vale para os reformadores e para os revolucionários (e também para reformadores revolucionários) tanto quanto para os camponeses, pois nenhum projeto político nasce pronto, nem por imposição – por mais bem intencionada que seja – se efetiva. Por isso, vejo o ano de 1959 também como

um tempo de reinvenção dos projetos políticos, um tempo em que as tensões foram experimentadas como possibilidades e pelo menos alguns lugares de disputa ainda não excluía a esperança de confluências.

Já que tenho que partir de algum lugar, parto então desse tempo marcado pela esperança – mesmo que tenha sido uma esperança difícil -, que me permitiu investigar, sem que fosse preciso hierarquizá-las, as trajetórias de vários personagens dessa história e também as redefinições que essas trajetórias sofreram quando numa conjuntura propícia, esses personagens viram alargadas suas possibilidades de intervenção.

Como a intenção primeira desse trabalho é entender como essas intervenções contribuíram para a criação das Ligas Camponesas, os fios condutores dessa investigação foram três : as leituras sobre o Brasil e o debate sobre como e em que medida a reforma agrária mudaria o Brasil; as leituras sobre os camponeses e o papel atribuído a eles nesses projetos de Brasil; e finalmente as práticas políticas que orientaram as formas de intervenção desses personagens. Três também foram as séries documentais privilegiadas : os debates na Câmara Federal; os escritos de Julião e o Jornal “Terra Livre”, organizado pelo PCB.

Isso definido, parece-me que enfim, já posso encerrar essa pausa e seguir minha exploração por esse território de desejos, inclusive porque a retórica irônica de Renato Arena continua a retumbar, atazanando essa aprendiz de historiadora: afinal, por que todos – “entreguistas e nacionalistas, católicos e ateus, brancos e negros, até mesmo alguns conhecidos latifundiários” – eram a favor da reforma agrária ?

Meu próximo movimento é uma tentativa de desenhar os contornos desse debate tendo como pano de fundo a filiação desses vários propositores ao nacionalismo, aqui entendido como um campo de atuação onde se explicava o Brasil, e onde sobretudo, se projetava seu destino.

OS NACIONALISTAS E A QUESTÃO AGRÁRIA

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SECÃO CIRCULANT

Em 1955, Caio Prado Júnior escreveu na Revista Brasiliense que: “ (...) a campanha nacionalista se situa no mesmo plano da luta pela independência e da campanha da abolição”. Em 1958, Hélio Jaguaribe, discorrendo sobre o nacionalismo como ideologia, atualiza a abrangência do movimento: “São nacionalistas no Brasil, correntes de extrema direita, ligadas no passado, aos movimentos de propensão fascista e correntes de extrema esquerda, como o partido comunista. São nacionalistas os defensores da socialização dos meios de produção e os partidários da iniciativa privada”.³¹

Na primeira leitura encontrei o reconhecimento do nacionalismo enquanto força política; na segunda, o reconhecimento de uma pluralidade de difíceis conciliações. Ao considerá-las é impossível deixar de ver esse movimento como um campo de atuação onde o Brasil era pensado, explicado, projetado. Um campo plural no que se refere às concepções de nação e as projeções sobre seu futuro, mas também no que se refere a espaços e modos de atuação: parlamento, organizações políticas (partidárias ou não), civis ou militares, instituições acadêmicas, jornais, revistas, grupos de ação, ligas.

Essa pluralidade de concepções e de espaços de atuação, marcada por fissuras tão profundas, é minha primeira dificuldade para transitar nesse terreno minado, mas não é a

única. É preciso também considerar que as posturas daqueles que se inscrevem como nacionalistas devem ser pensadas como movimentos gravitacionais, passíveis de redefinições a partir um jogo de forças dinâmicas, sempre em aberto. Ou seja, sem desconsiderar a possibilidade de radicalismos de direita e também de esquerda – realçados não sem propósitos, por Hélio Jaguaribe, que pretendia representar uma terceira via –, é possível entender que as diferenças não excluam necessariamente – ou não excluam sempre –, a construção de consensos cuja apropriação diferenciada definiu na prática política cotidiana os lugares de confronto e as disputas daí decorrentes. Para entender esses modos de apropriação, é preciso está atento para a historicidade das expectativas que os informavam e também, para a possibilidade de criação de novas redes de interesse que exigiram os deslocamentos dessas expectativas. Deixe-me exemplificar.

No Brasil dos anos 50 o desejo de criar uma nação desenvolvida foi o grande catalisador dos projetos políticos. As leituras sobre o passado, em grande medida preocupadas em explicar a origem do subdesenvolvimento, fundamentaram idéias que se tornaram recorrentes: as desigualdades regionais eram o maior entrave ao desenvolvimento de nossa economia; o desenvolvimento econômico integral e combinado era indispensável para a superação de nossa histórica dependência em relação ao mundo desenvolvido e a independência econômica era a única possibilidade de garantir a soberania nacional.

O tempo presente – vivido como um tempo de crise – autorizava a idéia de que as intervenções não só eram necessárias, como também urgentes, agravando o clima de tensão que, sem dúvida, foi o acento tônico daquele momento.

Em linhas gerais, duas possibilidades estavam colocadas: aceitar ajuda externa ou apostar em uma política de desenvolvimento capaz de ampliar o mercado interno e de

promover a resolução dos problemas estruturais que impossibilitavam a independência econômica do país.

Nos termos de época, os que optaram pela primeira possibilidade foram inscritos como entreguistas e estavam associados àqueles que defendiam a manutenção das velhas estruturas de poder; os outros, como nacionalistas, desejosos de promover reformas que tornassem possível a reordenação dos espaços políticos e econômicos tradicionais. Embora essas inscrições pareçam delimitar claramente os lugares políticos e seus respectivos projetos de resolução para os problemas do País, é preciso reconhecer que o nacionalismo por sua própria amplitude, comportava posturas bem menos homogêneas do que podem parecer num primeiro olhar. Por isso, se por um lado, essa abrangência sinaliza a força política do movimento, como apontou Caio Prado Júnior, por outro, instaurou novos lugares de confronto, exigindo um difícil exercício de negociação entre aqueles que eram potencialmente aliados. Sem menosprezar essas diferenças – algumas delas realmente inconciliáveis –, é preciso considerar que a possibilidade de superar os entraves para a construção de uma nação forte, independente, soberana, acabou por gerar confluências que matizaram as posições de confronto dentro do movimento nacionalista, sobretudo porque os inimigos comuns, às forças retrógradas – quase sempre personificadas pelos produtores tradicionalistas ligados ao comércio exterior – eram reconhecidamente fortes e sua pressão, mesmo que às vezes surda, não pôde deixar de ser sentida, particularmente no que se refere à questão da reforma agrária.

Embora a “voga reformista”, como denominou Renato Arena com o seu já conhecido tom de ironia, tenha colocado essa questão no centro dos debates sobre o desenvolvimento nacional, as dificuldades para a operacionalização de medidas eficazes para sua realização foram inúmeras por motivos vários e complementares.

O primeiro deles foi a presença no Congresso Nacional de um coeso e resistente grupo de representantes das velhas oligarquias que, a despeito das pressões, tornou inoperantes os numerosos projetos de reformulação da estrutura agrária, seja através da recusa frontal, seja recorrendo a artifícios legais como a inviolabilidade da Constituição que garantia o direito inalienável a propriedade privada da terra. Como acréscimo a essas dificuldades, a heterogeneidade de propostas reformistas tornava ainda mais difícil a constituição de uma força política capaz de fazer frente à hostilidade da maioria dos congressistas.

Segundo Renato Arena, entre 1946 e 1958 foram apresentados no Congresso Nacional, 213 projetos que encaminhavam medidas de reforma agrária, número que se elevou para 220 até o início de 1960, quando ele escreve esse artigo. No entanto, mais do que um indicativo da eficácia política de seus propositores, esses índices registravam, em sua concepção, a dispersão de esforços e a existência de disputas que agravaram as impossibilidades de aprovação desses projetos:

*(...) Mais importante do que a hostilidade do sr. Daniel Faraco é sem dúvida a dispersão de esforços, a falta de clareza, de acordo, e mesmo, de coerência entre os diversos autores dos projetos. Cada um deles, quase sempre, é um defensor de sua respectiva, particular e geralmente improvisada reforma agrária, apenas isso.*³²

A denúncia da dispersão é a base para que esse perspicaz comunista explicitasse claramente sua filiação política já que, para ele, a luta dos camponeses iria definir esse embate, sobretudo porque os camponeses podiam contar com “o apoio do movimento operário organizado”. Apesar disso, no final do artigo ele celebra a decisão da Frente Parlamentar

Nacionalista de elaborar um projeto único de reforma agrária, mas seu otimismo com essa iniciativa era bastante restritivo, uma vez que ele estabeleceu como pressuposto para sua eficácia, uma relação direta entre a luta dos camponeses (e seus aliados operários) e “o compromisso dos deputados honestamente interessados na questão”.

Penso que, ao fazer essa associação, Renato Arena, expôs a positividade da “voga reformista”, ainda que essa positividade só pudesse se realizar a partir de condições muito precisas, que ele faz questão de alertar recorrendo constantemente às ironias. No entanto, mais do que descrença, a ironia me parece indicar uma cautelosa esperança, e nesse sentido seu discurso é exemplar desse clima de expectativa que tenho tentado reconstituir. Ou seja, o lugar de confronto, explicitado no limite definido pela atuação dos deputados “honestamente interessados na questão”, não desconsidera a possibilidade da construção de confluências que efetivamente tornariam possível a aprovação institucional da reforma agrária.

Os movimentos de Renato Arena nesse artigo são um dos pontos de sustentação para o meu argumento de que, como campo de atuação, o nacionalismo foi marcado por fissuras, confrontos, e na mesma medida pelo empreendimento de criar um lugar de unidade capaz de superar os entraves que impossibilitavam a esperança de promover reformas indispensáveis ao desenvolvimento econômico e social da nação. Por isso, o reconhecimento dessas diferenças não pode obscurecer o acentuado esforço de negociação que mobilizou nacionalistas de vários matizes para que fosse aprovado um projeto de reforma agrária.

Também encontrei respaldo para essa leitura, no texto de Vânia Lozada que, ao estudar a relação entre o ideário nacionalista e a reforma agrária nos anos cinquentas, aponta como motivação comum as duas mais atuantes vertentes do movimento (o nacionalismo econômico

e o nacional-desenvolvimentismo), a necessidade de realizar a reforma agrária como forma de garantir a ampliação e o fortalecimento do mercado interno:

*Na prática, defender o desenvolvimento auto-sustentável significava em primeiro lugar, criticar o modelo econômico agrário – exportador e, por extensão, a classe social a ele ligado: a oligarquia latifundiária. No movimento nacionalista – seja em sua vertente liberal representada, por exemplo, pelos intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), ou na orientação popular, característica de comunistas, socialistas e trabalhistas –, um dos vilões da então sociedade(senão maior) era a elite rural historicamente comprometida com a produção de artigos para o mercado externo. A opção nacionalista era outra e visava claramente à consolidação de uma economia auto-centrada, isso é, voltada para o mercado interno.*³³

Embora a necessidade de reformas fosse comum, as expectativas eram bastante diferentes. Para os partidários do nacional-desenvolvimentismo a ampliação do mercado interno era o ponto de partida para consolidação do capitalismo brasileiro sob a égide da burguesia nacional, que segundo a avaliação dos intelectuais ligados ao ISEB, deveria conduzir à superação da crise realizando no Brasil a Revolução Democrática Burguesa. Portanto, o que predominava nessa vertente era a defesa de mudanças econômicas de grande vulto como os investimentos estatais nos setores considerados estratégicos (energia e indústria de base) e medidas de proteção contra a competição estrangeira. E são esses investimentos que definem a afinidade desse grupo de nacionalistas liberais com o plano de governo de Juscelino

Kubitschek, e por isso, para muitos isebianos, o nacionalismo se confundia com o desenvolvimentismo.

Para os nacionalistas econômicos o compromisso com as camadas populares deveria ser o fio condutor de sua ação. Por isso, defendiam que ao estado cabia implementar políticas para o fortalecimento do nosso mercado interno, entre elas a reforma agrária, como forma de garantir a elevação do padrão de vida da imensa maioria dos trabalhadores – particularmente dos trabalhadores rurais. Mas eram bastante vigilantes em relação à forma como deveriam ser viabilizados esses investimentos. Sua preocupação com as pressões do imperialismo na economia brasileira colocava-os em alerta contra os investimentos diretos do capital estrangeiro na economia e contra os investimentos indiretos através dos empréstimos estatais, daí a permanente desconfiança com o Plano de Metas do Governo Federal, e a exigência de que o estado disciplinasse a remessa de lucros, royalties e dividendos e também que controlasse e desenvolvesse, com recursos próprios, os setores básicos da economia. Para Vânia Lozada,

*No conjunto, todas essas medidas visavam evitar que o desenvolvimento brasileiro se fizesse às custas da ‘miséria do povo’ e de uma perda de soberania que inevitavelmente levaria o Brasil a dobrar-se frente os interesses imperialistas*³⁴

Embora as linhas gerais de sua atuação possam ser assim definidas, é preciso ressaltar que a diversidade de posturas entre nacionalistas econômicos era bastante acentuada, já que cabiam nesse bloco comunistas, trabalhistas e até personagens filiados a partidos

reconhecidamente conservadores, como a UDN e PSD. Seus esforços sistemáticos para que fossem colocados em discussão no Congresso Nacional os projetos de Reforma Agrária criaram um lugar de unidade política bastante significativo, ainda que conflitos mais profundos estivessem sempre presentes marcando lugares de disputa, que, ao extrapolarem o ambiente do Congresso, exacerbavam as diferenças, sobretudo na relação com os movimentos sociais.

Um outro espaço de atuação bastante intenso dos nacionalistas econômicos – particularmente aqueles ligados ao PCB – foi a Revista Brasiliense, cujo programa definia como propósito primeiro examinar e debater os problemas brasileiros, denunciando o atraso econômico e expondo em seus textos o “verdadeiro Brasil”. Essa postura explica porque a reforma agrária foi um tema privilegiado na produção da Revista. Como um território não institucional, a revista foi capitalizada pelos nacionalistas econômicos como um espaço de exacerbação dos confrontos com o Governo Federal, através da crítica à postura ambígua de Juscelino Kubitschek em relação ao capital estrangeiro e da enfática afirmação de que o nacionalismo não poderia ser confundido com desenvolvimentismo. Essa autonomia tornou possível a cobrança e a defesa sistemática a favor das reformas estruturais que os membros da revista incorporaram como elemento instituinte do seu lugar de vanguarda.³⁵

Como uma ideologia do Estado, o nacionalismo também orientou medidas que visavam à modernização do mundo rural e sua conseqüente integração com os setores industrializados. Maria Yedda Linhares e Teixeira da Silva defendem que desde o governo de Getúlio Vargas a agricultura brasileira passa a ser pensada em função de um programa de desenvolvimento nacional quando, através de decretos, o governo colocou em xeque a hegemonia agrário-exportadora com a extinção do sistema de arrendamentos; com a exigência

de que fossem comprovados os títulos de propriedade; com a autorização para desapropriação mediante pagamento – sendo que a base do cálculo deveria ser o foro –; com a criação de institutos para regular a produção e a qualidade das exportações – entre eles o IAA (Instituto do Açúcar e do Alcool) e finalmente com a institucionalização da CLT que em alguns itens alcançava o trabalhador rural.

Embora ressaltem a importância dessas iniciativas na emergência da reforma agrária como um problema nacional, os autores reconhecem Maria Yedda Linhares e Teixeira da Silva reconhecem os limites dessas intervenções, uma vez que o latifúndio se manteve intocado. Para esses autores, o “autoritarismo modernizante de Getúlio Vargas” esbarrou na força renitente dos velhos setores agrários.³⁶

Também para Aspásia Camargo, que estudou a relação entre os movimentos camponeses e a crise do populismo, no governo de Juscelino Kubitschek, a solidez do pacto agrário continuou desequilibrando o confronto das forças políticas em disputa, e limitou a ação estatal que foi marcada pela prudência em relação aos efeitos disruptivos de uma política agrária mais agressiva. No entanto, em sua leitura, a presença das oligarquias no sistema de poder não pode ser vista como um resíduo das forças tradicionais em oposição às novas forças progressistas, pois à sua maneira, elas participaram da política de modernização do País:

*(...) Se as proposições que anunciamos são justas, a primeira consequência é por entre parênteses as concepções que apresentam o processo de desenvolvimento como resultante quer de uma oposição entre os setores tradicionais e modernos, quer de uma tensão ou enfrentamento entre as forças sociais modernizadoras e as de resistência à mudança.*³⁷

Assim, é fundamental estar atento para a questão que definiu as clivagens desse jogo político; a saber, como promover um desenvolvimento capitalista sem dismantelar o pacto de poder que sustentava o governo de Juscelino Kubitschek ?

Na interpretação de Luiz Werneck Vianna, a opção foi a realização de uma modernização “pelo alto”, pois, como membro do PSD, um partido agrário, o presidente estava comprometido institucionalmente com os interesses das oligarquias tradicionais. No entanto, também para ele a questão não estava colocada na oposição **atrasados versus modernos**, mas na definição dos termos que deveriam conduzir o desenvolvimento capitalista, seu escopo, seus limites :

(...) Tratava-se de encontrar procedimentos operacionais que conduzissem o desenvolvimento sem atingir o exclusivo agrário e o poder das oligarquias estabelecidas. Na prática, a estabilização do jogo político dominante só foi possível no curto período em que combinou os agrários, aglutinados no PSD, os interesses do capital externo e o PTB, sob a liderança de João Goulart, representando a máquina do sindicalismo oficioso.³⁸

Essas leituras sobre o período nos colocam em estado de alerta : as dificuldades para o encaminhamento da reforma agrária foram inúmeras e até insuperáveis. Como veremos logo mais, a questão não ultrapassou por todo o ano de 1959 a sessão de comunicações da Câmara Federal. No entanto, a necessidade da reforma agrária estava colocada nas falas aflitas que exigiam posicionamento e providências para resolução de tão “momentoso problema”. A emergência do tema – enormemente agravada pela pressão que vinha das Ligas Camponesas –

foi uma oportunidade ímpar para o debate das alternativas políticas propostas por aqueles que pretendiam transformar esses desejos de mudança em reformas concretas. Mas as pretensões eram tantas, que a negociação entre os nacionalistas foi marcada por sutis diferenças, instaurando lugares de disputa que atravessaram os partidos, a Igreja, o Estado e seus peritos. Por isso sem desconsiderar os confrontos e a impossibilidade de aprovação da reforma agrária deles decorrente, entendo que os investimentos para sua efetivação não podem ser obscurecidos pela evidência da derrota.

No próximo capítulo, o leitor irá acompanhar o debate sobre o “momentoso problema” no Congresso Nacional. A intenção desse exercício foi construir um painel dos confrontos e das confluências que marcaram, no ano de 1959, o debate sobre a reforma agrária. Através desse painel o leitor poderá entender melhor – assim espero –, minha assertiva de que o nacionalismo deve ser pensado como um campo de forças atravessado por expectativas várias e por redes de interesses que às vezes reforçaram antigas expectativas, outras vezes exigiram sua redefinição.

UM MOMENTOSO PROBLEMA

Na sessão de 29 de janeiro de 1959, o deputado Celso Peçanha inaugurou na Câmara Federal, o debate sobre a reforma agrária :

Idéia fervilhante no cérebro dos revolucionários a Reforma Agrária é, hoje, pensamento dominante em todas as camadas do Brasil. Em verdade ninguém que se detenha hoje nos estudos dos problemas nacionais pode negar a necessidade de se decretar e de se exigir uma Reforma Agrária no país.

Ao pronunciarmos essas palavras, devemos declarar, desde logo, que não se deseja a entrega pura e simples de terra aos trabalhadores. Não, senhor presidente, como Reforma Agrária entendo não só distribuição de terras, mas também o fornecimento dos meios para o seu cultivo, vale dizer, de equipamento agrícola, de inseticida, de facilidade de financiamento sem juros altos, assistência médica, dentária e técnica, enfim, completa ajuda do governo.¹

Esse era, ao contrário do que parece, um discurso de despedida e o deputado se anuncia entristecido por não ter votado, depois de oito anos de legislatura, um projeto

sobre essa matéria, mas apesar disso, num zelo comovente para com o dever público, o orador concluiu:

Quero nesse instante, na antevéspera de deixar essa casa, fazer um apelo aos dirigentes dos partidos nacionais para que reúnam suas comissões executivas, os membros do parlamento nacional e elaborem um trabalho de fôlego sobre a matéria, o que julgo da maior importância para o Brasil, que está caminhando apressadamente para a fome. O povo vai à rua pedir alimentos e somente a Reforma Agrária poderá salvar o país dessa situação. Um bispo do interior de Minas Gerais proclamava: 'façamos a Reforma Agrária antes que o povo a faça'. Essas devem ser minhas últimas palavras aqui – Façamos a Reforma Agrária, antes que o povo a faça.²

Esse discurso inaugural dos debates que mobilizaram a Câmara Federal no ano de 1959, é para mim emblemático porque expõe com absoluta clareza, mesmo que a contragosto, a histórica resistência do Congresso em discutir a questão agrária, assim como explicita a sensação de emergência –“façamos a reforma agrária antes que o povo a faça” – que orientou a necessidade de quebrar essas resistências para evitar a revolução que como disse o deputado, “fervilhava do cérebro dos revolucionários”. Mas esse apelo, marcado pela necessidade de contenção, parece ter criado a possibilidade de contraposições radicais.

Após a instauração da nova bancada, o debate sobre o momentoso problema prosseguiu entusiasmado. Na terça-feira, 17 de março de 1959, o deputado Seixas Dória “põe lenha na fogueira” com um discurso contundente. Como membro da UDN – partido que fazia

oposição a Juscelino Kubitschek – ele começou seu pronunciamento criticando a reunião de governadores do Nordeste, promovida pelo Governo Federal, que na sua perspectiva era só uma forma de levar um pouco de ópio às populações dominadas pela desesperança e de adiar, por pouco tempo, a revolução popular que viria inevitavelmente “tangida pela fome e imposta pela miséria” :

Não podemos admitir honestidade do governo quando pretende recuperar o Nordeste sem enfrentar ali seu problema fundamental: a Reforma Agrária. Embora, senhores deputados, não se deva perder a visão do conjunto, pois o mal abrange a totalidade do país, é no Nordeste que o fenômeno é mais agudo e periodicamente dá mostras de calamidade pública. Cerca de três milhões de nordestinos se vêem na contingência de trabalharem em terra alheia. Isso quando vemos mal aproveitados os nossos vales úmidos, entregues, à mais desenfreada mão-de-ferro reacionária, as áreas dominadas à jusante dos açudes públicos que nada mais são do que feudos molhados na vastidão do deserto, onde o coronel impera como um suserano medieval e tem na sua gleba a réplica do absolutismo que vem desaparecendo no mundo de hoje até nos últimos sultanatos e califados do Oriente Médio e das Cubatas tribais das selvas africanas. Armado no tripé delegado de polícia, feitor e fiscal de rendas, rouba e mata, desconhece e despreza a lei e traz seu rebanho humano sob o manto de sua tirania cinzenta e odiosa.³

No auge do seu entusiasmo, Seixas Dória é aparteado por seu colega Carmelo D’Agostinho, que argumenta ser aquela a hora de redenção do pobre povo nordestino. Com

base no discurso proferido pelo Excelentíssimo Presidente da República, Juscelino Kubitschek, D'Agostinho argumenta que o anúncio de providências – novas construções, irrigação e investimentos econômicos na agricultura e na indústria, num total de 18 bilhões de cruzeiros – basta para convencer “que chegou a vez do Nordeste, que terminou sua Odisséia. O Nordeste vai reflorir na sua posição econômica e seu povo vai ter padrão de vida igual aos demais brasileiros”.⁴

Se o aparte do colega deputado tinha a pretensão de conter o tom vigoroso do discurso de Seixas Dória, ou mesmo de desautorizá-lo com índices estatísticos comprovadores das boas intenções e do compromisso do governo para com o Nordeste, o tiro saiu pela culatra. Entusiasmado, Dória respondeu:

Lamento que o nobre deputado não tenha entendido as primeiras palavras do meu discurso. Não compreendo recuperação do Nordeste sem Reforma Agrária.

*Denuncio e acuso dessa tribuna todas as operações que encenadas como de alta cirurgia administrativa são, na realidade, meros curativos de chapas externas deixando que continuem enfermo, às portas da agonia, o organismo social brasileiro. Reforma Agrária em primeiro lugar, ou ninguém de bom senso acreditará nesse simulacro de redenção que pode resultar numa maior submissão do nordestino aos barões feudais, agora eufóricos com a promoção a condes industriais! Sem Reforma Agrária o programa do Senhor Presidente da República, Juscelino Kubitschek é uma algema dourada com o ouro da caridade e uma exploração cínica da credulidade e da paciência de um povo explorado.*⁵

Segue uma rápida e educada troca de impressões. D'Agostinho acusando Dória de precipitação, por não reconhecer que antes de uma Reforma Agrária era preciso resolver o problema das terras calcinadas pela seca e Dória acusando D'Agostinho de só estar interessado no problema do Nordeste para resolver a crise da indústria paulista, resultante da falta de um mercado interno. Entra em cena então a turma do “deixa disso” e o Deputado Josué de Castro, expõe sua opinião abalizardíssima:

Meu nobre colega Seixas Dória, na verdade devo confessar que não estou de acordo com Vossa Excelência, no seu ceticismo integral em face da 'Operação Nordeste'. Sou daqueles que acreditam no Brasil quando se tomam iniciativas, certas ou erradas, porque à força das circunstâncias progredimos. Sou otimista e, no caso da 'Operação Nordeste', esse otimismo se fundamenta ainda mais em face da circunstância de que pela primeira vez se voltam para o Nordeste vistas com um sentido político – mas, também com base estrutural, com base científica, com base técnica, no sentido de formular para a problemática do Nordeste uma solução que obedeça a um plano bem orientado. É a primeira vez portanto, que se procura inserir o sistema econômico do Nordeste dentro da economia nacional (...) Creio portanto, que alguma coisa vá sair desse plano no sentido de arrancar o Nordeste do seu marasmo econômico e as populações que aí vivem do estado de pauperismo crônico de fome e miséria (muito bem!) a que estão submetidos até o momento.

Devo, no entanto, também dizer que estou inteiramente com Vossa Excelência quando exige que a Reforma Agrária seja um pré-requisito para qualquer plano de revalorização de uma região como a do Nordeste que vive até hoje num regime agrícola arcaico e feudal, com uma estrutura da terra inteiramente superada pela realidade econômico-social de tal forma que sua agricultura é a de menor rendimento do país, com produtividade da mais baixa do mundo. E esse rendimento baixo, é produto dessa estrutura inadequada onde existe, ao lado dos latifúndios inexplorados, a pulverização dos minifúndios. Nada será possível fazer, em matéria de industrialização no Nordeste, enquanto não tiver uma agricultura estruturada, capaz de fornecer as matérias-primas indispensáveis a essas indústrias e os recursos de subsistência que as tornem econômicas. No momento são antieconômicas em face do próprio relatório do plano do Nordeste (...) Para terminar devo dizer a Vossa Excelência, como nacionalista que a Frente Nacionalista pôs entre os temas de debate, estudo e ação parlamentar em 1959, em primeiro lugar, por sua oportunidade e necessidade o problema da Reforma Agrária.⁶

Essa citação tão longa se impõe ao texto porque evidencia como os nacionalistas agenciaram as possibilidades de intervenção que estavam colocadas naquele momento. Sem desautorizar a necessidade de reforma agrária – tão enfaticamente colocada por Seixas Dória – Josué de Castro recorre à questão do subdesenvolvimento estrutural para defender a necessidade de uma intervenção estatal planejada, com a qual ele se propõe a contribuir, como membro da Frente Parlamentar Nacionalista, através da combinação de estudos e a ação parlamentar sobre a reforma agrária. Ou seja, para Josué de Castro, a ação governamental

deveria ser completada com uma ação legislativa propositiva, que no conjunto, criaria reais possibilidades de mudança para o Nordeste.

Um dos pontos de partida para explicar essa predisposição para negociar é localizar a filiação política de Josué de Castro. Como membro do PTB, ele fazia parte da composição política que dava sustentação ao governo Juscelino Kubitschek, mas essa posição não excluía a possibilidade de autonomia que orienta seu compromisso de defender a reforma agrária. Além disso, como autor de um estudo muito em voga naquele momento, “A Geografia da Fome”, Josué de Castro filiou-se, no Brasil dos anos cinquenta, a um grupo de cientistas sociais, que se propunham a decifrar as causas da miséria endêmica e epidêmica de nossa gente e a transformar essa produção acadêmica em planos de ação. Uma atuação política extremamente ativa, garantiu sua presença em vários espaços de discussão sobre a questão agrária, alargando enormemente suas esferas de atuação. No prefácio do referido livro, André Mayer, professor da Universidade de Paris e ex-presidente da FAO (Organização Internacional de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas), localizou por exemplo, a filiação do autor a um projeto de intervenção mundial contra a fome:

O problema da fome é difícil, não há dúvida. Mas pode ser exposto claramente. As condições de sua solução podem ser definidas e a ação a empreender para chegar ao fim já pode ser calculada (...) As cinquenta e sete nações membros da FAO já o compreenderam. E resolveram agir.

É dentro dessa ação de grande envergadura, de tanta amplitude e de importância tão fundamental, que se coloca o livro do professor Josué de Castro. E chega um momento oportuno. Uma das primeiras coisas a fazer é

*levantar um inventário, tão completo quanto possível, da situação atual. Trata-se no sentido médico da palavra de fazer a observação de seu estado de nutrição. No sentido geográfico, de um ensaio ecológico dessas populações, estudando o complexo que criou o solo, o clima, as plantas e os animais. E no seu sentido sociológico um inquérito econômico-social. Historicamente trata-se de um estudo da origem e do desenvolvimento da situação atual.*⁷

E é exatamente essa trilha que Josué de Castro segue em seu trabalho. Ressaltando que o maior obstáculo ao planejamento de soluções adequadas ao problema da fome é o pouco conhecimento que se tem do problema em conjunto, ele opta por construir no texto “uma visão panorâmica” que lhe permitiria ver o problema da fome em sua “realidade total”, localizando, delimitando e correlacionando os fenômenos naturais e culturais que provocaram no Brasil,

*(...) a fome parcial, a fome oculta, na qual pela permanente falta de determinados elementos nutritivos em seus regimes habituais, grupos inteiros de populações se deixam morrer lentamente de fome apesar de comerem todos os dias.*⁸

Em seu livro “Geografia da fome”, no qual fiz um recorte para ressaltar o Nordeste, e mais particularmente a sua área açucareira, as imagens contrastantes se impõem: terra fértil propicia ao cultivo certo e rendoso de uma infinidade de produtos alimentares – cereais, frutas, verduras, leguminosas: “ Tudo brotava com tamanho ímpeto que não se pode acusar de descabido exagero a famosa frase do verboso escritor Pero Vaz de Caminha de que ‘a terra é de tal maneira dadivosa que em se querendo aproveitar dar-se-á nela tudo’”. Mas também,

terra sacrificada pela escolha histórica do colonizador que optou pela monocultura intempestiva, destruindo, degradando, alterando sua estrutura: “e a cana se mostrou mais uma vez capaz de dar muito lucro, mas de exigir sempre muita coisa em compensação. De exigir uma escravidão tremendamente dura, não só do homem mas também da terra a seu serviço”; apetite insaciável, regime de autofagia: “a cana devorando tudo em torno de si, engolindo terras e mais terras, consumindo o humo do solo, aniquilando as pequenas culturas indefesas e o próprio capital humano, do qual sua cultura tira toda vida”; asfixia, pobreza, miséria do homem, miséria da terra. “A monocultura é uma grave doença da economia agrária, gangrena que ameaça invadir o organismo inteiro”; riqueza que provoca decadência “dos senhores amolecidos por um regime com excessos de açucarados e das massas definhando a olhos vistos morrendo de fome quantitativa e qualitativa”; terra bagaço; homem bagaço – “Jeca Tatu Nordestino” : Um povo fraco, um povo doente, “pasto de terríveis moléstias”, rendimento mínimo no trabalho. “Um ônus, um peso-morto, susceptível de obstruir e dificultar o curso normal do progresso”⁹.

Como podemos ver, para Josué de Castro foram os fatores de natureza cultural que deformaram o desenvolvimento da sociedade nordestina. O latifundismo agrário-feudal e a opção pela monocultura da cana provocaram as deficiências alimentares, a subnutrição, as doenças infecciosas e carenciais, o analfabetismo, a submissão e o baixíssimo poder aquisitivo da maioria da população, e a manutenção dessa situação enredava o Brasil no “Círculo de ferro do subdesenvolvimento”. Por isso, a reforma agrária era imprescindível, assim como era imprescindível a industrialização do país. Esse dilema anunciado no seu livro com o subtítulo “pão ou aço”, foi enfrentado com cuidado no plano de ação política, pois se, por um lado, seu diagnóstico do real colocava a necessidade de mudanças estruturais profundas e urgentes, por outro, a consciência do subdesenvolvimento como um problema que só poderia ser superado a

longo prazo, sobretudo por causa da resistência dos setores arcaicos, dava a medida de uma atuação moderada, mas firme e propositiva.

Para esse escritor e deputado que se autodenomina um otimista – como vimos em seu discurso na Assembléia – é chegada a hora de superar os contrastes que submetiam a terra e o homem do Nordeste à mais cruel exploração. Proselitismo? Não. Crença no progresso! Sonhos de modernização! Uma crença que foi exercida como uma batalha incansável no campo político, que venho chamando de nacionalismo e que tornou possível a partilha desses sonhos de modernização e dessa crença na intervenção estatal com Celso Furtado, economista do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) que assumiu em 1958 a coordenação da CODENO (Conselho de Desenvolvimento do Nordeste) e nesse espaço institucional inscreveu seu otimismo em relação à superação do subdesenvolvimento e dos seus dilemas. A “Operação Nordeste”, criticada páginas atrás pelo deputado Seixas Dória, como “mero curativo de chapas externas” é o lugar de coincidência das esperanças que aproximam Josué de Castro e Celso Furtado.

UMA OPERAÇÃO DE LONGO ALCANCE

Segundo Francisco de Oliveira, Celso Furtado elaborou uma teoria alternativa para explicar o subdesenvolvimento ao localizar dentro de um mesmo campo capitalista graus diferentes de desenvolvimento que seriam resultado de processos e percursos particulares de cada realidade social. Dessa forma, ele desloca a questão do subdesenvolvimento da histórica interpretação que o entende só a partir da oposição centro X periferia do capitalismo, bem como da idéia de que o subdesenvolvimento deveria ser pensado como uma etapa de um

processo linear e evolucionista, pelo qual deveriam passar inevitavelmente todas as economias subdesenvolvidas até chegarem a ser economias capitalistas desenvolvidas.

Esse deslocamento possibilita a construção de um diagnóstico do subdesenvolvimento brasileiro – sua gênese e suas particularidades –, bem como a construção de modos de intervenção autóctones. Nesse sentido, a “Operação Nordeste” pode ser entendida como um dos carros-chefe da política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek que, como vimos no discurso de Josué de Castro, acredita poder interferir através de órgãos político-administrativos na questão das disparidades regionais, resolvendo a dualidade entre setores modernos e atrasados da economia brasileira. Para Celso Furtado, o planejamento dessas ações deveria ser colocado acima dos interesses de grupos sociais específicos e legitimado em nome da promoção da nação. O comentário de Francisco de Oliveira abaixo colocado, parece confirmar essa interpretação :

*Estamos em plena euforia da industrialização Kubitschekiana: também o Nordeste somente conseguirá sair da situação de periferia se vencer o subdesenvolvimento e se industrializar. Os interesses das classes sociais nacionais, são resolvidos em torno da industrialização: de fora apenas os latifundiários do Nordeste, e não precisamente os barões do açúcar, mas os do complexo algodão-pecuária, os coronéis.*¹⁰

Ao mesmo tempo em que transforma o Nordeste brasileiro em espaço privilegiado de intervenção, Celso Furtado também o inscreve como lugar do atraso, do desequilíbrio, do

empecilho aos projetos de desenvolvimento, e até de ameaça à unidade nacional, numa clara radicalização das leituras dualistas tão em voga naquela conjuntura:

A desigualdade econômica, quando alcança certo ponto, se institucionaliza. Tal fato que observamos nas sociedades humanas – a tendência das desigualdades a se institucionalizarem e a formarem classes –, também pode ocorrer entre regiões do mesmo país. Quando a desigualdade entre níveis de vida dos grupos populacionais atinge certos limites, tende a institucionalizar-se. E quando um fenômeno econômico dessa ordem obtém sanção institucional, sua reversão espontânea é praticamente impossível.¹¹

A razão de ser da "Operação Nordeste" é então justificada pela necessidade imperiosa de enfrentar, antes que seja tarde demais, os problemas do desequilíbrio regional. A construção desse projeto de intervenção, lido por Seixas Dória como "uma alga dourada com o ouro da caridade" e como uma "exploração cínica da credulidade e da paciência de um povo explorado", é pensada por seu idealizador a partir de imagens radicalmente diferentes, inclusive porque, é preciso reconhecer, os lugares de atuação também são completamente diferentes:

Estamos diante de um problema de grande complexidade. Nenhum de nós pode alimentar a ilusão de solucioná-lo a curto prazo. O que almejamos, o que pretendemos, é modificar a tal ponto a maneira de encarar o problema que não seja possível voltar atrás. Como um astrônomo que, ao provocar pequena

*alteração na posição de seu telescópio, desloca a objetiva através de distâncias siderais, acreditamos poder condicionar todo um processo histórico, modificando elementos estratégicos e alterando tendências de setores fundamentais*¹²

Mas o que efetivamente significava essa intervenção? Antes de responder a essa pergunta é preciso delimitar, desenhar esse espaço e seus conflitos, pois é a partir desse diagnóstico que foram elaborados os planos de ação. Para Celso Furtado, o Nordeste é a mais extensa e a mais populosa zona de baixo desenvolvimento de todo o hemisfério ocidental, pois a monocultura favoreceu o latifúndio que ocupando as terras de melhor qualidade, inibiu o desenvolvimento de qualquer culturas adicionais, concentrando enormemente a renda e impedindo a formação de um mercado interno.

Além desses lugares de descrição, em tudo coincidentes com as imagens do Nordeste que foram elaboradas por Josué de Castro, Furtado também realça a vulnerabilidade e a instabilidade do sistema econômico do Nordeste como um grave empecilho para a realização de um projeto de desenvolvimento regional:

*A complexidade da questão se agrava se levarmos em conta um elemento específico do problema nordestino - a semi-aridez de grande parte do território e as secas. Convém salientar que o panorama apresentado até agora, com ignorância desse elemento, refere-se a uma economia de baixa produtividade. Mas a economia do Nordeste não é só um sistema de baixa produtividade. É também um sistema sujeito a crises sui generis de produção e emprego.*¹³

Assim o semi-árido com seus altos índices populacionais, suas particularidades climáticas (irregularidade pluviométrica); sua vegetação peculiar (a vegetação xenófila); e sua tradição pecuária, tornou possível a criação de uma economia fechada e vulnerável.

*O sistema econômico que existe na região semi-árida do Nordeste constitui um dos casos mais flagrantes de divórcio entre o homem e o meio, entre o sistema de vida da população e as características mesológicas e ecológicas da região. Esses recursos naturais ainda não foram devidamente estudados. Ainda não se pensou em criar uma economia da caatinga. Explora-se de modo rudimentar o algodão-mocó e algumas outras xenófilas. Mas a caatinga encerra ainda muitas possibilidades, e pode proporcionar forragens arbóreas, resistentes à seca.*¹⁴

Por isso a questão não é, para Celso Furtado, só um problema de falta de água, é sobretudo um problema de inadaptação e de ausência de um planejamento que leve em consideração as particularidades da região e das suas sub-regiões. Podemos começar a vislumbrar aqui as alterações do astrônomo que, de seu ponto de vista privilegiado, desloca a sua objetiva e pretende condicionar, modificar, alterar tendências. Ou seja, para Celso Furtado, o problema do Nordeste não seria solucionado com ações pontuais, localizadas, artificiais (represamento de água, e/ou introdução de plantas exóticas, por exemplo), mas com uma ação de grande envergadura, uma intervenção estrutural que modificasse todo o processo histórico e desenvolvesse as potencialidades da região.

A primeira ação da "Operação Nordeste" deveria então ser um plano de adaptação para criar no semi-árido uma economia adaptável, resistente à seca. Isso implicaria necessariamente uma diminuição de sua densidade demográfica – particularidade que torna catastróficos os efeitos das estiagens – e numa exploração dos recursos naturais possibilitada por um persistente e rigoroso estudo do meio.

A segunda ação estaria balizada pela necessidade de resolver a absorção dessa população deslocada do semi-árido. Por isso, consistia em alargar fronteiras com técnicas adequadas como a abertura de estradas e a organização de colônias agrícolas.

A terceira linha de ação deveria priorizar os investimentos industriais, não como um *a priori*, mas como decorrência das transformações da economia. Com a industrialização, a região poderia potencializar suas riquezas, seja pelo desenvolvimento do setor secundário, seja pela resolução do problema do desemprego nos seus espaços urbanos, mas acima de tudo, a industrialização do Nordeste deveria promover o desenvolvimento de um mercado interno, que por sua vez diminuiria as disparidades regionais.

A quarta ação se concentraria na resolução do problema de abastecimento de alimentos, uma questão que implicaria em intrincados procedimentos econômicos. Não bastava para Celso Furtado, aumentar a oferta de produção de alimentos porque só essa iniciativa poderia gerar uma drástica diminuição dos preços, que por sua vez inviabilizaria a rentabilidade agrícola, comprometendo o desenvolvimento do mercado interno e consequentemente o projeto de industrialização.

Portanto, todas as iniciativas parecem confluir para a efetivação de um projeto maior : a industrialização do Nordeste. E é também em função desse projeto que ele propõe uma intervenção na estrutura agrária :

O ponto nevrálgico da economia nordestina está, portanto, em sua agricultura. Se não resolvermos o problema da utilização adequada das terras da faixa úmida - subutilizada nos latifúndios do açúcar e nos chamados vales úmidos da zona litorânea -, não poderemos criar no Nordeste, uma indústria capaz de sobreviver.¹⁵

Sem nomear diretamente esse modo de intervenção como reforma agrária, apesar de reconhecer, como todos os nacionalistas, sua necessidade para desobstruir os rumos do desenvolvimento nacional, Celso Furtado, na verdade, opta por um discurso bastante contido. Talvez por uma avaliação de que a exacerbação em torno da problemática comprometeria enormemente seu projeto de modernização para a região.

A presença de várias pressões podem ajudar a entender essa postura: de um lado, a resistência do Congresso em aprovar a criação da SUDENE, uma resistência que inclusive contou com a mobilização de vários políticos regionais, alguns deles governadores, todos bastante preocupados de verem desmantelados seus espaços de poder. Por outro lado, o seu lugar institucional de perito, contratado pelo governo federal para solucionar problemas que eram tidos como os maiores empecilhos ao desenvolvimento do país, implicava na construção de um compromisso com o desejo e a esperança de muitos (parlamentares jornalistas, bispos, industriais ...), que como vimos, acreditavam ser a intervenção estatal uma saída para a crise. Em meio a esse fogo cruzado, sua opção pessoal foi a de não se envolver em disputas políticas, mas isso não evitou que seus planos de intervenção acabassem enredados por essas disputas. Numa avaliação feita anos depois por Francisco de Oliveira, assumidamente seu

discípulo, essa postura foi colocada claramente como um problema que comprometeu a eficácia de seu projeto. No seu texto "Celso Furtado e o pensamento econômico brasileiro", o autor localiza aquele que seria o lado fraco do projeto de ação e da teoria furtadiana no momento de seu apogeu, quando da elaboração da "Operação Nordeste" e posteriormente com a criação da SUDENE:

*(...) é evidente que essa ideologia recobria também, como é próprio de toda ideologia, antagonismos de classe e de interesses que, ou não interessa explicitar, ou ficavam submergidos no interesse maior, mais global, que era o desenvolvimento econômico. Em outras palavras, interesses de camponeses, de trabalhadores e de operários, dentro da construção ideológica, da construção teórica cepalina e de Furtado, não encontram lugar.*¹⁶

O projeto de desenvolvimento regional foi pensado, então, exclusivamente em termos "dos interesses proeminentes em escala nacional". Só que os "interesses proeminentes em escala nacional" eram também os interesses dos ricos, inclusive dos ricos senhores donos de terra - não raro, também deputados e senadores do Nordeste. Não podemos esquecer que, no arco de alianças proposto pelo idealizador da "Operação Nordeste", só ficaram de fora os velhos coronéis do complexo algodão-pecuária, que simbolizavam o arcaísmo responsável pelo atraso político e econômico da região. Os grandes latifundiários da zona da mata, produtores de cana de açúcar, eram vistos como potencialmente modernos, pela possibilidade de fazer coincidir no seu espaço de produção a indústria e a agricultura – síntese de uma das formas como o progresso era entendido naquele momento.

Acho que podemos voltar à Congresso Nacional, onde os políticos enfrentavam, com alguma bravura, é preciso reconhecer, os perigos de uma iminente crise social. Os gritos de revolta “do rebanho tangido pela fome e pela miséria” parece que ecoavam naquele democrático ambiente, causando medo, tanto quanto incitando pronunciamentos contundentes. Com a palavra, mais uma vez, Seixas Dória:

Enquanto o meu brilhante e eminente colega, Deputado Josué de Castro, diz que apenas parcialmente está com o Orador, quero dizer que a S. Ex^a, que estou inteiramente de acordo com suas palavras nesse aparte. Realmente o único lado positivo da Operação Nordeste foi fazer voltar às vistas do Governador da República para aquela região inteiramente abandonada do país. Mas, senhor presidente, V. Ex^a reafirmou aquele ponto de vista que eu sabia ser o seu: que não se pode compreender uma Operação Nordeste sem uma reforma de estrutura, que é a Reforma Agrária.¹⁷

A insistência de Seixas Dória vai rendendo frutos. Timidamente, o deputado Passos Porto se posiciona, atingindo exatamente o alvo da questão:

A Operação Nordeste no setor da agricultura se preocupa com o sentido unilateral do abastecimento, esquecendo-se de que as áreas úmidas do Nordeste estão ocupadas pela monocultura da cana ou pelo capim.¹⁸

Apoiado em suas críticas, ainda que tão parcimoniosamente, Seixas Dória radicaliza. Depois de mais uma vez criticar a Operação Nordeste, vista por ele como um embuste, "um

canto de sereias", o bravo deputado ataca o Ministério da Agricultura, "mera repartição burocrática", e finalmente acusa todo o governo federal de corrupção. Depois dessa rajada de tiros, conclui com uma explícita ameaça:

É bom que os nordestinos digam, pela voz dos seus representantes no Congresso ao senhor Presidente da República, que não continue a viver de 'slogan' e rótulos desmoralizados, que não brinque com a fome de ninguém, pois o Nordeste pode tornar-se um barril de pólvora capaz de fazer explodir o mal estar social que domina o Brasil inteiro, fruto em parte dos desvarios de V. Excelência.

*A hora, senhor presidente, é de atitudes claras, definidas e definitivas. O povo derrubará os embusteiros, castigará desapiedadamente os ladrões e dará um rumo novo a Nação que quer se libertar das forças retrógradas do passado.*¹⁹

No final desse discurso contundente, os apanhados taquigráficos registram que muitas, muitas palmas, ecoaram no recinto do Congresso, aguçando minha imaginação: seriam as palmas o registro do entusiasmo de nossos bravos deputados ? Ou seriam as palmas indícios de um nervosismo generalizado, que estaria abalando os membros daquela casa ?

No dia seguinte, 18 de março de 1959, Josué de Castro resolveu dar uma resposta política ao entusiasmo de Seixas Dória, apresentando um projeto de Reforma Agrária como uma "modesta e patriótica contribuição, baseada não em motivos emocionais ou sentimentais, mas em uma técnica racional de utilizar melhor a terra para sua maior produtividade e para o benefício da maioria que nela trabalha", afinal ele também se considerava um legítimo

representante das vozes do Nordeste. Com muita habilidade política, localizou sua iniciativa a partir de uma solicitação do próprio Presidente da República:

Sr. Presidente, na mensagem do Presidente da República, enviada ao parlamento por ocasião da abertura dos trabalhos desta legislatura, lê-se um parágrafo, a meu ver bastante significativo nesta hora de transição econômica que o país atravessa, sobre a necessidade de dar o parlamento combate à grave crise de abastecimento e à carestia da vida que nos assola. Deve o congresso proceder no sentido de minorar por todos os meios esta situação a fim de ampliar a produção agrícola nacional. Refiro-me, à parte na qual o Senhor Presidente da República encarece a necessidade de uma reforma estrutural.

*(...) O projeto que conjuntamente elaboramos [ele cita vários estudiosos] visa proporcionar ao governo instrumento legal com que possa promover a desapropriação por interesse social, medida indispensável a uma reforma de base econômica e de interesse da coletividade.*²⁰

Mais uma vez o movimento de Josué de Castro é de aproximação com as propostas do Governo Federal, uma aproximação que pressiona, exige medidas, e mais do que isso, subsidia a exigência de medidas. Nenhuma manifestação é registrada na Assembléia apesar da ressalva do deputado de que essa seria uma Reforma Agrária de base econômica, uma técnica racional de utilização da terra, tal como propunha a doutrina social trabalhista elaborada por A. Pasqualini, que definia ser o objetivo primeiro dos trabalhistas, exigir a atuação reguladora do estado na economia como forma de promover o bem-estar social. Onde estaria Seixas Dória?

UM PROJETO CONTAGIOSO, MAS NEM TANTO ...

Três dias depois do pronunciamento de Josué de Castro, o deputado Coutinho Cavalcante, membro do PTB e também integrante da Frente Parlamentar Nacionalista, comunicou a seus nobres colegas ter enviado à mesa diretora um requerimento para que fosse desarquivado um projeto sobre reforma agrária de sua autoria, encaminhado para discussão naquela casa, muitos anos antes :

(...) Hoje, felizmente o assunto deixou de ser perigoso e a receptividade pelo problema se amplia de maneira contagiosa.

Em princípio, ninguém mais discute a necessidade e a indispensabilidade de uma solução rápida e criteriosa que venha atender às necessidades da nova e correta estrutura agrária do nosso país, consubstanciada na revisão e no reajustamento das normas jurídicas, sociais e econômicas-financeiras que regem a dita estrutura.

*(...) A Reforma Agrária alcançou limite extremo de uma alternativa crucial: ou vem pelas mãos da evolução ou é imposta pela Revolução. O ventre da estrutura agrária, fecundado pelas modernas concepções sócio-democráticas alcança o termo final da gestação. Cumpre que o novo venha à luz sob os cuidados da legalidade. Essa é a nossa intenção, esse é o objetivo dominante do projeto que apresentamos.*²¹

O discurso de Coutinho Cavalcante chamou minha atenção por várias questões. O ponto de partida é a constatação de que a Reforma Agrária deixou de ser um assunto perigoso, posto que representava necessidade reconhecidamente indispensável de nossa “evolução social”, mesmo assim, ele argumentava que o parto – metáfora da culminância de um processo “fecundado pelas modernas concepções sócio-democráticas” – deveria ser conduzido (ou seria melhor dizer induzido?) pelos guardiões das leis, ou seja, eles próprios, os deputados, pois o seu papel nessa intervenção cirurgicamente planejada, parece o tempo inteiro ameaçado pela presença da Revolução.

Essa tensão entre a necessidade de intervenção controlada e possibilidade do caos e do descontrole, orientou, por todo o ano, os debates no Congresso Nacional. Interessante registrar que o projeto em questão já havia sido recusado inúmeras vezes desde sua primeira apresentação ainda durante o governo de Getúlio Vargas, mas, tinha servido de base para a Reforma Agrária Cubana. Talvez isso possa explicar a insistente recusa de ao menos discuti-lo. E talvez isso explique também a ênfase de Coutinho Cavalcante na necessidade de uma solução legal, já que muitos nacionalistas ligados à Frente Parlamentar estavam receosos de que sua posição de defender a reforma agrária fosse confundida como uma filiação ao comunismo.²² Se essa suposição estiver correta, temos aqui mais um exemplo das dificuldades vivenciadas cotidianamente pelos nacionalistas para compor uma força política capaz de fazer frente àqueles que eram considerados por eles, “inimigos do progresso”, e portanto inimigos da nação. Cada vez mais espaçadamente, e sempre sem ultrapassar os limites da sessão de comunicações, o debate sobre a Reforma Agrária prosseguia.

Em 31 de março, Raul de Góes, deputado paraibano, também do PTB, se posiciona. Seu discurso é exemplar desse clima de tensão generalizada no ambiente do Congresso.

Estrategicamente, ele o organiza a partir de um apanhado de todas as falas anteriores sobre a questão agrária. Josué de Castro, Carmelo d'Agostinho, Passos Porto, todos têm seus argumentos retomados num exercício que visa “precisar a complexidade do problema”. Seixas Dória no entanto, é citado muitas vezes, pois sua fala contundente em favor da Reforma Agrária precisava ser amenizada pelas condições prévias que balizavam os discursos dos vários deputados por ele citados.

Num impressionante exercício de retórica, o deputado Raul de Góes foi expondo os pontos de acordo, bem como os lugares de discordância para com esses pronunciamentos com a clara intenção de localizar argumentos que pudessem reforçar seu ponto de vista, sem contudo provocar enfrentamentos diretos :

Todas essas controvérsias resultam em última análise, Senhor Presidente, do sentido, que geralmente se empresta à Reforma Agrária de mera distribuição de terras aos lavradores, tendo-se em vista os exemplos históricos do México ou da URSS. Mas contrariamente a esses modelos revolucionários, que não desejamos em hipótese alguma, para o Brasil, há os de Reforma Agrária permanente e progressiva adotados nos Estados Unidos, na Grã-Bretanha, na França, na Argentina e em várias outras democracias ocidentais.

Não podemos ser aprioristicamente contrários ao latifúndio se esse é produtivo e contribui para o progresso econômico da Nação, principalmente quando se trata de um determinado tipo de agricultura que requer grandes extensões de terra, como o algodão, a cana-de-açúcar e o café.

Inversamente, não devemos tão pouco centralizar nossas preferências no município, como um tipo ideal de Reforma Agrária, pois as pequenas propriedades sem assistência financeira ou técnica do Estado não lograriam êxito, mormente nos meios rurais nordestinos, onde tanto se faz sentir a falta de requisitos assistenciais. ²³

Segue uma solicitação para que sejam desarquivados todos os projetos “que dormem no arquivo da Câmara, nos quais se encontra condensada uma legislação rural que aponta soluções para esse problema” e em seguida, ele deixa escapar uma explicação do porquê desses projetos estarem arquivados por tanto tempo:

Talvez tenha sido por julgá-los um tanto avançados em relação à vida rural brasileira, o motivo que levou o congresso a não dar andamento àqueles projetos, preferindo aprovar a criação do Serviço Social Rural e Comissão Nacional de Política Agrária.

Chegou a hora, sr. Presidente, de desarquivarmos esses projetos para submetê-los a novos debates no sentido de melhor ajustá-los à realidade rural brasileira.

(...) Ainda recentemente, em pronunciamento público, o eminente sr. João Goulart, presidente do Partido Trabalhista Brasileiro, apontava vários problemas que estão a desafiar solução rápida de parte do poder público, citando como um dos primeiros, a Reforma Agrária. Uma reforma justa e humana capaz de proporcionar felicidade ao homem do campo.

Aos que temem hoje uma Reforma Agrária em moldes pacíficos, dentro do respeito constitucional ao direito de propriedade, cumpre-nos alertá-los parodiando a famosa advertência de Antônio Carlos: 'Façamo-la antes que o povo a faça'.²⁴

Num primeiro olhar o discurso do nobre deputado paraibano parece ter como motivação primeira refoçar o pedido de Coutinho Cavalcante para que fosse desarquivado seu projeto de reforma agrária. Essa perspectiva parece se confirmar se considerarmos a filiação de ambos ao PTB e a recorrência à idéia de que a emergência do tema exigia providências inadiáveis, mas que essas providências deveriam ser encaminhadas dentro do padrão de normalidade, ou seja, dentro da lei. No entanto, apesar desses pressupostos comuns, o discurso de Raul de Góes prima em condicionar a reforma agrária a uma série de condições prévias: educação do homem do campo, ampliação da legislação trabalhista para o meio rural, projetos de assistência técnica e financeira aos pequenos proprietários, etc. Não quero ser injusta com tanta abnegação, com tanto zelo, mas todo esse cuidado não parece indicar a expectativa de encontrar meios de remediar, ou mesmo conter em limites muito estreitos, o “momentoso problema” ?

Como veremos mais adiante, o projeto de reforma agrária que Coutinho Cavalcante solicita que seja desarquivado não se distancia muito da proposição apresentada por Raul de Góes, mas a evidente do deputado paraibano em defender a reforma agrária naquele momento e naquele espaço de poder, acentua a diferença de comprometimento dos petebistas com a batalha de superar a histórica resistência do Congresso Nacional de, ao menos, discutir a questão. Minha impressão é que como membro do PTB, Raul de Góes inscreveu-se no debate para cumprir a agenda do partido – um compromisso que aparece realçado pela citação ao

pronunciamento de João Goulart –, mas ao fazê-lo, ao invés de reforçar a unidade do partido em torno dessa questão, expôs, ainda que sutilmente, que as dificuldades de conciliar os conflitos entre as expectativas de reforma agrária estavam presentes em todas as esferas.

UMA REFORMA EXEMPLAR

No dia 11 de abril, uma notícia auspiciosa chegou aos congressistas e o entusiasmo tomou conta de novo daquela casa. O deputado Mário Martins solicitou do presidente autorização para a leitura da reportagem “Verdadeira Revolução Agrária”, publicada na revista “O Cruzeiro”, na qual o arcebispo do Rio de Janeiro, D. Helder Câmara, comunica a decisão da Igreja de realizar uma reforma agrária em suas terras. Para o entusiasmado deputado, a Igreja, frente à agitação – muitas vezes demagógica –, demonstra, com essa atitude, seu compromisso com a resolução do problema :

(...) a Igreja vem dar seu exemplo concreto, não apenas pregando, mas se propondo a organizar um plano de distribuição terras de sua propriedade nos estados do Maranhão, Goiás e Rio Grande do Norte. E pela palavra de D. Helder verifica-se que a igreja não pretende ficar num sentido teórico, mas oferece suas terras, para lá encaminhar famílias selecionadas, numa proporção de nove famílias brasileiras e uma estrangeira desde que afeitas ao trato da terra. E não se limita a doação de terras, pois se propõe a prestar assistência técnica, ajuda para a construção de casas - enfim, um plano realmente de fixação do homem ao solo.²⁵

Da entrevista de D. Helder, lida pelo deputado na Câmara, podemos inferir mais um desdobramento dos investimentos da hierarquia católica na questão agrária, que como já vimos tem muitos antecedentes. Relembrando. No início dessa década, a intenção de interferir no mundo rural resultou na estratégia de exigir que o estado suprisse as deficiências do desenvolvimento produtivo nas áreas subdesenvolvidas através de investimentos financeiros e do amparo ao trabalhador rural com a ampliação da legislação trabalhista para o campo, a criação de projetos educacionais e do incentivo ao cooperativismo que, no conjunto, garantiriam a promoção da justiça social. Aos poucos, e cada vez com mais intensidade, a aliança entre Estado e Igreja, foi sendo redefinida pela intervenção direta da Igreja no problema, sobretudo a partir de 1956, quando na reunião dos bispos do nordeste, em Campina Grande, estes assumiram o compromisso de “colocarem-se ao lado do povo oprimido”. Um compromisso que estimulou a criação de canais de convivência com os trabalhadores através dos programas de educação rural, e da efetiva participação na elaboração das políticas públicas para o setor.

Se por um lado essas interferências implicaram na reafirmação da aliança com o Estado, por outro lado autorizaram a exigência de que as ações propostas pelo governo fossem realmente eficazes. Essa parceria vigiada ficou claramente colocada na declaração final do encontro, quando os bispos, depois de reafirmarem a necessidade de elaboração de um “plano superior” que congregasse os poderes públicos, a iniciativa privada e a Igreja, ressaltaram a importância de que cada um dos parceiros mantivesse a liberdade de princípios para que, frente a “riscos de desvio de nobreza e dos objetivos comuns” pudessem ter uma “atitude de independência”.²⁶

Três anos depois, o “plano superior” não tinha ainda saído do papel, e a ressalva dos bispos ganhou materialidade na decisão de realizar uma reforma agrária nas terras da Igreja. O sentido de exemplaridade dessa atitude é claramente assumido por D. Helder Câmara :

A idéia da Reforma Agrária vem sendo estudada em todas as reuniões de Bispos. Sentíamos necessidade de a Igreja dar exemplo ao Governo, e aos particulares, de imprimir sentido social às terras de sua propriedade. Era antes de tudo problema de coerência com a doutrina social cristã que só terá força na medida em que for concretizada. Daí o passo dado.²⁷

Mas o exemplo da Igreja não deveria só atingir, mobilizar, alertar os aliados, ele deveria também reativar um lugar de contraposição :

Com isso, obtivemos ainda, duas vantagens: arrebatamos aos comunistas uma bandeira que imaginavam propriedade deles e evitamos uma reforma agrária precipitada, falha e só no papel.²⁸

O projeto, segundo D. Hélder, deveria começar com três experiências piloto; nas terras das arquidioceses de Goiana (Corumbá); no Maranhão(São Luiz) e no Rio Grande do Norte (nos vales úmidos de propriedade da Fundação Pio XII). Mas o bispo esperava que outras 30 dioceses incorporassem o projeto em parceria com os governos estaduais e os proprietários de terra nas mais diversas regiões do país.

A geografia dessa intervenção sugere uma estratégia minuciosamente planejada. A escolha por Goiás não parece indicar a decisão de interferir diretamente numa área de atuação antiga, e até então exclusiva dos comunistas ? Afinal, o movimento de Trombas e Formoso, apesar das muitas adversidades, continuava a se expandir. No caso do Maranhão e do Rio Grande do Norte, não seria possível pensar esses empreendimentos como barreiras para a expansão das Ligas Camponesas, sobretudo no Rio Grande do Norte onde o trabalho de educação rural já vinha sendo desenvolvido desde 1949 por D. Eugênio Sales, então bispo de Natal ? Além disso, a multiplicação de iniciativas a partir desse projeto – como previa D. Helder – não seria a garantia de domínio numa área de abrangência enorme e crucial para que a Igreja realmente se constituísse como uma alternativa aos comunistas ?

Dessas suposições, pelo menos essa expectativa de abranger muitos lugares e muitos grupos foi assumida por D. Hélder, que perguntado sobre quem seriam os beneficiados com a reforma agrária da Igreja, respondeu :

A amplitude da resposta dá medida da amplitude da experiência : em São Luiz do Maranhão serão aproveitadas famílias nordestinas acossadas pela seca; no Rio Grande do Norte, ficarão famílias que, de outro modo, sem o aproveitamento dos vales úmidos, teriam que abandonar o Nordeste; em Goiás aproveitaremos famílias vindas do interior, atraídas pela miragem das cidades, reduzidas hoje à condição de favelados, mas guardando a nostalgia da terra e querendo por tudo recomeçar a vida desde que possam contar com casa e com um pedaço de chão.²⁹

Mas a eficácia desse investimento só estaria completa se sua exemplaridade atingisse também os camponeses e, para isso, era preciso realçar as distinções entre as propostas da Igreja e as propostas dos comunistas (tal como a Igreja as viam) :

*O problema não é apenas contar com um pedaço de terra. Isso apenas não importaria em Reforma Agrária. O que de fato reformará a estrutura rural brasileira é assegurar a famílias idôneas, terra e assistência técnica, e assistência social, e assistência religiosa, de modo a possibilitar-lhes a ascensão do nível infra-humano para famílias cristãs com capacidade de produção, com poder aquisitivo e com ânimo de viver.*³⁰

Por isso, as “doações” de terra seriam condicionadas pela exigência de que os “beneficiados” correspondessem às expectativas da Igreja trabalhando a terra recebida, e guardando-a como um patrimônio inalienável, pois que da família. Todas as benfeitorias (casa, instrumento de trabalho, sementes, mudas, adubos e a manutenção até a primeira colheita) deveriam ser pagas pelos beneficiados para compor um fundo que, revertido, pudesse financiar outros empreendimentos, mas esse também era um mecanismo para estimular a solidariedade e evitar excessos :

*O presidente da República assegurou-nos tudo o que for necessário para o bom êxito da experiência piloto de Corumbá de Goiás. Mas a nós nos interessa realizar a experiência em termos tão possíveis, tão normais, tão pouco excepcionais que, depois, qualquer proprietário de boa vontade se convença da possibilidade, das vantagens de fazer o mesmo.*³¹

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Ao preservar seu projeto do perigo dos “excessos”, D. Hélder explicitou claramente o cuidado de circunscrever aos espaços de atuação considerados legítimos pela Igreja. Por isso quando perguntado sobre qual a opinião da Igreja a respeito de vários projetos de reforma agrária existentes na Assembléia Nacional, ele respondeu com cautela :

Longe de nós a presunção de, em terreno técnico ser mestres, ser infalíveis ou pensar em monopólio. A presença da Igreja, no caso, traduz o desejo de não pecar por omissão, de salvar a coerência entre a doutrina e a prática, e de dar o exemplo que nos cabe dar.

(...) A solução definitiva para o problema brasileiro é a Reforma Agrária aliada a industrialização da vida agrícola tal como está planejando o Grupo de Trabalho para o Nordeste constituído pelo Presidente da República. O que entusiasma no esquema elaborado em nome do governo por Celso Furtado, é que não se trata de plano faraônico e irrealizável. Entusiasma, sobretudo, saber que existem os recursos financeiros para a realização imediata do esquema que com o apoio pleno dos bispos do Nordeste e, acredito que os governadores e povo nordestinos, também apoiarão uma reestruturação da economia daquela área até hoje tão sacrificada.³²

Essa proposição da Igreja, resgatada para o ambiente do Congresso expõe, mais uma vez, o clima de insegurança que o debate da Reforma Agrária provocava naquele momento. A ansiedade de construir formas e modos de intervenção citando outros como lugar de reafirmação, explicita tensões disseminadas, bem como a necessidade de instaurar lugares de

autoridade para filiações muitas vezes implícitas: Mário Martins citou a Igreja, a Igreja citou o Governo Federal, numa tentativa de construir uma legitimidade que em absoluto exclui a disputa, a contestação, inclusive em lugares de esperada unidade.

Um ano após a publicação dessa entrevista, um grupo de religiosos católicos publicou um livro chamado "Reforma Agrária, uma questão de consciência". O tom do discurso é de exacerbação da idéia de perigo já que a ameaça parece disseminada, contagiando a todos, posto que se localiza até no próprio movimento de dizer, falar sobre:

*De pouco tempo a essa parte, vem sendo cada vez mais freqüente entre nós, não só em discursos e conferências, como em entrevistas, artigos, livros, relatórios oficiais e projetos de lei, a expressão Reforma Agrária. Não é difícil entretanto, notar que essa designação genérica tem servido de rótulo a sugestões ou projetos muito diversos em seus objetivos e no espírito que os anima.*³³

Anunciado o incômodo, o segundo movimento desse discurso é o da edificação de um lugar. Um lugar que tenta delimitar o perigo :

Assim pode-se falar de uma reforma agrária sadia, que constitua autêntico progresso, em harmonia com nossa tradição cristã, mas também se pode falar de uma Reforma Agrária revolucionária, esquerdista e mal sã, posta em desacordo com essa tradição. Este último tipo de Reforma Agrária importa em golpear a fundo ou até em eliminar a propriedade privada. Por isto mesmo ele deve ser tido como hostil também à família. Com efeito, como veremos,

*propriedade e família são instituições correlatas e fundadas nos mesmos princípios.*³⁴

Não há nenhuma novidade nesse discurso, mas dois aspectos me chamaram a atenção nesse livro. O primeiro pode ser localizado no discurso dos editores, que numa nota introdutória à 3ª edição, de 1961, realçam a dimensão do impacto que esse texto provocou:

*Apesar do caráter especializado do assunto, 'Reforma Agrária, questão de consciência' teve sua primeira edição, de 5000 exemplares, esgotada em 20 dias. A segunda edição, de 7000 exemplares, esgotou-se, por sua vez em um mês. O livro despertou a atenção do público nos diversos pontos do território nacional. Em São Paulo e no Rio de Janeiro figurou durante várias semanas entre as 10 obras mais vendidas.*³⁵

Poderíamos desconfiar dessa fala reconhecendo nela só a intencionalidade óbvia de um editor: vender e legitimar o seu produto. Entretanto, não é possível desconsiderar a evidência de três publicações em seis meses. Quem teria comprado esses livros? O que teria motivado essa voracidade de leitura sobre a concepção da Igreja de reforma agrária? E mais, como as pessoas teriam lido esse texto? Como uma recusa aos projetos de Reforma Agrária em pauta, como propõem claramente seus autores? Seria interessante se pudssemos responder a essas questões, mas a impossibilidade de fazer esse exercício não nos impede de pensar como o debate sobre a Reforma Agrária foi produzido e apropriado intensamente naqueles anos,

extrapolando os espaços institucionalizados do debate político como as assembléias, os partidos, os governos, disseminando conflitos e confluências.

Essa abrangência fica explícita também na forma como foram sendo produzidos os discursos sobre o tema. O texto em questão, por exemplo, foi construído com um didatismo impressionante. Cada discussão foi subdividida em vários tópicos pontualmente trabalhados e, como se isso não bastasse, todos os tópicos têm referências laterais com a síntese do argumento que neles se desenvolve. A linguagem é cuidadosamente clara e cada argumento, citação, referência é minuciosamente explorado, explicado, decodificado. Enfim, é um texto que foi construído com a pretensão de ser acessível, e penso que é exatamente nisso que ele se realiza como um modo de intervenção.

Paradoxalmente, ao tentarem definir no texto a “reforma agrária sadia” como uma alternativa à “reforma agrária malsã”, os autores reconhecem a reforma agrária como um projeto de outros, e negando-o, legitimam-no:

*Para evitar possíveis confusões, fica declarado que nesse livro a Reforma Agrária revolucionária, esquerdista, malsã é sempre mencionada com iniciais maiúsculas e entre aspas: 'Reforma Agrária'.*³⁶

Todo o texto é uma tentativa de demonstrar como a "Reforma Agrária" é uma intervenção estrangeira, estranha à vida e ao povo brasileiro, mas que parece disseminada, ameaçando a todos:

*Os debates sobre Reforma Agrária vão desse modo, induzindo lenta e quase despercebidamente muitas pessoas a aceitarem uma mentalidade esquerdista, ou a resvalarem mesmo para a adoção de programas socialistas e revolucionários que há um ou dois anos atrás, teriam rejeitados categoricamente.*³⁷

Em nenhum outro lugar encontrei um discurso que trata de modo tão explícito da emergência da reforma agrária, nem da presença devastadora do “outro” como o responsável pela emergência. Tensão e prontidão orientam o discurso dirigido às elites do país para que lutem em defesa da Nação:

*Esse trabalho se dirige, pois, aos membros das profissões liberais, aos eclesiásticos, aos políticos, aos militares e notadamente aos agricultores, engenheiros agrônomos, economistas, bem como, de modo geral, a todos os homens de cultura, de ação nos quais a fé e o amor à nossa civilização mantém vivaz a convicção da legitimidade e benemerência da propriedade privada, e aos quais incumbe, a títulos diversos, a defesa dos fundamentos da nacionalidade.*³⁸

Para essa Igreja, os fundamentos da nacionalidade eram a família e a propriedade privada, entendidas como indistinguíveis, posto que naturais e sacralizadas por Deus, e essa crença fundamenta a defesa dos proprietários rurais como homens probos, laboriosos e bons, numa clara legitimação da ideologia do paternalismo:

Dedicado de sol a sol à direção da faina rural, o proprietário, associado assim aos trabalhadores braçais na tarefa de tirar do solo recursos de que um e outros iriam viver, era verdadeiramente o 'pater', o 'patrão' de cujos bens e de cuja atuação, todos recebiam alimento, teto, roupa e meios de poupança, na medida da situação e da cooperação de cada qual.

*E como as relações de trabalho, quando bem entendidas, não ficam só em seu âmbito mais restrito, mas naturalmente criam compreensão, estima e mútuo apoio nas várias necessidades da vida.*³⁹

Esse mundo de harmonia, "em que a família era o esteio dessa ordem de coisas", está sedimentado nas "dez vezes secular tradição cristã, e tem como pressupostos: a legitimidade de uma diferença de classes no plano econômico e social" mas a legitimidade da diferença no entanto, não impossibilita que a igreja lute para que todos possam "ter uma existência digna e plenamente humana, nas condições que lhes são próprias, e na necessidade, de que dessa diferenciação comedida e harmônica decorra uma cooperação íntima".⁴⁰

No entanto, sombras vinham ameaçando esse quadro: a decadência religiosa na vida do campo e a desruralização dos proprietários agrícolas, afastando-os dos seus trabalhadores; bem como a eficiente propaganda socialista, subliminar, insinuante, marcada de silêncios, e construída a partir do desmantelamento de valores, conceitos, pressupostos cristãos, como a igualdade, a fraternidade e a justiça social.

Por reconhecer o perigo dessa presença ameaçadora, e, instituindo para o seu discurso um lugar de verdade amplamente sedimentado nos preceitos bíblicos e encíclicos, essa Igreja legitimou sua contraposição à "Reforma Agrária" como uma questão de consciência,

consciência cristã que entende e aceita a diferença de classe como um princípio natural e legítimo, e por isso, a consciência desse perigo iminente que poderia dismantelar essa ordem, se desdobra numa cobrança explícita - não devemos esquecer a quem esse livro foi dirigido: aos homens de cultura e de ação -, e claramente direcionada:

*(...) Estamos, pois, expostos ao risco de uma legislação aprovada num ambiente de irreflexão e açodamento. A ocasião é propícia para que a instituição da propriedade, em lugar de ser protegida e complementada com o necessário para a plena realização de sua função social, seja de tal maneira golpeada e cerceada no que tem de essencial que decaia para um estado de carência e raquitismo irremediável.*⁴¹

Por isso,

*A questão de consciência de que tratamos interessa, no momento, antes aos que, por sua autoridade em razão de cargo oficial, ou de sua influência sobre a opinião pública podem cooperar para a adoção ou rejeição da 'Reforma Agrária'. E isso ainda que não se trate de católicos.*⁴²

Apesar de colocar a possibilidade de uma reforma agrária sã e de fazer referência à função social da propriedade, esse documento foi constituído como uma oposição radical ao projeto dos bispos do Nordeste, pois, para seus autores a reforma agrária era “uma falsa solução para um problema inexistente”. Falsa porque as falhas e problemas do campo não decorriam do latifúndio nem dos latifundiários, mas do questionamento dos princípios

tradicionais que estruturavam a sociedade: a família e o respeito pela propriedade privada. Um dismantelamento provocado pela ideologia socialista que incitava uma mentalidade igualitária, confundindo até os espíritos católicos. Aplicado ao campo, o igualitarismo legitimava a idéia de que “o proprietário é um ocupante injusto de terras que deveriam ser distribuídas entre todos.”⁴³ Mas ameaçar a propriedade privada, era também ameaçar a família:

A natureza do homem leva-o a estabelecer nexos mais diretos com certas coisas e relações mais próximas com certas pessoas. Ser proprietário, ter família, são situações que lhe dão uma justa sensação de plenitude e personalidade.

(...)

*Entre a família e a propriedade há, diríamos, uma comunidade de raiz e uma reversibilidade.*⁴⁴

A Igreja, como tutora por “missão divina” do direito de propriedade e da família, não pode concordar com a “Reforma Agrária” – qualquer reforma agrária – que significasse uma interferência no direito de propriedade, porque a decadência da propriedade era a ruína da família. E é com um discurso extremamente apelativo, que foi constituído com a pretensão de ser uma advertência, que esses religiosos demarcam sua oposição ao projeto de D. Helder :

*(...) Não queremos afirmar que seja essa a intenção de todos os propugnadores da ‘Reforma Agrária’, ou mesmo da maioria deles. Mas quem deita o machado à raiz de uma árvore, não pode esperar que ela não caia só porque, ao dar o golpe, não tinha a intenção de derrubá-la...*⁴⁵

Não resisto à tentação de induzir você, meu caro leitor, a um rápido devaneio. Imagine em que proporções esse texto realimentou as posturas conservadoras de muitos dos nobres deputados quando os “agitadores” insistiam em ameaçar o seu sagrado direito de propriedade e deslegitimar seu lugar de homens probos, patriotas. Imagine também quanto realimentou a prepotência de grandes latifundiários, ciosos de seu tradicional lugar de chefes de família. Mas deixemos de lado os devaneios e voltemos ao Congresso Nacional, pois como esse texto só foi publicado um ano depois do debate que estamos acompanhando, é impossível, pelo menos por enquanto, investigar o seu impacto.

UMA ALIANÇA TÁTICA

No dia 23 de Abril de 1959, Fernando Ferrari, anunciou ao plenário da Câmara Federal os resultados de uma reunião em que o PTB discutira e se posicionara sobre os "problemas de base" do Brasil, e aproveitou para legitimar seu partido como um tradicional proponente de soluções para os problemas sociais. Fazendo coincidir essa tradição com o "momentoso problema", Ferrari lembrou que a elaboração de Lúcio Bittencourt, na constituição de 1946, sobre a desapropriação por interesse social, poderia ser "uma espécie de Abre-te Sésamo para os grandes problemas de terra no Brasil", assim como os estudos de Alberto Pasqualini deveriam ser uma referência para a formação da consciência de que é impossível propor reformas “sem modificarmos fundamentalmente a paisagem, sem tomarmos nas nossas mãos de legisladores o bisturi mágico e sem cortarmos amplamente, com incisões profundas, essa paisagem”.⁴⁶ Por isso, para ele, o PTB teria o compromisso histórico de

... ser um partido diferente dos outros, com grande estrutura, com grande armadura, para que possa interpretar mais do que nunca as aspirações do proletariado e sobretudo ajudar as massas amorfas do Brasil a se transformarem em povo para a felicidade da Nação.⁴⁷

Mas, quem seriam para o nobre deputado as "massas amorfas"? Os trabalhadores rurais. E como o PTB ajudaria em sua transformação? Primeiro, enfrentando o que para ele é o aspecto mais estrutural do "momentoso problema": a separação entre industrialismo e agrarismo no Brasil :

Se o nobre deputado J. Agripino folhear as estatísticas mais atualizadas da renda per capita no Brasil, certificará que nunca os problemas do campo foram tão graves quanto agora, e que nunca a vida rural brasileira empobreceu tanto quanto nos últimos seis anos. (...) Basta olhar o índice de evolução do industrialismo no Brasil e compará-los com os índices de evolução do agrarismo, que nos últimos anos a diferença aumenta de maneira crescente e quase dramática.⁴⁸

Por isso, a reforma rural passou a ser um dos problemas fundamentais para o trabalhismo. Mas como, para ele, deveriam os trabalhistas intervir nessa questão?

No meu entender, antes de tudo devemos começar pela Reforma Agrária, ao lado - sabem de quem, senhores deputados? - ao lado da Igreja, pois estou certo de que no Nordeste, não se fará Reforma Agrária sem a experiência do

*pároco que envolveu a própria batina e se meteu naquelas terras calcinadas, a ensinar os caboclos a distribuir áreas, a preparar glebas, numa obra apostolar, que extravasa quanto se fez até aqui, dentro do idealismo cristão e católico nesse país.*⁴⁹

Embora falasse como líder da bancada e em nome do seu partido, as relações de Ferrari com o PTB eram naquele momento extremamente conflituosas. Um mês depois desse pronunciamento na Câmara, ele recusou a indicação para disputar pelo seu partido a prefeitura de Porto Alegre e aceitou se candidatar a vice-presidente pelo Partido Democrata Cristão. Como candidato, Ferrari lançou “a campanha das mãos limpas”, base de sua plataforma eleitoral, que tinha como alvos de crítica a corrupção clientelista e a concentração de poder que, para ele, estavam afastando o partido dos princípios do trabalhismo. Só a partir de sua expulsão, no início de 1960, institucionalizou-se o “Movimento Trabalhista Renovador” como uma dissidência do PTB.⁵⁰

Nesse intervalo, a posição de Ferrari é marcada por ambíguos movimentos : como membro do PTB ele fazia parte da aliança política que sustentava o governo de J. Kubitschek; como candidato a vice-presidente ele assumiu uma postura de crítica ao governo. Por isso, quando em seu discurso, ele defendeu a aliança com a Igreja para a resolução da questão agrária e foi aparteado por Costa Lima, que lhe pergunta como o governo federal pensa em efetivar essa aliança, ele respondeu visivelmente irritado :

*Não represento governo nenhum. V. Ex^a está enganado. Represento uma idéia, um princípio, uma bandeira, que estamos colocando a serviço do povo brasileiro.*⁵¹

No entanto, herdeiro e defensor dos petebistas “ideológico-doutrinários”, liderados por Alberto Pasqualini⁵², Fernando Ferrari acreditava ser da competência do Estado a regulação das relações sociais para a promoção de um capitalismo justo, humano. Por isso, todo seu argumento para a resolução do problema agrário passa pela idéia de que sua eficácia dependia da regulamentação do trabalho rural e de uma reforma agrária dirigida e processual, sendo que para um e para outro modo de intervenção, era necessária e imprescindível a atuação direta do Estado. Mas talvez Ferrari não estivesse naquele momento falando como deputado, mas da perspectiva de um futuro vice-presidente :

(...) Se V. Ex^a me perguntasse como se deveria fazer Reforma Agrária daria meu ponto de vista - por ser esse o meu objetivo nessa tribuna hoje. A Reforma Agrária podemos fazê-la já e complementá-la, evidentemente, com as alterações constitucionais referentes ao instituto de desapropriação por utilidade social. Sustento cada vez mais que propriedade e desapropriação são, por assim dizer, elos de uma mesma corrente. São pratos de uma mesma balança cujo fiel é o poder público. Evidentemente essa é uma terceira etapa e temos que caminhar para lá. Desde já, entretanto, iniciaremos a marcha para os campos. Como? Votando a lei que institui o regime jurídico do Trabalhador Rural.

Que democracia é essa onde não falam os direitos mais sagrados de 2/3 de brasileiros que vivem nos campos como animais sem direitos de espécie alguma? Que esses homens possam amar a democracia é razoável e plausível?

(...) Dois terços dos brasileiros vivem à margem: produzem riquezas para outros gerando miséria para eles mesmos, sem um instituto de aposentadoria, sem

absolutamente nada. Por que não levamos imediatamente um plano de assistência social para essa gente?

O segundo passo seria a lei de arrendamento rural. Ora, senhor Presidente, se os contratos de aluguel no meio urbano estão no direito civil, se já passou para o capítulo dos direitos e das obrigações, por que não colocarmos por igual os contratos rurais sob proteção civil? ⁵³

Em seguida o nobre deputado entregou, em nome do seu partido – “a todos os partidos porque essa não é uma obra nossa é uma obra do Brasil” –, um projeto de resolução, criando uma comissão especial para elaborar o programa definitivo de reforma rural. Vale a pena reproduzir seu apelo final:

Quero convidar esta Câmara para que, uns e outros, independentemente de partidos, sacudam essa túnica incômoda, essa túnica de Nessus, burocratizada, infernal, emperrada, desumana, que praticamente, está nos queimando as mãos. Sacudamos, nobres colegas, esse manto dos males intransponíveis antes que nos queimemos nas labaredas das insatisfações populares (Muito bem. Muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado). ⁵⁴

Muito bem! Muito bem! Por que toda essa intensidade? Por que todo esse entusiasmo? Seria pela clareza e ordenação do problema e de suas soluções? Seria pelos dois lugares de legitimidade sobre os quais o discurso do deputado se organiza: o antecedente dado pelo projeto de desapropriação social proposto na constituição de 1945, embora ainda não

regulamentado ? Ou seria pela parceria proposta com a Igreja? Se cotejarmos o discurso do deputado, podemos encontrar indícios para explicar esse entusiasmado apoio.

A proposta de Ferrari passava por três movimentos cuidadosamente hierarquizados: primeiro, a regulamentação do regime jurídico do trabalhador rural, segundo, a regulamentação do arrendamento, e depois, se necessário, dever-se-ia recorrer à alteração constitucional referente a desapropriação por utilidade social. Circunscrita à regulamentação do trabalho e do aluguel da terra, a reforma agrária de Ferrari colocava a interferência na propriedade privada como um complemento, ao qual o Estado só deveria recorrer com equilíbrio já que “propriedade e desapropriação são pratos da mesma balança cujo fiel é o poder público.”

Se entendi bem, o sentido dessa intervenção é também de contenção dos conflitos, apesar da preleção inicial de que é impossível propor reformas sem “tomar nas nossas mãos de legisladores o bisturi mágico e sem cortarmos amplamente, com incisões profundas, essa paisagem.”

Mas, no texto “Mensagem Renovadora”, escrito para subsidiar sua candidatura a vice-presidente pelo PDC, é que os propósitos do trabalhista coincidem completamente com a proposta da Igreja. Depois de explicar que sua filiação ao nacionalismo se justifica pela convicção de que o poder político deve exercer uma postura defensiva contra os excessos econômicos internos e externos, como modo de evitar a exploração anti-social da propriedade, ele defende que a elevação do nível de vida dos trabalhadores do campo é indispensável para o equilíbrio econômico e social da nação, e por isso convoca todos os homens de bem, independentemente das divergências doutrinárias, para redimir, amparar e guiar os “modernos escravos da miséria rural” :

*Diga-se, desde logo, porém, que não se trata de uma revolução, nem tampouco de medidas de exceção ou discriminatórias de direitos adquiridos. O processo será evolucionário. Deverá implantar-se progressivamente, mediante aplicação de várias etapas primárias e paralelas ao desenvolvimento nos demais setores essenciais...*⁵⁵

Coincidência na necessidade de intervenção : equilibrada, normativa e evolutiva; coincidência na justificativa da intervenção: salvar os párias do Nordeste que “abandonados ao seu próprio destino não tem o que comer, o que vestir, nem onde morar”; coincidência nos procedimentos: todas essas reformas poderiam ser feitas sem agressão, de modo pacífico e racional, mas com decisão e inflexibilidade; coincidência na expectativa de que o poder público deveria assumir a dianteira do processo usando as terras públicas para assentar camponeses sem terra e assim evitando excessos; coincidência na leitura de que uma vez iniciado o processo, os proprietários de terra assumiriam uma postura de “colaboração ampla e profícua das associações rurais”, que, como órgãos estimuladores do “sadio agrarismo” venceriam a resistência dos que “por incompreensão ou avareza” se opusessem à reforma. Coincidência na idéia de dar prioridade a projetos de deslocamento “das massas expulsas do Nordeste pela seca”, para espaços vazios; coincidência no incentivo à organização de colônias agrícolas apoiadas pelo estado; coincidência na preocupação de “fornecer educação para livrar o rurícola da opilação, da malária, da verminose e da ignorância.”⁵⁶

Esse é mais um exemplo de como eram construídas as confluências nesse campo de forças que estamos tentando reconstituir. Mas, apesar dos cuidados que orientam essas

proposições, apesar de legitimar as propostas como uma forma de conter conflitos que ameaçavam as estruturas sociais, nenhuma dessas iniciativas foi efetivada. No Congresso Nacional, os deputados continuavam insistindo na solicitação de que os projetos de reforma agrária fossem desarquivados para a discussão, mas não conseguem fazer com que a questão ultrapasse a sessão de comunicações, por isso, cada vez com mais intensidade, a aflição vai se impondo aos congressistas.

UMA URGÊNCIA URGENTE

Em 11 de junho, Coutinho Cavalcante voltou à tribuna para solicitar ao presidente da Casa que "envide todos os esforços e promova todas as providências no sentido de que o projeto de reforma agrária volte a tramitar na nossa Casa". Os argumentos de Coutinho Cavalcante indicam claramente a consciência da dificuldade de convencer seus pares da necessidade de enfrentar essa problemática :

(...) cedendo à opinião de muitos, concordamos em que se elabore, imediatamente, o projeto de reforma constitucional, para apresentação dentro do menor prazo possível. Ao que nos parece a matéria não apresenta maiores dificuldades, cingindo-lhe ao enunciado de que, para os casos de desapropriação por utilidade social, a indenização será a 'posteriori'.

O que não pode deixar sombra de dúvida é a perfeita compatibilidade do equacionamento legislativo de ambas as reformas : a constitucional e a agrária propriamente dita. A reforma propriamente dita deve, portanto, ser atacada e

tocada com 'urgência urgente'. (...) O que não é possível, o que não aceitamos, é a continuidade desse estado de expectativa, onde a reforma é reclamada na teoria e negada na prática, onde ela é acenada com a esperança e combatida na realidade.

(...) Ainda que de passagem, interessante rebater os argumentos até aqui suscitados com óbices à aprovação do projeto. O primeiro deles obedece à orientação legislativa. Dizem que existem prescrições adicionais do direito que devem ser religiosamente obedecidas.

Os apologistas dessa tese esquecem-se de um aspecto preliminar básico : a Reforma Agrária é, e deve ser, uma revolução legal inspirada e informada em objetivos sociais da mais alta transcendência. E essa revolução legal visa exatamente abortar a revolução de fato, oferecendo solução ao problema que acabaria por decretá-la.⁵⁷

A citação do lugar de resistência – a reforma constitucional, que definiria os meios e os modos do processo de desapropriação – explicita uma das dificuldades que enfrentavam os deputados favoráveis à institucionalização dos projetos de reforma agrária e define a construção do argumento/apelo para que a reforma venha por meios legais como forma de abortar a “revolução de fato”. Mais uma vez a lógica é de defender iniciativas de contenção do problema. Uma forma de amenizar o medo, causando mais medo.

Também Fernando Ferrari continua insistindo na necessidade do encaminhamento do seu projeto. Em 17 de julho ele solicita "respeitosamente" ao presidente da Casa que localize seu projeto e o ponha no plenário para votação. Mas a resposta do primeiro secretário, que fala

em nome do presidente, é bastante evasiva. Ele informa ao deputado que a presidência da Casa está em entendimento com o Senado e que "em breve deverão chegar a um bom termo"

Em 31 de julho, Fernando Ferrari voltou à carga. Dessa vez não para uma reclamação, mas para um "apelo dramático":

Se há um problema que esteja agitando a Nação, se há questão que esteja, por assim dizer, borbulhando às portas da Câmara dos Deputados, é a que diz respeito ao seguro social rural, ao amparo ao homem do campo, às reformas rurais de base.

Ainda agora, senhor presidente, V. Ex^a assiste a um deputado sem dúvidas bravo, de atitudes afirmativas como é esse deputado de Pernambuco, Francisco Julião, não sei de que partido, procurando movimentar o campo, aglutinar as massas camponesas, prometendo mesmo que eles marcharão a qualquer momento sobre a Capital, num movimento pacífico e tranqüilo reclamando o seguro social rural ao homem do campo.

(...)

Ora, Senhor Presidente, já por duas vezes reclamei o andamento do projeto de resolução nº 8 deste ano que determina a formação de uma comissão mista para opinar sobre todos os projetos de reforma rural em andamento nessa casa. Já me prometeram duas vezes e sei que já providenciou, porque é um dos homens mais vigilantes dessa casa, mas todos os prazos foram esgotados e Vossa Excelência não deu maior esclarecimento a respeito.

*Se não constituirmos essa comissão especial, não votaremos lei rural alguma, faremos muitos discursos, haverá muitas promessas, os líderes políticos falarão até em reformas constitucionais. Nada se fará, porém.*⁵⁸

Mais uma vez o presidente desconversou anunciando a implementação do projeto na ordem do dia, em muito próxima sessão, pois "um assunto de tanta importância merece todo cuidado e há de ser objeto de desvelo dessa casa".⁵⁹

Essas posturas de cobrança para que o Congresso reconheça a importância da questão e possibilite soluções institucionais retirando o debate da sessão de comunicações, evidenciam uma sensação de aflição que se traduz no "apelo dramático" de Ferrari e, sobretudo na "urgência, urgente" de Coutinho Cavalcanti. É como se as palavras já não dessem mais conta do "momentoso problema". É como se só falar, já não mais bastasse. A emergência do tema Reforma Agrária foi extrapolada nesses discursos em contraposição à postura de recusa educada, porém firme, assumida pelo presidente da Casa, bem como pela ausência cada vez mais freqüente de apartes e portanto, de debates sobre a questão.

Em 06 de outubro, o "Correio da Manhã" registrou as impressões de Ferrari depois de uma recente viagem ao Nordeste, provavelmente já em plena campanha para vice-presidente.

Quando visitei aquela região, tão infeliz e tão sofredora, tive a oportunidade de fazer um relatório pessoal ao Presidente da República. Não contente com isso pronunciei um discurso nessa casa que alguns nordestinos depois mandaram publicar sob o título : 'A lágrima do Nordeste'. Poderei dizer, sem falsa modéstia, que aquele discurso e aquela visita muito contribuíram para

as providências governamentais em favor do Nordeste, inclusive um pouco daquele alerta constituiu-se o início da Operação Nordeste. ⁶⁰

E é justamente Fernando Ferrari que nos levará de volta às reportagens de Antônio Callado, com as quais iniciei essa peregrinação nesse território de desejos :

Considero tais reportagens um dos mais preciosos testemunhos acerca da grave situação daquela região. Creio ser este um dos documentos mais valiosos e importantes, e talvez dramáticos de todos quanto tomei conhecimento, quer através de documentos escritos, quer nessas minhas andanças pelo Nordeste e pelo resto do país. Infelizmente, testemunhos como esse já não alcançam repercussão junto aos órgãos responsáveis da República, ligados diretamente aos problemas do Nordeste, os quais, segundo consta e me parece, de tão acostumados com o flagelo, já o encaram com absoluta indiferença.

(...)

É possível que alguns aspectos retratados pelo jornalista Antônio Callado sejam um tanto exagerados. Mas vale o retrato social, vale o contorno, vale o sentido de alerta que lança a Nação Brasileira no momento em que o Nordeste se apresenta mais pobre do que nunca, como verifiquei in loco ⁶¹

A citação de Ferrari sobre as reportagens de Callado nos leva de volta, mais uma vez, ao nordeste brasileiro, esse espaço de paixões. Para alguns de nossos personagens, lugar do medo; para outros, lugar da esperança; para todos uma região, miserável, trágica: “empecilho ao progresso” que causa “gosto de cinza na boca” e “sensação de dor física” . Espaço de homens tristes – “o camponês mais triste do mundo” – que “se deixa morrer de fome apesar de comer todos os dias”, Mas sobretudo, espaço de perigo, “barril de pólvora prestes a explodir”.

Está na hora de deixar, mais uma vez, o seguro ambiente do Congresso Nacional para investigar trajetórias e ouvir personagens que darão visibilidade a uma outra experiência do debate sobre a Reforma Agrária. Com certeza, esse empreendimento nos ajudará a entender melhor a emergência dessa questão como um “momentoso problema”, e a tensão evidente que pairou por todo o ano naquela casa.

PEDAGOGIAS REVOLUCIONÁRIAS

Os foguetes explodem em profusão. Anunciam a chegada de Julião ao Engenho Galiléia, acompanhado do escritor Antônio Callado. Era setembro de 1959 e José Daniel, morador do Engenho Divina Graça, vizinho ao Engenho Galiléia, escuta os foguetes e resolveu ir, com os dois filhos, em busca da ajuda do deputado: "Confio na Divina Providência e no Deputado Julião!". Daniel trabalha num sítio de uma quadra de terras (cerca de um hectare), e paga por esse "privilegio", quatro dias de cambão. Mas não está ali por sua causa; o motivo de sua aflição é que um dos seus filhos, Manuel José, tinha acabado de ser despejado porque havia chupado um pedaço de cana sem autorização do feitor. Impressionado, Antônio Callado escreve :

O leitor está vendo que eu não ia ter a sorte excelsa de, chegando a Galiléia de repente, encontrar vítimas de um senhor-de-engenho-Drácula: isso que narro acontece em toda parte.¹

A história de José Daniel é o mote para que o jornalista denuncie a violência e o arcaísmo dos donos de terra, materializados no cambão:

O cambão, ainda em pleno vigor no Nordeste, é uma sombra direta dos dias de escravidão. É um dia – ou mais dias – de trabalho gratuito que o foreiro dá ao dono da terra. Há proprietários que só alugam o foro em troca do cambão. Não cobram foro ao foreiro, cobram-lhe trabalho.

(...)

O hectare de terra, naquela zona, vale de 10.000,00 a no máximo 15.000,00 cruzeiros. Trabalhando quatro dias de graça por semana José Daniel trabalhou para o seu senhor 208 dias por ano. Se alguém no Nordeste pagasse (excluído o governo) o salário mínimo de 100 cruzeiros por dia, José Daniel no fim do ano, teria comprado sua terra quase duas vezes. Esse é o cambão na prática.²

E sobre o caso de Manuel José, filho de José Daniel, Callado escreve :

O menino Manuel José dá dois dias por semana (104 por ano) ao canavial do senhor, das sete da manhã às cinco da tarde, e o resto da semana cultiva sua roça. É vigiado por um feitor de rifle às costas. Estava despejado, sem qualquer apelação ou vantagem da terra que cultivava a dois anos, porque tinha comido um rolete de cana do senhor. Isso é o que seu pai (sócio fervoroso dos obreiros do bem) vinha contar ao deputado Julião.

(...)

Ninguém dá recibo de cambão, de trabalho forçado, naturalmente. De mais a mais recibo leva selo e proprietário no Nordeste não paga nem promessa

a santo, quanto mais selo ao fisco. O menino despejado não tinha a mínima prova de haver trabalhado para Pinto do Rego. Aliás, em geral, eles não têm prova de que existem, salvo o recibo da morte nos Obreiros do Bem. ³

Pode até ser que haja mesmo um pouco de exagero, como ressaltou F. Ferrari, nas reportagens de Callado. Mas o seu discurso explicita conflitos que, como veremos mais adiante, eram cada vez mais comuns naqueles anos, no entanto, além dos conflitos as reportagens de Callado nos possibilita a oportunidade de vislumbrar o clima de expectativa que mobilizava os camponeses nordestinos, afinal, que outro significado poderia ter a visita de José Daniel e do seu filho, Manuel José a Julião? Suponho que a enorme repercussão do debate em torno da desapropriação do engenho da Galiléia e, é claro, o exemplo cotidiano dos camponeses que lutavam para se manterem no engenho, estimulavam iniciativas como a de Senhor José Daniel, e iniciativas como essas iam abrindo espaços para a disseminação das Ligas Camponesas. Mas toda essa mobilização deve ter funcionado também como um alerta aos senhores proprietários que recrudesceram as violências cotidianas, e talvez isso explique também porque Manuel José expulso da terra “só por chupar cana sem autorização do senhor”.

Corporificando a possibilidade de luta e o alerta de perigo, lá estava Francisco Julião. Por isso, através da sensibilidade de Callado, vamos começar a reconstituir a trajetória desse personagem. Em sua reportagem “Despertar em Pernambuco III”, Callado traça seu perfil:

Muita gente me pergunta se Francisco Julião - o deputado socialista pernambucano que orienta intelectualmente as Ligas Camponesas - é demagogo. Minha resposta é que há maneiras mais cômodas de ser demagogo do que a de Julião, que se dá grandes trabalheiras com seus pupilos camponeses e vive com a varanda de sua casa no Caxangá cheia deles, que em grande parte não votam, por serem analfabetos. Pálido, enfermizo, muito atuado pela lembrança de Castro Alves e pela idéia (bastante correta) de que está tentando acabar com os resíduos da escravidão nos campos pernambucanos.

(...) Sua revolução tem sido, principalmente uma Revolução de Bacharel. A grande, a inestimável coisa que Julião fez para os rebelados do Engenho Galiléia, foi dar forma jurídica à sociedade que haviam fundado para criar um fundo comum e impedir que companheiros fossem despejados por falta de pagamento ao senhor de engenho : essa Sociedade Agrícola e Pecuária dos plantadores de Pernambuco (hoje conhecida como, simplesmente Ligas Camponesas) foi por Francisco Julião sacramentada, no dia 1º de janeiro de 1955 (...) Hoje, delegacias da Liga se alastram por todo o Pernambuco: são localmente fundadas e passam logo a ter assistência jurídica. ⁴

Também Callado nos dá notícias das intenções de Julião de levar a fama e a forma das Ligas para todo o Nordeste e até para o Paraná, onde também, naquele momento, explodiam numerosos e sangrentos conflitos de terra. Para ele, Julião era um revolucionário e suas Ligas Camponesas uma fatalidade aceita por muita gente, embora isso não diminuísse os conflitos :

Quando tive um primeiro contato com Julião, em sua casa do Caxangá, lá encontrei Joaquim Camilo de Santana, um preto retinto, um dos oito diretores da Liga de Jaboatão . O novo proprietário do Engenho onde trabalha Santana, quis que todos os foreiros assinassem documento abrindo mão de suas terras sem qualquer indenização. Diante da reação dos foreiros que se recusaram a assinar e puseram as Ligas em movimento, Pereira Carneiro (proprietário) arranhou capangas para destruir roças, destelhar [casas] e ameaçar com cano de rifle os foreiros para que assinassem e se fossem.⁵

Para completar esse perfil, Callado recolhe em seu livro “Os industriais da seca e os galileus de Pernambuco” imagens que foram sendo construídas sobre Julião e sobre os resultados de suas ações, durante todo o período de sua visita ao Nordeste. Essas imagens ajudam a entender como e por que Julião vai aos poucos se confundindo com as Ligas Camponesas.

No dia 01 de outubro, o Jornal Correio do Comércio noticiava a apresentação do projeto de desapropriação do Engenho da Galiléia na Assembléia Estadual de Pernambuco:

Justificando o seu projeto de Lei, o sr. Carlos Luiz referiu-se às atividades das Ligas Camponesas, dizendo que muitos as acusavam de subversivas, de instrumento do Partido Comunista, etc. Disse que todas essas acusações improcedem e que são feitas geralmente por pessoas que não conhecem a verdadeira situação em que vivem os nossos homens do campo. Referiu-se à necessidade de uma Reforma Agrária no Brasil, como único meio

*de solucionar muitos dos problemas que nos afligem. Afirmou, ainda, que as Ligas Camponesas nada têm de subversivas. Não são instrumento de um partido ou de um grupo.*⁶

O jornalista João Silveira também comenta as tensões que afloram quando da apresentação do projeto de desapropriação da Galiléia, dando nome aos bois:

O deputado Francisco Julião declara que a Sociedade Agrícola Protetora dos Lavradores de Pernambuco, que às custas da imaginação das pessoas, foi subdividida em centenas de Ligas Camponesas, não foi constituída para tomar, ocupar as terras dos usineiros. Se bem que – acrescenta o parlamentar – muitos desses senhores não possam provar a legitimidade de sua condição de honestos proprietários rurais.

*No entanto vingou a crença de que as reuniões anunciadas pelos camponeses se destinam a articular uma revolta armada, a incendiar canaviais e até cafezais. Ninguém se dá ao trabalho de apurar a finalidade de tais reuniões.*⁷

Logo depois, na mesma reportagem, João Silveira acrescenta :

Uma ocasião estivemos ali (no Engenho Galiléia) e encontramos centenas de agricultores maltrapilhos. Muitos só comem uma vez por dia. Quase todos não têm a ventura de saber ler ou escrever. E verificamos que a maior causa da sua revolta não reside, paradoxalmente, na miséria que amargam, mas no modo como são tratados pelos proprietários. São tidos como comunistas

*principalmente depois que o deputado Francisco Julião se interessou por suas reivindicações. Reconhecer que conhece o Deputado e que pertence a Sociedade Agrícola é o mesmo que se confessar comunista, bolchevista, ateu, incendiário. E a perseguição aumenta. A melhor testemunha das perseguições está no foro local.*⁸

Demagogo, revolucionário, subversivo, ateu, comunista, invasor de terras, incendiário, justo, benevolente, político comprometido e trabalhador, agitador, Julião parece corporificar o medo e as esperanças desse tempo. Para ele, parecem confluir as diferentes expectativas desse tenso conflito em torno da Reforma Agrária.

Sua atuação, sempre marcada por controvérsias, vai sendo a matéria-prima para que sejam nomeados campos de atuação, modos de conduta, que para alguns são divinos, para outros, diabólicos; e dessas leituras nasceu a hostilidade ou o encantamento que marcam as falas sobre ele. Julião foi enredado por fios que partiam de todos os pontos: dos camponeses doídos, assustados, desamparados; dos proprietários de terra, desconfiados, irados e também amedrontados; dos muitos discursos que extrapolando seu circunscrito território de atuação, criaram imagens que justapostas acabam por mitificá-lo: Julião é citado pelo medo e pelo desejo de justiça, pela ansiedade da paz e pelo ódio que nasce quando os questionamentos vêm dos pobres. Discursos que acabam por legitimar sua força - ele é um justiceiro, um defensor dos camponeses. Outros afirmam - ele é um demagogo, um agitador. Talvez a definição de Leda Barreto traduza melhor o impacto que nesse momento se cria quando o assunto é Julião: "Fogo no olhar e nos gestos".⁹

Assim, Julião foi colocado no centro da trama social que tornou o "momentoso problema" uma "urgência urgentíssima". E é nesse espaço de conflitos que ele mesmo elabora seu lugar de legislador e de ativista político. Seu projeto de reforma agrária não pode ser dissociado dessa rede viva e intensa, na qual ele se inscreveu e também foi inscrito. Mas ele mesmo elegeu um lugar que parece se sobrepor aos lugares antagônicos criados para ele. Revolucionário ? Legalista? Agitador? Radical, é sua auto-definição :

*Eu enfatizo a palavra radical e não sectário. A diferença é bastante clara, mas algumas pessoas a confundem por ignorância ou por malícia. O radicalismo tem uma única dimensão: o homem. Por isso, sua extensão é o total da história e seu objetivo a liberdade. O sectarismo é fechado e defensivo. O radicalismo processa a verdade, é o centro das coisas, tem uma filosofia dialética. Procura a confrontação e aceita o diálogo e a participação. O sectarismo é monólogo, isolamento, intolerância, extremismo. O radicalismo é amor e abre os olhos do homem; o sectarismo inflama as paixões e cega. O radicalismo procura o homem e é intransigente em sua tentativa de salvá-lo; o sectarismo é obcecado, impaciente e impulsivo.*¹⁰

Mas como na ação política se traduziu essa sua concepção de radicalismo e sua prática de radical? Na sua sensibilidade de pedagogo. Um lugar também reconhecido e nomeado por outros:

*Julião como um líder é um pedagogo. Procura educar as massas politicamente para que elas se tornem capazes de marchar para seu destino, que é um justo regime socialista.*¹¹

Aceitemos como ponto de partida que é esse o projeto de Julião : um justo regime socialista. Mas como ele pensava o camponês? Qual a importância da reforma agrária na efetivação do seu projeto? E finalmente, como ele pensa seu papel de liderança política radical? Tentarei a partir de vários de seus textos responder esses questionamentos. No entanto, é preciso esclarecer que as concepções e os posicionamentos políticos de Francisco Julião mudaram ao longo da experiência de organização das Ligas Camponesas. Sempre que necessário, retomarei nesse texto suas concepções, localizando essas mudanças e tentando explicar-lhes o sentido.

Na concepção de Julião, o camponês é um personagem típico. Reconstituído a partir de sua vivência com a terra, ele é em seu discurso naturalizado em sua ingenuidade, em sua pureza, em seu conformismo :

(...) A consciência do camponês é moldada por uma concepção de mundo e um sistema de idéias e reações que é virtualmente impenetrável para quem é de fora. O camponês tem sua própria filosofia, que é radicalmente diferente daquela do morador da cidade, é diferente mesmo do seu irmão, proletário urbano.

Sua mente trabalha diferentemente do proletário urbano mesmo se ambos gastam quantidades semelhantes de energia ao criar riqueza para outras pessoas. O camponês entende a lua que brilha em seus campos, enche sua imaginação com sonhos e suas canções com amor e nostalgia e diz quando deve semear a sua plantação. (...) Ele levanta-se ao romper do dia e o pôr-do-sol é seu sinal para baixar suas ferramentas e caminhar cansado para sua casa com o

coração acendido cheio de esperança de uma boa colheita se a terra é sua; humilhado e melancólico se ele trabalha para um dono.

Se seus olhos estão sempre preenchidos com a luz do céu e das estrelas, seus ouvidos estão acostumados ao silêncio. O silêncio é sua companhia constante e seu professor. Com ele aprende a escutar os sons mais fracos e a diferenciá-los uns dos outros. Seus ouvidos são sensíveis ao barulho das folhas e ao murmúrio das águas, ao chamado dos pássaros, dos carneiros e ao tintilar dos chocalhos dos rebanhos. ¹²

Mas a singeleza dessas imagens é desmontada, por contraste, pela idéia do Nordeste e do camponês nordestino, personagens indistinguíveis no discurso de denúncia elaborado por Francisco Julião. Assim como na concepção de Josué de Castro, e tantos outros, o Nordeste de Julião é explicado pela sua origem marcada pelo latifúndio, pela exploração brutal da terra e dos homens que trabalham a terra, pelas disparidades climáticas e vegetativas de suas sub-regiões, assim como por suas inúmeras riquezas: frutos suculentos de todas as espécies; cereais de fibras longas e resistentes; minérios. Por tudo isso, o Nordeste de Julião é uma terra prometida que como na tradição bíblica, precisa ser libertada. E libertar o Nordeste significa libertar o camponês nordestino, esse personagem marginalizado, excluído, impedido de se realizar como "exemplo perfeito da humanidade"

Nessa vasta extensão de terra que cobre aproximadamente a metade da América do Sul, mais de dois terços da população leva uma vida tão primitiva, tão rudimentar como o boi ou o cavalo com os quais ele se parece mais do que com homens civilizados. ¹³

Numa perfeita simbiose, foi sendo construída nesse discurso, a imagem do Nordeste como um ambiente de morte, doença, prostituição, "um campo de concentração" que Julião parafraseando o escritor peruano Gonzales de Perez, acaba por definir como "um organismo doente. Onde quer que você pressione com o dedo o pus esguicha"; e dos camponeses nordestinos "homens e mulheres de faces sérias, revestidas pelo sofrimento, olhos quietos, mãos duras de calos, movimento vagaroso, conversa quieta e medida."¹⁴

Imagens que se exacerbam e extrapolam as fronteiras geográficas, pois na singularidade da desgraça de ser "uma árvore estiolada e triste pela imensidão da Pátria", o camponês nordestino é parte de um todo, que constitui a massa dos pobres brasileiros:

Um povo garroteado em seus impulsos, limitados em seus objetivos, oprimido, espoliado, batido pelo egoísmo e a ambição dos poderosos pelo conluio satânico da pequena maioria, pela concentração do ouro em mãos que se comportam como garras ferindo a face cavada dos humildes pela má distribuição das riquezas, que é a soma do trabalho de todos. ¹⁵

Por isso, salvar o Nordeste e os camponeses nordestinos era salvar o Brasil. Para Julião, a emergência das Ligas Camponesas transformou o Nordeste numa fonte de ansiedade – entusiasmo e medo –, numa área explosiva, num foco de violência. Segundo ele, os cuidadosos e tímidos “propõem reformas superficiais. Desejosos em manter o ‘status quo’ apelam para o sentimento cristão ou para um vago humanismo”; “outros mais coerentes

enfrentam a ira dos poderosos e propõem uma radical liquidação do latifúndio e de todas as suas armadilhas medievais, efetuada por uma Revolução Agrária.”

Mas a emergência das Ligas, não pode ser explicada só pela intervenção externa, ela é a ruptura dessa simbiose cruel do Nordeste arcaico e do camponês sem terra :

*A Liga dos Camponeses é meramente uma expressão de todo esse passado violento, com a vantagem contudo de ter surgido num momento histórico especialmente propício. A Liga renasceu das cinzas de milhares de fogueiras antigas, mas seu combustível é ainda o mesmo camponês sem terra, e seu inimigo é ainda o latifúndio. A diferença entre a Liga e a revolta dos escravos nos Quilombos é a diferença entre o pingo d'água e uma turbulência, um rio total em enchente. A Liga é distinta do banditismo em sua velha forma porque esse último é espontâneo, desorganizado, e não planejado; enquanto a Liga tem um programa claro com objetivo de politizar as massas camponesas e uni-las em uma luta para uma Reforma Agrária radical, e pela libertação econômica do Brasil.*¹⁶

Por isso, ele pensa nas Ligas como tendo séculos de existência, como uma implosão, mas uma implosão que parece ter sido claramente acionada por uma outra, modelo e inspiração:

*O latifúndio é uma terra deserta no nordeste como é em todo lugar. E nesse deserto uma flor nasceu grande e bonita como um enorme lírio aquático – a Liga. Ela se desenvolveu rápido, como chamas através de caules secos e se espalhou por ventos soprados de Cuba.*¹⁷

Culminância e ruptura. Para Julião, as Ligas surpreenderam os camponeses, a ele mesmo como político, e aos partidos de esquerda, pois nenhum deles poderia imaginar no que as Ligas iriam se tornar em poucos anos. Nascida de objetivos modestos - obter fundos para a criação de uma cooperativa de plantadores de verdura, pagar uma professora ou comprar caixões de defuntos – as Ligas se transformaram numa explosão de vida, sobretudo a partir de sua intervenção:

*Nós falávamos de unidade, de terra, de liberdade, de boas plantações, de futuro(...) Foguetes explodiam no ar(...) Rosas, margaridas, cravos, pétalas eram jogadas na minha cabeça. Tais cenas aconteciam comigo de vez em quando e eu dizia em resposta a essa chuva de flores: "Eu farei todo o possível para que essas pétalas nunca se transformem em pedras". Eu estou convencido que fiz o melhor possível.*¹⁸

Julião reatualiza em seu discurso a origem do movimento como uma iniciativa que coube aos próprios camponeses, quase que natural:

*Queremos deixar bem claro, para esclarecer uma velha dúvida, que não interferimos sequer na fundação dessa sociedade, a Liga-mãe que, hoje, se espalha pelo Nordeste.*¹⁹

Mas edifica para si um lugar privilegiado nesse momento de fundação :

*Depois de passarmos mais de dez anos mantendo contatos isolados com os camponeses, como simples advogado, no recinto fechado dos pretórios discentes de juizes bitolados pelo código civil, era aquela, a primeira vez que nos víamos em frente a um grupo de camponeses, debatendo com eles a melhor forma de lutar pela sua permanência na terra, contra o feudalismo que os sufocava. Dispúnhamos de duas tribunas – a judiciária e a política – e de um convívio de mais de trinta anos, com aquela massa esmagada pelo latifúndio como a cana-de-açúcar pela moenda. Sensível ao seu sofrimento, tocado pelos ideais socialistas, vendo na estrutura capitalista e latifundiária a fonte de todos os males e injustiças contra os humildes, fácil foi dizer àquele primeiro núcleo de camponeses que a liberdade deles estava em suas próprias mãos. Eles eram como um punhado de areia que, jogada se desfazia no ar. A Liga seria o cimento capaz de unir essa areia e transformá-lo em bloco sólido*²⁰

A partir do momento em que assume seu papel na construção desse bloco sólido, Julião agencia todo um arquivo teórico para atribuir ao camponês um potencial revolucionário. Mas reconhece, como liderança política, que não bastaria saber desse potencial, nem criar modos corretos de acioná-lo, era preciso aprender a conviver com as particularidades do camponês :

*Seu individualismo, sua impulsividade os empurram para extremos, ele pode ir da submissão à revolta num instante(...) Oprimido e ligado à terra o camponês é como um bastão de dinamite esperando um fusível.*²¹

A construção de um projeto político capaz de provocar essa explosão não poderia prescindir de um trabalho de aproximação, “pois é impossível ganhar sua confiança se alguém se confrontar com seu modo de vida de frente”. O uso de uma linguagem simples, acessível e simbólica, é o primeiro movimento nessa busca de aproximação, mas o verdadeiro líder político seria aquele que ultrapassasse os limites do discurso e realmente se comprometesse com suas vidas com a mesma intensidade que discutia na Assembléia, escrevia nos jornais, lutava nos tribunais e nas ruas. Um modelo que foi construído sob medida por ele, para ele:

Na Liga não há campo para o carreirismo porque a Liga significa cadeia, vexame, perseguição, noite mal dormida, desassossego e até morte.

(...)

O latifúndio, a princípio, apela para a força, visando derrotar o inimigo que se organiza, comete violências, faz ameaças de morte, põe o gado no roçado, arranca a lavoura, derruba o miserável casebre, decreta o despejo sumário do camponês que assume a liderança do movimento. É, então, que se inicia a batalha judiciária. Aí, o advogado da Liga desempenha relevante papel. A ação proposta pelo camponês é, em regra, a da indenização de benfeitorias (...) O camponês sabe que pode perder a causa ou ter uma vitória inexpressiva, mas se contenta em levar ao pretório o senhor de terras. É sua vingança.

(...)

Para resistir ao despejo, à polícia, ao capanga, a Liga se reúne, mobiliza os camponeses, marcha para a cidade. É o protesto, é a demonstração da massa. Com o apoio dos espoliados da cidade. Do operário. Do estudante.

Do intelectual revolucionário. Que foi a Cuba. Que leu Guevara. Que escutou Fidel Castro. Cria-se, assim, o caso local que cresce de proporção, rompe a fronteira e se derrama pelo mundo... ²²

Como um bom pedagogo, Julião explicita pressupostos de seu método : “paciência” e “obstinação”, pois é preciso considerar uma lição aprendida com o camponês : “devagar com andor que o santo é de barro”. E a pedagogia, dita textualmente e sem embaraço, passa por três movimentos. O primeiro era, como vimos, participar do mundo do camponês, se fazer presente em seus espaços de sociabilidade :

... Da conversa de 'pé de pau', na casa de farinha, no meio do caminho, na feira, na missa, no terço, no enterro, na briga de galo, no eito, na palha da cana... ²³

O segundo movimento era falar em linguagem singela para se fazer entender por aqueles que eram em tudo indigentes, até na cultura :

Há que se atentar para o elevado índice de analfabetismo do campesinato brasileiro. No Nordeste chega a alcançar, em certas áreas, 97% (...) A miséria não os atinge só na economia, como também no idioma. O latifúndio impede que eles falem. Proíbe que pensem. ²⁴

Por isso Julião propõe que o líder político recorra ao violeiro, ao cantador, ao folhetinista, que com seus discursos metafóricos, poderiam alcançar o coração desconfiado do camponês. Ele mesmo escreveu em linguagem “singela” e “tom evangélico” vários panfletos:

“O guia do camponês, “O ABC do camponês”, “A cartilha”, “A carta de alforria”, pois, ser líder político era para ele, criar estratégias de convencimento, modos de intervenção e não abrir mão nem do primeiro gesto, o gesto de nomear :

Passamos, então, a dar tempo integral a centenas de camponeses que nos procuravam em nossa residência e na Assembléia. A imprensa reacionária passou a apelidar a Sociedade Agrícola e Pecuária de Pernambuco, de Ligas Camponesas, com o intuito de queimá-la, vinculando àquelas extintas organizações fundadas em 1945. O apelido no entanto pegou como visgo. Na Assembléia Legislativa a deputada Maria Elisa de Medeiros nos solicitava que substituíssemos em nossos discursos , o nome camponeses por rurícola para não irritar tanto nossos colegas latifundiários. Foi, talvez, a única oportunidade em que não pudemos ser gentis com uma dama. Preferíamos camponeses porque derivava de 'campo', era simples e tinha sentido radical.²⁵

O terceiro movimento é o mais profundo e o mais pretensioso. Exemplo de uma humanidade pretensamente perfeita, corpo a ser nomeado e politizado, o camponês de Julião é também território a ser conquistado :

Quando o camponês derruba o mato, destoca o terreno e o prepara para receber a semente, sabe que a colheita vai depender de muitos fatores, alguns deles alheios inteiramente à sua vontade. Estamos nessa fase de preparação do terreno e de lançamentos de sementes. Temos que desbravar a consciência das massas, que é uma floresta densa, conquistando-a palmo a palmo, com os riscos

naturais, os imprevistos e as surpresas de quem se arroja a um empreendimento desse porte para depositar nessa terra fecunda e generosa a semente das idéias. A hora é de convocação, de chamamento de todos para o trabalho comum. Os projetos, os planos, a melhor maneira de se atingir o objetivo que nos congrega, isso quem vai ditar não somos nós, mas o povo, a massa, rica de ensinamentos, inesgotável em criação e sabedoria acumulada durante gerações. Confiemos no povo. Integramo-nos na massa. (...) Convoquemos Hércules – e Hércules é a imagem do povo - para remover o entulho, edificando uma nova sociedade, uma outra civilização, uma humanidade em que haja humanismo. ²⁶

A alegoria não poderia ser mais perfeita. A floresta densa, conquistada palmo a palmo, exigia empreendimentos vários, daí a conclamação que alarga o espaço daquele que fala, para outros e para um trabalho em comum. Essa proposta de conjunção de ideais, parte do reconhecimento de que existiam outros modos de atuação. No texto "Carta de alforria do camponês", a intenção da confluência entre seu projeto e o projeto do PCB é claramente colocada, mas ao mesmo tempo ele busca delimitar os lugares de ascendência com autoridade de quem indica, e, por isso, legitima os caminhos a serem seguidos :

Daqui do Recife, de Pernambuco, o berço das Ligas Camponesas, eu te mando essa carta, camponeses do Brasil, na esperança que ela chegará à tua casa.

(...)

Essa carta, camponês do Brasil, aponta os caminhos por onde deves seguir em busca da tua liberdade.

(...)

Muitos são os caminhos que te levarão à liberdade. Liberdade quer dizer terra. Quer dizer pão. Quer dizer paz. Eu te apontarei esses caminhos. Mas eu te digo e repito : Não adianta a viagem se tu fores sozinho. Convida teu irmão sem terra ou de pouca terra. E pede que ele convide outro. No começo serão dois. Depois dez. Depois cem, Depois mil. E no fim serão todos. Marchando unidos. Como unidos vão à feira, à festa, à missa, ao culto, ao enterro, à eleição. Digo e repito : a união é a mãe da liberdade. São muitos os caminhos onde poderás viajar com teus irmãos. Eles começam em lugares diferentes mas vão todos para o mesmo lugar.²⁷

grifos meus

No entanto, para aquele que é líder, e um líder radical, guiar práticas, regular condutas ainda é muito pouco nesse empreendimento de desbravar consciências. É preciso “trocar em miudinhos”, decodificar cada palavra, explicar cada possibilidade, pois só dessa forma sua pedagogia se completaria :

Que quer dizer democracia para o camponês ? Eu te explico. É tirar o soldado da tua porta. É desarmar o capanga. Porque as tuas questões devem ser resolvidas na justiça. E nunca pela polícia. E muito menos pelo capanga. Pois a polícia e o capanga esmagam a tua liberdade. É acabar com o regime do cambão ...²⁸

Para alcançar a democracia é preciso lutar pelo sindicato, que Julião faz questão de definir como um caminho circunscrito a uma experiência camponesa também circunscrita :

Outro caminho é o sindicato rural. O que é isso ? Eu te explico. Quando não és foreiro nem posseiro, és oiteiro. Alugas o teu braço. A tua vida é ainda mais dura. Não tens direito a nada. És ave de arribação. Hoje no norte. Amanhã no sul. Trabalhas de sol a sol. E de Domingo a Domingo . Morres antes do tempo, de fome. Cansado. Roído pelos vermes . Tua carta de ABC é a enxada. Teu repouso é o chão de hospital. Teu instituto é a cadeia. Tua aposentadoria é o cemitério (...) Acordado és escravo. És escravo dormindo. O teu filho é pasto da fome. E quando morre já não te causa dor. Porque o teu coração já não é um coração. É um calo no peito. O teu caminho é o sindicato. O operário já tem mas tu ainda não o tens. E quando tens não voga. Porque o latifúndio não quer (...) O sindicato só vai se tu te unires ao teu irmão. Se aprenderes a lutar. Ou se fizeres a greve. Largando a enxada. Marchando para a cidade. Cem, mil, dez mil. Todos.²⁹

Esse discurso que descreve, relata, decodifica um modo de vida e atesta pontualmente sua pobreza, pode ser lido como uma estratégia de convencimento, pois diante da crueza dessas imagens, como não tentar criar um lugar de contraposição ? Como não caminhar na direção apontada? E Julião prossegue ditando normas, regras, “autorizando” propostas que não são suas, como as cooperativas incentivadas pelos comunistas:

*Que é isso? Eu te explico. Cooperativa quer dizer: um por todos e todos por um. Para quem serve? Para o foreiro. Para o posseiro. Para o pequeno proprietário. E para o médio também. Na luta contra o latifúndio. Contra o atravessador. Contra o isolamento. (...) A cooperativa terá agrônomo para te ensinar como a terra produz mais. E o médico para te curar. E o professor para educar teus filhos. A cooperativa é a união. E a união, digo e repito, é a mãe da liberdade. A cooperativa é, portanto, um bom caminho.*³⁰

Essa certeza de que são muitos os caminhos possibilitou, pelo menos nesse primeiro momento, a aproximação com o PCB, mas essa aproximação não exclui os lugares de disputa, já que o reconhecimento da atuação do PCB passa pelo crivo daquele que se pretende criador e condutor de um projeto radical de politização dos camponeses.

O modo de intervenção de Julião se construiu nessa pedagogia radical disseminada por seu proselitismo político, pela sagacidade de quem soube capitalizar os lugares atribuídos a ele por seus muitos outros. Ele conseguiu ser naquele momento advogado, político, religioso, escritor, orador, cordelista, líder, enfim um radical. Por isso sua presença nessa história não pode ser circunscrita ao espaço de Pernambuco ou a situações determinadas. Ela é fluida e intensa como as imagens que foram criadas para ele. Imagens que reverberam ainda hoje na memória de homens e mulheres que viveram com ele a experiência de construção das Ligas na Paraíba. Em grande medida, elas informaram a minha leitura dessa personagem. Algumas delas são indiretas e se expressam nos modos de dizer – imagens e expressões criadas por Julião e que eles incorporaram em suas falas. Outras são diretas como a de um camponês que no meio de uma entrevista sem que se tenha feito qualquer referência, qualquer questionamento, explicitou:

*Francisco Julião era muito falado. Dizem que ele comia farinha com os trabalhador. Quando ele veio a Sapé teve uma festa muito grande. Tinha mais mulher do que homem. Lá em Sapé o negócio tava animado, mas o golpe foi mais forte. É pena!*³¹

Essa imagem do homem simples também aparece realçada na memória de Assis Lemos, um dos líderes das Ligas na Paraíba, apesar das divergências que marcaram sua convivência com Julião (e elas foram muitas, como veremos) :

Ele era uma figura extraordinária. Cativava as pessoas com a sua humildade. Sendo grande orador e poeta, seus discursos levavam as massas a grande entusiasmo. Conseguiu se fazer entender por todos, do analfabeto ao mais letrado. Usava, com frequência, as citações bíblicas, sobretudo as que mostravam os caminhos para libertação dos pobres, e combatia a opressão dos opressores. Trouxe um grande alento e apoio em um momento difícil, onde as lideranças locais estavam confusas quanto ao caminho a seguir. Ele trouxe também, sua experiência e análise sobre o momento que atravessávamos. Orientou sobre o que devia ser feito. Foi muito importante sua presença na Paraíba.

*A presença de Julião contribuía para elevar o ânimo das lideranças e entusiasmar a massa camponesa. Sapé foi palco de memoráveis concentrações com a sua participação.*³²

Além dessas imagens, eu poderia citar muitas outras, mas a intenção aqui não é fazer um inventário da influência de Julião na experiência de criação das Ligas na Paraíba. É reconhecer sua importância como um propositor de políticas que foram efetivamente experimentadas, testadas e também bastante criticadas naqueles anos. Nesse primeiro momento, estou só localizando as confluências para tentar explicar como foi historicamente possível a emergência desse movimento.

Por isso, acho que está na hora de investigar o "outro" que Julião, algumas páginas atrás, reconhece como aliado no empenho de desbravar a consciência dos camponeses : o Partido Comunista Brasileiro. A história dessa parceria foi marcada por muitas tensões e por disputas acirradas, mas deixar de considerá-la, reduziria enormemente as possibilidades de explicação histórica dessa experiência.

Presença nomeada diretamente pela Igreja e pelos latifundiários como um perigo, uma ameaça e indiretamente como uma referência em discursos que incorporaram o seu arquivo teórico e léxico (sociedade de traços feudais, formas semifeudais de exploração, revolução agrária, etc.), o PCB parece pairar sobre a história das Ligas com um lugar de legitimação para as mais variadas propostas de reforma agrária e, na mesma intensidade, como um lugar de confronto. Sua situação de ilegalidade, ou semi-ilegalidade enquanto instituição política, gerou silêncios, ambigüidades e também, como é comum nesses casos, muita idealização. Cristalizado na historiografia como o propositor das Ligas Camponesas, o PCB é sempre o ponto de partida, a origem, o lugar da gênese, mesmo para aqueles que explicaram as Ligas a partir da atuação de Julião. Mas, localizar uma experiência anterior – a Liga de Iputinga, criada em 1946, pelo PCB, em Pernambuco – bastaria para explicar a influência do PCB nas

Ligas ? Quais as linhas de continuidade entre a Liga de 1946 e as Ligas que a partir de 1955 explodem em todo o Nordeste ? Que investimentos foram realizados nesse longo período? Quais as descontinuidades que eles sofreram?

Meu próximo movimento é uma tentativa de responder – ao menos em parte – a essas questões. No entanto, como já coloquei antes, o objetivo desse trabalho não é procurar determinações, mas, ao contrário, entender essas intervenções como investimentos que exigiram empreendimentos sistemáticos para que os desejos e as expectativas que informavam os projetos de reforma se desdobrassem em práticas políticas que, de alguma forma, tenham ajudado a produzir essa sensibilidade tensa que fez da reforma agrária, no final dos anos cinquenta um “momentoso problema”, uma “urgência urgentíssima”, o “ponto nevrálgico da sociedade brasileira”

ESTREITAS MARGENS : OS LIMITES E AS POSSIBILIDADES DA ATUAÇÃO DOS COMUNISTAS BRASILEIROS NA QUESTÃO AGRÁRIA

Em 1943, depois de um longo intervalo que se inaugurou com a derrota do levante de 1935, os comunistas brasileiros reunidos na “Conferência da Mantiqueira” estabelecem como prioridade para a sua ação política a luta pelo fortalecimento da democracia. Depois de difíceis negociações políticas, o partido conseguiu seu registro legal e, nas eleições constituintes de 1945, elegeu vários deputados que assumiram a bandeira da reforma agrária como uma forma de superar o atraso econômico e incorporar os camponeses – sempre tão marginalizados – na construção de uma frente única capaz de enfrentar aqueles que eram considerados os dois maiores inimigos da nação: o imperialismo e o latifúndio.

Em suas memórias, Gregório Bezerra conta que, quando chegou ao sul do País para assumir seu mandato de deputado constituinte, no início de 1946, participou de um comício no Anhangabaú, onde defendeu com entusiasmo, a necessidade imperiosa da aliança entre operários e camponeses para a realização de uma reforma agrária radical :

... Falei sobre a situação de fome, miséria e atraso do Nordeste (...) Disse que o Nordeste era uma das regiões mais atrasadas do Brasil, onde morriam de fome e de doenças milhares e milhares de crianças.

(...)

Em seguida abordei a situação de semi-escravidão da massa camponesa. Caracterizei as relações no campo como semi-escravistas e semi-feudais. (...) Disse que predominava nas terras dos latifundiários o regime da meia, da terça e do cambão ou condição.

(...) Respon-di-lhe que tal situação só podia ser resolvida com uma Reforma Agrária radical.

(...)

*Entretanto para realizar a reforma radical é preciso antes de tudo, unir e organizar a massa camponesa (...) mas os camponeses por si sós, não poderão fazer uma reforma agrária. Precisam da ajuda eficiente da classe operária e de todos os democratas e progressistas (...) A classe operária tem na massa camponesa seu aliado principal, assim como a massa camponesa tem como aliado principal o proletariado. Daí a necessidade imperiosa de uma aliança operário-camponesa.*³³

Acho que esse foi um dos raros momentos em que os comunistas tiveram a oportunidade de colocar em discussão abertamente seu desejo de fazer no Brasil uma reforma agrária que garantisse ao imenso contingente de trabalhadores rurais “terra, trabalho digno e liberdade”, pois logo os ventos sopraram contrários, e mais uma vez os comunistas são obrigados a viver na clandestinidade. Cassado no início de 1948, Gregório Bezerra foi preso, mas logo que saiu da prisão, viajou por Goiás, São Paulo e Rio de Janeiro para participar de vários debates, onde continuava pregando a bandeira da reforma agrária radical e estimulando a organização de várias Ligas Camponesas.

No partido, “reabilitado das ilusões reformistas”, fortalece-se a concepção de que a pressão do imperialismo não só comprometia o desenvolvimento da economia, mas também reforçava o poder das “forças retrógradas” do país : os latifúndios e a burguesia. Por isso, mais uma vez a aliança operário-camponesa é acionada como lugar primeiro, nuclear de contraposição aos inimigos da nação.

No programa da “Frente Democrática de Libertação Nacional”, elaborado em agosto de 1950, o tom de exacerbação era claro e a contraposição ao governo instituído – que para os comunistas não passava de uma “ditadura feudal-burguesa serviçal do imperialismo” – traduzia-se na proposta de confisco e nacionalização dos bancos e empresas ligadas ao imperialismo; de anular a dívida externa; de confiscar as grandes propriedades, sem indenização, e entregar as terras aos camponeses. Todos os democratas estavam convocados para avançar com coragem e audácia no caminho das lutas revolucionárias de massas, pois,

... à medida em que se agrava a situação do país e aumenta o perigo de guerra no mundo inteiro, aumentam a radicalização e a combatividade das massas

*trabalhadoras. À frente delas não devemos recuar as formas de luta mais altas e vigorosas, inclusive os choques violentos com as forças da reação e os combates parciais que nos levarão à luta vitoriosa pelo poder e à libertação nacional do jugo imperialista.*³⁴

A radicalidade era a medida do desencanto, mas não parece corresponder às expectativas dos grupos sociais que o partido pretendia representar. Leonilde de Medeiros conta uma experiência emblemática desse desencontro: em Orizona, Góias, Gregório Bezerra tentou mobilizar os camponeses para a ocupação de terras, mas sua convocação não foi acatada nem pelos membros da sessão local do PCB.³⁵

Esse descompasso entre o discurso oficial do partido e a prática política indica-me claramente as dificuldades enfrentadas cotidianamente pelos comunistas brasileiros e são essas dificuldades que também devem ser consideradas nesse tortuoso empreendimento de acompanhar as discontinuidades de sua linha política.

Nas vésperas das eleições que trariam Getúlio Vargas de volta ao poder, os comunistas insistiram no discurso “esquerdista” – como depois a auto-crítica do partido nomearia –, mas o fracasso das tentativas de organização de sindicatos paralelos ou de militarização dos conflitos sociais pesaram na redefinição do projeto político. Os anos de 1951 e 1952 são marcados por ambigüidades que o manifesto de 1953, tentou relativizar pela manutenção de um discurso de contraposição a Vargas:

O Brasil necessita de outro governo, de um governo efetivamente do povo, capaz de defender os interesses da maioria esmagadora da nação. Um governo que seja o legítimo representante das mais amplas camadas

progressistas e antiimperialistas será capaz de liquidar a odiosa dominação dos imperialistas americanos (...) Esse governo será capaz de liquidar os restos feudais e os grandes latifúndios e assegurará a distribuição gratuita de terras aos camponeses e a todos que desejam viver do trabalho agrícola.

(...)

Se queremos viver e prosperar, se queremos que nossa pátria alcance um futuro radioso a que tem direito, se queremos nos livrar da odiosa escravização americana e tirar o nosso povo do atraso, da miséria e da ignorância em que vegeta, é indispensável acabar com o regime de latifundiários e grandes capitalistas a serviço dos imperialistas americanos, derrotar o governo de Vargas.

(...)

É inevitável a revolução agrária e antiimperialista e a substituição do atual governo por um governo democrático de libertação nacional. ³⁶

Tem sido comum na historiografia que trata da intervenção dos comunistas brasileiros na questão agrária, a crítica de que a sua elaboração política sempre foi nesse terreno, esparsa, inadequada e por isso, pouco consistente. Na opinião de Raimundo dos Santos, por exemplo,

... são notavelmente incomparáveis o pensamento propriamente político dos comunistas brasileiros e suas esparsas elaborações especificamente agrárias. Enquanto na primeira dimensão amadureceu um pensamento de referência democrática, apesar das resistências internas, no longo do tempo – mesmo à revelia do marxismo, leninismo constitutivo dos PCs e servindo para conferir

*gravitação à atuação do partido – a questão agrária permanece nele como uma espécie de ‘parte’ da ‘teoria geral’ que lhe fornece inspiração; sendo afinal tratada como um problema aparentemente deixado mais para a instituição e a habilidade pragmática dos comunistas brasileiros.*³⁷

Mas de que “teoria geral” fala Raimundo dos Santos ? Por que a aliança operário camponesa era um recurso recorrentemente colocado para a viabilização da revolução ? O que orientava a escolha dos comunistas em defender com tamanha insistência a proposição de uma revolução agrária antiimperialista ? Como essa proposição se traduzia nas práticas cotidianas ?

UM CORTEJO FÚNEBRE

Na historiografia das revoluções, as imagens construídas sobre os camponeses se confundem, contradizem-se e incomodam. Eles já foram vistos como uma classe empedernida, pois que portadora da tradição pelo seu apego à terra e/ou pela submissão passiva à violência cotidiana dos donos da terra; como empecilho para a plena realização da modernidade pela valorização do trabalho familiar de produtividade e técnicas limitadas; como personagens potencialmente revolucionários pelas suas eruptivas explosões de violência; mas, acima de tudo, como uma classe moribunda, com a morte anunciada por um fatalismo cuja realização no entanto, é quase sempre adiada na sua realização.

Para alguns acompanhantes desse cortejo, a esperança de redenção só pode se realizar com a morte, entendida como uma passagem – assim como em muitas tradições religiosas – que os transformariam em algo novo: finalmente o proletariado! Para outros que, eu suspeito, estavam de alguma forma mais perto do corpo moribundo, a trajetória do cortejo tornou

possível reconhecer necessidades, desejos, expectativas daquele que era cortejado, sem que esse reconhecimento fosse um lugar de negação daquela esperança de redenção, que ao fim e ao cabo orientava a todos.

É nesse sentido que entendo a hierarquização e a conseqüente subordinação do camponês no projeto comunista de revolução. Mas entendo também que para os comunistas brasileiros, que tiveram como lugar de constituição primeiro o projeto de filiação à revolução proletária internacional, esse acompanhamento foi vivido com aflição, sobretudo porque a projeção dos seus papéis neste ritual se construiu a partir de uma questão levada muito a sério naqueles anos de esperança difícil: “Que fazer?”

O diagnóstico da realidade expunha desigualdades brutais e a ausência quase que absoluta de direitos. Por isso, o dilema que a questão colocava, foi traduzido na prática cotidiana, pela denúncia dessas desigualdades, como vimos no discurso de Gregório Bezerra, e pela insistente luta para que o direito à terra, o direito a condições dignas de trabalho, o direito de organização, fossem minimamente garantidos.

Por isso, o acompanhamento do cortejo me interessa muito mais do que as elaborações sobre prognósticos construído para definir o destino dos camponeses, mas não posso desconsiderar que a filiação dos comunistas ao projeto de uma revolução proletária internacional gerou muitas ambigüidades, muitos limites para a atuação dos comunistas brasileiros junto aos camponeses. Em parte pela necessidade de fazer coincidir sua leitura da experiência social com modelos de interpretação histórica, construídos para explicar outras sociedades, muito diferentes da nossa; em parte pelo próprio lugar de constituição do partido, que se pretendia a vanguarda do proletariado, o que acabava por legitimar a subordinação dos camponeses no seu projeto de revolução.

A escolha política pela aliança operário-camponesa, por exemplo, foi construída em plena consonância com o modelo interpretativo dominante na Terceira Internacional Comunista, que instituiu esse paradigma revolucionário, tendo como modelo a Revolução Russa de 1905, interpretada por Lênin como uma etapa necessária ao desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, mas que teria como força hegemônica o proletariado, que aliado aos camponeses seria um diferencial para preparar a transição para a sociedade socialista.

Entendida como um modelo revolucionário adequado às sociedades cuja transição do feudalismo para o capitalismo não poderia se dar pelas “vias clássicas”, ou seja, pela destruição radical da estrutura agrária feudal, o paradigma da aliança operário-camponesa influenciou profundamente os comunistas brasileiros que acreditavam serem muitas as etapas a superar na sociedade para que finalmente pudessem efetivar seu projeto de uma Revolução Socialista. Por isso, a defesa das reformas não contrariava o desejo e o compromisso revolucionário, ao contrário, viabilizava-o.

Se considerarmos a força simbólica que a Revolução Russa exercia sobre os comunistas do mundo inteiro; se considerarmos também que não era o apanágio dos comunistas a convicção de que a sociedade brasileira era marcada por restos feudais, podemos entender porque essa filiação ao modelo proposto (ou imposto ?) pela Internacional Comunista foi legitimado e insistentemente defendido pelos comunistas brasileiros.

Mas é preciso também que se diga – sem que isso precise ser dito com o “enorme ar de condescendência da posteridade”³⁸ –, que as particularidades de nossa experiência social foram submetidas a esse modelo que reduziu, pelo menos institucionalmente, as possibilidades de interpretação, criando dissonâncias nos discursos dos próprios comunistas e ambigüidades em sua linha política, que foi marcada por uma relação de exterioridade e de intermitência para

com o movimento operário como já foi colocado por Marco Aurélio Garcia, e acrescento, de exterioridade, intermitência e hierarquização em relação ao movimento camponês³⁹.

Mas esse quadro das restrições que marcaram a atuação política dos comunistas brasileiros ficaria incompleto se deixássemos de considerar as dificuldades impostas pela ilegalidade : a impossibilidade de realizar debates regulares e amplos; a insegurança que delimitava a atuação cotidiana dos militantes; a descontinuidade dos investimentos políticos.

Todas essas restrições me levaram a uma escolha: reconstruir a trajetória do PCB na história das Ligas através do jornal "Terra Livre". O reconhecimento desse jornal como um instrumento político poderia bastar para explicar a motivação de estabelecê-lo como fio condutor desse exercício de reconstrução da leitura do PCB de camponês, reforma agrária, bem como do seu papel na criação das Ligas Camponesas, no entanto, não basta. E por que não?

Primeiro, porque nessa perspectiva, o jornal poderia ser visto só como um espaço de tradução e/ou um meio de divulgação das teses e resoluções do partido. Em grande medida, as decisões da cúpula partidária subsidiaram os posicionamentos daqueles que escreviam o jornal e por isso, sempre que seja necessário retornarei aos documentos "oficiais" do PCB para localizar essa relação. No entanto, não posso deixar de considerar que a produção do jornal como um instrumento político exigia uma correspondência com a prática cotidiana dos camponeses que se traduziu em investimentos que não podem mais ser desconsiderados : o cuidado de elaborar uma linguagem acessível (charges, cordéis, almanaques, quadrinhos); a pesquisa sobre as condições de vida das muitas categorias de trabalhadores rurais; o estudo da legislação e a divulgação das brechas que poderiam alargar os direitos dos trabalhadores rurais; o debate sobre a necessidade de garantir esses direitos. Ao se constituir como um canal

de convivência com os camponeses, o jornal propunha estratégias de mobilização que foram acionadas em momentos de perigo e ajudaram a fortalecer naqueles que o liam a esperança do direito à terra e da regulamentação do trabalho agrícola, expectativa e desejo de muitos; ao mesmo tempo que essas expectativas retornavam ao jornal e também orientavam sua elaboração. Essa relação de produção/apropriação/reapropriação inibe qualquer possibilidade de ver a relação partido/camponês como uma relação de mão única, simplesmente impositiva. Por isso li o “Terra Livre” tentando considerá-lo como um espaço de criação e recriação do projeto revolucionário do PCB, e isso me possibilitou entender que, se por um lado, a produção de estratégias específicas de mobilização partiram de pressupostos teóricos que atribuíam aos camponeses um lugar político de subordinação na aliança operário-camponesa, por outro lado, exigiram do partido o reconhecimento das particularidades da experiência camponesa, mesmo quando esse reconhecimento não foi incorporado no seus documentos oficiais.

Seria cômodo localizar simplesmente os limites que a filiação do PCB a esse paradigma revolucionário impôs aos comunistas brasileiros e criticá-los por esses limites, mas acho que está na hora de investigar como o paradigma da aliança operário-camponesa foi vivenciado como possibilidade de elaboração/atuação de um projeto político: as Ligas Camponesas. Os limites e os conflitos que nasceram dessa escolha serão reconstituídos na medida do possível (afinal, as contingências da ilegalidade pesam também para nós que vivemos seu futuro) a partir do debate entre os próprios comunistas.

Passemos pois, ao “Terra Livre”, no início do ano de 1954, quando os comunistas brasileiros depois de superar o desencanto com a cassação do seu registro legal, tentaram reorganizar sua atuação política junto aos camponeses com o lançamento da campanha para a

criação da ULTAB(União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil) para mim, um marco nesse longo investimento de construir a aliança operário-camponesa.

UMA PEDAGOGIA DE ALIANÇAS

Em julho de 1954, no número 44, o "Terra Livre" convocou todos os trabalhadores agrícolas do Brasil para uma conferência nacional, na qual seria discutida a proposta de criação da ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil :

É chegado o momento de realizarmos a II Conferência Nacional de Trabalhadores Agrícolas. Nós acreditamos que somente por meio da união e do nosso esforço coletivo é que poderemos melhorar as condições de vida dos trabalhadores das usinas de açúcar e das fazendas e garantir para os nossos filhos um futuro feliz.

(...)

A vida dos trabalhadores agrícolas no Brasil é a mais penosa que se possa imaginar. Em sua grande maioria não possui a terra em que trabalha. Os ordenados são miseráveis, mal chegam para o trabalhador não morrer de fome. O salário mínimo ainda não está sendo pago. Muitos exigem mais de 10 horas de trabalho, a jornada chega a ser, às vezes, de 16 à 18 horas como acontece em Araras e nas usinas de cana onde o pagamento é feito por tarefa(...) O pagamento em ordem e em vales agrava ainda mais a miséria do trabalhador. A maioria da população brasileira trabalha na agricultura, na pecuária e nas matas sem possibilidade de pôr os filhos nas escolas, sem assistência médica ou

qualquer outra. As dificuldades recaem sobre todos: pequenos e médios proprietários, arrendatários, posseiros, agregados, parceiros, meeiros, assalariados, flagelados, peões.

Realizai Assembléias!

Realizai Conferências locais!

Operários das cidades, irmãos e irmãs, ajudai os trabalhadores agrícolas do Brasil nessa grandiosa tarefa. Assinai conosco essa convocatória dando o vosso valioso apoio.

*Viva a unidade dos operários da cidade e dos trabalhadores do campo!*⁴⁰

Na folha três desse jornal encontrei descrito passo-a-passo, quando e como os trabalhadores deveriam se organizar para escolher os representantes que iriam participar da Conferência. A indicação era que cada iniciativa deveria ter uma ata, na qual deveriam estar registrados “a verdadeira situação dos assalariados e dos camponeses, o programa de reivindicações aprovadas e o nome dos delegados eleitos”. No final da página, uma quadrinha incentivava as ações:

Quando a vara está sozinha

O tatuira sorri

Pois as varas de uma a uma

Qualquer um pode partir

Mas se as varas se juntarem

E um bom feixe formar

Quero ver qual é o tatuira

*Que tem força para quebrar.*⁴¹

No jornal seguinte, publicado na segunda quinzena de julho, a convocatória é renovada, assim como a afirmação de que as assembléias eram importantes porque, a partir das reivindicações ali elaboradas, redigir-se-ia a "Carta dos Direitos e das Reivindicações dos Trabalhadores do Brasil".

Foi impossível encontrar depoimentos que me contassem como essa ação política era na prática organizada. Quem eram os "quadros" do partido no campo? Como eles atuavam nesse momento? Mas o jornal ilustra estratégias que podem iluminar esses questionamentos. No número 46, que circulou na primeira quinzena de agosto de 1954, um quadro discrimina os três tipos de organização possíveis para os trabalhadores no campo. Os assalariados deveriam se organizar em sindicato, os trabalhadores da cana em associações de classe para depois se organizarem em sindicatos, e os trabalhadores que não vivessem de salários deveriam se organizar em associações de caráter civil. Sobre esses últimos o jornal esclarece que não era necessário registrar sua organização no Ministério do Trabalho, o que era exigido nos dois casos anteriores. Vejamos o texto:

*A organização de uma Associação Civil obedece a uma só fase: reúnem-se arrendatários, meeiros, parceiros, etc. e funda-se sua associação com qualquer nome, aprovam um estatuto que deve explicar os fins para que foi organizada a associação, deixando claro seu caráter, isto é, a defesa dos interesses daquelas categorias. Elege-se uma diretoria completa, lavra-se tudo numa ata assinada por todos, registra-se num cartório.*⁴²

Como acréscimo a essa política de ocupação dos espaços institucionais, encontrei no mesmo número, o artigo "Porque votar", que apesar de denunciar as eleições como uma grande farsa, "uma artimanha para esconder o caráter despótico do governo", como um processo excludente, propõe como alternativa,

A união de todo o povo, com exclusão somente dos latifundiários e dos grandes capitalistas ligados ao imperialismo norte-americano. Uma unificação feita pela Frente Única de Libertação Nacional com base na aliança operária camponesa. ⁴³

E alerta:

Nas eleições o povo deve votar para derrubar os latifundiários, os imperialistas ou seus representantes (os entreguistas). Deve votar por candidatos populares e patriotas que lutaram pela formação da frente única. ⁴⁴

O apoio à Frente Democrática de Libertação Nacional não contraria, na interpretação do Comitê Central, a defesa de uma revolução agrária, uma vez que a FDLN incorporou a proposta de confisco das grandes propriedades sem indenização, a luta pelo completo apoio técnico aos camponeses sem terra ou de pouca terra, a abolição das formas semifeudais de exploração da terra (meia, terça), e a abolição do vale, exigindo a obrigação de pagamento em dinheiro para todos os trabalhadores agrícolas.

Essa parceria registra as tentativas do PCB de interferir nos espaços políticos, diminuindo as restrições impostas pela ilegalidade e, nesse sentido, ampliar os canais de

debate sobre os problemas nacionais, sem que o partido abra mão do seu lugar de contraposição ao poder instituído:

É certo que o governo Vargas é um governo eleito no pleito de 1950. Isso não significa, no entanto, que as eleições expressem a vontade da maioria da população brasileira nem que o nosso povo goze da efetiva liberdade ou possa, através do uso de seus direitos constitucionais substituir o atual regime ou nele introduzir modificações radicais. A atual constituição brasileira, se bem registre algumas conquistas democráticas, é no essencial um código de opressão contra o povo. Garante aos latifundiários o monopólio da terra como direito sagrado; assegura à minoria opressora e exploradora a direção política do país...

(...)

*As grandes massas camponesas, que vivem reduzidas à servidão, praticamente não podem participar de eleições senão para votar nos candidatos impostos pelos proprietários das terras em que vivem (...) embora as eleições devam ser aproveitadas pelo povo em suas lutas, elas não passam, nestas condições, de uma farsa para tentar esconder o caráter despótico do atual regime.*⁴⁵

Como a intenção era mobilizar as massas rurais ampliando a luta pelos direitos, o "Terra Livre" primava na elaboração de textos que informavam sobre conquistas já garantidas por lei. No número em questão, logo após essa conclamação de apoio à Frente Única de Libertação Nacional, a seção "Conheça seus Direitos" anuncia que entre os direitos dos

trabalhadores das usinas (de acordo com o decreto lei 6969 de 19 de Outubro de 1944 - complementar no estatuto lavoura canavieira), estavam: moradia sã e suficiente, tendo em vista a família do trabalhador; a não ter sua remuneração diminuída com fundamento em má colheita ou resultante de motivo de força maior; a assistência médica, dentária e hospitalar; o ensino primário gratuito para os filhos em idade escolar; garantia de indenização no caso de dispensa injusta; e o direito, depois de um ano de serviço, de concessão, a título gratuito, de uma área próxima à morada para plantação e criação necessárias à sobrevivência de sua família.

Essas informações, pedagogicamente traduzidas no jornal, chamaram-me à atenção por duas razões. Primeiro: a radical crítica ao governo de Vargas não impossibilitava que o PCB explorasse as brechas institucionais que foram criadas durante esse governo e que, como vimos na análise de Maria Yedda Linhares e Francisco Silva, colocaram em questão, pela primeira vez no País, a soberana autonomia – ou seria melhor dizer prepotência? – dos donos de terra. Segundo: essas brechas, capitalizadas como espaços de reivindicação, são as mesmas que anos depois serão agenciadas pelos camponeses na Liga de Sapé.

UMA VITÓRIA SEM PRECEDENTES

No "Terra Livre" da segunda quinzena de setembro de 1954, o clima é de entusiasmo com a criação da ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícola do Brasil). Na primeira página, a manchete anunciava: "Unidos os lavradores e trabalhadores agrícolas do Brasil", e o editorial registrava o início de uma nova época, "uma época de fraternal amizade

entre operários e camponeses. Milhões de oprimidos do campo se organizam nacionalmente e lutam lado a lado com a classe operária por uma vida melhor”.

Também são reafirmados os objetivos da confederação: "organizar, dirigir e ampliar as lutas dos camponeses; espalhar a carta dos direitos; plantar essas idéias na cabeça de todos os camponeses; conceder assistência jurídica em geral; promover e estreitar os sentimentos de fraternidade entre os trabalhadores”.⁴⁶

Alcançado, enfim, o objetivo de criar uma organização nacional, os comunistas construíram um diagnóstico da dura vida do camponês, em muitos pontos coincidente com a que já vimos nos outros discursos que apresentamos até aqui, embora bem mais abrangente, porque do Brasil e não só do Nordeste: miséria absoluta dos trabalhadores rurais que não podiam satisfazer as mais simples necessidades nem gozavam das mais elementares condições de vida; a altíssima concentração de terras, a ameaça constante de expulsão dos posseiros; a situação de empobrecimento/endividamento dos pequenos e médios proprietários por falta de uma política de crédito e de preços mínimos; inexistência de amparo técnico e jurídico; submissão dos camponeses às obrigações feudais (penosas e extorsivas formas de arrendamento, prestação de trabalho gratuito, regime dos vales de barracão) e desamparo do trabalhador rural assalariado(inferioridade dos salários, inexistência das leis de previdência social). Além disso, doenças endêmicas, as taxas de mortalidade altíssimas, habitações miseráveis, analfabetismo quase absoluto.

Com base nesse diagnóstico, a ULTAB, no momento mesmo da sua criação, elaborou sua proposição mais ousada: o lançamento de uma campanha de cinco milhões de assinaturas pela Reforma Agrária:

Aos camponeses sem terra se juntarão todos àqueles que sofrem com a opressão dos latifundiários e que são prejudicados pelo monopólio da terra e pelos restos feudais. Todos os patriotas e democratas de qualquer tendência política, filosófica e religiosa, todos aqueles que desejam a liquidação de um dos maiores entraves ao progresso e a felicidade de nosso país e de nosso povo, não deixarão de manifestar seu apoio a essa campanha.

A classe operária nas fábricas, através de suas organizações unir-se-á aos seus irmãos do campo para reclamar a terra para os que nela trabalham, estreitando cada vez mais os laços indestrutíveis da aliança operário-camponesa⁴⁷.

No texto que seria enviado ao Presidente da República, encontrei um discurso que lembra muito àqueles que acompanhamos no Congresso Nacional, quase cinco anos depois:

O Brasil é um país com imensas possibilidades e dotado de terras muito férteis, mas a nossa produção agrícola vive em crise permanente.

Cerca de 10 milhões de trabalhadores agrícola e lavradores não possuem nenhuma terra, centenas de milhões possuem terras insuficientes, enquanto que 149 mil grandes proprietários dominam dois terços da área de todas as propriedades agropecuárias do país.

Desejamos fortuna e felicidade para o nosso povo. Desejamos que floresça a economia nacional. Desejamos o progresso de nossa agricultura, nosso comércio, nossa indústria.

A Reforma Agrária é medida que se impõe para o amplo desenvolvimento do nosso mercado interno; é a medida básica para o progresso da economia nacional. ⁴⁸

Com a organização dessa campanha e com o envio desse documento ao presidente da República, o PCB, através da ULTAB, começou a abrir espaços para que o debate sobre a Reforma Agrária alcançasse foros nacionais de discussão. Mesmo atuando na ilegalidade, o PCB foi criando modos de intervenção que, como vimos, no momento propício, juntando-se a outros, tornaram possível que a necessidade da Reforma Agrária fosse reconhecida como imprescindível para o progresso do país .

Mas essa era só uma das formas de intervenção dos comunistas. No momento em questão, a campanha a favor da Reforma Agrária era um modo de fortalecer e legitimar a ULTAB, assim como alargar as possibilidades de incrementar seu propósito de realizar a aliança operário-camponesa. Por isso, paralelo ao lançamento da campanha, foi elaborado um detalhado programa de direitos, a partir das especificidades de cada lavoura, de cada região, de cada categoria de trabalhadores rurais : colonos do café, assalariados das usinas de açúcar, moradores, posseiros, grupos indígenas, todos deveriam ser informados sobre esses direitos, assim como sobre as formas de garanti-los. E o que nas propostas dos nossos nobres deputados aparecia, em 1959, como condição para realização da reforma agrária, nessa proposição aparece como complemento: ajuda técnica, crédito fácil e barato; financiamento de maquinário e ferramentas, de adubos e sementes; garantia de preço mínimo...

A composição desse programa impressiona pela pontuação rigorosa de alternativas aos problemas apontados no diagnóstico anteriormente anunciado, bem como pela pretensão de

abarcam regiões e experiências díspares, e é por isso que o reconhecimento da diversidade não pode prescindir de um projeto para o qual confluam todos esses interesses : a luta pela extensão da previdência social e a busca de legitimidade política para todas as formas de organização dos camponeses, são seus pontos de junção.

Para além desses investimentos o “Terra Livre” ainda registrou outros, aparentemente despretensiosos, que me indicam como essa política passava por várias esferas de atuação :

*Foram criados muitos sindicatos rurais em Pernambuco – inclusive em Vitória de Santo Antão, e uma organização de âmbito estadual: a Associação de Trabalhadores Agrícolas e Camponeses de Pernambuco.*⁴⁹

Logo abaixo o jornal registrou a criação de duas comissões pró-organização dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas na Paraíba. Na página seguinte, mais um indício dos procedimentos de mobilização/ organização que ajudaram na reedição das Ligas Camponesas. O texto em questão ressaltava o apoio e a solidariedade dos operários na organização das Associações dos Trabalhadores Agrícolas:

*(...) é o caso de Pernambuco onde operários visitam aos domingos o interior do estado para organizar os preparativos da conferência e criar novos sindicatos.*⁵⁰

Parece, enfim, que já é possível começar a vislumbrar os pontos de cruzamento desses fios que tenho puxado até aqui e o argumento de que as Ligas Camponesas exigiram esforços

sistemáticos para sua realização como projeto político, começa a fazer algum sentido. Mas é preciso ir além da constatação desses indícios de confluências e, por isso, antes de continuar cartografando esse território de atuação dos comunistas, que é o “Terra Livre”, proponho que voltemos mais uma vez, caro leitor, a investigar as correspondências entre esses empreendimentos narrados no jornal e a elaboração da linha política do partido comunista. A intenção, nunca é demais reafirmar, não é localizar antecedências ou legitimar uma suposta paternidade para o movimento social, mas entender como as possibilidades de intervenção na questão agrária foram construídas em consonância com as redefinições que marcaram a linha política do partido.

REFORMAS PARA A REVOLUÇÃO

No final do ano de 1954, ainda atordoados com o impacto provocado pelo suicídio de Getúlio Vargas, os comunistas brasileiros começaram a elaborar uma revisão da linha política adotada depois da cassação do seu registro legal em 1948. O primeiro movimento dessa revisão é o deslocamento e a ampliação da idéia de perigo – sempre associada à presença do imperialismo norte-americano no Brasil. Como consequência, o suicídio de Vargas é lido como assassinato e a ascensão de Café Filho ao poder é transmutada em golpe militar cujo propósito era “entregar o Brasil de mãos e pés atados à voracidade dos magnatas americanos”. A dramatização do perigo aponta a necessidade da reedição da aliança entre todos os grupos patriotas e democráticos pela defesa da constituição e dos direitos por ela institucionalizados. Desse primeiro movimento nasce o segundo: a construção de uma parceria com o PTB, pois “o momento exige que trabalhistas e comunistas se dêem fraternalmente as mãos e que juntos

lutemos em defesa das leis sociais já conquistadas.”⁵¹ Juntos o PCB e o PTB poderiam pôr fim à ditadura fascista de Café Filho, pela união da classe operária e pelo fortalecimento da Frente Democrática de Libertação Nacional: “o essencial é que saibamos unir nossas forças nas fábricas e nas fazendas, nos bairros operários e nas concentrações camponesas.”⁵²

Nesse clima de redefinições, o PCB realizou seu IV Congresso. “À luz da ciência marxista-leninista e , partindo das conclusões da teoria”, o programa foi definido. A princípio, nenhuma novidade referente à leitura das contradições a enfrentar: os restos feudais e o imperialismo. Mas a elaboração vai sutilmente dando ênfase à dominação imperialista que “sustenta os latifundiários na conservação da sociedade semifeudal e semi-escravista”, e desse deslocamento nasceu a proposição de uma revolução democrático-popular baseada num amplo arco de alianças, que não é entendido como uma concessão, mas como uma decisão estratégica também inspirada e legitimada pelo paradigma leninista: “golpear os inimigos um a um e saber convergir o fogo em cada momento contra o inimigo principal e mais poderoso.”

Conflitos delimitados. Revolução por etapas. Alianças imprescindíveis: aos camponeses, sobre os quais pesava a opressão dupla, mas complementar, dos latifundiários e dos imperialistas, impõe-se a necessidade de aliança com o proletariado revolucionário para a edificação de uma sociedade democrática, transição imprescindível para a instauração do socialismo:

*Por sua essência de classe, o regime democrático popular será uma ditadura das forças revolucionárias antifeudais e antiimperialistas, será efetivamente o poder do povo, da maioria esmagadora da nação – operários, camponeses, pequena burguesia e burguesia nacional – sob a direção da classe operária e do seu partido comunista.*⁵³

Esse é, com certeza, um momento privilegiado da proposição da aliança operário-camponesa. O sentido de urgência orienta os procedimentos e, pela primeira vez no discurso oficial do partido, o lugar político do camponês no projeto revolucionário aparece em destaque. Sem abrir mão de suas convicções num porvir socialista, os comunistas brasileiros propõem uma interrupção no cortejo que acompanha o camponês moribundo e, instrumentalizando as possibilidades alternativas que o paradigma leninista da revolução por etapas colocava, convocaram seus militantes e seus prováveis aliados, a lutar para a construção de uma sociedade democrática, independente política e economicamente:

*O novo regime não será uma ditadura do proletariado. Mas não será também uma ditadura da burguesia. Graças à atual correlação de forças de classe no mundo e ao papel dirigente da classe operária na revolução brasileira, irá ela adiante da revolução democrático-burguesa, criará um poder de transição para o desenvolvimento não capitalista no Brasil.*⁵⁴

Já anunciei, muitas páginas atrás, que não é minha pretensão questionar sonhos alheios, mas rastrear as possibilidades de atuação que, investidas por esses sonhos, se transformaram em empreendimentos políticos. Por isso, a pergunta que se impõe para esse exercício é: que ressonâncias essa reelaboração do projeto político teve naquele momento? Pergunta difícil de responder. Mais uma vez é preciso garimpar indícios e lançar pontes de um veio discursivo à outros...

No número 64 da “Revista Problemas”, foi publicado o texto “O Programa do Partido, a Questão Agrária, a Organização e a Luta dos Camponeses”, de Oto Santos⁵⁵. Num primeiro olhar a impressão é que se trata de um comentário posterior e pessoal sobre as resoluções do IV Congresso, na verdade, é uma transcrição de um informe apresentado durante aquele congresso e que foi, pelo que pude apreciar, definitivo para a elaboração da nova linha política que apresentei acima. Mas isso não invalida a pretensão de explorá-lo como instrumento para rastrear as ressonâncias que o documento oficial do partido tenha provocado. E porque não? Primeiro, porque o que aparece lá como síntese, se apresenta aqui com a eloquência daquele que pretende convencer seus pares da necessidade de reordenar escolhas, avaliar e redefinir ações. Em segundo lugar, porque esse discurso, quando publicado, extrapola o âmbito do congresso (sempre restrito pelas contingências da ilegalidade) atingindo portanto muitos outros.

O objetivo desse texto era reforçar a idéia de que a aliança operário-camponesa deveria ser “a base indestrutível da Frente Democrática de Libertação Nacional” e, por isso, o ponto de partida do autor é o reconhecimento da necessidade de sua constituição, em face da realidade que apresenta uma imensa concentração de terras; a presença, em toda parte e de diversas formas do trabalho gratuito e obrigatório que agravava a exclusão política dos camponeses sem terra; as desigualdades regionais que comprometem o desenvolvimento da economia nacional.

É com base nesse diagnóstico que, segundo Oto Santos, se elaborou o programa do partido:

*A destruição do regime latifundiário com o confisco de todas as terras dos latifundiários e a entrega dessas terras gratuitamente e sob forma de propriedade privada aos camponeses sem terra ou possuidores de pouca terra e a todos que queiram nela trabalhar (...) O reconhecimento legal das posses ou ocupações realizadas pelos camponeses, a abolição das formas semifeudais de exploração, a anulação de todas as dívidas dos camponeses para com os latifundiários, os usurários, o estado e as companhias imperialistas norte-americanas, etc...*⁵⁶

Definidas as metas era preciso discutir quais as possibilidades de sua realização. Os lastros de sustentação da crença na efetivação desse projeto eram : a abrangência das medidas, já que “o programa corresponde aos anseios e aos interesses da massa camponesa. Consubstanciando as reivindicações fundamentais dos milhões de camponeses pobres, médios e ricos, o programa estabelece e demarca uma amplíssima linha de frente única no campo, excluindo apenas a minoria de latifundiários,”⁵⁷ e a ação consciente e cotidiana dos militantes do partido, pois o potencial de força dos camponeses brasileiros (historicamente expresso em movimentos épicos como Canudos e Contestado, ou em ações espontâneas como os motins dos flagelados da seca), precisava ser capitalizado para o projeto do PCB. “Um projeto cientificamente formulado”, e por isso justo, adequado, promissor.

Recorrendo ao arquivo dos empreendimentos já realizados pelos comunistas para organização dos camponeses, Oto Santos realizou um movimento que iluminou como um holofote essa exploração que venho me propondo fazer em territórios alheios. Para ele, “ao longo dos seus trinta e dois anos de existência o Partido tem trabalhado para ganhar as massas

camponesas”, mas a bandeira da revolução agrária havia sofrido desgastes devido às contingências da ilegalidade, e, na mesma medida por causa das tendências sectárias que predominaram no partido depois do Manifesto de agosto de 1950 (a escolha pelo paralelismo sindical e as experiências de conflitos armados em Paracatu são provavelmente os alvos dessa crítica)⁵⁸.

Era preciso então, construir efetivamente a aliança entre os operários e camponeses a partir de um caminho que já estava delimitado pela experiência de organização das duas conferências Nacionais de Trabalhadores Agrícolas e Camponeses em 1953 e 1954, nas quais a ajuda direta das organizações da classe operária foi decisiva :

*Dezenas de sindicatos operários ajudaram materialmente a preparação e a realização da Conferência Nacional. Muitas conferências regionais e locais foram realizadas nas próprias sedes dos sindicatos operários. Inúmeras caravanas de líderes sindicais compareceram às assembléias de luta e organização. Toda a II Conferência transcorreu sob o signo da amizade e da fraternidade entre operários e camponeses.*⁵⁹

Para esse entusiasmado comunista, a materialização dessa política já havia rendido frutos excepcionais : a elaboração da “Carta dos Direitos e Reivindicações dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas” e a criação da ULTAB. Entretanto, era preciso superar o sectarismo e a tendência de subestimar os camponeses como aliados fundamentais do proletariado. Era preciso construir o partido no campo, grande desafio para os camaradas militantes que deveriam “atuar com amplitude, flexibilidade, persistência e espírito revolucionário”⁶⁰

Essa orientação é traduzida pontualmente, como convém numa pedagogia : atuar de acordo com a situação do local, levando em consideração as reivindicações específicas de cada camada de camponeses; trabalhar com todos os grupos, inclusive com os camponeses ricos que se dispusessem a apoiar um regime democrático-popular; organizar as grandes massas de camponeses a partir do seu desejo, de sua experiência e do seu nível de organização, o que para Oto Santos, quase sempre queria dizer criar associações e sindicatos legais, pois “a experiência tem ensinado que assim preferem os camponeses”; utilizar todas as formas de luta, pois todas as formas de lutas são justas boas e necessárias : abaixo-assinados, pequenos protestos, greves parciais e totais e até, se inevitável, a luta armada.

Finalmente, uma última orientação, a palavra definitiva e auto-confirmadora, pois, a vitória desse projeto depende, antes de tudo, do partido mas,

*construir o partido não é só recrutar; é recrutar e estruturar; é estruturar e ativar seus membros; é formar e educar os militantes de modo que eles compreendam o papel do partido e saibam dirigir as massas camponesas na luta pelo programa.*⁶¹

É impossível desconsiderar a esperança que mobiliza esse tipo de discurso, é impossível também não imaginar como essa esperança reverberou na cabeça e no coração de muitos outros, sejam os ouvintes do informe, sejam os leitores da revista. Impossível não pensar sobre essas redes que vão criando correspondências entre os sonhos e as ações. Acho que já podemos, e até devemos, caro leitor, voltar ao “Terra Livre”.

UMA NOTÍCIA INTRIGANTE

BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Na edição da primeira quinzena de janeiro de 1955, uma notícia é particularmente interessante. Na página 04, o jornal registra a fundação de uma associação de meeiros, arrendatários e pequenos proprietários no município de Sapé na Paraíba :

*Com a presença de dezenas de lavradores, apesar da resistência dos latifundiários, que não têm ainda a cerimônia de dizer que a lei nas suas fazendas são eles, realizou-se no mês de dezembro passado a assembléia de fundação da Associação dos Meeiros Arrendatários e Pequenos Proprietários do Município de Sapé. Entre os lavradores que falaram na reunião debatendo seus direitos e suas reivindicações, usaram da palavra diversos diretores de sindicatos do município, entre eles, o senhor Luiz Aureliano que leu o programa de reivindicações dos posseiros e arrendatários aprovados na segunda conferência.*⁶²

O texto enviado por um correspondente anônimo (quem seria?), embora sucinto, registrou informações que precisamos explorar. Primeiro, a referência à resistência dos latifundiários, que como veremos adiante, foi traduzida em pequenos e grandes atos de violência (em tudo balizados pela crença de que eles realmente eram a lei). Segundo, o registro da presença dos diretores de sindicatos do município pode ser lida como uma materialização da intenção do Partido de realizar a aliança operário-camponesa, assim como proposto artigo de Oto Santos. Essa correspondência também parece se confirmar na

informação de que foi lido e discutido o programa de reivindicações dos posseiros e arrendatários aprovado na Assembléia de criação da ULTAB. Essas inferências nos levariam então à conclusão de que a Liga de Sapé foi criada por militantes do Partido Comunista. Mas essa comprovação bastaria para explicar como historicamente se organizou esse movimento social ?

Eu poderia realmente parar por aqui e esse seria com certeza o caminho mais fácil. Mas prefiro insistir na possibilidade de contar essa história valorizando os sonhos, os conflitos, as disputas, enfim, os múltiplos empreendimentos que tornaram possível a criação das Ligas. Retornemos então ao "Terra Livre", para examinar qual o sentido de escolher, de ler e discutir, como nos informa o correspondente, o programa de reivindicações dos posseiros e arrendatários.

O texto referido foi publicado no "Terra Livre", em setembro do ano anterior, e nele, constam as seguintes reivindicações :

Imediata concessão dos títulos de propriedade plena a posseiros, ocupantes e moradores; cumprimento do decreto lei 3.059 de 14 de fevereiro de 1941 que estabelece os direitos dos colonos nas colônias agrícolas nacionais; redução dos preços das escrituras de propriedade e registro das mesmas; crédito rápido barato e a longo prazo; plena liberdade de compra e venda; fornecimento a preços baixos de sementes, ferramentas, sacarias, inseticidas, adubos; medidas contra açambarcadores e monopolistas; conservação e construção de estradas; isenção de impostos para proprietários com até 20 hectares; criação de tiros de guerra em todos os municípios para facilitar a

prestação do serviço militar; estímulo e a ajuda para a criação de cooperativas agrícolas; construção de açudes, poços, barragens e redes de irrigação de uso público para evitar os prejuízos da seca; criação pelo governo de viveiros de árvores frutíferas e florestais para abastecimento dos lavradores; fornecimento pelo governo de animais reprodutores; criação de postos de vacinação; criação de postos médicos, escolas, programas de combate às doenças endêmicas e infecciosas; extensão da previdência e seguro social aos lavradores; liberdade de organização em associações; medidas de proteção que efetivamente protejam os colonos, posseiros e pequenos proprietários contra a ação dos grileiros. ⁶³

Dessas reivindicações, só a que fala da criação de tiros de guerra me parece obscura. Todas as outras estão claramente ligadas à vivência dos moradores e moradores-foreiros que na historiografia sobre as Ligas aparecem como sendo "a base social do movimento". Como em geral nessas leituras eles foram reduzidos a estatísticas, quero aproveitar a indicação presente no texto do correspondente, para ir delineando os contornos desses personagens que até agora só apareceram nessa história como os desvalidos e excluídos camponeses, tangidos pela fome, pelas doenças, pela pobreza, embora potencialmente revolucionários.

Poderíamos, para começar, considerar que a escolha de ler entre todos os pontos da "Carta dos Direitos e das Reivindicações", o item que se refere aos posseiros, colonos e moradores, é um indicativo de que a maioria dos camponeses presentes na reunião de fundação da Liga de Sapé, viviam sob essas condições. Mas isso diz muito pouco e, na verdade, só confirma o que já foi demonstrado estatisticamente nos trabalhos sobre as Ligas.

Poderíamos, então, tentar construir algumas inferências a partir do texto da “Carta dos Direitos e das Reivindicações”, e esse caminho parece mais promissor.

Os três primeiros itens indicam a necessidade de regulamentação jurídica de uma situação já vivenciada, já que não se pede a concessão da terra, mas a concessão dos títulos de propriedade da terra. Um outro item que também pode iluminar aspectos dessa vivência e de suas tensões é o que se refere especificamente à plena liberdade de compra e venda. Que mecanismos de controle estariam por trás dessa reivindicação? O que impediria um agricultor de comprar e vender seus produtos onde quisesse? Seria a falta de estrutura para a comercialização? Mas se fosse só isso, o resto do conjunto das reivindicações colocadas não daria conta desse obstáculo? Por fim, a reivindicação de medidas imediatas de proteção contra grileiros parece indicar um outro lado da insegurança explicitada no primeiro item, ou seja, a evidência de uma violência que, tirando proveito das brechas jurídicas, exercer-se-ia pela força.

Como já disse, essas suposições têm a função de anunciar um incômodo que está na origem desse trabalho: afinal, quem eram esses camponeses citados, nomeados, inscritos em leituras e projetos que outros elaboram, pretensamente por eles, para eles? Antes de tentar resolver esse incômodo, é preciso ainda investigar a construção desses modos de intervenção propostos por aqueles que se instituíram como seus intérpretes, inclusive porque o anúncio de criação das Ligas Camponesas de Sapé, em dezembro de 1954, contraria todos os outros registros históricos que me informam que as Ligas Camponesas de Sapé só foram criadas institucionalmente em 1958. Como explicar então essa notícia no “Terra Livre” ?

Algumas páginas atrás, realcei entre as muitas informações que o Terra Livre publicou quando da fundação da ULTAB, em setembro de 1954, a criação de duas comissões pró-

organização dos lavradores e trabalhadores agrícolas na Paraíba e, em janeiro de 1955, aparece a notícia da criação da primeira Liga de Sapé. Qual seria a relação que existiria entre esses dois registros ? Teriam as comissões efetivado o projeto em quatro meses ? E se assim foi, como efetivamente se realizou esse empreendimento? Acho que está na hora de cruzar essas informações com outros registros sobre essa experiência, enredar outros fios nessa história para tentar entender melhor como esses procedimentos eram realizados no cotidiano. A trajetória de dois personagens pode iluminar esses questionamentos. Peço então licença, para num breve intervalo, contar ao leitor a comovente história de amor de João Pedro Teixeira e Elizabeth Altina.

UM AMOR ILUMINADO

Filho do senhor João Pedro Teixeira e da senhora Maria Francisca da Conceição, João Pedro nasceu em Guarabira, brejo paraibano. Seu pai era morador foreiro, mas se envolveu num conflito com o dono da terra, matou dois pistoleiros e fugiu. Nunca mais a família soube notícias dele. João Pedro, que tinha então um ano e meio, foi morar com a mãe e uma irmã na casa de um tio que alguns anos mais tarde, depois de percorrer vários engenhos, acabou indo morar na várzea paraibana, onde fica localizado o município de Sapé.

Já em Sapé, João Pedro conciliava o trabalho no roçado do tio com o trabalho alugado na pedreira de um dos mais ricos latifundiários da região, o usineiro Renato Ribeiro Coutinho. O trabalho na pedreira era pesado e estigmatizado como coisa de cassaco, ou seja, de migrante temporário, sem terra, que vive exclusivamente do salário recebido. Os trabalhadores temporários em geral estavam ligados a um contrato de trabalho informal com um empreiteiro

que organizava o trabalho, controlava as diárias e providenciava o pagamento. Boa parte do salário era distribuída em vales para o barracão e o mestre Jaques, empreiteiro daquela pedreira, havia firmado um acordo com um pequeno proprietário do sítio "Antas do Sono", que também era dono de uma mercearia, para o fornecimento da "feira" semanal àqueles trabalhadores. Foi assim que, numa segunda-feira, João Pedro conheceu Elizabeth, filha do dono do barracão. Era novembro de 1940. Vamos deixar que ela nos conte :

Lembro muito bem. João Pedro chegou com um grupo de companheiros de trabalho. Realçava dos demais pelo porte alto e atlético, apesar de magro tinha ombros largo e se vestia com cuidado. Os cabelos, apesar de crespos e duros estavam muito bem cortados e penteados. Uma fileira de dentes muito alvos, a pele bem morena combinava com os olhos. Era muito bonito e muito simpático.

Entretanto, não foi só o físico que me chamou a atenção, foi o seu olhar e sua voz, uma mistura de força e ternura :

' – Por favor, senhorita !'

Com muita delicadeza estendeu o braço e me entregou a lista de compras. À medida que eu ia buscar as mercadorias solicitadas, sentia seus olhos se dirigirem para as minhas mãos, o tempo todo, enquanto eu ajeitava as compras. Achei graça na atitude daquele rapaz tão educado. Fiquei envaidecida. Olhei para minhas mãos tentando entender a razão daquele olhar. Só quando passamos a conversar por carta é que João Pedro me confessou ter achado lindo o contraste da minha pele branca com o esmalte vermelho que eu usava. ⁶⁴

A paixão do galante e educado lavrador com a mocinha vaidosa só cresceu a partir desse momento. As segundas-feiras seguintes se tornaram especiais. Elizabeth conta que só pensava em revê-lo, em conversar nem que fosse nos breves e limitados minutos das compras. Mas o namoro foi distante e silencioso, pois o pai de Elizabeth logo que percebeu a paixão entre os dois, proibiu a filha de vê-lo, substituindo-a no trabalho do barracão. Tolices. Os dois encontraram formas de se verem ao menos de longe e de trocarem olhares e adeuzinhos.

Em janeiro, a festa de São Sebastião apareceu como uma oportunidade para um encontro. Elizabeth se esforçou para conseguir autorização do pai desconfiado e preconceituoso – seu Justino não queria o namoro por ser João Pedro negro e pobre – e contou com a ajuda da mãe e dos tios para dobrar o velho. Depois de muitas garantias, o pai cedeu.

Daí por diante, toda a preocupação era com os preparativos: vestido e sapatos novos, um tratamento especial nos cabelos compridos, perfume de flor e, na hora da saída, o último toque: batom passado nos lábios por mãos trêmulas de ansiedade. Por todo o caminho "o coração batia forte, toc... toc... toc..., tão forte que chagava a doer".

Na praça onde estava a matriz, a multidão tomava conta das ruas e o clarão das luzes e o som da música animava a todos. Elizabeth enxergava sob luzes a majestosa Igreja de São Sebastião toda iluminada "como se fosse feita só de lâmpadas, parecia de suspiro enfeitada de sol". Por entre as barracas coloridas com bandeirolas de papel de seda, serpentinas de papel celofane e repletas de quitutes e doces (pé-de-moleque, alfinim, tapioca, soda, sequilhos) e salgados (churrasco com farinha de mandioca, cachorro quente e bode assado), os olhos de Elizabeth "enxergaram tudo, mas buscavam algo diferente. E se ele não viesse? De repente, cara a cara com ela, estava João Pedro":

Ele cumprimentou a todos e depois com muito jeito, me convidou para dar uma volta de roda gigante e no 'bicho da seda', depois fomos saborear os quitutes. Não perdemos o forró e nem a apresentação dos conjuntos. Vimos a banda tocar etc., etc., etc. Foi uma festa dos sonhos realizados. Foi um dia cor-de-rosa que toda mocinha espera. ⁶⁵

A alegria de Elizabeth acabou com a truculência do pai preconceituoso que a proibiu de namorar um "negro cação". O resto da história já podemos imaginar : vigilância ostensiva do pai e um amor cada vez maior, vivido de longe através de olhares e cartas ansiosamente lidas e guardadas sob o travesseiro, enroladas em laços de fita. Como ela mesma diz, "a minha teimosia superava o zelo de meu pai e, apesar de tudo, nunca deixamos de nos ver".

Seis meses depois, João Pedro resolveu enfrentar o pai de Elizabeth e foi a sua casa pedi-la em casamento; a resposta, obviamente, foi negativa :

Nem mesmo que houvesse uma lei que me obrigasse a permitir esse casamento, eu dizia Não ! Não ! Não obedecia à lei mesmo que tivesse que abandonar vocês, abandonar a minha casa, abandonar os meus negócios... Eu continuarei a dizer não pelo resto de minha vida. Até morto eu continuarei a dizer não. Não criei minha filha para entregar a um negro 'cação'. Negro só da porta da minha casa prá fora. ⁶⁶

Sem possibilidade de acordo com o pai de Elizabeth, eles resolveram fugir e foram morar com o tio de João Pedro no engenho Massangana. Em 26 de julho de 1942, casaram em

Cruz do Espírito Santo, município vizinho a Sapé numa cerimônia organizada pela família de João Pedro :

Quando saltei do carro e entrei na igreja pelo braço do tio Luiz Pedro, percebi que a Igreja estava cheia, mas à medida que buscava os meus parentes e não encontrava fui sentindo um vazio no coração. Cheguei ao altar com lágrimas nos olhos, apesar da minha certeza de que seria assim, lá no fundo havia uma certa esperança ...

No altar, após as palavras do padre e da troca de alianças esqueci a minha dor. A alegria de ser a esposa de João Pedro diante da lei e de Deus, transbordou e me fez esquecer tudo. ⁶⁷

O casal apaixonado ficou morando com o tio Luiz Pedro e lá no sítio Massangana tiveram sua primeira filha, a quem deram o nome de Marluce. Elizabeth lembra essa fase como um tempo muito feliz : “Tínhamos muito amor, muita paz e muita fartura em casa já que o tio Luiz era gerente da fazenda e dispunha de um enorme roçado”.

Os problemas só começam a aparecer quando João Pedro entrou em conflito com o tio por discordar da forma como ele passou a tratar os moradores do engenho. Dois desses episódios ficaram registrados na memória de Elizabeth :

O primeiro foi quando o tio expulsou de Massangana uma família com oito filhos pequenos, sem qualquer direito. Eles tinham benfeitorias, tinham uma boa roça, mas saíram com as mãos vazias, apavorados diante da surra que o

chefe da família levou e das ameaças do tio Luiz. Naquela época eu não tinha consciência dos direitos dos trabalhadores. Ficamos penalizados com o caso, com muita pena do trabalhador, mas foi só por um certo tempo, depois passou. Por muito tempo não tivemos mais notícias desagradáveis sobre o comportamento do tio Luís Pedro. Tínhamos até esquecido o fato quando fomos surpreendidos por mais uma atitude incorreta : na fazenda morava uma garotinha muito bonita. O nosso tio tinha bebido bastante e se dirigiu para a casa da viúva e tentou 'bolir' com a menina. A pobre viúva teve que sair da casa com a filha, aos prantos e procurar um esconderijo seguro. ⁶⁸

João Pedro tentou interferir e o tio acabou por mandá-lo embora de sua casa. Ele, então, deixou Elizabeth e a filha na casa da mãe, que morava em Sapé e foi para Recife trabalhar numa pedreira em Jaboatão. Só no começo de 1945, Elizabeth se mudou para Recife. Por nove anos, eles moraram “na casinha branca de janelas azuis”, como Elizabeth a descreve. Desse período, as lembranças registram passagens muito felizes como o nascimento de cinco filhos, a conversão de João Pedro ao protestantismo – Elizabeth continuou católica – e as lições de alfabetização que ela dava ao marido. Mas os tempos eram duros e Elizabeth teve que trabalhar fora, além de cuidar da casa e dos filhos. No entanto, “o carinho de João Pedro compensava todas as dificuldades”. Por seu lado, João Pedro continuava trabalhando na pedreira e também na construção civil, e além das reuniões na igreja passou também a freqüentar reuniões “de esclarecimentos dos direitos dos trabalhadores” :

Todos os fins de semana João Pedro saía pelas redondezas para conversar com os companheiros. Era muito admirado e respeitado. Havia também as reuniões à noite. Os contactos com os companheiros eram muito constantes e por isso, fomos ficando mais próximos. Entre eles: Manoel Faustino, Nazeozeno (Nasol). João Francisco, José Augusto e Manoel Serafim.

Em 1950 foi fundado o Sindicato dos Trabalhadores das Pedreiras. João Pedro e seus companheiros haviam conquistado uma grande vitória, mas João Pedro ficou definitivamente marcado pelos empresários.

A mera fundação de um sindicato de classe para esses proprietários foi imperdoável, e João Pedro começou a pagar muito caro por esse 'crime'. Todas as portas passaram a ser fechadas e quando conseguia um emprego, não demorava muito, sem qualquer razão era despedido, apesar de ser ele um excelente profissional – foi ele quem construiu o monumento 'Tenente da Cateni', feito todo em mármore, para um usineiro de Santo Amaro, Recife.⁶⁹

Sem emprego fixo e com o nascimento de mais um filho, a situação de João Pedro ficou muito, muito difícil, mas ele tentou conciliar a responsabilidade de manter a família sem abrir mão da organização do sindicato na pedreira.

Qualquer emprego era emprego para João Pedro e, apesar de todas as dificuldades, não perdia a fé, a alegria, a ternura por todos nós. Entretanto, não abandonava a luta – as reuniões continuavam em nossa casa nos fins de semana durante a noite, outras reuniões começavam quando as pessoas iam dormir e às

vezes só acabavam quando o dia queria amanhecer. Sabia das reuniões, sabia que às vezes eram com companheiros do Partido Comunista (PCB), mas nunca participei dessas reuniões, como também não sabia o que se discutia. Em 1951, não me lembro o mês, a polícia ficou 'atocaiando' a nossa casa, havia uma reunião importante marcada; se João Pedro sáisse por certo, seria seguido. Com muito cuidado, avisamos ao Serafim e esse foi avisar aos companheiros no ponto do ônibus onde costumavam descer. Foi um sufoco danado.

A cada ano que passava a nossa situação ia ficando mais e mais difícil. Fomos renunciando a tudo que era possível, mas tudo estava caro para quem já não podia contar com um salário. Por mais que tentasse colaborar financeiramente não conseguia grande coisa. João Pedro também fazia de tudo mas era tão pouco o que não dava quase para nada.⁷⁰

No começo de 1954, Elizabeth recebeu em Recife a visita de seu irmão mais velho, Euclides Justino, que perante às dificuldades financeiras, sugeriu à irmã que ela voltasse para Sapé. Ressabiada, Elizabeth questionou se o pai aceitaria sua volta, afinal eles já estavam sem se falar há mais de dez anos. Euclides Justino prometeu conversar com o pai e, quinze dias depois, voltou a Recife, dizendo que o pai havia concordado em ceder, para Elizabeth morar, um sítio que ele havia comprado recentemente.

Elizabeth conta que se alegrou muito com essa possibilidade, mas ficou com medo da reação de João Pedro :

Criei coragem e com um frio na barriga conversei com João Pedro. A sua reação foi tranqüila, disse que era uma solução acertada porque ali não teríamos condição de sobrevivência. Ficou decidido que João Pedro iria ao meu encontro, logo que acertasse as coisas no Recife.

Apesar da confiança que sempre depus em João Pedro e de saber que era um homem de palavra, fiquei com muito medo que ele resolvesse o contrário. Seria para ele muito difícil viver nas terras de meu pai. Eu sabia disso e o meu coração melhor ainda.

Mas, no dia 15 de maio de 1954, junto com os meus filhos, tomei o trem de volta para Sapé. Estava repartida, parte de mim havia ficado com João Pedro no Recife. ⁷¹

Quando chegou em Sapé com os filhos e sem João Pedro, Elizabeth recebeu toda a atenção do pai que enviou trabalhadores para começar a plantação de feijão, mandioca, milho e uma feira. Mas a alegria do Seu Justino, pai de Elizabeth, durou pouco, cedeu espaço para a alegria de Elizabeth e de seus filhos :

Passados quinze dias, João Pedro chegou. Foi uma alegria na casa, as crianças queriam contar as novidades para o pai e todos falavam ao mesmo tempo. Com carinho e paciência, João Pedro dava atenção a todos nós, não deixava de me olhar como se quisesse dizer da saudade que sentiu. A alegria havia retornado a nossa família. Mas com João Pedro trabalhando na terra, meu pai evidentemente, suspendeu a feira. ⁷²

Mas João Pedro parece não ter concordado em vir para Sapé só para resolver sua situação familiar ou só para voltar a ser um agricultor. Elizabeth conta que ele fez logo muitas amizades e, entre os novos amigos, localizamos vários personagens que mais tarde iriam com ele organizar as Ligas Camponesas na Paraíba : Ivan Figueiredo, João Alfredo – o Nêgo Fuba, Severino Dias. Mas voltemos ao relato de Elizabeth para tentar chegar mais perto da forma como esse empreendimento de mobilizar e organizar os camponeses era cotidianamente realizado :

João Pedro trabalhava durante a semana na terra e todos os fins de semana fazia reunião com os camponeses : em Miriri, Antas, Corredor, São Miguel de Taipú, Sapucaia, Caruçu e outras regiões do Brejo. Ia de bicicleta quando não era muito distante e caso contrário, tomava ônibus. Chovesse ou fizesse sol, ele nunca faltava à essas reuniões.

Em pouco tempo ficou muito conhecido nas redondezas. Em 1956 houve uma reunião em minha casa. Reunimos mais de 30 companheiros, entre eles estavam Pedro Fazendeiro, Nêgo Fuba e muitos companheiros de Sapé e Miriri.

No dia seguinte, a repressão cercou a minha casa. Um aparato policial digno de uma guerra – metralhadoras, baionetas, muitos gritos e muitas ameaças. Os policiais levaram João Pedro preso. Ele apanhou muito e ficou oito dias encarcerado, tratado como criminoso apesar de ser um honesto pai de família.

Os camponeses ficaram revoltados, mas um pouco amedrontados.

Meu pai apareceu 'com a moléstia' e aos gritos mandou-me embora da casa e das terras, inventou até uma venda para do Sítio para o Sargento Moisés. Fizeram muita pressão para nos despejar do Sítio, mas resistimos.

*Agora não era apenas a prepotência do meu pai, havia o poder do latifúndio. Os senhores das terras estavam preocupados com João Pedro. Ele era 'perigoso' porque estava ensinando aos homens do campo que eles estavam sendo explorados e tinham direito a terem uma vida digna, já que eram as suas mãos que criavam toda a riqueza dessas terras.*⁷³

João Pedro, por decisão dos companheiros, teve que partir para o Rio de Janeiro e lá ficou por oito meses trabalhando, segundo Elizabeth, numa pedreira. Durante esse período, os amigos que ficaram em Sapé continuaram visitando Elizabeth, apoiando-a nos encaminhamentos diários pela sobrevivência e protegendo-a das possíveis violências. Aos poucos, a tensão foi cedendo e, no começo de 1957, João Pedro resolve retornar :

João Pedro voltou bem abatido, magro, febril. A febre aumentou, os remédios caseiros não fizeram efeito, procuramos um médico e foi diagnosticado pneumonia. Foram dias de preocupações e cuidados : boa alimentação, remédio a hora certa e a resistência de João Pedro venceu a doença e ele ficou completamente curado. Imediatamente assumiu as tarefas rurais durante a semana e no fins de semana fazia reuniões com os agricultores de Antas, Marauí Corredor, São Miguel de Taipú, Sapucaia, Pilar, Caruçu do Brejo e outros. Em outras ocasiões alguns camponeses ou lideranças sindicais passavam pela

*minha casa para conversar com João Pedro. Foi assim que conheci mais de perto Pedro Fazendeiro e Nêgo Fuba, e tantos outros companheiros.*⁷⁴

Elizabeth conta também que, após a sua volta do Rio de Janeiro, João Pedro lia com afinco livros, revistas e jornais como "Voz Operária" e "Terra Livre", e também os escritos de Julião. Sua intenção era se preparar melhor para convencer os companheiros da necessidade de organização.

*João Pedro lia com facilidade e transmitia os assuntos mais importantes para os companheiros de uma forma muito clara e objetiva. Escrever era mais difícil para ele mas, quando era necessário colocava as palavras no papel e dizia o que queria.*⁷⁵

Só um ano depois da sua volta é que foi, segundo Elizabeth, fundada a Liga Camponesa de Sapé :

Em 1958 foi fundada a Liga Camponesa da Paraíba, com o nome de 'Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé'. Nos estatutos dessa Associação entre os objetivos da entidade estavam : prestação de assistência social aos arrendatários, assalariados e pequenos proprietários agrícolas do município de Sapé e redondezas e também, a defesa dos interesses dos trabalhadores, desde que obedecesse às leis do País.

A reunião de criação dessa Associação foi realizada em Sapé, no Grupo Escolar Estadual Gentil Lins e seus estatutos foram registrados no cartório local.

*O exemplo de Pernambuco, a dedicação e liderança de João Pedro, e outros companheiros como Nêgo Fubá e Pedro Fazendeiro, a necessidade de acabar com cambão e o barracão e manter a posse das terras onde plantavam e trabalhavam, foram as principais razões da rápida organização dos camponeses, apesar do medo que os proprietários impunham.*⁷⁶

Desencanto e orgulho são a tônica do discurso de Elizabeth quando relembra a história da fundação das Ligas. A lembrança da repressão ao movimento, que cresceu enormemente com inúmeras expulsões e espancamentos, é ressignificada por olhos cheios de lágrimas. O mesmo olhar que se ilumina quando a fala registra as conquistas e as estratégias de enfrentamento : as reuniões, as visitas à feira para onde ela e João Pedro, iam todos os sábados conversar com os companheiros:

Encontrávamos no caminho com os camponeses que moravam perto da propriedade e cercávamos a fazenda, cercávamos a casa da fazenda e íamos conversar com o usineiro, de igual para igual e os usineiros levavam o maior susto porque estavam acostumados à servidão dos empregados, que tiravam o chapéu e se levantavam para falar com eles.

Explicávamos as nossas reivindicações e eles percebiam que estavam acuados, não tinham jeito de resistir, porque poderiam ficar até sem os trabalhadores . Acabavam por aceitar as nossas propostas. O que queríamos era

pouco. Apenas propúnhamos o mínimo que qualquer pessoa que trabalha tem direito: pagar o 'foro' com dinheiro e comprar aonde bem entendesse; salário mínimo que já era lei desde 1942, e terra para plantar. Apesar das grandes dificuldades, as vitórias iam se acumulando. Essas vitórias por sua vez, iam estimulando o fortalecimento da organização do homem e das mulheres do campo.

Com entusiasmo acompanhávamos essas conquistas, que iam quebrando o poder do 'Sinhozinho' e da 'Sinhazinha'. Era grande a surpresa dos camponeses, quando um grupo ia falar com o patrão e percebia um certo temor do proprietário diante deles. A luta contra o 'cambão' começou em Sapé, mas se estendeu por outras regiões, principalmente nas regiões onde haviam sido fundadas outras ligas .⁷⁷

Essas experiências cotidianas narradas sob o signo do orgulho e da esperança, são reconstituídas a partir de referências que remetem à presença de outros, como Julião:

Esse sentimento de força que vinha quando estávamos juntos, foi uma das grandes conquistas das Ligas. Lembro-me que Julião sempre exemplificava a força que a união trazia para o camponês, mostrava a mão e a fragilidade de cada dedo quando separados mas, a força da mão quando fechada com todos os dedos, unidos.⁷⁸

Mas a citação de Julião não é só referencial, na verdade, ela é bem mais direta, pois Elizabeth informa nessa entrevista, o convite feito por Nêgo Fuba e Pedro Fazendeiro para que ele fosse o advogado da Liga de Sapé.

Acho que já podemos fechar esse longo intervalo e retornar ao "Terra Livre" e à notícia de que tinha sido criada em 1955, a Associação de Meeiros, Arrendatários e Pequenos Proprietários do Município de Sapé. Como explicá-la ? Como uma iniciativa diferente da de 1958 ? Como uma antecedência ?

Podemos investigar esse desencontro de informações, cruzando essas duas formas de registro e explorando seus pontos de junção e disjunção. Quando o jornal publica a criação da Associação em 1955, João Pedro já havia voltado para Sapé há quase um ano e, como vimos, logo após a sua chegada, ele estabeleceu relações com os vizinhos e alguns amigos, como o Nêgo Fuba que, por exemplo, já morava em Sapé. Ele não era um lavrador e sim um sapateiro, porque então seu interesse em fazer parte das Ligas Camponesas? Sempre que fiz essa pergunta àqueles a quem entrevistei, a resposta parecia óbvia : ele era membro do partido Comunista. Acredito que o encontro de João Pedro com o Nêgo Fubá não foi só uma coincidência e isso me leva a pensar que a interferência do PCB nas Ligas Camponesas da Paraíba tenha se efetivado através dessa relação, embora eu não possa precisar exatamente como ela foi operacionalizada.

Uma outra indicação – que aqui também só posso colocar como uma suposição – parece reforçar essa idéia. A experiência de João Pedro na Organização do Sindicato da Pedreira, em Pernambuco, não teria promovido essa aproximação com o PCB? Se considerarmos a indicação que Elizabeth faz nesse sentido, poderíamos então inferir que a decisão de João Pedro de voltar à Paraíba ultrapassava contingências imediatas, afinal, como a

própria Elizabeth sugere, não deveria ser fácil para ele ir morar nas terras do sogro prepotente e autoritário. E mesmo que essa decisão fosse indício de uma concessão, por que ele iria desafiá-lo, logo após a sua chegada, com as visitas aos camponeses e com reuniões com personagens no mínimo suspeitos de subversão, como o próprio Nêgo Fuba e Ivan Figueiredo?

Mas se esse grupo já se reunia em Sapé no começo de 1954, como então explicar, em setembro do mesmo ano, a criação em Recife de duas comissões pró-organização das Ligas na Paraíba, como noticia o "Terra Livre"? Temos duas possibilidades de explicação : esta podia ser uma estratégia do PCB para proteger seus membros, pois, na verdade, a "comissão" já estava em plena atuação em Sapé, ou a informação só foi publicada em setembro, porque naquele momento, o "Terra Livre" queria reforçar a idéia de que o período que antecedeu a conferência que criou a ULTAB foi de mobilização e, por isso, fez o registro de várias iniciativas de organizar associações, sindicatos, etc. entre elas a de Sapé. Acho que as duas possibilidades não são necessariamente excludentes.

Enfim, entendo que a publicação de que havia sido criada em 1955 a primeira Liga Camponesa de Sapé, indica o início de um processo de mobilização que, como temos argumentado até aqui, e agora espero que com mais clareza, significava muito mais que um registro em cartório ou em um jornal, pois exigia, como tenho afirmado categoricamente, empreendimentos sistemáticos quase sempre marcados pela dor, pela renúncia à segurança e ao bem-estar, mas também pela esperança e pela fé como ficou demonstrado na história de João Pedro e Elizabeth. Por isso, acho que podemos abrir mão desses marcos institucionais, que em geral são sacralizados pela historiografia, muitas vezes sem que se preocupe com a experiência que os constituem.

Penso também que não é fundamental nessa história definir se a Liga de Sapé foi uma criação do Partido Comunista, porque prefiro ler essa experiência a partir da confluência de várias influências, de várias leituras, de várias proposições como é possível comprovar na indicação de Elizabeth, de que João Pedro, já em 1958, lia os textos de Julião, e também pelo convite feito por eles para que Julião fosse o advogado da Liga de Sapé. O esforço de historicizar a trajetória de João Pedro não tem como pressuposto determinar uma outra influência mas, entender suas possibilidades.

Por isso, a polêmica sobre a sua atuação política – para alguns ele era realmente membro do Partido Comunista, mas membros do PC na Paraíba afirmam que ele nunca chegou a ser um quadro do partido – não é realmente o que importa. João Pedro soube conciliar bem as lições que aprendera na sua participação política no sindicato da pedreira em Recife, sua fé religiosa e sua indignação frente às injustiças – como esquecer o motivo da briga com o tio? –, e dosava, nas conversas com seus vizinhos, a denúncia da violência dos grandes proprietários, a necessidade de garantir direitos e a esperança de um dia alcançar a terra prometida. Um caminho promissor como veremos mais adiante.

Talvez, o leitor deva estar pensando por que um discurso tão explicitamente apaixonado. Mas como não se apaixonar? Como desconsiderar as imagens construídas sobre esse personagem tão forte, determinado, e mais do que isso, obstinado? Como reduzir essa experiência histórica a querelas sobre quem tinha razão? Sobre quem foi mais eficaz em suas proposições - o PCB ou Julião?

A partir dos discursos que escutei ao longo dessa pesquisa sobre João Pedro, também construí imagens, e, em grande medida, essas imagens me ajudaram a duvidar das histórias já escritas sobre as Ligas Camponesas. A entender de forma diferente a elaboração e a

construção dos projetos políticos. A diferença mais significativa já fica aqui registrada, como uma forma de explicar a paixão: João Pedro não se inscreveu nessa história como um mediador que tinha a função de interpretar proposições ou de falar pelo outro. Ele fez sua vida coincidir com a vida desse outro, e por isso, ele rompe com uma tradição típica da ação política que é a do discurso (im)posto. Como líder, ele informava à medida que era informado, ele escutava o camponês, escutava Julião, “escutava” o “Terra Livre” e assim, criou um arquivo que foi instrumentalizado na hora em que era preciso agir.

Seu movimento de aproximação para com o camponês não se definiu pela criação de estratégias de familiaridade, isso seria desnecessário para quem como ele, viveu a experiência de ser filho de um morador-foreiro expulso violentamente, de ser um cassaco. Mas, a essas marcas foram acrescentadas outras, que ele aprendeu a incorporar. O João Pedro de quem eu falo é um personagem singular porque nele é possível reconhecer a presença de muitos desses investimentos que tenho tentado reconstituir. Como num emblema, nele foram desenhadas muitas expectativas. Algumas possíveis de localizar e nomear como as de Julião e do PCB; outras anônimas, dispersas, mas nem por isso menos decisivas na construção de sua atuação como líder.

Não há nessas observações qualquer indicação de que essa seria uma forma de atuação política melhor do que outras. Como já disse, é só um reconhecimento das diferenças e, se a intenção desse capítulo é inventariar modos vários de atuação política, devemos então retornar ao “Terra Livre” e continuar investigando, através desse jornal, os investimentos do PCB na construção desse projeto.

AMPLIANDO AS ALIANÇAS

Na primeira quinzena de março de 1955, encontrei a notícia de que havia sido lançada no Teatro Colombo, a Campanha Nacional a favor da Reforma Agrária, “como uma ampla união de forças pelo progresso do Brasil”. Para reforçar a idéia anunciada, o jornal registrou a presença de dois senadores, três generais, oitenta e um deputados federais, dezenas de deputados estaduais e, dirigentes sindicais, profissionais liberais, etc., além de afirmar que “a proposta de criar uma comissão executiva pela Reforma Agrária foi aprovada e encaminhada com entusiasmo”. Entendo esse tipo de iniciativa como um forma de envolver vários segmentos sociais na difícil proposição da Reforma Agrária e criar assim um fato político que a legitimasse realmente como um projeto nacional. Ou seja, a intenção é, claramente, deslocar a bandeira da Reforma Agrária do pejo de “ser coisa de comunistas”.

No entanto, como vimos anteriormente, a inscrição do PCB nesse embate tinha como pressuposto a idéia de que a revolução agrária deveria ser conduzida hegemonicamente pelos operários e camponeses e por isso, o Jornal lançou no mesmo número, um concurso nacional de trovadores cujo tema seria a reforma agrária, o que indica, mais uma vez, que o partido fazia investimentos para a mobilização dos camponeses e ao mesmo tempo para a mobilização dos seus prováveis aliados. Somados, esses dois movimentos indicam claramente as dificuldades que estavam colocadas nesse trabalho de convencimento da necessidade da Reforma Agrária.

Esse tipo de estratégia de convencimento será bastante utilizada daí por diante no Jornal. No número 62, lançado em fevereiro de 1956, o editorial é um bom exemplo dessa preocupação político-pedagógica. Explorando o ditado “o boi puxa o carro porque não sabe a

força que tem”, os editores elaboram um discurso no qual comparam o boi aos camponeses, pois ambos, mesmo estando num lugar de submissão, possuem uma força latente, que com certeza, os comunistas esperam ver aflorar pela “tomada de consciência” :

Esse ditado leva a gente a pensar muitas coisas. Pois não é de ver que os lavradores sem terra vem puxando um carro muito pesado por que não descobriram ainda a força que possuem? Uns já descobriram mas a maioria ainda não descobriu, e como diz o outro ditado, uma andorinha só não faz verão.

*Os lavradores sem terra no Brasil, contando com suas famílias, são para mais de 35 milhões. Já os grandes fazendeiros chamados de latifundiários ou tatuíra são em número de 70 mil. Quer dizer que para cada tatuíra explorador existem em média 500 lavradores sem terra. O dia em que todas essa gente – ou mesmo a metade – compreender as palavras daquele ditado... esse dia será o fim da nossa exploração pelos tatuíras. E esse dia não tarda a chegar, porque afinal de contas nós não somos bois, que é bicho sem inteligência, nós sabemos pensar e queremos uma vida melhor para nossos filhos.*⁷⁹

Além de denunciar a opressão e estabelecer como contraposição uma força latente – a força do camponês que descobriu sua força – esse discurso pretende informar e, ao mesmo tempo, valorizar a esperança e a união como as únicas formas de alcançar a liberdade. Como não lembrar de Julião e de sua pedagogia? A linguagem metafórica, a recorrência de expressões e símbolos de um suposto idioma camponês, bem como a necessidade de torná-lo

um outro – um homem livre -, aproxima enormemente os dois projetos. Mas esse movimento de aproximação, que se realiza na coincidência dessa preocupação pedagógica, não deve obscurecer diferenças cada vez mais marcantes. E embora essas diferenças só se tornem conflituosas bem mais tarde, podemos desde já ir localizando seus antecedentes.

NOVOS RUMOS

Em abril de 1956, o “Terra Livre” registrou uma correção de rota, digamos assim, na sua proposição da Reforma Agrária. No texto, “Novos Rumos para a Campanha pela Reforma Agrária”, o periódico reafirmou a necessidade da manutenção desse projeto, uma vez que na Câmara dos Deputados e no Senado, os parlamentares se mobilizam para elaborar projetos de lei que viabilizem sua efetivação e, além disso, o presidente recém-eleito, Juscelino Kubitschek, havia defendido, durante a campanha, a sua necessária e urgente viabilização.

Há aqui um claro deslocamento do significado político que o PCB, até então, atribuía ao projeto de Reforma Agrária, pois agora a expectativa era de um encaminhamento institucional. O que haveria promovido esse deslocamento? A crença na composição de um governo que o PCB havia ajudado a eleger, porque acreditava ser esse o caminho mais viável para garantir a democracia, naquela conjuntura ameaçada pelos golpistas, personificados em Café Filho e no seu provável sucessor, Juarez Távora? Ou desilusão frente ao fracasso da campanha para coletas de assinaturas e organização de comissões de apoio à Reforma Agrária?

Segundo a direção da ULTAB, que assina o texto, havia na sociedade civil uma descrença muito acentuada quanto à possibilidade da conquista da reforma agrária porque havia, também, uma incompreensão do tipo de reforma proposta. Para combater a descrença, a ULTAB afirma :

... a Reforma Agrária pode ser realizada em breve espaço de tempo e pelo atual governo, dependendo exclusivamente da amplidão e penetração da campanha, da participação decisiva de operários e camponeses e de suas organizações e do surgimento de melhores comissões organizadoras entre os lavradores e os operários. ⁸⁰

E para combater a incompreensão, esclarece :

A ULTAB não quer a mudança de governo. Nem tão pouco abolir a propriedade privada. Visa conseguir milhões de novos proprietários os quais assistidos técnica e financeiramente, elevarão rapidamente seu padrão de vida, produzirão com abundância e muito mais barato, melhorando assim as condições de vida dos operários e do povo. ⁸¹

Para não deixar dúvidas sobre sua nova proposta, a ULTAB condicionou a realização da Reforma Agrária a uma série de medidas parciais: regulamentação do regime de arrendamento, extensão da legislação social ao campo, proibição de despejos, garantia de preços mínimos, crédito fácil... . E a frase se repete, só que dessa vez com o sentido contrário:

tudo o que antes era consequência da reforma agrária, passa a ser condição da reforma agrária.⁸²

A decisão de prorrogar por um ano a campanha nacional pela Reforma Agrária, acompanhava esse movimento cauteloso, assim como a notificação de que seriam elaborados projectos parciais a serem enviados ao Congresso, e cursos de capacitação e formação de dirigentes em todo o país.

Essa avaliação de que ainda existiam muitas resistências para a aprovação de um projeto de reforma agrária, reforça a necessidade de ampliar o trabalho de proselitismo político, e os editores do “Terra Livre” vão esmerar a fórmula para estimular a criação de organizações e associações, que pudessem garantir e ampliar direitos legalmente constituídos. Também o concurso nacional de trovadores prosseguiu animado, embora as rimas tropeçassem em versos visivelmente construídos para corresponder à expectativa do partido de convencer o povo brasileiro da necessidade e dos benefícios da Reforma Agrária :

Meus senhores prestem atenção

No que eu explico nesses versos

A tal da Reforma Agrária

Vai trazer muito progresso

Vai ser uma fartura imensa

Que incentiva indústria e comércio

Os lavrador com terra na mão

Vão construir suas benfeitoria

E abandonar seus cacarecos

As indústrias de móveis vão produzir

O que antes não produzia

Os lavrador com terra na mão

Vão comprar tratores e arados

Prá desenvolver a agricultura

E abarrotar o mercado

O comércio vai dispor de mercadoria

E a indústria vai produzir dobrado

E os lavrador vão ter dinheiro

E não andar mais sem botina

Vão possui até caminhão

E precisar de peça e gasolina

Os comerciantes aumenta as lojas

As indústrias suas oficina

Os farmacêuticos vão vender muito remédio

Que vai ser um exagero

Precisa aumentar seus estoques

De fortificante, calcio e lombrigueiro

Remédio não vai ficar velho

Porque nós vamos ter dinheiro

Os lavrador vão consultar
Médico o dia inteiro
Os hospitais vão ter que aumentar
O seu número de enfermeiros
Nada vai ficar parado
Com o progresso financeiro

Os operário por sua vez
Vão melhorar sua situação
Vão conseguir muito emprego
Para produzir muito pão
O Brasil vai ser o baluarte
De enorme produção

Mas prá vim a Reforma Agrária
Não é com versos, nem canção
É unindo lavrador sem terra
E os que possuem pequeno quinhão
Numa sociedade de trabalhadores
Que se chama associação ⁸³

Como de praxe, podemos encontrar respaldo para essa mudança de rumo nos documentos do partido. Num texto de outubro de 1956, a postura do PCB é bastante diferente daquela defendida um ano antes :

No Brasil, também estão se operando importantes modificações econômicas e sociais. São melhores as condições que permitem modificações na correlação de forças políticas favoravelmente à democracia, à independência e ao progresso. Tendem unir-se as amplas forças patrióticas e democráticas, desde a classe operária até importantes setores da burguesia. Vai-se isolando e reduzindo a minoria de reacionários agentes do imperialismo norte-americano, que luta desesperadamente contra as aspirações de nosso povo e os supremos interesses nacionais.⁸⁴

Desde fevereiro, os comunistas viviam difíceis dilemas provenientes da crise do stalinismo, que desmantelou certezas ao expor os limites de um modelo revolucionário até então sacralizado pelo PCB. As dimensões desse abalo são imponderáveis se considerarmos a vida cotidiana dos militantes, suas aflições, suas angústias, a experimentação da dúvida que só podemos vislumbrar nos conflitos que, nomeados oficialmente como dissidências, foram desautorizados por um discurso que pretendia construir ou reinventar lugares de certeza.

Um texto é, para mim, exemplar dessas tensões : “Projeto de resolução do C. C. do PCB sobre os ensinamentos do XX Congresso do PC na URSS”, também de outubro de 1956 pois, se entendi bem, a pretensão do Comitê Central foi elaborar uma interpretação oficial da crise, autorizada pela prerrogativa de “amplos e democráticos debates” e por uma “atmosfera favorável à crítica e a auto-crítica”. Todo esse texto foi construído a partir da necessidade de revisão dos métodos de trabalho do partido junto às massas, e das práticas políticas internas, mas também pela necessidade de legitimar essa revisão a partir dos “ensinamentos” do XX Congresso do P.C.U.S., o que significava claramente a tentativa de salvaguardar o princípio de unidade fundante da idéia de partido: sua filiação ao internacionalismo operário. Sim, os

comunistas soviéticos erraram, mas transformaram os erros em possibilidades de acerto, que logo se tornaram referenciais para os comunistas brasileiros.

Para combater o esquerdismo, o sectarismo, era preciso desenvolver uma nova “compreensão das questões essenciais do desenvolvimento internacional : os êxitos do socialismo soviético na construção do comunismo e a expansão do mundo socialista; o progresso de forças que lutam pela paz mundial e fortalecem a democracia; a decomposição do sistema colonial que possibilitavam aos países antes dependentes, lutar por uma vida política e econômica livre das pressões imperialistas que, embora ainda presentes, estavam “condenadas à derrota”. Tudo isso tornava possível, segundo a avaliação do comitê central, uma nova correlação de forças entre imperialistas e socialistas, com o fiel da balança pendendo para os socialistas, e por isso, abrindo “aos povos do mundo capitalista, inclusive os que lutam por sua libertação do jugo imperialista, novos e mais favoráveis caminhos em direção ao socialismo”⁸⁵.

A afirmação da esperança, reelaborada, é como sempre, transformada em fio condutor das leituras e expectativas dos comunistas brasileiros sobre e para o Brasil. Assim, no governo de Juscelino Kubitschek (apesar das contradições que o constituíam) a presença de “forças patrióticas e democráticas” abria brechas para a atuação dos comunistas que, para potencializá-las, devcriam conduzir sua intervenção políticas com flexibilidade : “Nossa atividade deve ser orientada de modo a fazer avançar a unidade de todos os patriotas e democratas em torno de objetivos comuns”, quais sejam: a defesa da soberania e como corolário, da indústria nacional que possibilitaria o desenvolvimento independente da economia brasileira; defesa das liberdades democráticas e extensão do voto aos analfabetos, soldados e marinheiros; melhoria das condições de vida dos trabalhadores das cidades e do

campo com medidas contra a inflação e a carestia; defesa da reforma agrária; da redução das taxas de arrendamento e da ampliação da legislação social para o campo. Essa predisposição para a flexibilidade política foi canalizada para a elaboração de um amplo arco de alianças :

Estamos prontos para colaborar com todos os brasileiros que assumam atitude favorável a todas, a algumas ou a uma só das proposições que ora apresentamos. Com esse mesmo propósito, estendemos a mão aos dirigentes e adeptos dos diversos partidos políticos(...) O essencial é nos unirmos. As forças patrióticas e democráticas unidas, têm condições de fazer prevalecer sua vontade. ⁸⁶

A abertura que essa disponibilidade criava não deveria, no entanto, deslocar a atuação dos comunistas brasileiros completamente, mas desdobrá-la, por isso, mais uma vez é reafirmada a necessidade de que seja fortalecida a aliança operário-camponesa e que ela incorpore “as reivindicações específicas da pequena burguesia, da intelectualidade e da burguesia nacional”. Os grandes capitalistas brasileiros e “mesmo latifundiários” só devem ser alvo do “ataque” dos comunistas se “traírem os interesses nacionais pondo-se de lado dos imperialistas ianques”⁸⁷.

Essa ampliação das possibilidades de aliança foi cercada, nesse documento, pelo cuidado de preservar práticas auto-confirmadoras da identidade revolucionária dos militantes. A crítica aos erros dos programas anteriores, “é admissível que muitas de suas teses e fórmulas não correspondam às necessidades políticas do povo brasileiro nem à solução dos seus problemas”⁸⁸, havia colocado em pauta a necessidade da democracia interna – mais um

ensinamento do XX Congresso do P.C.U.S.—, obliterada no PCB, segundo a avaliação do Comitê Central por,

*Um excessivo centralismo, a arrogância e auto-suficiência dos dirigentes, um sistema de mandonismo de cima a baixo, uma disciplina algo militar em vez de disciplina consciente e voluntária, uma falsa e injusta política de quadros, críticas violentas e intempestivas que criavam um ambiente de intimidação – predominavam em nossa atividade, caracterizando mesmo a vida do partido, e levavam ao afastamentos muitos quadros e militantes.*⁸⁹

Entendo que a exemplaridade desse discurso oficial de auto-crítica tinha a pretensão de legitimar a nova política e de garantir a unidade partidária fundamental para sua implantação. Uma unidade que nessa nova conjuntura não excluiu – por respeito ao princípio leninista da democracia interna e da direção coletiva na constituição do partido – as diferenças de opinião sobre a linha política adotada e a discussão sobre as soluções justas para seu encaminhamento. “O Comitê Central examinará com atenção e solicitude todos os problemas, sugestões e críticas que forem levantadas através desse amplo debate, a fim de escolher e utilizar a sabedoria coletiva do partido. Após ouvir todo o partido, o Comitê Central adotará a necessária resolução sobre os problemas em debate”.⁹⁰

Essa intenção de abertura construída a partir de um discurso explicitamente confessional, não consegue conter as tensões que marcam esse período da história do PCB. Um mês depois, Luiz Carlos Prestes enviou ao Comitê Central uma carta posicionando-se sobre o debate político provocado por esse projeto de resolução. Do alto de sua autoridade,

Prestes manifestava sua satisfação com a abertura proposta mas se diz também indignado com os ataques que “a pretexto de livre discussão”, teriam sido feitos na imprensa partidária à União Soviética. Para ele, a necessidade de discussão não poderia ter como propósito dismantelar princípios caros aos comunistas : a fidelidade ao projeto de internacionalismo operário e, conseqüentemente, ao partido comunista da União Soviética – “baluarte do socialismo no mundo”; a defesa do marxismo como guia para ação, porque como afirmava Lenin “a doutrina de Marx é onipotente porque é exata” (a citação da citação não parece criar um lugar de autoridade inquestionável ?) e para finalizar, o respeito a disciplina partidária, já que o partido “é a forma mais alta de organização política entre todas as da classe operária e é a encarnação dos vínculos que unem o destacamento de vanguarda da classe operária com as amplas massas do povo brasileiro”.⁹¹

Abertura e controle; autocrítica e auto-afirmação de princípios sacralizados. Com certeza aqueles foram anos difíceis para os comunistas brasileiros. Por isso, não podemos desconsiderar que as rupturas e as continuidades da linha política do PCB foram vivenciadas como dilemas que acionaram paixões; medos e esperanças de homens para quem o futuro seria tributário de sua coragem de superar o medo e assim, realizar a esperança.

O ano de 1958 registrou a culminância desse processo de revisão da política proposta pelos comunistas brasileiros. Na famosa Declaração de Março, as redefinições assumem um caráter de ruptura com as linhas políticas anteriores. Primeiro pelo reconhecimento de que na estrutura econômica atrasada do Brasil, marcada pela presença do latifúndio e por relações pré-capitalistas, bem como pela dependência ao capital estrangeiro, “foi-se processando um desenvolvimento capitalista nacional, que constitui o elemento progressista por excelência da economia brasileira”.⁹² Depois, pelo reconhecimento de mudanças no campo político,

resultantes (como não podia deixar de ser numa tradição de pensamento que como disse Marco Aurélio Garcia, a política é função da economia) da presença “de novas forças que crescem no seio da sociedade brasileira, principalmente o proletariado e a burguesia e vem impondo um novo curso ao desenvolvimento do país, com o declínio da tradicional influência conservadora dos latifúndios”.⁹³

Informados por um modelo de explicação histórica que legitimava a inevitabilidade das mudanças pela superação gradual e progressiva das contradições econômicas, os comunistas brasileiros viam como auspicioso o crescimento da burguesia brasileira como força econômica, que possibilitaria um “incremento da base material da sociedade e relações sociais novas”, e como força política, que por seus interesses de classe deveria opor-se ao imperialismo e aos latifundiários que obliteravam seu desenvolvimento. De quebra, o novo também proporcionaria o aumento da produção industrial e mais lentamente a ampliação do mercado interno e o “crescimento qualitativo” do proletariado industrial. Toda a positividade dessas mudanças, não impediam, na avaliação dos comunistas, que o novo esbarrasse no velho, o que provocava desigualdades profundas na estrutura econômica do país, agravando o subdesenvolvimento imposto pela presença, cada vez mais avassaladora, do imperialismo :

*O desenvolvimento capitalista, entretanto, não conseguiu eliminar os fatores negativo, que determinavam as características do Brasil como país subdesenvolvido. Ao mesmo tempo que se incrementaram as forças produtivas e progridem as novas relações de produção capitalistas, conservam-se em vastas áreas as relações atrasadas e permanece a dependência do imperialismo, particularmente do americano.*⁹⁴

Esse novo diagnóstico da realidade brasileira possibilitou que uma das contradições até então realçadas nas análises da sociedade brasileira — a presença de restos feudais — fosse relativizada, porque circunscrita a regiões e atividades produtivas específicas. A segunda grande contradição, a presença do imperialismo, não só se manteve como também havia agravado suas imposições. Nasce dessa leitura, a crença de que apesar das diferenças, os vários grupos da sociedade brasileira tinham um inimigo em comum. Uma crença fortalecida pela emergência do movimento nacionalista, que os comunistas entendiam representar o desejo de soberania nacional e independência econômica disseminado na sociedade e, por isso era fundamental para a criação de uma nova força política.

Para os comunistas, a ação dessas “novas forças” se materializaria na sociedade civil através da defesa dos princípios democráticos da constituição de 1946 como a liberdade de expressão e organização, os direitos trabalhistas, o direito de greve, a liberdade sindical; no parlamento, onde a presença, ainda forte de grupos “reacionários e entreguistas” tinha agora como contraponto, grupos comprometidos com as proposições de uma política nacionalista e democrática e pelos movimentos de massa.

A pressão da Frente Parlamentar Nacionalista, somada ao crescimento dos movimentos de massa, poderia superar os empecilhos que ainda entravavam o crescimento do país, entre eles a arcaica estrutura agrária.

Portanto, já não cabe aqui a proposição, por tanto tempo defendida, de uma revolução agrária antifeudal e antiimperialista a ser realizada pela aliança operário-camponesa, mesmo depois de alargada com a participação das “forças democráticas”, como na elaboração de 1956. O acréscimo na adjetivação da revolução, que agora deveria ser também nacional e

democrática, distende o paradigma revolucionário até o limite de sua descaracterização: os conflitos de classe são submetidos pela necessidade de criação de uma frente única, que incorporasse, num mesmo projeto, o proletariado, os camponeses, a pequena burguesia urbana, a burguesia industrial, setores de latifundiários e até grupos da burguesia ligada aos monopólios, desde que rivais dos monopólios americanos:

*As tarefas impostas pela necessidade do desenvolvimento independente e progressista do país não podem ser resolvidas por nenhuma força social isoladamente. Disso decorre a exigência objetiva da aliança entre todas as forças interessadas na luta contra a política de submissão ao imperialismo americano.*⁹⁵

Embora hierarquizados formalmente a partir de uma diferença que era medida por um suposto grau de consequência revolucionária (o proletariado sendo colocado no zênite dessa hierarquização e a burguesia no limite da inconsequência), os comunistas acreditavam que a coesão entre os vários grupos sociais que comporiam a Frente Única era imprescindível na luta contra o “principal inimigo da nação brasileira”, e por isso, mesmo sendo o PCB a vanguarda da classe operária, o partido abria mão da prerrogativa de exercer a direção prévia da frente e até mesmo de impor condições outras, que não a de lutar contra o imperialismo, para sua participação nesse empreendimento :

Os comunistas devem ser um fator por excelência unitário dentro da Frente Única Nacionalista e Democrática. Por isso, não condicionaram a sua

*permanência na frente única a total aceitação de suas opiniões. Os participantes da frente poderão aceitar essas opiniões somente como resultado de sua justeza, de sua força persuasiva e, acima de tudo, da sua comprovação pela experiência política concreta.*⁹⁶

A proposição de uma revolução nacional e democrática – subliminarmente elaborada como um sacrifício necessário (“ainda que dispostos a participar dos governos de caráter nacionalista e democrático, os comunistas os apoiarão de modo resolutivo, mesmo que não venham a fazer parte da sua composição”⁹⁷) -, exigiu uma redefinição dos procedimentos revolucionários: “o caminho pacífico significa a atuação de todas as correntes antiimperialistas dentro da legalidade democrática e constitucional com a utilização de formas legais”⁹⁸. Essa redefinição exigiu, por sua vez, que os comunistas fossem reeducados para que cumprissem seu papel de vanguarda “na ação política concreta”. “Depuração do subjetivismo” e “a superação da impotência sectária e dogmática” eram os autodesafios constituintes da política de alianças proposta pelo PCB, em 1958.

Se entendi bem a implicação dessa exigência, a “depuração do subjetivismo” significava aceitar que o projeto primeiro de constituição do sujeito comunista, o desejo do socialismo, deveria se adaptar às “condições objetivas” do Brasil naquele momento. Essa adaptação não poderia, no entanto, ser um lugar de negação, de “desfiguração” dos princípios do marxismo-leninismo, pois o risco era que os comunistas brasileiros acabassem cedendo à “degenerescência revisionista”. O caminho justo a seguir, seria, diziam os dirigentes partidários, conduzir a luta revolucionária, “respeitando as particularidades do desenvolvimento nacional”, “combinando a ação parlamentar e extra-parlamentar”.

No âmbito circunscrito das preocupações desse trabalho, penso que a aproximação com os parlamentares da Frente Nacionalista e os investimentos para ampliar a organização de sindicatos e associações rurais através da divulgação da “Carta dos Direitos e Reivindicações”, são os indicativos da ação política reelaborada dos comunistas.

Certamente esse não deve ter sido um equilíbrio fácil de se vivenciar. Por isso, mais uma vez, quero insistir no argumento de que não podemos, para contar bem essa história, menosprezar as crenças, os investimentos para realizá-las, e suas impossibilidades. Essa insistência tem a motivação de um cuidado : não devemos supor que essas redefinições tenham uma correspondência imediata com a prática política. Mais uma vez, recorro ao “Terra Livre” para tentar entender as implicâncias da nova linha do partido na ação política do dia-a-dia.

No início de março de 1959, o jornal publicou o artigo “O problema da organização rural”, assinado pelo primeiro tesoureiro da ULTAB, Sebastião Dinart dos Santos. Nele podemos localizar claramente um discurso informado pelos desafios colocados na nova política do partido, mas esse parece ser um discurso marcado pela frustração (ou seria pela objetividade ?) :

*No campo a porcentagem de trabalho organizado é reduzida. Os camponeses brasileiros não possuem tradição de organização, não conseguem ir além das formas primitivas (mutirão - reunidos). O analfabetismo, a miséria, atraso cultural, o isolamento e particularmente a opressão do latifúndio é o quadro mais comum.*⁹⁹

No entanto, esse era apenas um lado da questão, afirmava Sebastião Dinart dos Santos.

Havia um outro que a direção da ULTAB deveria aprender a apreciar :

(...)Refiro-me ao entusiasmo com que os mais diversos segmentos das massas trabalhadoras do campo recebem e buscam a orientação e o apoio dos quadros dirigentes do movimento operário. Esse fenômeno cresce e se desenvolve na medida em que os camponeses vão sentindo necessidade de uma direção independente e solidária que os ajude a se libertar da tutela dos seus exploradores. Ninguém mais do que a classe operária pode dar a mão a esses milhões de lavradores e trabalhadores agrícolas e orientá-los no gigantesco esforço que devem fazer para sair do atoleiro em que se encontram.

*Em favor de minhas palavras aponto a experiência dos últimos anos: grande parte das associações de lavradores e trabalhadores agrícolas nesses últimos anos foi criada com a ajuda fraternal dos elementos mais esclarecidos do movimento sindical operário.*¹⁰⁰

Por um lado temos o reconhecimento dos limites de organização; por outro, o reconhecimento dos esforços para superá-los. Mas seria esse um discurso de justificativa frente à evidência da ineficácia política dos comunistas na organização dos trabalhadores rurais?

Penso que a intenção de Sebastião Dinart nesse texto era expor as dificuldades, mesmo que essas dificuldades precisassem ser atribuídas, em parte, a outros: aos camponeses sem tradição política, miseráveis, analfabetos e a opressão do latifúndio. Mas esse também parece

SEÇÃO CIRCULANTE

ser um discurso de advertência aos próprios comunistas sobre os prováveis perigos da nova linha política : a descaracterização da aliança operário-camponesa, claramente diferenciada pelo autor como uma aliança “independente e solidária”.

A conclusão do texto reforça a necessidade de combater esse perigo pela reafirmação do sentido político atribuído a esse paradigma :

Todo o esforço deve ser concentrado no sentido de vencer o grande atraso existente na organização das massas camponesas. A ajuda e a contribuição dos líderes sindicais operários são indispensáveis para aquele objetivo ser atingido da melhor forma e no menor prazo possível¹⁰¹

Acho que a justaposição de projetos revolucionários elaborada a partir da declaração de março de 1958, resultou em tensões cotidianas de difícil resolução para os comunistas, pois exigia a clivagem de proposições e de posições políticas quando a intenção da Frente Única era condensá-las. Mas como condensar grupos e expectativas tão díspares ? Como aproximar interesses muitas vezes antagônicos?

Em relação à questão agrária, a opção do Comitê Central do Partido Comunista foi apostar num processo de reformas graduais, executado por mediações políticas várias, mas complementares: a organização dos sindicatos, associações rurais e das campanhas de massa a favor da reforma agrária, fortaleceriam a luta da Frente Parlamentar Nacionalista no Congresso; ao mesmo tempo em que a aprovação constitucional da reforma agrária garantiria uma solução política para a brutal e endêmica exclusão política e econômica dos camponeses,

e conseqüentemente, para a superação de um dos obstáculos ao desenvolvimento independente da nação: o atraso do mundo rural.

Costurando todas essas mediações, a vanguarda revolucionária cumpriria seu papel sem que fosse preciso recorrer a radicalismos, pois o imperativo da questão fundadora de sua prática política, “que fazer?”, parecia ter encontrado, na luta pela democratização da sociedade, uma forma de realização necessária, embora provisória. “Superação” parece ter sido a palavra chave dessa ação mediadora: superação dos arcaísmos materializados em lugares geográficos (sobretudo no Nordeste); em instituições (no Congresso Nacional e nos partidos políticos); nas formas de organização dos excluídos camponeses (os mutirões, os reunidos) e nas relações sociais de servidão (no cambão, na parceria, na meiação).

Enfim, eram muitas as revoluções necessárias para a revolução. Talvez por isso, a impressão de dispersão de esforços pode ter sido aliviada pela manutenção de um lugar de segurança inquestionável, que os comunistas brasileiros ou, ao menos, uma parte deles, por crença e princípios, não queriam abrir mão: o paradigma leninista da aliança operário-camponesa.

Poderíamos, então, sugerir que a reedição dessa antiga proposição no discurso de Sebastião Dinart dos Santos indicaria uma dificuldade de lidar com as desigualdades entre os grupos que compunham a frente única? Não parece indicar também uma certa desconfiança em relação aos novos recursos políticos colocados para o enfrentamento dos desafios? Se a resposta a esses questionamentos é afirmativa, qual seria o papel atribuído aos camponeses na política da Frente Única?

VOZES DISSONANTES

A nova linha política, elaborada em meio à crise, tornou possível a emergência no interior do partido de um intenso debate sobre os rumos da revolução brasileira. No período que antecede o V congresso do partido, o periódico “Novos Rumos”, publicou em sua “Tribuna de Debates” três diferentes leituras sobre a questão agrária e o papel atribuído aos camponeses na revolução.

No primeiro artigo, Nestor Vera criticava, com veemência, a linha política adotada na “Declaração de 1958”, por entender que os princípios gerais da doutrina socialista estavam sendo ameaçados pelo revisionismo que, na sua interpretação, havia “atacado” o Comitê Central do PCB, depois do XX Congresso do P.C.U.S.

Na declaração de março de 1958 colocamos a questão camponesa profundamente subestimada e muito mal formulada. Fala-se da Reforma Agrária radical, mas de maneira que fica claro que é para as calendas gregas. As simples medidas de reforma agrária, colocadas na “Declaração” refletem bem a posição de direita reformista que assumimos. Isso desarmou o partido e prejudicou o trabalho no campo.¹⁰²

Recorrendo a um argumento colocado no próprio texto da “Declaração de 1958”, o perigo da “degenerescência revisionista”, Nestor Vera organizou seu discurso a partir de um apelo que deveria ser bastante significativo para um grande número de militantes: a fidelidade à União Soviética, “baluarte da Paz e do socialismo no mundo” e ao internacionalismo operário.

Na sua perspectiva, essa fidelidade significava que a revolução nacional deveria ser conduzida inexoravelmente pelo cumprimento do paradigma revolucionário vitorioso na URSS e mesmo que essa escolha implicasse erros de interpretação da realidade brasileira, esses erros seriam secundários frente ao objetivo primeiro dos comunistas em todo o mundo: alcançar o poder para atingir o socialismo, realização exemplar do P.C.U.S.

Por isso, apesar de reconhecer o “atraso político” dos camponeses, Nestor Vera entendia que a nova linha política do PCB havia subestimado sua importância naquela etapa da revolução brasileira, e defendia que era preciso a manutenção da luta por uma reforma agrária radical como modo de fortalecer a aliança operário-camponesa, inclusive porque esse era o pressuposto para que o partido comunista não perdesse o controle hegemônico da revolução :

Não se pode falar da hegemonia do proletariado na revolução sem falar e colocar em primeiro plano a questão camponesa, como não se pode falar de um partido comunista à altura, ideologicamente, de conduzir o proletariado ao poder e mantê-lo no poder, se não se colocar a questão camponesa como uma questão cultural para a vitória da revolução. ¹⁰³

Mas o que seria para Nestor Vera colocar a questão camponesa em primeiro plano no projeto de revolução ? Primeiro, seria aprofundar a luta de classe no campo, e não amainá-la, como ele avaliava que estavam fazendo os comunistas ao admitirem a incorporação dos latifundiários – ou parte deles – na Frente Única; e segundo, não se deixar levar pelo nacional-

reformismo, que para ele só podia propor um “embelezamento do capitalismo” e não a superação definitiva do quadro de miséria das massas camponesas, agravado ano a ano.

Trava-se uma luta hoje, no Brasil, entre as duas classes fundamentais do país: a classe operária e a burguesia disputam a hegemonia da revolução. A hegemonia só a conseguirá quem conseguir arrastar e ganhar os camponeses.

(...)

*A aliança com a burguesia nacional é necessária, importante e obrigatória para a vitória da atual etapa da revolução. Mas a aliança com a burguesia é uma questão secundária em relação ao campesinato.*¹⁰⁴

Se considerarmos que essa curiosa aritmética dos graus de consequência da política de alianças estava sendo proposta por alguém que considerava os camponeses um aliado “fraco”, a quem os comunistas deviam apoiar “nem que fosse só para dar um passo com eles”, podemos entender qual o incômodo de Nestor Vera: o temor de que os comunistas brasileiros estivessem, com a nova política, se afastando do seu papel de vanguarda revolucionária e consequentemente ameaçando o seu projeto primeiro, o projeto de construção do socialismo.

(...) O campesinato é a questão central da revolução para o proletariado e para o partido comunista, devido a que a atual etapa da revolução, pela qual lutamos, não está separada da revolução socialista. Pelo contrário, está intimamente ligada com a revolução socialista. E o proletariado e os camponeses tem esse interesse, porque somente o socialismo dará aos trabalhadores e ao povo em geral aquilo por que eles lutam : a completa

*liberdade e bem-estar. Somente o socialismo os livrará da miséria, da fome e do analfabetismo.*¹⁰⁵

Duas semanas depois “Novos rumos” publicou o artigo “A questão agrária e a revolução brasileira”, de Caio Prado Júnior, que também comentava as “teses para discussão”, mas sua inscrição nesse debate tinha pressupostos bem diferentes daqueles que orientavam o discurso de Nestor Vera.

Profundamente descrente em relação ao compromisso dos comunistas com o paradigma leninista da revolução democrático-burguesa para a sociedade brasileira, Caio Prado há muito questionava no partido, e alhures, a existência de “restos feudais” em nossa economia. Na sua perspectiva, o diagnóstico da sociedade construído a partir dessa leitura, desorientava a ação política tornando contraproducentes as iniciativas para a resolução da questão agrária, uma vez que as conotações que comportavam os termos feudal, semifeudal ou pré-capitalista (para Caio Prado um outro eufemismo) implicavam dois inconvenientes: primeiro, a generalização da produção agropecuária sob os signos do atraso técnico e da baixa produtividade; segundo, a convicção de que o aumento da produtividade somado à regulamentação jurídica das relações de trabalho, eram suficientes para promover o progresso e a superação da pobreza e da miséria dos trabalhadores rurais.

Num texto publicado alguns meses antes na Revista Brasiliense, ele argumentou – a partir de uma análise cuidadosamente documentada – que o grande problema de nossa estrutura agrária era a enorme concentração de terras que condenava os trabalhadores rurais a “uma existência miserável e sem perspectivas”, com o acréscimo que essa estrutura, baseada em tão acentuada desigualdade, interferia em outras esferas produtivas ao manter um

contingente de mão-de-obra excluído de quaisquer direitos, influenciando negativamente o mercado de trabalho também na indústria e em outras atividades urbanas.

*No que respeita à solução desse problema máximo do Brasil de nossos dias, e que consiste em arrancar da miséria em que vegeta, na sua esmagadora maioria, a população rural do país, em lhe elevar os padrões de vida e lastrear, com isso, o processo de desenvolvimento econômico brasileiro, que sem isso não passará nunca de uma aparência e superficialidade a disfarçar o profundo e real atraso, para se conseguir isso, é preciso fundar qualquer programa de reforma na consideração preliminar das circunstâncias gerais e fundantes que estão na base da deplorável situação atual.*¹⁰⁶

Portanto, o problema a ser enfrentado prioritariamente e sem hesitação em qualquer projeto realmente eficaz de reforma agrária seria o acesso dos trabalhadores rurais à propriedade da terra, mesmo porque a concentração de terras progredia, comprovando sua leitura de que a agropecuária brasileira havia sido no passado e continuava a ser no presente um bom negócio, particularmente para os senhores de engenho no Nordeste, os seringalistas da Amazônia, os cacauicultores da Bahia, e para os fazendeiros de café de Minas, São Paulo e Rio de Janeiro, assim como para os pecuaristas do Rio Grande do Sul, que, apesar das crises de retração eram constantemente realimentados pela disponibilidade relativamente abundante de terras e de força de trabalho.

Dois exemplos são acionados por Caio Prado para ilustrar seus argumentos : a capacidade de readaptação da lavoura cafeeira que havia se mantido por séculos rentável sem que tivesse sido preciso, para garantir essa rentabilidade, grandes investimentos técnicos, e

quando esses investimentos foram necessários, não se reverteram em melhorias das condições de vida dos trabalhadores e o caso da lavoura canavieira no Nordeste, onde o desenvolvimento tecnológico havia provocado uma ainda maior concentração de terras e de riquezas, agravando enormemente as condições, já miseráveis, dos trabalhadores rurais :

Seja onde for, e seja qual for, a grande exploração do tipo comercial (como é o caso em todos os principais setores da agropecuária brasileira) tende, quando a conjuntura lhe é favorável, a se expandir e absorver o máximo de terras aproveitáveis, eliminando lavouras dos produtores independentes, proprietários ou não, bem como suas culturas de subsistência. Agravam-se, em consequência, as condições de vida da população trabalhadora rural, cuja remuneração, seja em salário, seja em participação no produto principal (como se dá no Brasil com a parceria na cultura algodoeira) está sempre aquém do preço relativo dos gêneros de subsistência que os trabalhadores são obrigados a adquirir no comércio – comércio esse, em geral, e por força das próprias condições geradas pela função absorvente da grande exploração, fortemente espoliativo. ¹⁰⁷

Com base nesses exemplos, Caio Prado critica iniciativas como a do governo de São Paulo que, em seu plano de ação, havia colocado em relevo questões relativas à agricultura e inclusive anunciado uma reforma agrária. Mas, para Caio Prado, essa iniciativa não passava de um conjunto de medidas para favorecer o incremento da produção sem considerar os indivíduos e as categorias sociais esmagadas por padrões de vida absolutamente insatisfatórios.

A crítica a esse tipo de intervenção desvirtuada se estende à SUDENE e ao seu dirigente, o economista Celso Furtado, que no seu plano de ação propunha, como vimos, criar uma economia agropecuária resistente às secas, através de um plano de irrigação nas bacias dos açudes e nas margens do rio São Francisco; intensificar a produção de alimentos na faixa litorânea; deslocar as fronteiras agrícolas; fortalecer as indústrias, sem contudo, afetar os grandes latifúndios. E é exatamente esse o alvo da crítica de Caio Prado :

Como se vê os problemas agrários são aí propostos em termos que se excluem inteiramente as questões relativas ao próprio fundamento em que assentam as atividades agrícolas e pastorais, a saber, a terra e a sua apropriação. Repete-se aí, e dessa vez, na palavra de um economista do porte de Celso Furtado, o grave erro de confundir os diferentes setores, categorias e classes sociais diretamente ligados às atividades agrárias, no conceito genérico de agropecuária. Ora, os problemas agrários, como quaisquer outros problemas sociais e econômicos, são antes de tudo 'humanos'. E são, por isso, os homens e a posição própria que respectivamente ocupam nas atividades agropecuárias que devem ser considerados em primeiro lugar, e como elemento central que configura todas as questões a serem analisadas.¹⁰⁸

Gongo! O alerta estava claramente colocado: a resolução do problema agrário – pelo menos no que se referia aos interesses dos trabalhadores rurais – não estava no aumento da produtividade, nem na resolução dos problemas de financiamento da produção, mas numa melhor redistribuição da propriedade agrária:

*Uma repartição melhor da propriedade agrária e o mais fácil acesso à ela para os trabalhadores rurais, constitui portanto a meta principal de uma política orientada para a transformação das relações de trabalho e melhoria das condições de vida do trabalhador. Mas não há que ver aí, por não ser o caso, nenhuma superação de pseudo-etapa feudal ou semi-feudal, e ascensão para o capitalismo.*¹⁰⁹

Mas para que o alerta ficasse completo, era preciso chamar a atenção para duas outras formulações “pretensiosamente reformadoras”, pois eficazes em escamotear a questão agrária ou até desviá-la para rumos “convenientes aos interesses dos conservadores” : as imprecisões ao latifúndio improdutivo e a exigência “com grande aparência de solicitude”, de que a divisão e a repartição da terra seja associada com o amparo ao pequeno produtor e proprietário. Para Caio Prado, esse tipo de argumento “mal consegue esconder uma sutil e insidiosa oposição à reforma agrária”.

A comprovação dessa artimanha residia exatamente na dificuldade em definir o que seria latifúndio improdutivo. Seriam, pergunta Caio Prado, as imensas extensões de terras inabitadas do alto interior brasileiro ? Seriam as terras deixadas em pastagem que sustentavam um gado ralo, quando poderiam ser destinadas a outro fim de expressão social maior ? Mesmo que se chegasse a uma definição, ainda assim o problema persistia, pois,

Não basta contudo, saber o que o conceito de latifúndio improdutivo inclui. Precisamos também considerar o que certamente ele não inclui, mas nem por isso desfavorece menos os interesses que uma reforma agrária tem ou deve

ter em vista. Não são positivamente 'improdutivos' as grandes propriedades ocupadas com a exploração canavieira e outros que tem os graves efeitos econômicos e sociais que analisamos anteriormente ?

(...)

Em suma, o latifúndio improdutivo pode ser e efetivamente é um mal a ser combatido. Mas não pode ser isolado e separado, no combate que contra ele se pretende, das demais circunstâncias que tornam possível sua existência; da questão agrária em conjunto de que ele não constitui senão elemento derivado que se eliminará, na reforma geral da economia agrária brasileira.¹¹⁰

Ao comentar a segunda escaramuça, Caio Prado é ainda mais mordaz, e por isso vale a pena reproduzir seu argumento :

Vejamos a outra formulação da questão agrária acima referida, e que perfeitamente justa na forma e aparência, de fato e no fundo ladeia aquela questão. Trata-se da alegação de que 'de nada serve dividir a terra, se não se dispensar amparo ao pequeno proprietário'. Acentue-se a primeira oração (e é o que naturalmente acontece porque ela tem a primazia do primeiro e mais destacado lugar), e a segunda é inadvertidamente acentuada E estará dado o golpe. Tanto mais porque a alternativa de 'amparo ao pequeno proprietário' envolve um complexo e fatalmente programa de medidas. Enquanto isso a divisão espera ... É o caso de lembrar que enquanto o pau vai e vem, as costas folgam.¹¹¹

Essas vigorosas críticas são motivadas pela necessidade de marcar com precisão o significado político que seu autor atribuía à reforma agrária e do qual ele não se afasta nem por um segundo no seu texto: promover uma imprescindível distribuição de riquezas para que o progresso do país se realizasse também em benefício dos 30 milhões de brasileiros excluídos das benesses do capitalismo.

Entendida como uma intervenção no sistema capitalista, a reforma agrária proposta por Caio Prado era orientada pela urgência do presente (trabalhadores rurais e suas famílias) e dentro das possibilidades que deveriam ser forjadas pela atuação política dos próprios trabalhadores rurais:

Não há como esperar do desenvolvimento do capitalismo na agropecuária brasileira e muito menos da extinção da parceria, uma elevação dos padrões da massa trabalhadora rural. Essa elevação somente virá através da luta desses trabalhadores, sejam quais forem suas relações de trabalho e natureza da remuneração que recebem, por melhores condições de trabalho e de vida. O maior embaraço, de natureza econômica e de ordem geral no caminho dessa luta é, sem dúvida, a concentração da propriedade agrária, que segundo vimos, contribui fortemente para colocar o trabalhador em posição muito desfavorável.¹¹²

Por isso, a um marxista e ao seu partido, as normas orientadoras da atuação política deveriam ser definidas a partir do ponto de vista e das necessidades dos trabalhadores rurais, e

o que interessava aos trabalhadores rurais era a perspectiva de um possível acesso à propriedade da terra.

*É no terreno de luta social em que aquela oposição se manifesta (grandes proprietários x trabalhadores), que a reforma agrária deve ser colocada. A par das reivindicações imediatas (legislação trabalhista, regulamentação da parceria em benefício do trabalhador, etc.), figurará a facilitação do acesso da massa trabalhadora à propriedade da terra, o que determinará condições mais favoráveis à luta dos trabalhadores.*¹¹³

Mas como viabilizar essa intervenção? Investindo numa política de tributação direta, através do imposto territorial rural, e de uma tributação indireta pela taxaçaõ efetiva dos proventos derivados da terra :

*Não pode haver dúvida que um dos fatores principais, se não o principal hoje em dia, que tem resguardado a concentração da propriedade agrária, herança colonial que perpetuou até nos nossos dias, impedindo o parcelamento daquelas propriedades, sua distribuição mais eqüitativa e mobilização comercial mais ativa (condição essencial para o progresso da agropecuária), aquele fator é a isenção fiscal de que goza a propriedade rural. Graças sobretudo a esse privilégio fiscal, podem os detentores dessa propriedade conservá-la mal aproveitada, reservando áreas imensas incultas ao apenas semi-aproveitadas unicamente para fins especulativos ou de prestígio pessoal. Decorrem daí os altos preços relativos da terra, o que torna desde logo inviável qualquer plano de reforma agrária.*¹¹⁴

Além de uma política de tributação, Caio Prado defendia também a “extensão da legislação social ao campo” para que fossem garantidos os direitos de livre associação, organização sindical e greve, imprescindíveis para que o exemplo da Galiléia – para ele já naquele momento, um símbolo na história da reforma agrária no Brasil – se multiplicasse.¹¹⁵

A resposta às críticas de Nestor Vera e Caio Prado Júnior não demora. Um mês depois, Alberto Passos Guimarães, assina o texto “As três frentes da luta de classes no campo brasileiro”, também publicado na tribuna de debates do jornal “Novos Rumos”. Figura proeminente no partido, Alberto Passos havia participado ativamente da elaboração da nova linha política, e nesse sentido, seu texto pode ser encarado como uma defesa institucional da “Declaração de Março de 1958”.

Dois movimentos distintos, mas complementares, marcam sua elaboração. O primeiro aponta para a necessidade de revisão da questão camponesa tratada historicamente pelos comunistas, como temos visto, a partir do paradigma leninista da aliança operário-camponesa. Embora para Alberto Passos, esse paradigma devesse ser mantido como referencial ideológico, a nova linha política deveria alargar aquela aliança, visto que o movimento camponês era ainda muito incipiente, sobretudo se contraposto à força política das novas classes em ascensão, o proletariado – e aqui estão ainda também os assalariados e semi-assalariados rurais – e a burguesia progressista.

Sem abrir mão da convicção de que um dos entraves ao desenvolvimento capitalista no Brasil, era a presença de restos feudais, Alberto Passos admite como uma tendência impulsionada pela pressão do imperialismo, o crescimento de um processo de politização dos trabalhadores rurais e é essencialmente a partir dessa constatação que ele defende a

redefinição da aliança operário-camponesa, tal como havia sido proposta por Lênin, acrescentando às duas frentes de luta clássicas no campo (a luta do campesinato contra os proprietários agrários privilegiados e contra os vestígios de servidão; e a luta do proletariado nascente contra a burguesia rural) uma terceira, peculiar à situação brasileira : a luta contra as várias modalidades da opressão e da espoliação imperialista.

*Assim, a luta de todo o campesinato contra o imperialismo é também uma luta contra as sobrevivências pré-capitalistas e pela melhoria da situação dos assalariados. A luta do campesinato contra os sobreviventes do pré-capitalismo é, ao mesmo tempo, uma luta para fortalecer o movimento anti-imperialista e o movimento reivindicatório dos assalariados rurais. A luta dos assalariados e semi-assalariados contra os patrões, grande proprietários de terra, prepara as condições para a unidade da classe operária e para a aliança com o campesinato, resultando no fortalecimento da luta anti-imperialista e da luta antifeudal.*¹¹⁶

Ao sobrepor a luta contra o imperialismo a todos os outros desafios que os comunistas deveriam enfrentar, Alberto Passos encontra a justificativa necessária para a defesa da política de uma frente única e para a contraposição aos “companheiros da oposição esquerdista” – entre os quais ele cita nominalmente Nestor Vera – que na sua concepção tinha dificuldades para se libertar do “subjetivismo, do dogmatismo e do sectarismo”, uma vez que esses companheiros não aceitavam que naquela fase – independente da vontade dos comunistas – as transformações revolucionárias só podiam ter um caráter burguês.

Mas, paradoxalmente, a defesa da ampliação do paradigma revolucionário foi operacionalizada como uma forma de reafirmar a antiga e arraigada expectativa que ao proletariado, e só a ele, cabia a hegemonia do processo revolucionário :

*Prestemos bem atenção ao fato de que se, por um lado, independe de nossa vontade o caráter atual, objetivo, das transformações progressistas em nosso país (que só podem ter caráter burguês), por outro lado, o tipo ou curso dessas transformações pode ser modificado segundo a vontade ou ação política das forças motrizes da revolução, isso é, do proletariado e seus aliados.*¹¹⁷

Recorrendo a Lênin, Alberto Passos se contrapõe aos “companheiros esquerdistas”, “deformados pelo subjetivismo” e que por isso pretendiam começar por “meios artificiais” uma “imaginária revolução” no campo, bem como aos companheiros reformistas, como Caio Prado, que questionavam a perspectiva da Revolução democrático-burguesa, apresentando a linha justa, adequada e eficaz :

*O proletariado e as forças mais progressistas da sociedade brasileira devem apoiar as transformações burguesas no campo que resultam na destruição dos laços com o feudalismo, que resultam na destruição das formas pré-capitalistas, e expressam um desenvolvimento democrático apoiado no capitalismo de Estado e na propriedade camponesa.*¹¹⁸

Em defesa do argumento de que as transformações burguesas poderiam ter um caráter revolucionário, dois exemplos são colocados : a abolição da escravidão, que na concepção do autor, após inúmeros levantes de escravos, terminou com a vitória pacífica dos abolicionistas; e a expropriação do Engenho Galiléia, que depois de uma série de lutas violentas, teve um desfecho positivo com “uma reforma concedida pelo governo”. Ou seja, a forma dessas revoluções poderia ser burguesa, mas o conteúdo dessas transformações era revolucionário, seja no caso da abolição da escravidão, que havia destruído as bases do antigo regime escravista, abrindo caminho para novas relações econômicas e sociais no campo (as relações feudais ?); seja no caso da Galiléia, onde a desapropriação destruiu um latifúndio semifeudal, transformando a estrutura da propriedade e o regime de trabalho em moldes tipicamente burgueses. Mas a desapropriação do Engenho Galiléia era uma exceção e, por isso, o caminho revolucionário era multiplicar, por toda a parte, as “reformas pacíficas de conteúdo revolucionário”, que resultavam na destruição do feudalismo e consequentemente no “livre desenvolvimento da luta de classes”, que ainda não se manifestava no Brasil de forma “aberta e consciente”, dado o baixíssimo nível de luta do movimento camponês :

Afastando-se dessas delirantes fantasias, as 'teses' apontam a maneira certa de atingir em larga escala as massas do campo através dos assalariados e semi-assalariados agrícolas, organizando-os por meio de ligas em suas associações de classe, despertando-os para a luta por seus direitos e suas reivindicações, elevando o grau de consciência de sua luta de classe.

Portanto, do ponto de vista da construção da aliança operário-camponesa, a frente da luta de classe dos assalariados e semi-assalariados

agricolas (que muito freqüentemente aliam à condição de assalariados a condição de camponeses) tem especial preponderância sobre as demais. Por intermédio dessa frente, será possível montar as correias de transmissão que irão ligar o proletariado e o movimento democrático das cidades ao movimento democrático no campo. ¹¹⁹

Não é difícil entender a resistência de Alberto Passos à proposição de uma reforma agrária radical, tal como havia sido proposta por Nestor Vera, se considerarmos que sua convicção profundamente arraigada da permanência de restos feudais na sociedade brasileira, não pode ser desvinculada da imagem do camponês, que submetido aos imperativos da dominação pessoal e absoluta dos donos das terras tinha uma atuação política extremamente limitada, como pareciam comprovar as enormes dificuldades de implementar no mundo rural, até mesmo as mais incipientes formas de organização (Não é à toa que a vitória dos Galileus é vista por Alberto Passos como uma concessão do governo estadual).

Entendida como uma forma de solapar as bases desse sistema de poder, a reforma agrária era concebida como uma etapa necessária da revolução democrático-burguesa; como uma forma de promover o desenvolvimento do capitalismo, interesse de todos os progressistas frente à pressão acachapante, contínua e crescente dos imperialistas que há séculos se alimentavam do atraso semifeudal agricultura brasileira para reproduzir sua dominação.

Por isso para ele, além de inviável, a proposição de uma reforma agrária radical, como defendia Nestor Vera, era inconseqüente porque afastaria da Frente Única os grupos progressistas, imprescindíveis aliados para a implementação de reformas, que desmantelariam as velhas estruturas de poder, abrindo espaço para atuação política dos assalariados e semi-

assalariados rurais, que por sua posição no processo produtivo estariam mais próximos do proletariado e, por isso, seriam o mais conseqüente aliado no empreendimento de fomentar a luta de classes no campo brasileiro.

Se observarmos atentamente os argumentos de Alberto Passos fica visível, que apesar da contraposição enfática, que aparece em seu texto à tese de Nestor Vera, não existe entre eles uma divergência no que parece ser o fundamental : a defesa do paradigma leninista como modelo adequado para viabilizar a revolução no Brasil. O descompasso parece estar na avaliação das “condições objetivas” para sua efetivação, já que para Alberto Passos, o baixíssimo nível de consciência política do campesinato brasileiro, acrescido da pressão imperialista, limitava a força política da aliança operário-camponesa que ele manteve como uma promessa a se realizar completamente no futuro.

As discordâncias com Caio Prado Júnior eram muito mais profundas porque o que estava em jogo era exatamente a necessidade de preservar esse modelo de revolução que, por décadas, orientou a ação política dos comunistas brasileiros, com o agravante de que a filiação a esse modelo de revolução assumia a dimensão de um compromisso de fidelidade ao internacionalismo operário. Apesar disso, a única referência direta que Alberto Passos fez, nesse texto, ao artigo de Caio Prado foi pontuar sua discordância em relação à predominância do trabalho assalariado na produção agropecuária brasileira, por entender, que o censo agrícola de 1950, base documental da argumentação de Caio Prado, não havia incluído em seu levantamento da mão-de-obra rural, os moradores e os agregados, mas havia incluído como “empregados” os camponeses, que só temporariamente recebiam como assalariados, a exemplo os meeiros e dos parceiros. Para Alberto Passos todos – moradores, agregados, meeiros, parceiros – eram camponeses semifeudais, pela ausência de autonomia econômica,

pela obrigação de prestar serviços aos donos da terra, ou ainda, pelo caráter temporário e/ou parcial de sua remuneração em dinheiro.

Apesar dessa divergência – que parece ser em primeiro lugar, em relação a metodologia de pesquisa do censo – Alberto Passos admite reconhecer, que o número de assalariados estava crescendo com o desenvolvimento capitalista no campo, embora alerte que a presença de traços feudais não poderia ser desconsiderada se a pretensão daquele que analisava a estrutura agrária brasileira “era ter uma visão de conjunto”.

Se compararmos as implicações das críticas de Nestor Vera e de Caio Prado Júnior, fica difícil entender porque Alberto Passos foi tão duro em sua contraposição a Nestor Vera – associado nesse texto “aos esquerdistas deformados pelo subjetivismo” –, e tão cuidadoso ao criticar Caio Prado Júnior.

É possível que Alberto Passos tenha reconhecido na leitura de Nestor Vera um desvio circunstancial, pontual, e, por isso, tenha avaliado ser importante questioná-lo enfaticamente como forma de convencê-lo de que as decisões colocadas na “Declaração de março de 1958”, eram adequadas para o momento, e não destoavam das expectativas que orientavam sua ação política uma vez que preservavam o paradigma revolucionário. Pode ser também, que Alberto Passos tenha localizado no discurso de Nestor Vera, o perigo de uma dissidência e por isso, tenha decidido combatê-la, em nome da unidade do partido. Mas se essa hipótese tem alguma validade, não deveria ser essa também a postura em relação a Caio Prado? Afinal, sua discordância explicitamente assumida, em relação as teses do PCB ultrapassavam a “Declaração de março de 1958”, atingia os fundamentos do diagnóstico da realidade e, por isso, era ainda mais ameaçadora como uma dissidência.

Se levarmos em conta que apesar do tom cauteloso de Alberto Passos em relação às críticas de Caio Prado, sua análise da questão agrária não teve nenhuma influência se considerarmos que na construção da linha política do PCB, se considerarmos também as inúmeras referências aos conflitos políticos vivenciados por ele dentro do partido, podemos supor que a postura de Alberto Passos em relação às suas críticas, mais do que cuidado, indicaria uma forma de marginalização ?¹²⁰

Impossível ter certeza. Tudo que posso afirmar é que a decisão do partido foi investir em ações que viabilizassem a linha política definida na “Declaração de 1958”, e que depois foi reafirmada no quinto congresso do partido, realizado em 1960, onde foram discutidos – suponho – esses textos que acabei de comentar.

A vitória das teses que orientaram a “Declaração de março de 1958” no entanto, não deve ser vista como indício de que os comunistas tinham conseguido equacionar as diferentes expectativas em relação ao papel dos camponeses na revolução. Penso, inclusive, que é a partir desse momento que as fissuras entre o discurso oficial do partido e as expectativas políticas dos militantes vão se tornando, cada vez mais profundas, agravando as tensões internas e estimulando as dissidências.

Como não posso dar conta desses desdobramentos agora, e ainda preciso investigar como a decisão de conciliar ação parlamentar e extra-parlamentar anunciada na “Declaração de março de 1958” foi encaminhada, volto mais uma vez ao “Terra Livre” – esse ancoradouro – que anunciou em fevereiro de 1959, a decisão da Frente Parlamentar Nacionalista de assumir a bandeira da reforma agrária como uma meta para sua ação junto ao Congresso Nacional naquele ano.

É evidente que os comunistas brasileiros intervieram de alguma forma nessa decisão, e, embora eu não possa precisar como esse empreendimento foi realizado no cotidiano das práticas políticas (que negociações foram feitas ? Como essas negociações foram encaminhadas? Quais os recursos que os comunistas acionaram para exercer essa pressão?) acredito que a abertura que começou a ser efetivada com as redefinições na linha política em 1956, os esforços da ULTAB para envolver deputados e senadores na sua campanha nacional a favor da reforma agrária, as tentativas de aproximação com o PTB, podem ser vistas como antecedentes dessa política de aproximação dos comunistas com os deputados da Frente Parlamentar Nacionalista.

Mas entendo que seria um grosseiro reducionismo desconsiderar que para além dessas negociações políticas, outras formas de pressão também devem ter contribuído para essa decisão da FPN. Entre elas, o crescimento das Ligas Camponesas no Nordeste que, como vimos, foi o grande referencial para os posicionamentos contra, ou a favor da reforma agrária no Congresso Nacional. Por isso, acredito que o exercício de retornar ao ponto de partida desse texto, só que agora de posse desse inventário de experiências e das crenças que as informaram, pode ser uma ótima oportunidade para concluir esse texto, explorando até o limite o fio condutor que escolhi para costurar minha argumentação: entender como a elaboração dos projetos políticos para a organização das Ligas Camponesas exigiu investimentos, que foram sendo reelaborados a partir da confluência de várias leituras sobre o Brasil, de várias expectativas de futuro, e, das possibilidades de intervenção, colocadas por essa confluência. Voltaremos então ao ano de 1959 conduzidos pelos editores do “Terra Livre” para entender como a emergência do debate sobre a reforma agrária foi resultado desses investimentos, ao mesmo tempo em que abriu novas perspectivas de atuação, que instauraram novas confluências e novos lugares de disputa.

O LUGAR DO OUTRO

Na primeira página da edição de fevereiro de 1959, a manchete do “Terra Livre” anuncia sua expectativa em relação à decisão da FPN : “A Frente Parlamentar Nacionalista enfrentará esse ano a questão da reforma agrária”. Enfrentar é mais do que defender, encampar, encaminhar, pois marca a presença de uma contraposição que, como vimos, era bastante eficaz em sua realização. Mas a idéia do enfrentamento parece indicar também a expectativa de uma polarização, entre aqueles que se enfrentam, que só pode ser explicada pela radicalização das posições em confronto. Ou seja, de um lado estariam aqueles que se colocavam contrários a reforma agrária; do outro os que a defendiam. A positividade desse enfrentamento seria então, estabelecer um espaço de disputa onde antes só havia recusa, por isso, não podemos menosprezar o impacto político dessa discussão, mas é preciso entender que essa polarização das posições em confronto (estar contra ou a favor da reforma agrária) é insuficiente para dar conta da dimensão dos conflitos em jogo.

Formada por deputados de vários partidos (PSP, PTB, PDC, PTN, UDN, PSD) a Frente Parlamentar Nacionalista foi um lugar de unidade para aqueles que assumiram o compromisso de defender as reformas sociais consideradas imprescindíveis para o desenvolvimento do país. Mas essa unidade foi atravessada pelas particularidades de cada partido que compunha a Frente, e mais radicalmente, pelas particularidades de cada um dos seus membros, uma vez que as filiações partidárias não implicavam num compromisso ideológico, sendo quase sempre definidas por questões pragmáticas que envolviam as disputas regionais, ou ainda as relações pessoais dos deputados. Maria Vitória Bernardes definiu bem a

sensação que se impõe ao pesquisador que se propõe a estudar os partidos políticos naquele momento: *“a sedução e o desconforto de se estar lidando com objetos não (muito) identificáveis”* ¹²¹

Por isso, é preciso considerar que, para além de suas filiações partidárias, os membros da FPN estavam ligados, quase sempre, a espaços políticos que extrapolavam sua ação parlamentar, como a Igreja, os movimentos sociais, as entidades de classe, os institutos de pesquisa e estudos brasileiros (particularmente ao ISEB), e é claro que essas ligações exigiam compromissos que de alguma forma influenciaram suas atuações.

Por um lado, essas redes viabilizavam a ampliação do debate sobre as reformas, produzindo expectativas que retornavam à Frente Parlamentar como apoio às iniciativas dos deputados e/ou como cobrança para que essas iniciativas tivessem correspondência com essas múltiplas expectativas. Nesse sentido, tanto os apoios como as cobranças aprofundavam as discussões entre os membros da FPN e entre eles e seus partidos. A decisão de assumir, como prioridade de atuação para o ano de 1959, a bandeira da reforma agrária, é exemplar para entendermos essas pressões e seus desdobramentos.

Em 1956 quando a Frente foi criada, a reforma agrária foi colocada no programa como uma entre as muitas reformas consideradas necessárias para o desenvolvimento do país. Mas, o crescimento das Ligas Camponesas, perigosamente associadas a Francisco Julião e ao PCB, e as ações da Igreja – só para falar das pressões mais evidentes –, foram tornando imperiosa a necessidade de posicionamento sobre a questão. Por isso, a idéia de urgência, e a sensação de perigo que advinha dessa urgência, foram complementares para delimitar a postura dos deputados frente ao “momentoso problema”. Essa sensação de perigo foi traduzida num argumento repetido à exaustão pelos mais diferentes parlamentares: se não fossem tomadas

medidas legais, a reforma agrária seria realizada inevitavelmente por uma revolução. Embora exacerbada nos debates parlamentares do ano de 1959, essa apreensão já tinha uma certa tradição, explicitada como vimos num apelo contundente : “Façamos a reforma agrária antes que o povo a faça”. Retomada por Celso Peçanha, numa das primeiras sessões de 1959, essa tradição foi reinventada pela “urgência urgente” de Coutinho Cavalcanti e pelas imagens do “rebanho humano” que “tangido pela fome e pela miséria” iria desencadear uma revolução popular, como anunciava enfaticamente Seixas Dória.

É difícil avaliar em que medida essa apreensão era realmente motivada pelo medo da revolução, ou se essa foi uma maneira encontrada pelos parlamentares de quebrar a resistência de um congresso extremamente conservador. Mas não devemos supor que ao acionar esse sentimento de apreensão como uma forma de pressão, os deputados que se colocavam a favor da reforma agrária estavam isentos dos seus efeitos. Ampliando esse nosso olhar retrospectivo sobre o debate na Câmara Federal durante o ano de 1959, podemos localizar essa apreensão na fala de muitos outros deputados, inclusive porque o medo da revolução correspondia às imagens criadas para os camponeses : Josué de Castro, ao denunciar seus pauperismo crônico, via-os como um povo fraco, doente, “pasto de terríveis moléstias” e por isso, um “ônus, um peso morto, susceptível de obstruir e dificultar o curso normal do progresso”; Ferrari os via como uma “massa amorfa” que ele pretendia ajudar “a se transformar em povo, para felicidade da nação”, porque “vivendo nos campos como animais sem direitos de espécie alguma” como eles poderiam “amar a democracia” ?¹²²

A força dessas imagens esclarecem, em grande medida, o compromisso dos deputados da FPN de se colocarem a favor da reforma agrária. Mas esse compromisso não pode ser desvinculado dessa carga de apreensão que, em grande medida, foi provocada pela convicção

de que o camponês – esse outro – era um pária que por sua indigência, por sua ignorância, por sua exclusão política e social, impedia o progresso da nação, além de ser particularmente perigoso, porque suscetível a rebeliões.

Para muitos, esse potencial para a rebelião era explicado pelas desigualdades brutais da propriedade da terra ou pela prepotência arcaica dos donos da terra; para outros, pela possibilidade de intervenção de “elementos perturbadores”. Por isso, a reforma agrária vivida como uma emergência e concebida como um modo de intervenção, pode ser vista como um território de desejos, onde se inscreveram vários sonhos de desenvolvimento para a nação e onde se travaram inúmeras disputas.

Coutinho Cavalcanti, membro da FPN, se propunha com seu projeto – tantas vezes rejeitado no Congresso e tantas vezes referenciado –, a “aplainar o campo de incidência da reforma”, e para isso, dizia ele na apresentação do texto que antecede o projeto, era necessário desmistificar as fantasias e superar os tabus que, “enclausuravam a reforma agrária, apresentando-a como personagem deletéria, desagregadora, infestada de subversão material e moral”, pois os reacionários, na impossibilidade de conter a “avalanche reformista”, estendiam sobre o tema “o véu da mistificação, cuidadosamente tecido pelo tear da mentira, da intriga e do desvirtuamento”. (...) “Da reforma tiram um perigo e do perigo fazem uma ameaça”. No entanto, para Coutinho Cavalcanti o perigo real era tentar conter o ímpeto das “correntes renovadoras”, pois, “as águas represadas quando se alimentam em fontes perenes, mais cedo ou mais tarde partem as barragens e levam de roldão a própria estrutura, rompendo-a em toda a sua extensão ao invés de, apenas, modificá-la”.

A urgência de sua intervenção se justificava então, por dois desafios complementares: combater os reacionários; e conter a possibilidade da revolução, metaforicamente definida pela

imagem das águas represadas que poderiam romper os limites, instaurando irremediavelmente o caos.

A possibilidade da revolução estava colocada, já naquele momento, pela leitura de que as necessidades sociais estavam “rompendo a velha estrutura agrária”, e por isso, a reforma era um “imperativo da consciência nacional”. As desigualdades regionais, a baixa produtividade, o atraso técnico, a mentalidade feudal – essas fontes perenes – precisavam ser enfrentadas, e a única solução segura para a realização desse empreendimento era uma reforma agrária conduzida com “idoneidade” e apoiada numa base “científica, positiva e lógica”. Esses pressupostos eram indispensáveis porque como um “conceito perigoso” a reforma agrária poderia se transformar numa proposta vaga, passível de muitas interpretações, radicalismos e tergiversações.

Sua intenção era exatamente “superar não só o perigoso, como também, o difícil” e por isso, o primeiro cuidado foi definir claramente como ele entendia esse modo de intervenção :

*Reforma agrária é a revisão e o reajustamento das normas jurídico-sociais e econômico-financeiras que regem a estrutura agrária do país, visando a valorização do trabalhador do campo e ao incremento da produção, mediante a distribuição, utilização e explorações sociais e racionais da propriedade agrícola, à melhor organização e extensão do crédito agrícola e ao melhoramento das condições de vida da população rural.*¹²³

Revisar e reajustar seguindo o caminho “normal, natural e sensato” (que ele contrapõe ao caminho violento, revolucionário da Rússia e do México) através de uma “Revolução Legislativa” que deveria ser conduzida pacificamente e “de cima para baixo”, através de uma

política agrária, que por definição, não poderia ser simplesmente um enunciado, uma afirmação de propósitos, mas uma atuação dinâmica. Portanto, para realizar a reforma agrária não bastaria dividir e distribuir a propriedade, operação que “no máximo e em certos e determinados setores, seria um meio para atingir os fins reformistas” mas, equacionar o latifúndio (propriedade excessiva) e o minifúndio (propriedade insuficiente), sendo que a medida para definir a excessividade e insuficiência da propriedade deveria ser seu rendimento produtivo. Além da distribuição, utilização e exploração racional da terra, Coutinho Cavalcanti propunha investimentos para melhorar as condições de vida dos trabalhadores rurais (que ele fez questão de frisar, deveria ser ao mesmo tempo a causa e a consequência da reforma). Várias eram as iniciativas propostas por Coutinho Cavalcanti para “amparar” os trabalhadores rurais: regulamentação da parceria, extensão da legislação trabalhista, um amplo programa de assistência social (alimentação, saúde, habitação, instrução, apoio jurídico), assistência técnica (mecanização e melhoria progressiva dos métodos de produção, ensino especializado, incentivo ao cooperativismo, combate os prazos e moléstias agrícolas, ...), assistência financeira (empréstimos para a comercialização para a compra de terra e para investimentos agrícolas).

Esse “favorecimento” tinha como pressuposto a consensual concepção de que os trabalhadores rurais eram o maior entrave ao progresso da nação, pois também nesse discurso as velhas imagens construídas para o “outro” se repetem: subnutrição, submissão, conservadorismo, desconfiança, individualismo, educação inferior, apatia política, e é claro, potencial para a rebelião. Como contraponto a esses “fatores negativos” o autor generosamente reconhece nesses desvalidos, a presença de uma grande resistência moral, um espírito hospitaleiro e ausência de competitividade. Mas o que significavam esses

contrapontos frente a tantos e tão esmagadores limites? Acho inclusive que eles só reforçavam as imagens de apatia e de conservadorismo anteriormente colocadas.

Penso que agora podemos entender melhor a apreensão que perpassou a solicitação de Coutinho Cavalcanti na Câmara Federal para que a reforma agrária fosse encarada como uma “urgência urgente”; penso também que essa leitura pode ajudar a entender melhor como a decisão de colocar-se a favor da reforma agrária implicava em conflitos que não podiam ser reduzidos ao enfrentamento com aqueles deputados contrários à reforma agrária.

Embora esse enfrentamento não possa ser menosprezado, é preciso considerar que, a unidade que sustentava esse lugar de contraposição foi atravessada por inúmeras disputas que, também, não podem ser menosprezadas. O que garantiu, então, esse frágil lugar de unidade? Como explicar, por exemplo, o investimento do PCB para o fortalecimento da FPN?

Se o leitor ainda consegue lembrar, desde 1956 o “Terra Livre” anunciou uma correção de rota na sua batalha pela aprovação da reforma agrária. Segundo a direção da ULTAB, que assinava o artigo, a mobilização de deputados e senadores para a elaboração de Projetos de Lei que viabilizariam a efetivação institucional da reforma agrária, assim como o compromisso do presidente recém-eleito, Juscelino Kubistchek que também havia defendido sua necessária e urgente implementação, criavam condições para que a reforma agrária fosse realizada num breve espaço de tempo. Assim sendo, cabia aos operários e camponeses apoiar essa iniciativa ampliando a campanha de assinaturas, que já vinha sendo promovida e esclarecendo que o objetivo da campanha não era a abolição da propriedade privada, mas a criação de “milhões de novas propriedades que associadas a outras medidas como a regulamentação jurídica do arrendamento, a extensão da legislação social para os trabalhadores rurais e a proibição de despejos pudessem garantir uma melhoria nas condições de vida do povo brasileiro”.¹²⁴

Os desdobramentos dessa escolha

política nós já conhecemos, pois os resultados do debate em torno da “Declaração de março de 1958”, confirmaram a expectativa dos dirigentes comunistas de que a resolução do problema agrário dependeria da ampliação e do fortalecimento dessa política de alianças com os setores progressistas da sociedade, apesar do discreto incômodo de Sebastião Dinart, c, um ano depois da decisão da FPN, da ansiedade de Nestor Vera e dos alertas de Caio Prado sobre as recorrentes escaramuças políticas que eram criadas pelos congressistas para não aprovar um projeto de reforma agrária. Um alerta que foi reforçado pela ironia de Renato Arena no artigo “A reforma agrária e o Congresso Nacional”, também publicado na Revista Brasiliense.¹²⁵

Em grande medida, a insistência dos comunistas na manutenção dessa linha política pode ser explicada pela coincidência na leitura dos problemas a serem enfrentados prioritariamente – a superação dos restos feudais e o fortalecimento da economia nacional – e pela leitura de que os trabalhadores rurais eram um grupo sem tradição política, difícil de mobilizar, organizar, inclusive, porque submetido duplamente pela pressão dos velhos senhores feudais e pelo imperialismo, como ficou claro no discurso de Alberto Passos.

Esse diagnóstico autorizava a idéia de que a intervenção da FPN poderia ser complementar à sua política de incentivar, através da “Carta dos Direitos e Reivindicações”, elaborada pela ULTAB as organizações rurais (sindicatos, associações e cooperativas).

Em setembro de 1959, cinco anos depois de sua criação, a ULTAB realiza em São Paulo, a sua primeira Conferência Nacional. No documento final, “Carta Sobre a Reforma Agrária”, encontramos claramente delineadas as linhas de continuidade e descontinuidade que marcaram o investimento dos comunistas na questão. A partir da constatação de que a reforma agrária havia se tornado “um assunto central de um grande debate”, é com alívio, que a

ULTAB reconhece: “não estamos sós”. Esse reconhecimento de solidariedade de outros, “todas as pessoas progressistas de diferentes classes e correntes políticas”, ao seu projeto, parece ser uma autoconfirmação da eficácia e da justeza da política de alianças e de seus sucessivos alargamentos, afinal de contas, “a reforma agrária se tornou indispensável para que o desenvolvimento da economia nacional, particularmente para que a industrialização, continue no mesmo ritmo alcançado nos três últimos anos”.

Transformada em uma necessidade para o desenvolvimento da economia nacional, a reforma agrária teria, também, para a direção da ULTAB, um outro papel, que seria o de sanar uma grave injustiça social: “o fato de que milhões de brasileiros que trabalham na lavoura não possuem nem um palmo de terra, enquanto uma minoria de parasitas possuem mais da metade de todas as terras do Brasil”.

Por isso, a reforma agrária não poderia ser confundida, dizia o texto, com medidas parciais que não interferissem no monopólio da terra mas, “devia ser um conjunto de medidas governamentais baseadas, antes de tudo, numa profunda modificação da maneira como estava distribuída a terra no Brasil”. Sem dúvida, essa era uma proposta de revolução, uma revolução pacífica, democrática, nacional:

*Nós nos dirigimos à todos os homens e mulheres progressistas do Brasil, aos operários, aos estudantes, aos intelectuais, aos funcionários, camponeses, para um poderoso movimento de opinião pública, exigir dos poderes constituídos a realização da Reforma Agrária. Esse amplo e poderoso movimento é indispensável para ganhar a forte resistência, que ainda existe no Congresso Nacional contra a revolução agrícola democrática.*¹²⁶

A aproximação do PCB com os parlamentares da Frente Nacionalista criou uma nova configuração nesse campo de forças que marcou o debate sobre a reforma agrária, redefinindo antigas alianças e por isso, inaugurando novos conflitos. Cada vez mais intensamente o PCB se afastava de Francisco Julião, que apesar de reproduzir em seus discursos as imagens recorrentes dos camponeses, acreditava poder superar seu atraso político com sua pedagogia radical. Mas a ruptura do PCB com Julião era, no final de 1959, apenas uma possibilidade, e, por isso, não devemos andar depressa demais com essas conclusões. Espero que esse longo esforço, tenha possibilitado demonstrar que, a emergência do debate sobre a reforma agrária colocou questões difíceis para os projetos nacionalistas pois os sonhos de progresso e desenvolvimento esbarraram em intensos e irreconciliáveis conflitos: o direito à terra como uma questão de justiça social *versus* a defesa da propriedade privada; o direito privado *versus* o poder público; a continuidade de velhas formas de exploração *versus* a busca de regulamentação do trabalho; reformas *versus* revoluções.

No embate entre esses antagonismos, muitas vozes criaram proposições que algumas vezes se complementaram, noutras se afastaram, mas todas tiveram um lugar de unidade inquestionável: a construção do camponês como uma massa instigada pela exacerbação da fome e da miséria e, por isso, prontos para serem moldados. Julião os queria revolucionários de uma revolução com flores ou com sangue; o PCB os queria aliados dos revolucionários operários numa revolução democrática, antifeudal e antiimperialista; a Igreja os queria cidadãos contidos; o Estado os queria eficientes trabalhadores em nome do progresso da nação. Mas o que queriam os camponeses ?

Gostaria de esclarecer, antes de provocar muito mal-estar, que não é minha pretensão depois desse longo percurso, fazer uma avaliação precipitada e injusta da ação desses políticos, nem dos projetos elaborados naquele período de esperanças difíceis. Minha intenção, nesse texto, foi demonstrar como as intervenções de homens como Josué de Castro, Seixas Dória, Coutinho Cavalcanti, Julião, Fernando Ferrari, D. Helder Câmara, assim como os membros do PCB, cumpriram seu objetivo de denunciar e construir uma sensibilidade nacional para os problemas que os trabalhadores do campo vivenciavam naquele momento, e isso foi fundamental para a conquista de muitas vitórias posteriores. Por isso, as suas atuações e propostas foram discutidas e analisadas com todo o rigor possível neste trabalho. Como já disse, entendo que as Ligas Camponesas só foram possíveis pela confluência desses vários projetos, desses vários sonhos para o Brasil.

No entanto, é preciso considerar que as possibilidades de luta pela reforma agrária colocadas e pauta por essa confluência foram potencializadas pela coincidência entre esses desejos de mudança e a expectativa dos camponeses que viviam naquele momento uma experiência que ficou registrada, na sua memória e nos seus corpos, como a “lei do cão”. Desculpem-me a linguagem incisiva, mas a experiência, que iremos narrar no próximo capítulo não pode ter uma definição mais precisa.

- TERRITÓRIO DE CONFRONTOS -

E A CANA FOI TOMANDO CONTA DO MUNDO...

O senhor Antônio Joaquim era um morador-foreiro. Tinha acesso a um sítio, onde plantava macaxeira, milho, inhame, feijão. “Plantava de um tudo, que a terra era boinha (boazinha) demais”. Ele e a família trabalhavam juntos no sítio e o esforço de todos garantiu, por muitos anos, “uma vida de pobre, mas sem sustos”. Para ter acesso a esse sítio, senhor Antônio tinha feito um acordo com o patrão, um acordo claro e plenamente reconhecido por ele :

O combinado com o patrão era pagar o foro e trabalhar os dias de cambão, e assim eu e minha família fazia. Lá na roça eu planejava tudo e os menino ajudava, sempre combinado com o patrão. E era assim que nós vivia, combinado.

No dia que ele precisava, pronto ! Ele mandava me chamar e eu ia, dava o cambão e pronto. ¹

O cambão, trabalho não pago, parecia ser compensado pela possibilidade de uma outra vivência, o trabalho no sítio concedido como parte do acordo de moradia :

O trabalho ali no canto era tranqüilo, era da forma que eu determinasse e por isso, era bom trabalhar ali, naquele canto. Era como se eu tivesse no meu. Era um benefício muito grande, esse de morar naquele canto.

Às vezes eu até esquecia que aquela terra não era minha, por que era como se fosse, entende ? Ali num tinha vigia, num tinha condição, num tinha aperto. Eu cumpria o acordo, pagava o foro, e quando precisava, trabalhava no

engenho. Mas não era esse negócio de ser todo dia da semana, era alguns dias. Era assim, tudo no respeito daquele acordo que nós fazia quando entrava na propriedade para pedir morada. ²

O sentimento de posse, “meu sítio, meu canto” – é expresso em contraposição à experiência de trabalhar na usina, onde a presença do vigia e/ou da condição limitava uma vivência de liberdade e de alegria :

Eu adquiri aquele sítio e nunca tive desavença com ninguém por ali. Aí fui me aprumando, me aprumando consegui ter meu sítio, como já disse a senhora. Tinha criação, tinha galinha, tinha cabra.(...) Nós ia pouco na sede porque o trabalho era muito e num dava tempo, mas ia para fazer a farinhada. Ia nós tudo, a mulher, os menino, tudo mais eu. Aí encontrava os vizinho, conversava, trabalhava... Era bom a farinhada.

Às vezes também tinha reza e festa. No São João era festa, era dançar, pular fogueira, e brincar de adivinhação.

O que sobrava da farinhada, tirado o sustento, nós ia vender na feira. Às vezes, quando tinha inverno bom, também vendia feijão. Tirava um tanto pra o sustento, outro tanto pra plantar e vendia as sobras. Todo mundo gostava de ir para a feira, e eu levava de um por um, pra ir aprendendo, conhecendo os ponto bom, fazendo conhecimento, né ?. ³

Mas essa experiência de autonomia foi aos poucos sendo alterada e o senhor Antônio conta como aconteceu essa mudança, recorrendo a imagens que comunicam angústia, sentimento de supressão :

Eu podia ter vivido ali daquele jeito até hoje e o que eu queria mesmo era ter morrido ali, que tomei gosto pelo lugar. Era bonito o sítio ! Era meu canto, minha morada ! Neste tempo que eu tô lhe falando era um tempo de baixa da cana e tinha muito foreiro por ali. As lavoura grande, as lavoura de rico, estava meio esgotada e nós prantava mais era milho, mandioca, feijão, batata, essas coisinha. Num tinha luxo não senhora, mas também num passava fome, mas aí a cana começou a tomar conta do mundo.

Foi de quando chamaram nós pra dizer que o foro tava muito baixo, que o dono da terra num tava dando conta de sustentar a família dele com aqueles foro, e que ia aumentar. Aí aumentaram o foro. Foi o primeiro sinal. Daí pra aumentar os dia de cambão foi um pulo, que o home queria prantar cana de novo pra vender pras usina.

Aí já viu, né ? Nós já tava sentindo uma pontinha de injustiça. Era foro alto, era cambão de mais dia. Era o sinal. Quando foi um dia veio o patrão pessoalmente na minha casa com uma conversa mole de que precisava da terra pra prantar cana, que o preço tava bom, e tal e tal. E eu ali só escutando com o coração apertado. Quando ele me ofereceu outra roça mais longe e disse que eu podia ficar na casa, que ele só precisava do sítio, e que ele num queria que eu saísse por causa que gostava do meu trabalho, que eu sempre fora correto com ele, essas coisas.⁴

Apesar de estar se sentindo injustiçado, o senhor Antônio Joaquim aceita deixar “seu sítio, sua morada” e acata a proposta do patrão: mudar com a família para outro lugar. Mas negociou as condições de sua transferência na tentativa de diminuir os impactos desse corte abrupto e assim garantir a continuidade de uma forma de vida extremamente valorizada por ele:

Que jeito eu tinha pra dá? A terra era dele e ele tava precisando. Concordei, mas pedi a ele pra deixar eu colher aquela safra, que já tava quase no tempo, e ele deixou, num fez confusão por isso não. E nós marcamos um prazo pra eu entregar o sítio. Daí fomos olhar o outro chão que ele queria me dar. Fomos eu, ele, o meu menino mais velho e o administrador. Era terreninho fraco, viu? Longe e, por cima de tudo, coberto de mato, mas eu enfrentei que eu nunca tive medo de careta, não. Bem, pra encurtar a conversa, peleei naquelas terras mais uns dois anos, mas era difícil. Era terra ruim, cheia de cascalho e longe. Só pra chegar era uma estirada. O foro continuava alto. Não era tão alto quanto o do sítio, mas era alto, e com a produção pouca não dava de pagar. Aí eu desisti do roçado e fiquei só morando na casa e dando a condição, eu e mais os menino mais velhos.⁵

Assim, o senhor Antônio teve sua vida desmantelada em poucos anos. Primeiro, o aumento do foro, depois, o aumento do cambão, a troca do sítio, a impossibilidade de pagar o foro e o trabalho assalariado. Fim da linha ?

A sujeição é uma coisa danada, sabe moça? Vai assim, por dizer, tomando conta da gente. Aos pouco você já tá ali naquela batida, velho, cansado e sem força. Eu num sei se era porque eu tinha sido por assim dizê liberto, né, quase liberto, que para mim foi um sofrimento me acostumar. Mas me acostumei que o sujeito se acostuma com tudo na vida...⁶

A angústia experimentada pelo senhor Antônio Joaquim foi agravada pela visibilidade das tensões que eram também vivenciadas por seus vizinhos, e, por isso, sua sina pessoal foi traspassada por outras experiências de supressão, que só eram aparentemente exteriores, já que repercutiram internamente em questionamentos que exacerbaram a consciência do perigo que parecia rondar sua vida. Embora não saiba precisar o ano em que ele teve que deixar seu sítio para trabalhar alugado na cana – não lembra se em 1957 ou 1958 – senhor Antônio tem uma clara lembrança dos acontecimentos cotidianos e sempre os relaciona com outras experiências que ele presenciou naqueles anos em que “a cana parecia tomar conta do mundo”.

Entre as muitas histórias que senhor Antônio Joaquim se lembra, está o caso do senhor José de Noca, morador de condição na mesma usina em que ele trabalhava. Morava senhor José num roçado pequeno, “fraco” e vivia por isso, “imprensado”. Tinha que cumprir muitos dias de trabalho alugado na cana e vivia praticamente do “ganho” obtido na tarefa. O conflito presenciado pelo senhor Antônio Joaquim e guardado durante tantos anos em sua memória, foi exatamente em torno do valor da tarefa. José de Noca achou que estava recebendo menos que o devido e reclamou com o administrador, que o agrediu moralmente, com insultos e palavrões. José de Noca reagiu e os dois acabaram trocando tapas e safanões, sob os olhares assustados da turma de trabalhadores :

*Nós fiquemos assim, como posso dizer ..., sem ação. Olhando o acontecido, com o coração apertado, imaginando o que ia ser de seu José. Para onde ele iria com os seus filhos? Será que iria poder deixar a família na morada até arranjar outro canto? Será que ele ia receber algum agrado pelas beinfeitorias? Depois da confusão não se falava em outra coisa, e nós voltemos pra casa com aquelas perguntas na cabeça.*⁷

As piores apreensões do senhor Antônio Joaquim se confirmaram, pois, José de Noca foi expulso, sumariamente, sem receber nenhum “agrado”, pelas benfeitorias que tinha no seu roçado e, também, sem receber o pagamento pelo trabalho semanal já realizado.

Não encontrei nenhum registro dessa agressão no cartório de Sapé e, por isso, suponho que tudo tenha ficado restrito ao “mundo” e a “justiça” da usina. A única notícia que tive da trajetória percorrida pelo senhor José de Noca foi que anos mais tarde, Antônio Joaquim o encontrou numa reunião das Ligas Camponesas.

Esses pequenos lances de tensão evidenciados na memória de Antônio Joaquim foram ampliados, ainda que de maneira superficial, a partir da leitura dos jornais da época. No levantamento que fiz no Correio da Paraíba, encontrei algumas histórias que extrapolaram os limites dos engenhos e usinas. São notícias esparsas, com referências pouco precisas sobre os agredidos e também sobre os agressores, ou mesmo, sobre o local da agressão. Isso poderia incomodar homens importantes, suponho.

Na edição de 15 de maio de 1957, num canto da página policial, o jornal anuncia: “Morador agride administrador da usina, quando este o expulsou por ordem do dono da terra. O administrador deu entrada no hospital municipal de Sapé e passa bem.”⁸ Nenhuma notícia sobre o morador. A segunda notícia encontrada na edição de 02 de julho, do mesmo ano, com

um título em negrito, se destaca: “Na usina, mulher é ameaçada”⁹. O texto conta a história de um “feitor” que expulsou um foreiro de uma usina, e no dia aprazado para a saída, foi verificar se a ordem havia sido cumprida. Chegando ao casebre encontrou a casa ocupada e a mulher do dito foreiro, sozinha. Ela foi encontrada pelo marido horas depois com alguns ferimentos ‘provocados pela fuga mato a dentro’. As aspas são do cronista anônimo e talvez revelem sua incredulidade sobre os acontecimentos que provocaram os ferimentos, mas isso é claro, também é só uma suposição.

A terceira notícia, publicada quase um ano depois, em 19 de junho de 1958, é um pouco mais pródiga nas informações. Segundo o anônimo cronista, o lavrador Inácio, pai de dois filhos, foi bastante espancado, por se recusar a vender, por três mil cruzeiros toda a lavoura por ele cultivada pois, segundo sua avaliação, o preço mínimo era dez mil cruzeiros. Senhor Inácio, além de espancado, foi expulso da usina sem receber nenhum tostão por anos e anos de trabalho.

O mundo onde viviam Antônio Joaquim, José de Noca e provavelmente o senhor Inácio, era também o mundo dos grandes latifundiários, os maiores e mais ricos do Estado da Paraíba. Localizado geograficamente na região dos vales úmidos e extremamente férteis que acompanham “os rios do açúcar”, o Paraíba do Norte e Mamanguape, esse é um espaço tradicionalmente marcado pelos ciclos de expansão e retração, que caracterizam a história das lavouras de exportação no Nordeste do Brasil. A referência de Antônio Joaquim de que “a cana parecia tomar conta do mundo”, coincide com o ciclo de expansão inaugurado com a crise do mercado europeu no pós-guerra mas, que também contou com componentes internos decisivos: os projetos de desenvolvimento regional que concebiam a necessidade de modernização (leia-se de industrialização do Nordeste) como fator imprescindível para o desenvolvimento do Brasil, e se traduziram em investimentos significativos na indústria

açucareira. Embora essa proposição já estivesse em pauta na agenda do Estado e dos latifundiários desse meados da década de trinta com a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool, a coincidência entre as motivações internas e possibilidades reais de expansão, tornaram essa intervenção não só possível, como também emergencial e auspiciosa. E por que auspiciosa? Porque indício de progresso: aumento de produtividade; desenvolvimento do mercado interno e modernização técnica.

No entanto, o progresso era apenas uma indicação, já que, algumas tradições pareciam resistir às mudanças e até eram reforçadas por elas. Afinal, a concentração de terras, a manutenção de formas arcaicas de produção, a exploração desumana, violenta e exacerbada dos trabalhadores sem terra persistiam.

Como vimos no capítulo anterior, essas eram as questões, que fizeram do Nordeste, nos anos cinquenta, um problema nacional, um “corpo endemicamente doente” que precisava de intervenções, ajustes, reparos. Celso Furtado, com seus planos de ação, esperava alterar tendências, deslocar tensões, coordenar ações pelo planejamento adequado da produção agrícola e industrial. Partindo dos mesmos pressupostos, Fernando Ferrari, Coutinho Cavalcanti e Josué de Castro, defenderam a regulamentação das formas de trabalho e o alargamento dos benefícios da previdência social para os trabalhadores do campo. E a esperança no desenvolvimento se somava a crença na possibilidade de que o progresso econômico resultaria em bem-estar social.

Para o PCB nada seria realmente novo sem uma mudança estrutural que desmantelasse a velha ordem feudal, e o poder que dela advinha, e, não existiria nenhuma possibilidade de bem-estar social sem uma democratização da propriedade da terra. Por isso, a exigência primeira do progresso era a redistribuição da riqueza.

Julião, que construiu a imagem mais extremada da região, via o Nordeste não só como um organismo doente, mas como um organismo condenado – “onde aperta o dedo o pus esguicha”¹⁰ – Por isso, ele não acreditava em intervenções cirúrgicas, pontuais, reparadoras. Sua expectativa era de que sua intervenção resultasse numa revolução agrária radical.

A volta desse debate, que enredou reformistas e revolucionários, tem a intenção, nessa altura do texto, de retomar a idéia, já trabalhada, de que o Nordeste foi construído como um território de desejos vários, e que, apesar das proposições serem bem diferentes, todos liam esse momento, como o zênite de um processo histórico que exigia intervenções decisivas, as quais deveriam incidir diretamente na região, modificando sua estrutura arcaica. Símbolo do velho, o mundo de Antônio Joaquim, era também espaço para a virtualidade de muitos desejos de mudança. Ao retomar essa idéia, pretendemos alargá-la, ou melhor, aprofundá-la, para chegar mais perto desse espaço e precisar melhor seus conflitos, seus impasses e as possibilidades desses projetos de intervenção.

E A CANA FOI DESMANTELANDO O MUNDO...

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SECÃO CIRCULANT

No livro **A Terra e o Homem do Nordeste**, escrito no início da década de 60, Manuel Correia de Andrade compõe um retrato da região. Nascido de uma indicação de Caio Prado Júnior, este livro pretendia estudar, minuciosamente, a relação dos homens com a terra e todas as suas implicações: as relações de trabalho, os meios e os modos de produção e as formas de propriedade. Com a construção desse diagnóstico, o autor esperava contribuir com os projetos que estavam sendo discutidos para a região :

*Esperamos ter atingido o objetivo a que nos propusemos, se os leitores, dos vários pontos do território nacional tiverem uma idéia de como se processaram as relações entre o homem e a terra, entre os trabalhadores e os proprietários da grande região nordestina, e, compreenderem as condições de vida da grande massa que moureja no campo; se, se capacitarem dos problemas que afligem a grande maioria da população do Nordeste, área hoje considerada 'problema' dentro do todo nacional, e se capacitarem das diferenças e semelhanças existentes nas condições de vida do trabalhador rural nordestino, com as dos trabalhadores que labutam nos campos das demais áreas do extenso território brasileiro.*¹¹

Essas motivações claramente anunciadas, explicitam o lugar que o autor atribuiu ao seu texto no momento mesmo de sua fabricação: o estatuto de documento. Por isso, a escolha de trabalhar com esse discurso pode ser justificada pela oportunidade de entender como eram lidos por outros observadores contemporâneos os conflitos que marcaram cotidianamente a vida de trabalhadores como o senhor Antônio Joaquim, assim como entender a relação que o autor estabeleceu entre esses conflitos e o surgimento das Ligas Camponesas, inclusive porque uma outra pretensão do autor ao escrever esse texto era contar como a pressão das massas trabalhadoras estava dismantelando o velho mundo nordestino:

Finalmente, sabendo que o Nordeste é uma região que se acha em grande ebulição, onde os sistemas tradicionais de uso da terra e de relações de trabalho estão sofrendo grande impacto, devido à pressão das massas trabalhadoras, de baixo para cima, dedicamos o capítulo cinco à análise das tentativas de solução

*da questão agrária, aquelas que visam desenvolver a colonização, como o amplo plano elaborado pela SUDENE, e aquelas que, utilizando o movimento camponês espontâneo que se avoluma desde 1945, procuram discipliná-lo e orientá-lo no sentido de atingir as suas reivindicações e as reivindicações dos trabalhadores rurais.*¹²

As primeiras imagens do texto revelam no conjunto desigualdades profundas: grandes e médios proprietários com elevado padrão de vida; pequenos proprietários. Alguns poucos com padrão de vida razoável, mas a maioria tendo que recorrer ao trabalho assalariado ou tendo que migrar para os grandes centros para sobreviver; e uma imensa massa de trabalhadores sem terra. Para o autor, a causa dessa desigualdade era a estrutura fundiária baseada desde a colonização na concentração de terra, com o acréscimo de que essa tendência foi sendo reforçada com o passar do tempo, sobretudo pela intervenção do Estado que, protegendo a grande lavoura (do café, da cana-de-açúcar, do cacau...) através dos programas de crédito facilitado, das políticas agrícolas que garantiam preços mínimos e comercialização organizada, teriam na mesma dimensão desprezado as lavouras de subsistência, ou seja, as “lavouras de pobre”, deixando-as abandonadas ao crédito fornecido pelos agiotas, “às oscilações de preços” e à “ganância da grande propriedade”.

Protegidos pela tradição histórica do latifúndio e das políticas agrárias que os privilegiavam, os grandes proprietários nordestinos se tornaram cada vez mais vorazes:

Na área açucareira, observou-se na primeira metade do séc XX, a aglutinação dos engenhos burgueses – que se mantinham como unidades de produção desde o séc. XVI, em torno de pequenas e médias usinas. Depois desse

*período, as usinas maiores, cansadas de absorver engenhos, passaram a engolir também as usinas menores (...). O usineiro com a mentalidade mais de proprietário de terra que de industrial, considera sempre como um símbolo de progresso, de prosperidade em seus negócios, aglutinar mais terra em torno de sua fábrica. Assim, os vales e municípios outrora pertencentes a muitos donos são hoje propriedade apenas de alguns.*¹³

Esse desejo crescente de concentração de terras orientava um modo de poder que se caracterizava pela extrapolação dos sujeitos singulares, tornando-se conjunção, ou seja, a concentração fundiária, o aumento constante dos lucros, a facilidade de crédito e os investimentos estatais teriam possibilitado a formação de grupos econômicos que passaram a controlar várias usinas entre eles, o autor chama atenção para o grupo Ribeiro Coutinho da Paraíba, que controlava cinco usinas das oito existentes no início na região no início dos anos sessenta.

Devo acrescentar que os Ribeiro Coutinho se ligaram, pelos sagrados laços do matrimônio, com os Veloso Borges, donos de usinas no brejo paraibano, o que agravou ainda mais essa conjunção de poderes que foi a tônica dos “novos barões do açúcar”(ou dos barões promovidos a condes com os incentivos do Estado, como denunciou muitas páginas atrás, Seixas Dória). Junto com os Lundgrens, que se instalaram no litoral, eles deram cara a “civilização canavieira paraibana”. Uma cara pouco amistosa, como veremos.¹⁴

Mas voltemos a leitura de Manoel Correia que localizou no outro extremo desse processo de concentração de poder, as “massas camponesas”: moradores foreiros, moradores de condição, trabalhadores das pontas de rua, corumbas, cujo único lugar de unidade era a fragilidade que advinha de sua ausência de poder. Para ele a existência desses dependentes, tão

antiga quanto o latifúndio, era a corporificação da desigualdade histórica entre proprietários e não proprietários de terras. Por causa da presença reduzida de escravos na Paraíba colonial, os moradores estabeleceram-se nas fazendas e passaram a trabalhar a preços baixíssimos, muitas vezes gratuitamente, em troca da possibilidade de levantar nas terras do senhor uma choupana e plantar um roçado. Para os donos de engenho, esse arranjo garantia uma mão-de-obra barata, sempre disponível e fiel que, além de produzir, poderia apoiá-los nas disputas políticas locais. Essa troca de interesses ou favores, como se costumava dizer, estava delimitada pelo pressuposto dado pela propriedade da terra, e era esse pressuposto que sustentava a polaridade extrema dessa relação.

Uma relação que se manteve ao longo dos séculos, adaptando-se às contingências das lavouras de exportação. Por isso, nas crises do açúcar, muitos senhores de engenho passavam a aforar as terras, dividindo-as em pequenos sítios que os foreiros ocupavam com lavouras de subsistência e/ou com o cultivo de árvores frutíferas para abastecer os mercados locais. Também se constituíra como uma alternativa à crise, o desenvolvimento de outras culturas como o algodão, prática freqüente na Paraíba e Alagoas na primeira metade do século.

Mas esse era um tempo passado e as mudanças que marcam a segunda metade do século XX – valorização do açúcar no mercado mundial e, os investimentos estatais para a modernização das usinas – exigiram mais uma vez a redefinição desse quadro. A exacerbação do contraste entre ricos e pobres promoveu o novo nesse mundo que, no entanto, permanecia velho.

Com a expansão da lavoura canavieira, aumentaram os dias de trabalho exigidos pelos proprietários aos moradores-foreiros – o cambão –, e diminuíram as concessões de sítios para o plantio dos roçados de subsistência, por isso, muitos dos antigos moradores estavam sendo deslocados para áreas menos produtivas, ou estavam perdendo seus sítios.

Também os moradores, que se diferenciavam dos moradores-foreiros porque não pagavam o foro e retribuíam a concessão de ter um pequeno terreno para plantar sua subsistência com a “condição” (trabalho a preços baixíssimos durante alguns dias da semana), sofriam com as mudanças: restrição dos roçados e aumento da condição o que resultava numa tendência muito clara de viver só do salário pago pelo trabalho nos canaviais.

Assim, o tempo da mudança era, para esse autor, o tempo de redefinição da correspondência entre esses dois extremos, um tempo de redefinições que agravaram essa já desumana polarização. Cada vez mais os proprietários de terra concentravam poder e também cada vez mais, a dispersão da “massa de trabalhadores sem terra” se agravava pela dissolução dos seus antigos lugares sociais dentro dos engenhos e das usinas. Para Manuel Correia de Andrade, esse é o momento em que se inaugura a proletarização desses trabalhadores. Um processo que foi traduzido nas imagens que ele construiu sobre as condições de vida dos moradores: pequenas casas de taipa, com três cômodos, quase nunca assoalhadas e sem instalações sanitárias; alimentação feita à base de mandioca e peixe seco ou salgado, às vezes, um retalho de carne seca de inferior qualidade, feijão, macaxeira, jerimum (quando eles conseguiam manter seus roçados); total ausência de assistência social; salários muito inferiores aos que estavam estabelecidos por lei (quase sempre pagos em vales para o barracão), enfim, insegurança, privação e dismantelo.

Composto o quadro, Manuel Correia se posiciona sobre as possibilidades de intervenções políticas colocadas no momento. Para começar, reconhece a importância da criação da SUDENE como um órgão que poderia coordenar a aplicação das verbas públicas mas, aponta o que ele considerava a maior fragilidade da superintendência :

*Achamos mesmo que ela descuidou um pouco do problema humano, que, como já salientava Caio Prado Júnior em 1943, era o que primeiramente deveria atrair a atenção dos técnicos e dos governos, devendo ter prioridade até sobre certos problemas básicos, como a siderurgia e a industrialização. Realmente não podemos ser uma país forte e desenvolvido, com uma população raquítica, subnutrida e analfabeta.*¹⁵

Embora reconheça que no plano diretor da SUDENE esteja registrado a preocupação de implementar medidas que a longo prazo poderiam contribuir para melhorar as condições de vida da população pobre (ampliação das fronteiras agrícolas, comercialização dos gêneros alimentícios, industrialização, exploração racional dos recursos minerais, e até melhorias em relação a saúde pública e a educação de base), o incômodo de Manoel Correia era com a definição do que era prioridade para os técnicos da SUDENE. A chave de leitura para localizar o sentido desse incômodo está naquilo que ele define como medidas indiretas, de longo alcance, e que tradicionalmente beneficiavam os grandes proprietários; e da ausência de medidas diretas – leia-se reformas na estrutura agrária – que na sua opinião, beneficiariam os excluídos, mas que não estavam definidas no plano diretor.

(...)A situação de miséria é por ela constatada, mas não oferece medidas diretas, visando elevar a curto prazo as condições de vida dessa população rural. Suas medidas nas mais das vezes visam indiretamente, a longo prazo, transformar essas condições subumanas de vida, mas não sabemos se ela, através de seus planos, conseguirá atingir os fins que almeja, em tempo oportuno.

(…)

É conveniente salientar que a melhoria das técnicas de produção, o aumento da rentabilidade da terra, sem medidas complementares, em defesa do trabalhador do campo, até hoje no Brasil, apenas tem carreado mais dinheiro para os bolsos dos ricos proprietários, continuando os que mourejam a terra a viver nas mais precárias condições de vida.¹⁶

Num primeiro olhar, o incômodo de Manoel Correia denota só a impaciência de um observador angustiado pela convicção de estar vivendo um tempo limite. Um tempo marcado por mudanças que apontavam para uma ainda maior polarização das desigualdades sociais no Nordeste. Mas essa impaciência vinha acompanhada pela expectativa de que nesse tempo limite as intervenções políticas poderiam, deveriam ser decisivas no sentido de evitar o agravamento dessa polarização. Mais do que descrença em relação ao plano diretor da SUDENE, as críticas de Manoel Correia parecem ter a intenção de alertar para a possibilidade de que o modo de intervenção proposto pelos técnicos daquele órgão máximo do desenvolvimento regional, pudesse resultar no fortalecimento da prepotência econômica e política dos donos da terra.

Minha impressão é que essa postura crítica expressava duas preocupações: a primeira se refere a tendência de se tratar o problema do subdesenvolvimento do Nordeste como uma questão técnica (preocupação que já estava presente, como vimos, nas análises de Caio Prado, inspiração assumida com orgulho pelo autor); a segunda, informada por uma longa tradição que orientava sua leitura das causas da desigualdade social na região e do seu crescente aprofundamento, apontava para as dificuldades de dismantelar um modo de poder que parecia se perpetuar a despeito das mudanças:

Não levou em conta o economista Celso Furtado o espírito de rotina dos usineiros nordestinos, sempre desconfiados dos planos técnicos de grande envergadura e constantemente sedentos de terra, desejosos de ampliar cada vez mais as suas propriedades, visando estender horizontalmente os seus canaviais. Nada de crescimento vertical, nada de pequenas propriedades em suas vizinhanças com os párias da palha da cana' transformados nos prósperos hortigranjeiros da SUDENE. E o plano que se iniciaria com o novo ano de 1962, ainda não foi posto em execução.¹⁷

É nesse sentido que o autor defende que o projeto de intervenção da SUDENE deveria incorporar como prioridade a proposição da reforma agrária, inclusive nas terras úmidas e próximas aos centros urbanos, o que significava defender uma reforma agrária nas terras que estavam ocupadas tradicionalmente por plantações de cana-de-açúcar. Apesar de defender esse projeto, Manoel Correia reconhece que Celso Furtado estava “peado por uma legislação anacrônica”, e pelas pressões de um Congresso extremamente conservador:

Enquanto as desapropriações se pautarem pelo artigo 141, parágrafo 16, da Constituição de 1946, os projetos de colonização têm de ser tímidos, de procurar terras devolutas, colocando a pequena propriedade em condições desfavoráveis diante da grande propriedade. Têm as colônias que localizar-se nos pontos mais distantes ou nos menos férteis, o que tira às mesmas qualquer chance de vitória nessa luta entre a pequena e a grande lavoura que podemos dizer, retrata toda a história da agricultura brasileira.¹⁸

Apesar de reconhecer esses limites para a atuação da SUDENE, apesar de reconhecer a importância de iniciativas como a “Lei de irrigação”¹⁹ que se apresentava como alternativa de ação frente às dificuldades políticas e institucionais para o encaminhamento da reforma agrária, Manoel Correia não diminui a ênfase de sua crítica ao superintendente da SUDENE por entender que ele não havia assumido o compromisso de enfrentar efetivamente os problemas dos camponeses nordestinos, uma vez que os projetos propostos no plano diretor da SUDENE só contemplavam parcialmente e/ou indiretamente as necessidades e as reivindicações da imensa massa dos trabalhadores sem-terra.

*Interessante é que, conhecendo a realidade rural nordestina, não teve o Sr. Celso Furtado a lembrança de procurar auscultar as necessidades mais prementes do trabalhador rural nordestino e de aconselhar o atendimento de suas reivindicações mais urgentes, como a necessidade de que lhes fosse estendida a proteção da legislação trabalhista, nem procurar regular, no campo, os contratos de arrendamento e parceria.*²⁰

Profundamente impactado com as tensões decorrentes do processo de polarização das diferenças sociais no Nordeste, um processo que ele nomeou de proletarização dos camponeses, Manoel Correia estabelece como contraponto à “revolução morna” de Celso Furtado a “explosão das Ligas Camponesas”, pois na sua avaliação, a partir do exemplo do Galiléia, onde antes só havia dispersão e ausência de poder, as mudanças provocadas pelo “avanço do capitalismo” haviam possibilitado uma forma de intervenção que “vinha de baixo” sendo por isso, potencialmente revolucionária:

Verifica-se, assim, que no Nordeste a sorte está lançada e que os paliativos de uma política de colonização a longo prazo concebida tecnicamente em gabinetes, sem consultar os interesses dos que mourejam a terra dificilmente contribuirão para minorar a situação dos trabalhadores sem terra e solucionar a tremenda crise em que se debatem (...) A miséria levou o trabalhador rural a tomar conhecimento de sua força, a não esperar pelos doutores, a exigir seus direitos. Passou o medo dos proprietários e dos feitores e, organizados por políticos de esquerda como Julião, ou por sacerdotes católicos como o padre Antônio Melo, passam os trabalhadores rurais a exigir maior compensação pelo seu trabalho. Agitam-se, esperneiam, são perseguidos, reagem e exigem a cota correspondente à sua participação na produção, desejam melhores dias.²¹

Respaldado no crescimento das Ligas Camponesas e numa avaliação de Julião de que era impossível quantificar esse crescimento porque haviam muitos camponeses filiados “peito aberto” as Ligas, assim como haviam muitos camponeses que embora ligados às Ligas não podiam ou ainda não queriam aparecer, Manoel Correia corrobora na sua análise, a convicção de que as Ligas “atuavam subterraneamente” como uma força latente, uma convicção que alimenta sua expectativa de que a luta pela reforma agrária seria o ponto de ruptura que iria possibilitar a criação de um novo Nordeste:

(...) Daí concluímos que estamos vivendo um período crítico: ou as reivindicações populares justas são atendidas e dar-se ao homem do campo condições de vida compatíveis com a dignidade humana ou a revolução prevista

*pelo governador Aloísio Alves será inevitável e a estrutura fundiária que aí temos ruirá, arrastando em sua queda tudo que nela se apóia. Sua situação é tão difícil, suas condições são tão precárias que a essa altura ninguém a defende, todos a atacam desde os comunistas até os católicos, divergindo apenas pela maneira mais ou menos rápida, mais ou menos radical de como planejam destruí-la.*²²

Se considerarmos a função social atribuída explicitamente pelo autor a sua obra – contribuir para o debate sobre a questão agrária nordestina –, não é difícil explicar os movimentos de Manuel Correia nesse texto.

Em primeiro lugar, existe a preocupação de construir um amplo retrato do Nordeste. Um retrato que tendo como ponto de partida, os conflitos do presente, iluminasse o passado – onde poderiam ser localizadas as causas desses conflitos –, e também o futuro – onde já poderiam ser entrevistadas mudanças radicais. Para garantir um enquadramento que comportasse as várias dimensões desse painel, Manuel Correia propõe como moldura para seu retrato as relações de produção e trabalho.

Uma moldura que evidencia sua discordância em relação à leitura muito em voga naquele momento – de que existiriam nas relações de trabalho vigentes no Nordeste características de um outro modo de produção : o modo de produção feudal.

Para Manuel Correia “anacronismos” como o cambão e a quarteação eram particularidades da nossa estrutura agrária que se assentava na grande propriedade e nas históricas adaptações aos ciclos de expansão e retração das lavouras de exportação. Por isso, os problemas do subdesenvolvimento nordestino não deveriam ser interpretados como indícios de que haviam entraves feudais que precisavam ser superados, eles eram resultados de um

processo histórico que há séculos sustentava uma estrutura de poder arcaica e extremamente elástica, que se mantinha intocada exatamente por sua capacidade de adaptação. Uma estrutura que, subsidiada pelo estado e incentivada por uma conjuntura favorável à exportação, havia em poucos anos criado uma nova configuração produtiva no Nordeste com as grandes usinas engolindo os engenhos e os engenhos engolindo as áreas de produção da pequena lavoura.

Em segundo lugar, existe a expectativa de que esse retrato do Nordeste subsidiasse o debate sobre a questão do subdesenvolvimento regional, que para o autor era um problema composto por múltiplas dimensões : ora era um problema de ordem geográfica (condições climáticas) ora era um problema de ordem histórica (tradições arcaicas que resistiam às modificações colocadas pela “evolução dos tempos”); ora de ordem técnica; mas sobretudo era um problema de ordem social e econômica (má distribuição da terra, ausência de planejamento, baixa produtividade). Por isso, essa expectativa de Manuel Correia não pode ser desvinculada da crítica aos projetos que esperavam superar o subdesenvolvimento sem intervir na arcaica estrutura da região.

Além disso, existe o compromisso de denunciar a difícil, e cada vez mais aflitiva, situação dos trabalhadores sem terras, e esse compromisso – mais uma vez coincidente com a postura assumida por Caio Prado Jr.²³, orientava a expectativa de que a pressão das Ligas Camponesas – “uma pressão que vinha de baixo”, como ele definiu na introdução, criava no Nordeste uma situação nova, com os próprios camponeses se organizando e lutando pela reforma agrária.

Além de se constituir como um estudo das estruturas econômicas e sociais no Nordeste – na avaliação de Caio Prado, “a primeira síntese de alto valor científico produzida sobre o conjunto da economia nordestina”²⁴, o texto de Manuel Correia é também, e em larga medida, o registro de um olhar marcado pelas aflições e pelas esperanças do seu tempo. Uma aflição que

delineou a moldura dos contrastes construídos sobre a região, e também a leitura sobre a emergência das Ligas Camponesas, síntese da sua esperança de que a velha estrutura agrária seria desmantelada.

O desfecho da história de Antônio Joaquim, só agora colocado, parece confirmar a presença de uma “força subterrânea” que se alastrava por todo o Nordeste “ameaçando a sua arcaica estrutura agrária” e “arrastando em sua queda tudo o que nela se apóia”, como acreditava Manoel Correia:

Por essa experiência eu posso dizer, que aquele tempo do sítio foi o tempo melhor que eu já vivi porque o grande benefício pra humanidade é a pobreza ter assim um sitiozinho pra morar, trabaiá e ter sossego. Uma rocinha que seja, é benefício grande, num sabe? Num tem coisa, mais melhor não .

Por isso, eu entrei na Liga né? Que era pra ter terra assim pra trabaiá e pra viver nela. Ser liberto e lutar pelo o que é da gente, e não viver assim jogado de um canto pra outro, na incerteza. Sei disso porque eu já tinha sido livre, não é, meio livre e perdi tudo, acabou-se tudo e a Liga deu uma esperança em nós.²⁵

É difícil aferir em que medida a leitura de Manuel Correia interferiu, como ele pretendia, nas discussões e na elaboração dos projetos políticos que naquela conjuntura se propunham a solucionar a “grave crise social” que havia transformado o Nordeste num “barril de pólvora”, no entanto, “A terra e o homem do Nordeste” extrapolou as contingências de sua produção, seja porque se tornou em referência clássica para os estudiosos do Nordeste (de suas estruturas de poder, de suas particularidades sociais, de sua geografia econômica); seja porque

para muitos pesquisadores esse texto se transformou no ponto de partida para o estudo das mudanças estruturais – leia-se da crise – que motivaram sua elaboração.

Reeditado várias vezes no período posterior ao golpe de 1964, “A terra e o homem do Nordeste” se tornou uma referência importante por várias razões. Em primeiro lugar, não devemos desconsiderar que aquele período de trevas e de inquietações foi também um período de revisão das interpretações e dos projetos políticos sobre e para o Brasil. A velha tese da revolução burguesa que deveria superar os entraves feudais de nossa economia, bem como a expectativa de uma revolução camponesa, se tornaram bruscamente desatualizadas e nessa conjuntura, o livro de Manoel Correia colocava possibilidades de análise da “problemática agrária” que estava em consonância com outro texto que impactou profundamente os intelectuais brasileiros naquele processo de reavaliação : “A revolução brasileira”, de Caio Prado Júnior²⁶.

Mas a contribuição de Manoel Correia para a “vitória” nos campos de batalha acadêmicos da tese que defendia a inexistência de “restos feudais” em nossa economia, não se restringiu ao texto original, ela foi sendo reforçada a cada reedição desse texto, uma vez que para o autor o golpe de 1964 assume dois significados que se complementam: ruptura e continuidade. Ruptura do “curso natural” do processo que, no início dos anos sessenta, conduzia o país a uma reforma na sua estrutura agrária; e continuidade porque a “modernização conservadora” imposta pelo estado autoritário garantiu a manutenção e a expansão do processo de capitalização da agricultura fortalecendo o poder político e econômico dos grandes proprietários com a criação de grandes empresas agrícolas, como novos incentivos para a indústria açucareira, com a expansão da cafeicultura e da pecuária extensiva.... e é claro, com a repressão dos movimentos sociais.

No entanto, a incorporação desse novo marco exigiu redefinições significativas no conjunto do texto. Redefinições que foram explicitadas no prefácio à quinta edição, publicada em 1985. Na ocasião, o autor informa eu havia transformado – desde a edição anterior – o último capítulo da publicação original, onde ele discute os planos de colonização propostos no início dos anos sessenta e a emergência das Ligas Camponesas em um anexo; e justifica essa decisão pelo caráter documental do texto – que ele passou a definir como um depoimento –, e também por que esse capítulo era o mais “utilizado pelos meios universitários e técnicos para avaliar a situação de um dado momento histórico”²⁷

Para um leitor como eu, interessado em “avaliar a situação de um dado momento histórico” a decisão de Manoel Correia de manter esse texto, mas mantê-lo como um anexo, tem implicações que não podem ser desconsideradas.

Em primeiro lugar, acho que nessas sucessivas reedições do texto, o autor criou uma linha de continuidade entre passado e presente cuja inteligibilidade se assenta na necessidade de explicar –e denunciar – um sistema de poder cujo pressuposto era antes da década de 60, e continuou a ser no pós-64, a exclusão política do campesinato e a cada reedição Manoel Correia foi atualizando os indicativos desse processo que ele definiu como “modernização conservadora”. Ao quadro construído na primeira edição, foram sendo justapostas imagens que reforçavam os contornos do retrato construído no início da década de sessenta, de forma que a possibilidade histórica de produzir essa justaposição não só confirma, como também legitima sua interpretação original.

Por outro lado, ao descolar parte do texto dessa linha de continuidade, Manuel Correia criou contraste que realça as particularidades do breve período em que essa continuidade foi ameaçada pela “explosão” das Ligas Camponesas e pela mobilização nacional em torno da questão agrária:

*Na verdade, o processo conduzia a uma Reforma Agrária na década de 60, mas a queda do governo populista e sua substituição por um governo autoritário, que defendia uma modernização conservadora, impediu que ela chegasse ao seu curso natural. A força do governo, porém, não foi suficiente para impedir senão por poucos anos, o caminhar do processo e a organização dos trabalhadores rurais, e eis que no momento nos deparamos com tentativas de soluções que não são as do período populista mas também não são as do período autoritário.*²⁸

Depois de tudo que já foi dito sobre as expectativas que motivaram Manoel Correia a escrever essa obra, não é preciso um grande esforço para entender esse procedimento. Embora o golpe de 1964 tenha transformado suas expectativas de mudança em memória, é exatamente essa memória que ele fez questão de manter como um contraponto a essa continuidade indesejável, intolerável, cujo peso no entanto ele não pode menosprezar.

Essa memória, posta em anexo, pode ser interpretada como legado de uma experiência política pretérita, de uma experiência derrotada, mas não poderia ser interpretada também como uma forma de ressignificar a esperança num tempo em que a esperança precisou ser deslocada do centro de sua análise e tornar-se margem ?

Enfim, com a decisão de transformar parte da obra em um anexo, e de operacionalizar essa decisão a partir de um pressuposto que, me parece, é informado pela duplicidade, o autor criou várias possibilidades para o leitor interessado em “avaliar a situação de um dado momento histórico”. Ou seja, como parte do texto é encarada (e legitimada) como uma análise científica das relações de produção tradicionais, das crises que essas relações sofreram a partir da década de 50, e também das conseqüências dessa crise (“ a explosão” das Ligas

Camponesas e posteriormente a intervenção autoritária dos governos militares) muitos leitores se apropriaram da análise de Manoel Correia como uma descrição objetiva dessas relações.

Nos textos sobre as Ligas Camponesas, onde “A terra e o homem do Nordeste” é uma referência obrigatória ainda que em notas de rodapé – encontrei alguns exemplos emblemáticos da forma como essa apropriação foi operacionalizada.

No livro de Cezar Benevides, “Camponeses em Marcha” a influência dessa obra é disseminada. Aparece na caracterização que o autor faz ao “grupo da várzea”, e na concepção de que esse grupo havia se consolidado a partir da década de 30 com o pacto político que garantiu a manutenção do monopólio da terra em consonância com a implantação das agroindústrias; aparece na caracterização das relações “não capitalistas” como sobrevivências do regime de trabalho colonial e na avaliação de que essas relações eram mantidas pelos grandes proprietários para garantir um excedente de mão-de-obra barato e dependente; finalmente aparece na definição da crise :

No início da década de 60, as relações de produção do sistema canavieiro paraibano sofreram vertiginosa modificação tendo por fundamento a expropriação completa e definitiva do produtor direto e sua expulsão da terra.²⁹

E também nos desdobramentos da crise :

Alteravam-se as relações de produção no mesmo tempo em que se agravava a exploração dos camponeses marginalizados perante as leis do trabalho.

(...)

*Foi nessa região, abrangendo uma fatia da antiga Zona da Mata paraibana, onde se deu o maior número de conflitos entre proprietários rurais e as Ligas Camponesas.*³⁰

Enfim o argumento que costura a interpretação de Cezar Benevides sobre o cenário e sobre as “condições históricas” que possibilitam a emergência das Ligas, é muito próximo do argumento desenvolvido por Manoel Correia quando da primeira edição do livro, mas não existe por parte desse historiador qualquer preocupação de discutir as condições de sua produção (com quem o autor dialogava, que recursos de análise e de pesquisa dispunha, etc.) tão pouco existe qualquer referência às condições de sua re-produção, apesar de estar colocada como referência no final do seu livro a edição de 1973 (como o autor operacionaliza as atualizações no texto, que sentido atribui a esse exercício, que relações estabelece entre passado/presente da questão agrária). Na minha percepção, apropriações como essa reforçam a idéia de que a leitura de Manoel Correia seja encarado como um conjunto de dados sobre a realidade nordestina e não como uma interpretação que precisa ser lida historicidade, ainda que essa historicidade precise ser ampliada para que possa comportar os procedimentos, as escolhas e as mudanças que balizaram suas reedições.

A ausência desses cuidados historiográficos, possibilitam também que o autor, além de tomar o texto como “dado de realidade”, entenda que esses “dados” sejam complementares a outros que por sua vez também são apropriados a partir dos mesmo procedimentos. Assim, ao descrever as relações tradicionais de produção, o autor recorre ao texto de Manoel Correia, a um relatório produzido por Mário Carneiro para o Centro Americano de Pesquisas Sociais e a um texto de Celso Furtado, todos eles produzidos nos anos sessenta e reproduz sem nenhum questionamento a leitura de que os camponeses, submetidos ao tradicional sistema de

exploração, e desamparados pelo Estado, se transformariam subitamente, através da ação “política organizada” e “institucionalizada” – em conscientes militantes das Ligas Camponesas:

*A luta pela reforma agrária levaria à transformação da sociedade paraibana e modificaria os canaviais da Várzea. Do lavrador submisso despontaria o camponês combativo, testemunhando o surgimento de uma consciência de classe gerada pela atividade política organizada.*³¹

Como em grande medida fui conduzida ao estudo de Manoel Correia por esse texto, meu exercício foi marcado pela necessidade de entender essas apropriações e de procurar, frente a insatisfação que elas me provocaram, outras possibilidades de leitura.

Por isso, quando algumas páginas atrás, estabeleci uma correspondência entre o retrato construído por Manoel Correia e a narrativa do senhor Antônio Joaquim, minha intenção era antecipar a discussão desse recorrente procedimento de análise: explorar suas possibilidades e também explicitar o que considero seus limites.

Apesar de ser impossível desconsiderar que a descrição de Manoel Correia sobre os conflitos daquele período coincide em linhas gerais com o discurso do senhor Antonio Joaquim (a expansão da lavoura canavieira provocou um aumento na concentração de terras, dismantelar antigas relações de produção, submeter os trabalhadores a penosas jornadas de trabalho...) a descrição da “crise” bastaria para explicar a decisão dos camponeses de filiarem-se às Ligas Camponesas ?

O sentido dessa questão só pode ser plenamente adquirido se a ela acrescentarmos algumas outras: o que significava para o morador ter acesso ao sítio ou ao roçado? O que

significava perdê-los ? Como as relações de produção descritas no texto de Manoel Correia eram experimentadas no cotidiano e porque as mudanças impostas nas formas e no tempo de trabalho foram vividas pelo senhor Antonio e seus vizinhos com aflição ? Como eram estabelecidas as diferenciações sociais no interior das propriedades e como essas diferenciações eram vistas pelos personagens que compunham o mundo das usinas e dos engenhos ? (proprietários, moradores-foreiros, moradores de condição, corumbas)?

A possibilidade de colocar esses questionamentos já indica que é preciso cautela nesse exercício de apropriação da leitura de Manoel Correia. Em primeiro lugar é preciso considerar que no retrato constituído por esse autor, a descrição das particularidades que marcavam as relações de trabalho cotidianas nos engenhos e nas usinas, acabam sendo submetidas pela necessidade de denunciar a polarização entre aqueles que possuíam a terra e aqueles que dependiam dos proprietários de terra, se realmente considerarmos as motivações do autor para escrever esse texto, é possível entender porque ele produziu esse olhar sobre o Nordeste e sobre o nordestino, porque apesar de enfatizar a submissão dos camponeses, Manoel Correia acreditava serem as Ligas Camponesas indício de uma promissora revolução que desmantelaria o “velho mundo nordestino”.

Ao tomar esse texto – mais particularmente o anexo criado em 1985 – como um documento/movimento, minha intenção foi colocar em correspondência discursos que pela suas diferenças, explicitassem minha necessidade, meu desejo e minha esperança de contar a história das Ligas Camponesas não só a partir da derrota – como de praxe acontece nos textos sobre as Ligas – mas a partir das possibilidades que embora não realizadas no passado, ainda hoje alimentam, como vimos no discurso de Manoel Correia e do senhor Antônio Joaquim, esperanças de futuro. Ao trabalhar com a diversidade desses pontos de vista, acho que coloquei a possibilidade de investigar os conflitos da perspectiva de ação e das expectativas

que atravessam a história das Ligas, por isso explicitar uma outra dimensão da confluência que tenho tentado resgatar nesse texto.

EXPECTATIVAS REVOLUCIONÁRIAS DE REVOLUÇÕES DERROTADAS: AS LIGAS CAMPONESAS NA HISTORIOGRAFIA

As histórias escritas sobre as Ligas Camponesas em geral partem dos seguintes pressupostos: o clímax atingido pelas tensões vivenciadas pelos camponeses e a ação dos políticos de vanguarda explicam por que essa massa camponesa, até então despolitizada e omissa, havia transformado o Nordeste num “barril de pólvora prestes a explodir”. Se antes, esses camponeses dependiam de acordos espúrios com os latifundiários para ter acesso a um pedaço de terra, naqueles anos efervescentes teriam passado a depender do poder de decisão e de mobilização de grupos políticos, que motivados pela necessidade de justiça social e/ou pela esperança da revolução, haviam criado as condições para que o potencial de revolta latente nos camponeses tivessem se transformado em ações políticas. Assim, a exacerbação da opressão coincide com a emergência de projetos políticos na elaboração de uma fórmula mágica que justifica a criação do movimento social. Simplificando, a exploração conduzia à resistência e a resistência precisava ser conduzida politicamente (pelos partidos políticos, é claro!). Da submissão à revolta o passo parece ser muito curto e carece de explicação histórica.

Mais uma vez, recoloco o argumento. Não pretendo fazer aqui uma crítica precipitada e injusta das ações e dos projetos políticos daqueles anos difíceis. Inclusive porque as concebo como parte integrante dessa história. Meu embate nesse momento é com algumas interpretações elaboradas por sociólogos que escreveram a história das Ligas Camponesas,

pois como muito freqüentemente acontece, esses analistas sociais privilegiaram dois modos de explicação para contar essa experiência : ou recorreram aos demiurgos habituais como “avanço do capitalismo no campo” e as inevitáveis “transformações históricas que daí decorrem”; ou a querela sobre quem melhor compreendeu o momento histórico, propondo alternativas viáveis para lidar com essas transformações: foi o PCB ou Julião?

Esses textos foram, no meu modo de entender, profundamente marcados pelas representações de uma revolução que deveria – na concepção desses autores – ter ocorrido no Brasil. Como essas representações foram reconstruídas por expectativas completamente frustradas, os trabalhos sobre as Ligas são também marcados pela evidência e pelo desencanto da derrota e, num sentido muito concreto, funcionaram como cadeias dentro das quais estão aprisionados, condicionados, os projetos, as praticas, as utopias do passado. Como a memória dessas utopias se sedimentou na disputa política – afinal, quem tinha razão? – também esses textos se esmeraram na justificativa de um ou de outro projeto, mas ao fazer essa opção, desprivilegiaram a experiência dos camponeses e desconsideraram a possibilidade de uma reconstrução histórica que pudesse dar conta da multiplicidade dessa experiência.

Hoje, emancipados do paradigma da revolução para explicar os movimentos sociais, é preciso desmontar essa literatura, pois compreender o seu lugar de produção não significa ter que concordar com eles. É preciso construir um outro olhar, explicitar silêncios, trabalhar experiências que foram grosseiramente banidas por essa memória histórica, sobretudo para tentar reconstituir as muitas possibilidades políticas de um tempo em que o futuro era só incertezas. Como ensina Marco Aurélio Garcia, num texto que orientou bastante a crítica historiográfica que faço aqui, a discussão dos paradigmas revolucionários pressupõe uma articulação desse paradigma com as lutas políticas, mas :

Essas lutas não podem ser entendidas como dados, julgadas a partir dos seus resultados. Cabe ao historiador detectar neles as virtualidades não realizadas, a 'história que poderia ter ocorrido', tivessem sido outras as circunstâncias. Caso contrário a história se reduz à revelação de uma razão histórica pré-existente. A luta de classes se transforma num teatro de sombras onde seus protagonistas são meros reflexos de uma lógica que se impõe com 'uma necessidade de ferro'. O discurso historiográfico é substituído pela versão dos vencedores e o historiador se vê na condição de um decifrador do segredo oculto depositado nas estruturas. ³²

A citação é bela, inspiradora e útil porque parece ter sido feita sob medida para iluminar a difícil porém necessária tarefa de discutir o livro **A vitória dos vencidos: o PCB e as Ligas – 1955-1964**, de Bernadete Aued, pois essa socióloga construiu seu texto a partir de um exercício de exterioridade e extemporaneidade tão absoluto que é impossível não pensar esse texto como a tentativa de revelar uma “razão histórica pré-existente”.

A primeira indicação desse modo de reconstrução da experiência histórica das Ligas aparece já no título. Ao atribuir ao PCB a vitória – apesar da evidência da derrota – a autora constrói uma premissa imposta pelos resultados, pois a intenção é reafirmar que o Partido Comunista Brasileiro, como vanguarda política, tinha a posse do verdadeiro conhecimento, e por isso, mesmo quando perdia, estava vencendo. Parece enigmático? É enigmático! Mas vamos tentar decifrar.

Bernadete Aued começa seu texto com uma questão: “Por que se mataram e expulsaram tantos camponeses, num conflito aparentemente insolúvel que se desenvolveu nos anos 50/60 do presente século?”³³. Mas a pergunta não tem a pretensão de discutir a

experiência histórica que constituiu esse conflito, na verdade, ela tem a clara intenção de se colocar à distância e assim poder construir uma avaliação que minimiza a participação dos camponeses na construção do movimento social:

*A essa pergunta, em geral, tem surgido uma explicação padronizada: os conflitos se revestiram de uma grande ferocidade porque as extremadas condições de penúria e miséria levaram os camponeses à consciência de sua exploração. Essa explicação, por certo, não passa de meia verdade, pois o reconhecimento da condição de explorados, e por conseguinte, a luta contra a exploração não significam propriamente consciência revolucionária. A manifestação da luta de classes pode se revestir de uma forma violenta, armada, sem ter o caráter revolucionário.*³⁴

Se a experiência dos camponeses não foi revolucionária, a consciência da exploração, essa “meia verdade”, é preterida pela escolha de contar a história das Ligas a partir da atuação política do PCB – num claro posicionamento que reduz a ação política à esfera institucional – pois a legitimidade do movimento social só é reconhecida quando sua pretensão é promover uma revolução, e uma revolução não se realiza sem que a sua condução seja dada por um partido revolucionário:

Pela importância das Ligas Camponesas, é indispensável a sua reconstrução histórica através das lutas sociais e políticas. E mais ainda, necessário se faz recompor essa trajetória, tendo como base a população das facções políticas que atuavam no movimento como vanguarda. Tal como foram

*engendradas, as Ligas Camponesas expressaram a forma que a consciência de classe assumia naquele momento histórico.*³⁵

Essa sinonímia Liga, vanguarda, consciência de classe é o nexa que a autora elege para legitimar o sujeito histórico de sua análise: o Partido Comunista Brasileiro.

*As Ligas só adquirem significado, se inseridas no quadro geral do movimento do trabalho contra o capital. Pode-se dizer que as ligas espelham uma das páginas mais marcantes das lutas de organização assumida de uma determinação maior, que é o partido.*³⁶

No enredo deste teatro, o movimento do ator principal – o partido – foi todo reconstituído pela presença de um opositor que determinava sua ação e seu inerente lugar de contraposição: o capitalismo. Nessa luta de titãs, o camponês é só, na melhor das hipóteses, um coadjuvante:

*A década de 50/60, que marca o período em que as Ligas Camponesas empreenderam uma série de lutas, especialmente aquelas ocorridas em Sapé, Paraíba, é caracterizada como uma época em que os 'silenciosos nordestinos' adquirem destaque nacional, por que começaram a se mostrar 'reivindicativos'. Na verdade, essa década reflete um momento distinto da luta de classes, pois entram em cena novos elementos reordenando a luta, manifestando a face contrária do refluxo das lutas*³⁷

Quais seriam os personagens dessa luta? Se pude entender bem, seriam as novas exigências do Capital que promovia mudanças no processo de trabalho:

*A destruição dos roçados de subsistência, a eliminação da condição do morador e de certas formas de exploração de força de trabalho, expressam a dificuldade de o capital continuar se reproduzindo. A busca de outras formas de exploração de força de trabalho, seja mecanizando a atividade agrícola, seja intensificando a exploração do trabalho permite compreender porque em suas aparências a contradição se manifestava entre proprietários e camponeses e não propriamente entre capital e trabalho. Muito mais que simples 'vontade' do proprietário da terra, exigência do modo de ser capitalista o impelem a desenvolver as forças produtivas, barateando com isso o custo das mercadorias produzidas.*³⁸

Acho que não consigo entender bem. A luta pela terra que envolveu camponeses e senhores em sangrentos conflitos era só a aparência de um outra contradição? E essa contradição era a que realmente interessava? Para quem? O parágrafo abaixo citado parece ter a pretensão de “revelar uma razão histórica pré-existente” :

Historicamente a agricultura, na sociedade capitalista, não entra, em senão como esfera de produção, subordinada ao movimento do capital. Não há, por conseguinte, que perguntar pela contradição entre proprietários de terra e proprietários de capital.

Não se pode esquecer que a terra é um fundamental meio de produção, porém, ela já não se coloca como questão da propriedade (da terra), mas sim como garantia da propriedade do capital. A exploração do trabalhador não está garantida pelo fato de estar na terra ou fora dela, mas sim porque essa é a única forma possível de o capital existir e se reproduzir.³⁹

Que bom se essa verdade inteira tivesse sido revelada a Antônio Joaquim, José de Noca e a seu Inácio! Quanto sofrimento teria sido evitado e sua luta vã poderia ter se transformado numa luta realmente revolucionária. Mas por que isso não aconteceu? Porque o PCB, por despreparo teórico e por incompreensão do desenvolvimento capitalista, acabou sendo obrigado a defender a reforma agrária, uma bandeira de luta que para a autora, é o mais reformista dos projetos políticos. Mas obrigado por quem? Pelos coadjuvantes camponeses em parceria com Julião, o vilão desse enredo (ainda que não tenha sido diretamente nomeado):

O PCB é cada vez mais obrigado a adentrar em análises e proposições para o campesinato. Os fundamentos de tal invasão da problemática devem ser buscados mais fora que dentro do PCB. Se internamente ao partido, as limitações de ordem teórica, de desconhecimento do marxismo, dificultavam, quando não impediam compreender o processo real de desenvolvimento do capitalismo, externamente ao PCB, as Ligas Camponesas, e a complexa situação em torno da qual elas gravitavam, levam para o interior do partido a questão da terra, da propriedade da terra – transformando-a numa questão teórico-nacional.⁴⁰

Mas a reforma agrária era um projeto contra revolucionário. E por quê? Porque promoveria o equilíbrio e a estabilidade do sistema desarticulando a luta de classes, motor da “verdadeira revolução”:

Ora, equilíbrio e estabilidade do sistema não são adjetivos de quem pretende a eliminação da contradição capital / trabalho e sem a perspectiva de desmobilização, de cisão, de proletariado. Desarticular, refrear focos de tensões e violência também é uma forma de manter a ordem. Ao teorizar a Reforma Agrária, aceitar a sindicalização rural nos termos que o Estado propunha, o PCB não conseguiu mais que refrear o salto de qualidade das massas camponesas. ⁴¹

É impressionante, realmente impressionante, a capacidade que Bernadete Aued teve de colocar-se à margem e acima dessa experiência, mas não é inexplicável. Como o pressuposto da autora era contar a história das Ligas a partir da atuação do PCB, todo o livro foi construído com base nos documentos do partido, embora boa parte desses documentos tenha sido colocada em anexo só referenciados no texto como provas do discurso marxista-leninista, crítico e científico e, por isso, proclamado com orgulho, pois a autoriza a decifrar as verdades, afastar as sombras, desembacar consciências:

A Reforma Agrária já era objeto de análise e polemização dos populistas contemporâneos de Lênin, contra os quais ele gastou boa quantidade de papel e tinta. O argumento dos populistas daquela época: 'negar propriedade privada da terra equivale a negar o capitalismo'. O argumento fundamental de Lênin:

*'negar a propriedade da terra é expressar as exigências do mais puro desenvolvimento capitalista'.*⁴²

O aval de Lênin, é reforçado pelo de Marx:

*(...) Marx no livro terceiro de O Capital, demonstra cientificamente a possibilidade não só da coexistência da nacionalização das terras com a sociedade capitalista, mas também que a nacionalização se constitui num fator que incita o desenvolvimento econômico, que facilita a afluência de capital na agricultura.*⁴³

É a partir desse saber pretensamente inquestionável, axiomático, que Aued constrói um modo de encaixar sua leitura do “erro histórico” do partido comunista na condução das Ligas Camponesas:

Uma conclusão salta aos olhos: a luta contra o monopólio da terra é uma luta do capital e não contra ele. Por conseguinte, os projetos de Reforma Agrária, e todos aqueles que pretendem soltar as travas ao desenvolvimento do capitalismo, eliminando o monopólio, são projetos reformistas.

*A questão agrária apresenta-se como a forma de colocar a questão fora do marxismo. É uma desconversa para proletariado. É um descaminho para o socialismo.*⁴⁴

Mas o roteiro desse teatro não poderia ser uma farsa e, por isso, era preciso proteger do desgaste o ator principal. Para isso, Bernadete Aued, recorreu, como indica Marco Aurélio

Garcia, ao ardil de recorrer à insuficiência teórica para preservar o Partido – legítimo representante da classe operária – das inadequações na forma de conduzir a relação partido/classes/ movimento social, recorrendo a justificativa da insuficiência teórica:

Não se pode perder de vista que, para cumprir o seu papel de vanguarda, o PCB atua a nível dos interesses e objetivos imediatos da classe, porém ao mesmo tempo, defende e representa o futuro do movimento, conduzindo as lutas ao socialismo.

*Teria sido um grave erro histórico se o PCB prescindisse de sua atuação junto às Ligas Camponesas, pois o caráter revolucionário deste movimento é inquestionável se considerado na perspectiva ampla de emancipação do proletariado. Todavia, o PCB não soube (debilidade teórica) desenvolver, foi incapaz de converter as Ligas Camponesas, num movimento politicamente consciente de suas metas, de seu caráter de classe.*⁴⁵

O vilão pode entrar em cena para assumir seu papel no “grand finale” que definirá os verdadeiros vencedores e perdedores dessa arenga:

A consigna da Reforma Agrária estava incluída na plataforma do PCB e dos 'julianistas'. Os caminhos para perseguí-la é que foram diferentes.

O PCB, coerente com a sua estratégia global de transformação, buscava levá-la a efeito pela via parlamentar, pela implantação de reformas de base que assegurassem mudanças gradativas, em outras palavras, através do emprego tático de acumulação de forças.

*Já os 'julianistas', um tanto descrentes dessas táticas, apregoavam a necessidade de realizar o movimento, a exemplo do que havia acontecido em Cuba. Coerentes com aquela proposição de revolução socialista, fundamentavam-se no princípio da luta armada, tendo o campesinato como força hegemônica. Insistiram na necessidade imperiosa de radicalizar, cada vez mais, o movimento. Com base, principalmente, nos discursos de Julião, eivados de misticismo e religiosidade, e, no depoimento de ex-militantes, percebe-se toda uma situação mesclada e imprecisa, acerca do que consistia propriamente essa radicalidade.*⁴⁶

Por fim, aos coadjuvantes cabe um desfecho nada surpreendente: superadas as vicissitudes do dia-a-dia (bobagens como a luta por terra e contra o trabalho gratuito), o futuro os aguardava promissor:

*A história das Ligas Camponesas é uma longa sucessão de derrotas, interrompidas por algumas vitórias isoladas, se analisadas, enquanto movimento localizado. Entretanto, os camponeses de vencidos passam à condição de vencedores, se considerados, historicamente, no processo de emancipação do proletariado. O verdadeiro resultado de suas lutas, não é dado pelo êxito imediato, mas sim pela união do proletariado.*⁴⁷

Essa idéia do camponês como um "vir a ser" é o que mais me incomoda nesse livro. Em todo o texto, as únicas referências ao modo de vida dos camponeses são construídas a partir de um relatório feito por Mário Carneiro para o Centro Latino Americano de Ciências

Sociais, em 1963. No entanto, a autora não faz qualquer tipo de inferência que associe os dados ali registrados com a vida de homens e mulheres de carne e osso. O que encontramos é um diálogo simulado com as estatísticas e, uma sucessão de tabelas parece dizer tudo o que precisava ser dito: o que era plantado (cana, algodão, abacaxi, milho, feijão, fava, mandioca,...); os índices comprobatórios das formas de produção (moradia, arrendamento, trabalho assalariado,...); o tamanho das propriedades (latifúndios, minifúndios); os números da população urbana e rural.

Esse incômodo foi, certamente, o ponto de partida da pesquisa que resultou nesse texto. Nunca consegui entender essa tranqüila e absoluta negação do camponês como um sujeito político, pois para essa autora na melhor das hipóteses ele era um vir a ser, com o agravante de que o seu devir nunca poderia ser resultado de suas escolhas, motivações, expectativas, mas de uma natural e inevitável degeneração.⁴⁸

A tese defendida por Fernando Antônio Azevedo no livro *As Ligas Camponesas*, é, num certo sentido, um contraponto à interpretação de Bernadete Aued. Seu ponto de partida foi estabelecido pela necessidade de explicar como as especificidades do capitalismo brasileiro garantiram a sobrevivência de velhas formas de poder e controle social, que excluíram o campesinato – camponeses e trabalhadores assalariados – do cenário político. Para ele, as Ligas Camponesas foram uma tentativa de superar esse lugar de exclusão ao questionar a grande propriedade e o poder dos coronéis.

Recorrendo ao mesmo arquivo teórico que orienta a leitura de Bernadete Aued, Fernando Azevedo constrói uma outra interpretação da relação capital/propriedade da terra:

Em relação ao caráter da propriedade da terra e as formas que assume o desenvolvimento do capital na agricultura, Lenin (1979), num trabalho clássico,

aponta-nos dois caminhos, ou vias, em que este processo se realiza. Na primeira, que ele denomina de 'caminho prussiano' o capital 'penetra' no campo mantendo a grande propriedade e o monopólio da terra, a partir de onde promove a modernização agrária e as transformações das relações sociais atrasadas e arcaicas, desarticulando as bases da economia feudal. Ao revés desta via 'junker' , o caminho americano depende de uma articulação diversa, onde a pequena propriedade tem um peso considerável, ao predominar como forma principal da estrutura fundiária. Em ambos os caminhos, o capital termina por estabelecer a subordinação da agricultura às formas de reprodução especificamente capitalistas, seja desarticulando as relações não-capitalistas da grande propriedade, seja eliminando a produção baseada na economia mercantil simples, característica da produção camponesa independente. ⁴⁹

Às especificidades do movimento do capital correspondem estruturas também particulares de poder:

Esta via ou caminho, como já explicitamos, expressa-se em suas linhas mais gerais, por uma revolução burguesa passiva, caracterizada por uma modernização conservadora introduzida pelo 'alto' e onde se conjugam os interesses das classes dominantes do campo e da cidade com a exclusão política das camadas populares. Esta conciliação entre os grupos dominantes pode tomar a forma de um bloco industrial-agrário, tal como ocorreu na Itália, onde o desenvolvimento capitalista desigual terminou por assumir os contornos de uma questão regional, e onde encontramos elementos teóricos para pensar o

*caso Nordeste, resguardadas as especificidades de cada processo histórico. Seja como for, na via prussiana a dominação da burguesia e o triunfo do capital realizam-se sem que a grande propriedade e os privilégios – oligárquicos – associados a ela sejam abolidos.*⁵⁰

Esse modelo inspirou a construção de uma leitura do Nordeste como um campo de conflitos subjacentes, mas regradados pela discrepância dos lugares sociais: de um lado, os grandes proprietários de terra, que a partir do seu poder oligárquico, criaram um tipo de dominação direta e tradicional, fundada numa “agricultura da arbitrariedade”, marcada pela violência, pela repressão e pela negação da mediação do estado e de seus aparelhos jurídicos. O que sustentava esse poder era a enorme concentração de terras, e por isso, o latifúndio por séculos, havia se mantido intocável, pela arbitrariedade dos grandes proprietários e pela conivência de um Estado, que por sua vez, era sustentado por uma política de compromisso com esses latifundiários. Os fundamentos desse poder eram dados pela grande concentração de terras. E, para garantir a manutenção desse poder, que o latifúndio teria mantido intocável, inclusive, porque esse poder era reforçado pela política de compromissos entre essas classes dominantes e o Estado. Do outro lado, estavam camponeses, dependentes, isolados, submetidos às mais arcaicas formas de exploração, que por não serem “*especificamente capitalistas*”, obscureciam a consciência da exploração e inibiam os conflitos.

Para explicitar claramente os limites dessa vivência, Fernando Azevedo recorre a Celso Furtado, para quem o status do morador era incompatível com o do cidadão, porque todos os atos de sua vida era atos de um agregado, e, ser um agregado era ter uma existência limitada à unidade econômico-social, que era a grande plantação. Por isso, o agregado não tinha nem a consciência de integrar um distrito ou um município, que o economista considerava as formas

mais rudimentares de organização política, “razão pela qual a vinculação impessoal com uma autoridade pública perde a nitidez, em face da presença ofuscante da autoridade privada.”⁵¹

Fernando Antônio aciona essa leitura de Celso Furtado para explicar como essa relação de poder, absolutamente desigual, havia mantido por séculos, uma “paz agrária”. Uma paz, que só se manteve até o momento em que a expansão da lavoura canavieira tornou as relações de trabalho explicitamente capitalistas, alterando completamente o quadro anterior. Com a mudança nas relações de produção, as velhas relações racham-se, desmantelam-se, porque essas mudanças provocam uma situação dramática: a expropriação definitiva e completa do produtor com sua expulsão da terra :

*Aí, nesse processo, encontram-se a gênese e o segredo do Nordeste agrário, perigoso e explosivo, e do próprio movimento camponês, que emerge na década de cinqüenta, através das Ligas e dos sindicatos rurais, e, que acabaria por romper com a ‘paz agrária’ e por redefinir a correlação de forças políticas entre as classes dominantes e dominadas no campo.*⁵²

O camponês, revelada sua condição de expropriado, torna-se, já naquele momento, aquele “vir a ser” desejado por Aued. Ou seja, um trabalhador assalariado, desvelado em todas as suas ambigüidades :

O processo de expulsão, descrito de forma clara e exaustiva por Lygia Sigaud, e que ia desde a mobilização da mão-de-obra para as atividades exclusivas da lavoura comercial (reduzindo o tempo dedicado à subsistência) à proibição pura e simples do sítio ou roçado e da criação de animais até ao

*aumento constante do foro e às pressões diretas e violentas, como a destruição das lavouras brancas pelos capangas dos engenhos e usinas, tinha como objetivo colocar, tanto o trabalhador rural como o camponês em inteira disponibilidade para o capital, transformando-os numa mercadoria a ser adquirida no mercado, em troca de um salário.*⁵³

No entanto, o nascimento desse trabalhador assalariado, que já não se submete às regras da sujeição típicas das velhas, arcaicas e atrasadas relações de trabalho, como a condição e o cambão, é marcado pelo acréscimo da “brutal super exploração”, decorrente dos salários aviltantes e da ausência de qualquer direito trabalhista.

Em outras palavras, o setor agrícola acerta o passo com o setor industrial da lavoura canavieira, homogeneizando o processo de acumulação de capital, no instante em que passa a se apropriar do trabalho excedente sob a forma da mais valia.

*E ao assim fazer, rompe as bases de um aparente universo comunitário que integrava a todos numa mesma unidade (a propriedade), desnudando as condições objetivas e reais do morador ou do camponês vinculado à grande propriedade. O capital, ao se impor como relação social, revela em toda a sua dimensão e de forma inteiramente clara, a posição de cada um dos agentes econômicos no processo produtivo, na medida mesmo em que divide e separa o produtor direto da terra dos instrumentos de trabalho e o reduz à sua verdadeira condição, até então oculta : a de um assalariado que, a partir de agora, só conta com a sua força de trabalho para reproduzir, a si e a sua família.*⁵⁴

Por isso, para Fernando Azevedo, a luta pela reforma agrária era uma luta revolucionária, inclusive, porque, teria unido os assalariados que, motivados pela “idealização do passado recente, onde tinham acesso aos sítios e roçados”, fortaleciam os camponeses, que ainda lutavam para permanecer na terra. Na sua leitura, as Ligas organizadas pelos camponeses, foram ampliadas pela incorporação dos trabalhadores rurais, quando passam a reivindicar a reforma agrária, e essa incorporação foi fundamental para a ampliação do movimento, porque os trabalhadores assalariados podiam acionar formas de pressão mais efetivas como as greves parciais ou gerais, e, além disso, eram mais fáceis de serem arregimentados.

No entanto, essa luta só se transformaria numa luta revolucionária quando ultrapassasse o localismo e o imediatismo inerentes à visão de mundo do camponês.

As Ligas só iriam ganhar maior nitidez política e um contorno ideológico mais claro, nos primeiros anos da década de sessenta, quando incorporam uma visão mais completa do processo político e do próprio papel que deveria ser desempenhado pelo campesinato, segundo seus ideólogos, nas lutas sociais do país.

Só então, e a partir desse momento, é que as Ligas se transformariam no fantasma que rondaria os campos, agitando a velha ordem estabelecida e ameaçando, com o espectro da reforma agrária radical, o monopólio da terra e o poder das oligarquias e da burguesia agroindustrial.⁵⁴

Por não ter autonomia, os camponeses não poderiam representar a si mesmos, por isso, também, para Fernando Antônio são os outros que dão nitidez e contorno político às suas

lutas. “Os militantes por excelência das Ligas, eram o advogado e o agitador social”. Ou seja, o “potencial revolucionário” do campesinato não passava de uma “força latente” sem a mobilização de outros e sem a consciência revolucionária, que esses outros imprimiam aos camponeses.

No entanto, a disputa de vários grupos políticos pelo controle social do movimento acabou por criar cisões entre os supostos aliados, que elaboraram modos diferentes de atuação. À Julião e aos julianistas, que, propositadamente, Fernando Antônio contrapõe ao PCB e à Igreja, foi atribuída a ação mais conseqüente: a criação de um partido agrário.

*Ao mesmo tempo em que apoiaram a radicalização espontânea da massa camponesa, ou orientam nesse sentido, seguindo o princípio de que as lutas sociais não podem e nem devem ser freadas, e tampouco ficar atreladas ou a reboque de compromissos políticos e táticos mais amplos, as Ligas passam a articular uma ação inteiramente indiferente. Atuam nessa direção como um verdadeiro partido agrário radical, com programas e metas definidas, em torno das reformas radicais, que traduziam uma plataforma claramente socialista e uma estrutura orgânica que se redefine, tendo como modelo a teoria leninista de organização, através da formação da organização política*⁵⁶

Ao contrapor à ação de Julião à ação do PCB, que ele propositadamente associa à ação da Igreja, Fernando Antônio explicita sua motivação para escrever esse texto: contar a história de um projeto realmente revolucionário, que foi impedido na sua realização, pelo poder dos grandes latifundiários que, em face dos impasses e contradições da esquerda sobre a

“revolução brasileira”, se reorganiza, enquanto força política, e, articula uma contraposição, que se materializa no golpe de 1964:

Ao nosso ver, torna-se irrelevante discutir se os marcos ideológicos dessa reivindicação pela terra ficaram presos e retidos numa consciência campesina e pequeno burguesa da propriedade baseada na posse individual. Mais importante é reconhecer que o projeto camponês de uma Reforma Agrária, era, por si só, revolucionário, já que implicava a dissolução da grande propriedade fundiária e liquidação política das oligarquias e da burguesia rural. ⁵⁷

Apesar de construir uma leitura que, em muitos sentidos, se contrapõe à leitura proposta por Bernadete Aued, o texto de Fernando Antônio acaba por reproduzir, em grande medida, os mesmos procedimentos daquela autora, inclusive, porque ambos partem do mesmo pressuposto: a necessidade de submeter a experiência social aos critérios de análise marxista, o que parece significar, que a inteligibilidade da experiência social só poderia ser reconstituída pela representação de revolução. Uma revolução denotada pela ação inconsequente de Julião na perspectiva de Aued, e pela ação inconsistente do PCB, na interpretação de Fernando Antônio.

A princípio, não vejo nenhum problema nessa escolha, pois, a produção do conhecimento, é sempre feita a partir das expectativas, que cada um de nós tem quando se propõe a estudar uma época, uma experiência histórica. No entanto, entendo que essas expectativas não podem ter a pretensão de verdade absoluta e não autorizam àquele que produz uma leitura sobre o passado, impor essas expectativas a outros, mesmo àqueles que, na

experiência social, construíram sua atuação a partir da mesma inscrição teórica, que orienta aquele que analisa essa experiência.

Por isso, no meu modo de ver, e como já foi colocado algumas páginas atrás, esses procedimentos de análise, que encontramos em Aued e Fernando Antônio, funcionam como cadeias, que condicionam e aprisionam a experiência social, pela necessidade de legitimar uma tradição teórica, que é entendida como a sede da verdade. Essa inversão, que pensa a experiência como produto de uma teoria, tem nesses textos um lugar de extrapolação, quando buscam encaixar os camponeses nessa representação de revolução. A “meia verdade da consciência da exploração” defendida por Aued para explicar os limites políticos dos camponeses, e a conclusão de Fernando Antônio, de que era irrelevante discutir se a reforma não se realizou porque teria ficado retida, enquanto projeto revolucionário, na “consciência campesina e pequeno burguesa do proprietário individual”, são exemplos emblemáticos da forma como eles resolveram a insuficiência de suas escolhas: a experiência dos camponeses foi rejeitada como um não-lugar, com o agravante de que, também as experiências do PCB e de Julião foram condicionadas a uma análise, cuja preocupação primeira era comprovar a eficácia política de um ou de outro – uma eficácia definida pelo grau de adequação de suas atuações a um paradigma revolucionário, que como vimos, fio experimentado, ressignificado e reelaborado pelas angústias, impasses e expectativas dessas classes revolucionárias. Bernardete Aued acusa Julião e os julianistas de misticismo e imprecisão, mas suas escolhas políticas só são analisadas quando se contrapõem às escolhas “coerentes” do PCB que, por sua visão global do processo de transformação, havia optado pela “tática de acumulação de forças” e investido na organização sindical – “lugar privilegiado pelos trabalhadores no seu combate pela independência de classe”.

O contraponto, tem a pretensão de explicar a imprecisão, o misticismo, provavelmente, é só um acréscimo, que comprova essa imprecisão, já que a autora, apesar de colocar vários escritos de Julião, em anexo, em nenhum momento do seu texto se preocupa em analisá-los.

Fernando Antônio é um pouco mais cuidadoso, pois, ao analisar a atuação do PCB na organização das Ligas, conta sobre os investimentos do PCB desde 1945, considera a ilegalidade do partido como um obstáculo para manter a continuidade dessas experiências, realça a importância da criação da ULTAB e da imprensa partidária, que constantemente denunciava as precárias condições de vida dos trabalhadores rurais e a violência do cotidiano dos patrões. No entanto, para Fernando Antônio todos esses investimentos esbarraram no impasse político provocado pela incapacidade do Partido de definir o papel dos camponeses na revolução. Em grande medida, essa interpretação foi construída a partir da leitura de Clodomir Moraes, um dissidente do PCB, que provavelmente realçava em suas análises os erros políticos do partido.

Apesar de considerar arbitrárias as análises de Fernando Antônio e Bernardete Aued, sobre as atuações do Partido Comunista Brasileiro e de Julião, o que mais me incomodou nesses textos, foi que, as expectativas que mobilizaram os camponeses para a organização das Ligas foram por eles negligenciadas: as mudanças nas formas de trabalho e nas regras de acesso a terra. Entendo, que essas expectativas devem ser pensadas em sua correspondência com sua forma de ver o mundo e de viver a vida e, por isso, não podem, ou não devem, ser reduzidas pela explicação de uma ruptura, que separa uma sociedade tradicional de uma sociedade moderna, inclusive porque, essa polarização mitifica uma e outra e desconsidera o movimento da história. As sociedades ditas tradicionais não são estáticas, isentas de mudança, assim como não existe um único modelo de modernização, que determine sua transformação.

É preciso entender que as expectativas de mudança, que orientaram os membros do PCB e Julião, têm historicidade e, nesse caso especificamente, foram construídas no embate que mobilizou o Brasil nas décadas de 50 e 60, por isso, não podemos desconsiderá-las nesse texto, mas também não precisamos impô-las à vivência dos camponeses. A denúncia de exclusão política e social dos camponeses não deve ser um imperativo que impeça a consideração dos saberes que eles elaboram sobre o seu mundo e sobre suas vidas, pois a exclusão, por mais absoluta que seja, não significa privação de sonhos, de desejos, de valores, pelos quais eles também lutaram.

Ainda hoje, a imagem, em geral, que se tem do camponês, é de um personagem à parte, um excluído, sem tradição política. Essas imagens são reeditadas e exacerbadas socialmente tornando o camponês um estorvo, uma corporificação do arcaísmo político, que ameaça a segurança e a tranquilidade pela sua insistência de lutar para ter acesso à terra, através de “primitivas e sangrentas” ações sociais.

Não tenho a pretensão de dismantelar essas imagens, mas o incômodo que elas provocam indicaram caminhos alternativos de pesquisa. O restante desse capítulo é resultado da minha insistência em escutar os camponeses. Baseada fundamentalmente nas entrevistas que consegui realizar, tentarei explicitar as tensões e os dilemas de um tempo limite para entender o que significou para eles a mudança das antigas práticas sociais e, a partir dos seus medos e das suas esperanças, entender os caminhos escolhidos para a sua atuação política. Espero ter conseguido ir além das estatísticas e ter resgatado motivações que foram grosseiramente negligenciadas, inclusive, por aqueles, que se propuseram a escrever a história dos vencidos. Nesse exercício, desconsiderar sua memória, mesmo que ela pareça ser extremamente idealizada, seria abrir mão de valiosas chaves para a compreensão de uma outra história das Ligas, pois essa memória tornou possível a reconstituição de um tempo anterior ao

marco histórico, sacralizado para o início das Ligas. Um tempo em que as tensões foram vivenciadas quando a expropriação nem sempre era vista como irremediável, e as possibilidades históricas eram ilimitadas.

NEGOCIAR A LIBERDADE: UMA SAÍDA PARA SEU ANTÔNIO JOAQUIM ...

Algumas páginas atrás, ao contar o desfecho da história de seu Antônio Joaquim, insinuei que sua opção de filiar-se às Ligas Camponesas coincidiu com a emergência dos projetos políticos, que ensejavam mudanças profundas para o Brasil. Logo depois, afirmei, no entanto, que essa correspondência carecia de explicação histórica. Devemos retornar à fala de Antônio Joaquim para melhor interrogá-la.

Como morador-foreiro, Antônio Joaquim tinha acesso a um sítio, onde trabalhava com sua família no cultivo de produtos de subsistência. Nesse sítio, que ele considerava “seu canto, sua morada”, a vivência de práticas muito valorizadas - a experiência alegre do trabalho sem supervisão, a possibilidade de comercialização, a administração de todo o processo produtivo – indicavam a idéia muito clara de autonomia e forneciam a medida pela qual ele definiu sua liberdade. Mas, Antônio Joaquim, imediatamente após se dizer “liberto”, corrige-se, e nomeia-se “quase liberto”.

O que entendia Antônio Joaquim por ser “quase liberto”? Se o leitor ainda lembra, a relação de morada impunha obrigações para com o dono da terra: o pagamento do foro, o acordo de estar sempre à disposição: “no dia que ele precisava, pronto! Ele mandava me chamar e eu ia”. Essas imposições marcavam no cotidiano a diferenciação entre o trabalho no sítio e o trabalho para o senhor, pois, esse era o lugar que definia a experiência de ser “quase

liberto”, porque informava que a experiência de “ser livre” estava baseada numa independência relativa, condicionada e constantemente ameaçada.

No dia-a-dia, essa contraposição foi sendo alterada por um longo processo de graduais supressões dos espaços de liberdade : o aumento do foro e dos dias de cambão, a troca do sítio e, finalmente, a impossibilidade do trabalho na roça. Mas, foi essa vivência de ser “quase liberto”, ameaçada pelas mudanças que tornaram a “sujeição” um sofrimento materializado no corpo que ficou “velho, cansado e sem força”.

Ao longo de muitos anos, várias foram as tentativas de Antônio Joaquim para preservar, ao menos em parte, esse lugar de “quase liberto”. Ele tentou evitar desavenças, aceitou o aumento do foro e do cambão e a troca da morada, com o coração apertado, é verdade, mas sem explicitar essa angústia para o proprietário:

Que jeito tinha pra dá? A terra era dele e ele tava precisando. Concordei, mas pedi a ele pra deixar eu colher a safra, que já tava quase no tempo e ele deixou, num fez confusão, por isso, não, e nós marcamos um prazo pra eu entregar o sítio.⁵⁸

Essas tentativas nos colocam duas possibilidades de interpretação: Antônio Joaquim estava subordinado a um modo de poder absoluto e o aceitava passivamente, sem questioná-lo; ou a submissão indicava uma consciência clara do que ele tinha a perder e, nesse sentido, lutava para manter, ao menos em parte, o que ele já tinha. Para mim, essas tentativas explicitaram que Antônio Joaquim agia dentro de uma margem muito estreita de possibilidades e num campo de conflitos permanentes. Por isso, os pequenos rearranjos domésticos e as negociações com o patrão podem ser vistas como “estratégias de

sobrevivência”. A autonomia experimentada por ele dependia de uma complexa rede de relações negociadas no dia-a-dia. Dois indícios dessa possibilidade de negociações ficam claras no discurso de Antônio Joaquim: a troca do sítio por um outro, embora “fraquinho, longe e coberto de mato”, e a solicitação para que ele tivesse tempo de colher a safra.

Esses dois exemplos só ganham força para o argumento que estou defendendo, se compararmos essa situação com a história de José de Noca, vizinho de Antônio Joaquim, que foi expulso da terra sem receber a indenização e sem que ao menos tivesse tempo para procurar um outro lugar para levar a família. É bem verdade, que há na história de José de Noca, tal como foi contada por Antônio Joaquim, um desentendimento com o administrador e isso precipitou sua expulsão. Mas, só isso, explicaria a forma radical como José de Noca foi expulso? Penso que não. Inclusive porque conflitos como aquele deveriam ser bem freqüentes no cotidiano dos engenhos e usinas. Acredito que a possibilidade de negociação, embora baseada numa reciprocidade desigual, pelo reconhecimento do direito do senhor de pedir a terra, pela necessidade de autorização para colher a safra e pela aceitação do aumento do foro e do cambão, ainda assim, é um lugar de reciprocidade, senão, qual o sentido que teria a reunião que foi feita pelo patrão para anunciar o aumento do foro, e depois, qual o sentido da ida do patrão à casa de Antônio Joaquim para comunicar que estava precisando do sítio para plantar cana?

Quais seriam as bases dessa reciprocidade? Para o senhor Antônio, a insistente necessidade de se manter na terra “eu podia ter vivido ali daquele jeito até hoje, e eu queria mermo era ter morrido ali, que tomei gosto pelo lugar. Era bonito o sítio ! Era meu canto, minha morada!” Mas, e para o patrão? O que explicaria sua cautela? O reconhecimento de que Antônio Joaquim era bom morador (“Eu nunca tive desentendimento com ninguém”)? O reconhecimento de que era preciso compensar senhor Antônio pela lealdade? (“eu vivia

sempre combinado com o patrão”). É quase impossível responder a essas questões, mas tentarei fazer isso um pouco adiante. Fica então a indicação que, de alguma forma, as necessidades do senhor proprietário nem sempre eram impostas, e, por isso, também nem sempre eram questionadas diretamente.

Mas a ausência de questionamentos diretos não diminuíram, como vimos, a tensão experimentada pelo senhor Antônio. Primeiro, ele estava preocupado de não poder pagar o foro, depois se angustia com o aumento do cambão, “era o sinal”, e tudo isso parecia se agravar em face, do registro das histórias cotidianas de violência que ampliavam a sensação de insegurança pela clara idéia de que “as coisas estavam mudando”.

Essa conjunção de apreensões podem explicar, suponho, que a expectativa do acordo era a única possibilidade, que Antônio Joaquim vislumbrava para se manter “quase livre”, ou pelo menos, de continuar tendo acesso a um pedaço de terra. Essa possibilidade pode iluminar o porquê de o senhor Antônio ter aceitado ir para um sítio “fraco, cheio de cascalho e coberto de capim”. Apesar da troca de morada ter sido realizada sem conflitos aparentes, a presença do sentimento de injustiça foi uma constante nesse processo, desde o momento em que o foro aumentou pela primeira vez: “Aí já viu, né? Já tava sentindo uma pontinha de injustiça: era o foro alto, era cambão de mais dia. Era o sinal.” Essa “pontinha de injustiça” foi acrescida pela labuta no novo sítio e pela impossibilidade de continuar trabalhando no roçado, depois de dois anos de insistência.

Acho que seria ingênuo acreditar que o desencanto e a angústia se transformassem automaticamente em enfrentamentos com o dono da terra. Por isso, o esforço de Antônio Joaquim em estabelecer os acordos, não precisa ser lido como passividade, submissão, mas como indício de que esse campo de forças, cotidianamente alimentado por essas mesmas tensões, delineou os limites e as possibilidades de sua atuação. Por isso, esse sentimento de

injustiça, calado, abafado “no coração apertado”, só pode ser entendido pela correspondência com a vivência de “quase liberdade” que o senhor Antônio desejava tanto manter. Acho que essa experiência marcada pela tensão, pela supressão e, ainda assim, pela manutenção da esperança, é o que orienta a filiação nas Ligas, como fica muito claro no discurso desse personagem:

Por essa experiência eu posso lhe dizer, que aquele tempo do sítio foi o tempo melhor que eu já vivi na vida, porque o grande benefício pra humanidade é a pobreza ter assim um sitiozinho pra morar, trabaiá e ter sossego. Uma rocinha que seja, é benefício, grande, num sabe? Num tem coisa mais melhor não.

Por isso, eu entrei na Liga né, que era pra ter terra assim pra trabaiá e viver nela. Ser liberto é lutar pelo o que é da gente e não viver assim jogado dum canto pra outro, na incerteza. Sei disso, porque já tinha sido livre né, meio livre e perdi tudo, acabou-se tudo, e a Liga deu esperança em nós. Mas também acabou-se tudo.⁵⁹

UMA EXPERIÊNCIA INFLAMÁVEL

A história do senhor Severino coincide em muitos sentidos com a memória de senhor Antônio Joaquim. Também ele era um morador foreiro e lembra desse tempo como um tempo feliz:

*Minha roça era grande, a terra boa, cheia de benfeitorias. Teve tempo de eu ter plantado seis contas de lavoura. Tinha pé de laranja, pé de banana, pé de abacate, pé de manga. Tinha feijão, mandioca, milho, legume e teve tempo de ter até um partido pequeno de cana. Eu pagava o foro todo dia sagrado de 8 de dezembro, sem falta, e a cana eu cortava de meia mais o patrão. Isso tudo eu conseguia. Era sete filhos, quatro menino e três menina, nós era unido demais e num tinha desentendimento, trabaiaava tudo muito unido. Os menino casaro mas ficaro trabaiaando ali mais eu, dois casaro e dois ficaro ainda solteiro, que era muito menino ainda, entendeu?*⁶⁰

Para o senhor Severino, aquele era um tempo sem conflitos, um tempo de convivência e de troca com o patrão:

*Eu não tinha aflição de desentendimento com o patrão, não senhora. Ele precisava, nós tava tudo ali pra ajudar e topava qualquer parada mais ele e ele também sempre ali, pra acudi nas precisão, qualquer precisão. Era na doença, era nos aperto de dinheiro, que a senhora imagine, com sete filho tinha sempre um ou outro apertinho, né? Pois então, ele nunca me faltou e eu nunca que descumpri meu trato com ele. Pagava o devido e respeitava ele. Nós dois conversava sempre lá no alpendre na casa dele e ele era franco comigo, dizia que a situação tava ruim e que os engenho tava tudo sujeito às usina, tudo abaixo das usina e ele com os menino dele pra criar, dar estudo, tendo que sustentar duas casa, a do engenho e a da cidade, e tava difícil.*⁶¹

Essa relação de proximidade, de confiança se mantém mesmo quando o dono da terra decide se afastar do engenho. Assim como no caso de Antônio Joaquim, a decisão foi comunicada a todos:

Um dia, ele chamou nós tudo, morador dele, e disse que ia morar na cidade, que a mulher já vivia mais lá do que cá, por causa dos estudo dos menino e chamou cada cá de uma vez e acertou o foro, as condição, tudo direitinho, cada cá ficou sabendo de sua obrigação. Ele foi e deixou um administrador.

*Eu vou lhe dizer, moça, que eu senti muito, porque ele era um patrão bom. Nem parecia! Sentava com nós, na casa de farinha, contava casos que nem parecia. Cansei de ver pelo São João, festa lá na sede, com muita pamonha, muita canjica, muito milho cozido, cachaça da boa, só só. E ele convidava nós tudo. E nós até se rindo, tudo contente, tudo feliz. Era uma beleza, você acredita? Pois era assim. As mulhé e as menina tudo ganhava um agrado, pois tinha ido ajudar na festa, não era? Pois bem.*⁶²

A ausência planejada do patrão e acordada com todos, garantiu, de alguma forma, a continuidade da relação e a manutenção de bem-estar:

E eu ia mais meus fio levando. A roça bem cuidadinha, frutificando, uma beleza. Quase todo morador tinha roça, era de terra boa daquele mais antigo, outras era mais pra os lado dos chã, era roça menor, mais ruim. Mas tinha

*sempre um roçadim para prantar uma mandioca, um coentrinho, um jerimum. No dia do cambão juntava assim uma turma e ia trabalhar no que o administrador mandasse, era na cana e às vezes eram outros serviços, era na fabricação de rapadura, era qualquer coisa.*⁶³

Os anúncios de descontinuidade desse mundo de harmonia vieram pelo ar e informaram a apreensão logo confirmada:

*Foi de quando em 50, 51, 52 o açúcar começou a subir, as usina trabaia de dia e de noite, de longe a gente via aquela fumaceira toda hora e ficamo sabendo que só a terra das usina já num dava conta de plantar as cana que precisava, e o patrão arrendou as terra pra usina. No começo não mudou muito não, o administrador era o mesmo cabra e só aos pouquinhos, foi que mudou. Primeiro, foram diminuindo os sítio dos morador de condição pra plantar cana, e era aquilo, pra onde se olhava só via cana, lá nos terreno mais perto do engenho. O castelo que vivia quase vazio se encheu de trabaiaador alugado e nós vendo aquilo tudo acontecer, assim de repente. E fomo ficando assim, prevenido.*⁶⁴

Mais uma vez encontramos coincidências: o olhar para o entorno e a apreensão que nasce das experiências alheias; a predominância da cana e a imagem do desmantelo. Coincidência também na vivência da primeira restrição, o aumento do foro, e também na forma de significá-la:

Um dia, eu tava na roça e a mulhé mandou o menino mais pequeno me chamar que o administrador queria uma conversa comigo. Eu acabei o serviço depressinha e fui lá. Ele me chamou e disse que o foro tinha aumentado e disse o tanto, que eu assim num me lembro exato, mas era aumento grande. Tomei um susto danado, mas num falei nada. Voltei pra casa, chamei os menino, mulher e tudo pra nós apertar o cinto e fazer todo tipo de economia que era mode dar de conta de pagar aquele tanto. Isso nós fizemo, mas num deu. No fim do ano fiquei devendo um tanto, coisa que nunca tinha acontecido antes.

Passei assim o Natal e as festas angustiado e sem achar jeito de me alegrar. Era um rói-rói danado na boca do estômago, num sabe? Já sentiu isso? É ruim demais. ⁶⁵

A primeira restrição provocou outras, aumentando a angústia e a sensação de que a antiga forma de vida estava muito ameaçada:

No ano que se iniciou outro menino foi trabaiá alugado na cana, que dois já tava lá. Fiquemos pra cuidar da roça só o menino pequeno que tava ainda aprendendo a lida, eu, as menina e a mulhé. Aí, o aperto era grande. Neste tempo, já tinha pra lá de dois ano que nós num prantava cana, que o administrador já tinha proibido, mesmo assim, nós num dava conta. Ficou terra sem roçado e foi só o tanto para o home mandar plantar, ali no meu canto, cana. Foi só o tanto. Plantou num pedaço, deixou outro. ⁶⁶

A perda de uma parte do sítio pela impossibilidade de plantar parece ter sido intolerável para o senhor Severino porque foi provocada pela ausência dos filhos, que estavam trabalhando como assalariados. Assim, como Antônio Joaquim, o senhor Severino tenta negociar:

O ganho dos menino foi sempre diminuía e o roçado mal dava pra o sustento. Aí eu fui falar com o administrador, que num tava dando e que eu ia ficar outro ano sem pagar o foro completo, que não tinha outro jeito, se não, ele liberar um dos menino pra voltar pra roça. Eu disse com muito respeito, que menino não ia mais não, não ia mais trabalhar a semana toda no eito, porque o roçado tava abandonado, e eu num podia dar conta só mais o menino pequeno e as menina, que não agüentava trabalho de home. Aí ele disse:

– Quem lhe deu aquele roçado pra plantar ?

– Foi um acordo que eu fiz com o dono – respondi.

– Então pronto. O acordo era com você, não era com seu filho. Você tem um roçado muito bom e tá reclamando do quê?

– Tô reclamando não senhor, Deus me livre. Nossa Senhora me defenda de uma hora dessa, mas sem o menino para ajudar vai apodrecer tudo nos pé. O feijão, o milho. A mandioca não, que pode esperar mais um pouco, mas o resto apodrece tudo. E isso é um pecado muito grande.

Aí ele disse:

*– Eu preciso do menino no trabalho da cana e pronto, num quero mais discussão.*⁶⁷

A negação do acordo e a deferência expressa na fala interrompida, bruscamente desconsiderada, marcou na memória a separação entre passado e futuro, inclusive porque, a partir desse encontro, senhor Severino, passa a considerar a possibilidade de violência física, uma experiência que nunca havia existido na sua longa experiência de morador:

*De forma que não teve jeito não, fiquei devendo mais um foro e aí foi o que ele queria. Aumentou meus dias de cambão e eu fui ficando cada vez mais encabrestado. No dia que não era cambão, era condição pra juntar um dinheirinho, para aumentar o ganho. Aí acabou-se tudo e a cana foi tomando conta. Todo tempo da vida era pra plantar cana, cortar cana, limpar cana, numa sujeição danada. Se reclamasse, era arriscado entrar na peia que os tempo tinha mudado por demais, ali.*⁶⁸

O tempo tomado pela cana, o mundo tomado pela cana, o corpo tomado pela cana: a vida encabrestada. Para o senhor Severino, chegara a hora de começar a lutar:

Foi quando veio a lapada final. Ele pediu o resto do sítio para plantar cana. A terra era muito boa, como eu lhe disse no começo pra senhora, e a ambição dele cresceu pra cima do meu canto. Aí não teve outro jeito senão enfrentar aquela desgraça todinha. E começou a peleja, que dali eu não podia sair, não senhora, que eu tinha nascido e me criado naquelas terra, criado meus

*filho tudo e não podia sair, não senhora. Foi quando um clarão alumiou o meu juízo e eu pensei, era tudo ou nada, era guerra mesmo. Fiquei ali até o fim. É isso que eu posso lhe dizer.*⁶⁹

O final dessa história não poderia ser mais triste. Ao lembrá-la, mais de vinte anos depois, o senhor Severino, num discurso entrecortado pelo choro, reedita um tempo de sofrimento tão intenso que parece ultrapassar o próprio tempo cronológico:

*Vi as roça sendo destruída. Os pé de banana, os pé de milho, os pé de feijão. Aqueles cachão de banana, já quase madurinha, e eles cortava assim né, e ia amontoando num canto e depois metia a foice pra cima, que nem pra salvar as banana os desgraçado servia. Era a lei do cão, dona. Só podia ser. E eu ali vendo aquele dismantelo, meus óio num pode esquecer nunca. Pode, não. Eu nunca tinha posto os óio em cima de tanta desgraça, tanta miséria que num sei, até hoje não sei como meu coração não estourou.*⁷⁰

A intensidade da dor reeditada, traz à tona o questionamento que deve ter começado a ser vivenciado naquele tempo limite, e que mesmo depois de tanto tempo ainda não parece ter sido resolvido no coração do senhor Severino :

Por que o patrão botava o povo todo pra fora? Na ponta de rua os fio vão ser o quê? E as filha? Era ainda pior! O certo, é que mesmo os morador foreiro, que tinha roça como eu, que tinha mais liberdade para agir, era mais

*solto, foi tudo ficando encabrestado, não tinha tempo para mais nada, vivia subjugado à condição sob a força do cacete, do pau. Ele, só não, ele, e a família toda.*⁷¹

A permanência do questionamento, a permanência do sofrimento, pressupõe uma reelaboração também permanente, que não pode deixar de ser entendida como uma lição:

*Mas a coisa certa, que todo trabalhador queria trabalhar, ter seu cantinho. Se cada cá, tivesse seu sítio pra trabalhá, ou seu roçadim pra plantar sua mandioca, seu terreiro para criar um bode, um pintinho, um bezerro, se tivesse terra, nem que fosse só um pedacim, nós num tinha se acabado tudo na desgraça não.*⁷²

A história do senhor Severino em tantos aspectos coincidentes com a de Antônio Joaquim, é ao mesmo tempo muito diferente. Pode ser que algumas dessas diferenças sejam realçadas em suas memórias pela particularidade dos seus modos de dizer: o discurso de Antônio Joaquim é muito mais contido do que o do senhor Severino. Pode ser também que essa diferença tenha sido demarcada pela forma como a experiência de ser morador-foreiro, comum aos dois, foi vivenciada, mas é exatamente isso que me interessa investigar.

No tempo da experiência como morador, no tempo da liberdade, a primeira diferença se coloca na forma de relacionamento com o dono da terra. O senhor Severino ia pouco à sede, fala do seu patrão com respeito e reafirma todo tempo o cuidado sempre presente do cumprimento do acordo, mas a relação é lembrada sob o signo da distância. Mesmo quando o patrão foi à sua casa e disse que gostava dele, que não queria que ele sáisse, a reação de seu

Antônio foi fria: “e eu só ali escutando com o coração apertado”; e mal consegue esconder uma certa descrença: “aquilo era conversa mole”. No discurso do senhor Severino, a proximidade era a tônica da relação. Conversas no alpendre da casa, lembranças das necessidades atendidas, da familiaridade no dia-a-dia (as festas, as conversas na casa de farinha) e do sentimento de perda quando ele resolve ir embora.

Como explicar essa diferença? Talvez, o senhor Severino tenha idealizado o passado como uma forma de aprender a lidar com todo o sofrimento que resultou de sua experiência como morador. Talvez essa idealização possa ser explicada pelo fato de que o “tempo ruim” se inaugurou para ele depois da saída do patrão e isso teria possibilitado a associação: tempo bom/patrão bom. O senhor Antônio Joaquim parece não ter vivido essa experiência de afastamento e, de acordo em acordo, de perda em perda, foi elaborando um lugar de contraposição que é ressignificado em sua memória pela idéia de distância. Mas pode ser também que a diferença entre essas memórias indique que existem modos diversos de convivências e expectativas também diversas para as relações no interior do engenho. Acho que essas hipóteses podem ajudar a entender uma outra diferença marcante na trajetória dos dois personagens.

No tempo ruim, a opção do senhor Antônio foi tentar se manter no “seu canto”. Durante todo o período, quando ele passou de morador-foreiro à morador de condição, sua política foi a de evitar desentendimentos, e, por isso, quando nada mais era possível fazer, a Liga foi para ele, a esperança de voltar a ser liberto. O senhor Severino, resolveu resistir à entrega do sítio, teve sua roça destruída e acabou sendo expulso. Contudo, no seu discurso exacerbado, existe um hiato entre o momento da expulsão e a decisão de resistir. Teria existido alguma possibilidade de acordo, ou a recusa desencadeou imediatamente uma reação violenta? Em que momento ele resolveu filiar-se às Ligas? Mesmo sendo impossível

responder a essa pergunta (a emoção que marcou o final de sua entrevista inibiu outros questionamentos), penso que a fala final do discurso do senhor Severino indica claramente sua motivação para filiar-se às Ligas:

O certo, que o home precisa da terra como a terra precisa da chuva, do sol, do ar, que é pra mode frutificar. O certo é que a terra tem o poder de distribuir, e, prender a terra é inflamável para humanidade.⁷³

A experiência vivida pelo senhor Severino de ter o sítio invadido, a plantação destruída e finalmente de ser expulso violentamente, parece se encaixar perfeitamente no modelo de explicação histórica que vê nesses conflitos o “despertar do camponês”, sobretudo se a resistência imediata do senhor Severino for colocada em contraposição à postura do senhor Antônio Joaquim que, por muito tempo, tentou negociar com seu patrão para permanecer como morador-foreiro. No entanto, acompanhando a trajetória de senhor Severino vimos como, em muitos sentidos, ela coincide com a de Antônio Joaquim e, por isso, não podemos simplesmente qualificá-las. O esforço de estabelecer acordos, pagar regulamente o foro, cumprir com a obrigação do cambão, foi comum aos dois, quando as regras da moradia ainda tinham validade. Essas práticas vivenciadas por tanto tempo não devem ser desconsideradas pelo fato deles terem escolhido diferentes formas de agir quando essa vivência de liberdade foi se tornando uma experiência pretérita. A escolha do senhor Antônio Joaquimn, de tentar evitar conflitos, não é menos significativas que a do senhor Severino, porque a cada restrição colocada pelo patrão, sua atitude de negociar informava ao dono da terra que as mudanças por ele pretendidas, jamais seriam simplesmente impostas.

Para entender os conflitos entre moradores-foreiros e os donos da terra, é preciso estar atento para a multiplicidade das contradições que compunham esse campo de forças que eram as usinas e os engenhos e também estar atento para a multiplicidade das formas que essas contradições foram experimentadas, ou corremos o risco de precisar recorrer a idéia da inevitabilidade dos processos de mudanças ao contar essa história.

A LEI DO CÃO

O senhor Nivaldo, assim como o senhor Antônio Joaquim e senhor Severino, também foi um morador-foreiro, mas sua trajetória é num certo sentido, um ponto de inflexão em relação a história daqueles dois, e, por isso, pode ajudar a mapear ainda melhor as possibilidades e as impossibilidades de atuação dentro desse campo de tensões que venho tentando trabalhar até aqui. Ao contrário de Antônio Joaquim que negociou até o limite a manutenção da sua condição de “quase liberto”, e também diferente do senhor Severino que decidiu enfrentar o patrão, a decisão do senhor Nivaldo foi abandonar seu sítio e ir trabalhar como assalariado:

Antigamente nós tinha cada um, um pedaço de terra pra trabaiaá, a maioria tinha. Num posso dizer pra senhora que era terreno bom, o melhor terreno, porque esses sempre eram pra prantar as lavoura dos rico. Quando num era agave, era algodão, era cana. E nós ali nos roçadim prantava feijão, milho, batata, mandioca, inhame, tudo que desse. Prantava verdura ao redor da casa, prantava fruta, jerimum caboclo, prantava em todo canto que desse, que um cabra trabaiaador tinha seu terreno todo prantadinho. Era uma beleza. De vez,

*prantava também pé de fruta: banana, jaca, manga, um pezinho de laranja, um pezinho de mamão. Prantava tudo porque nós gostava de prantar.*⁷⁴

Desse discurso construído no plural, ressalta uma experiência social delimitada pela contraposição permanente com os donos da terra, presença também plural que explicita, claramente, uma tensão bem mais antiga do que as que pude localizar nos discursos anteriores, embora registre também, com os outros, a possibilidade – muito valorizada – do acesso à terra. E é a partir desse confronto, que parece generalizado, que ele localiza e singulariza sua própria experiência:

*Mas num era todo canto que tinha assim liberdade de prantar, não. Era assim nos sítio mais longe, que podia prantar tudo. Eu mesmo era morador foreiro e meu sítio era uma beleza e eu tinha muito gosto. No sítio também criava uns pintinhos, uns bacorinhos e teve tempo de eu ter até bode. De formas, que nós não passava muita necessidade, não. Sempre sobrava do sustento para vender na feira e poder comprar umas ropinha pros menino, fazer uma latada no quintal, comprar um ou outro trocinho para casa e pagar direitinho o foro, eu tinha muito gosto de pagar direitinho o foro, e eu num precisava do barracão pra viver. Num devia quase nada lá. Vez ou outra comprava uma latinha de querosene ou um pouco de açúcar, mas era pouco, poucas vez.*⁷⁵

Num discurso que parece genérico, embora seja mesmo referencial, senhor Nivaldo volta a falar no plural para delimitar pontualmente as singularidades das muitas formas de viver que existiam no mundo das usinas e dos engenhos:

*Você vê assim e pode pensar que nós era rico. Mas eu lhe asseguro, rico nós num era não, só das graça de Deus. Mas eu me alembro bem que nós também num era desvalido. Desvalido era aquele miserave que trabaiava na condição, das vez num roçadim pequeninim sem tempo pra trabaia nele. E mais miserave ainda, era os cabra de fora. – O que era os cabra de fora? – era os cassacos que vivia aqui trabaiaando três a quatro mês na safra, e adispois voltava pras suas terras. Toda vida assim, pra cima e prá baixo, sem descanso. Agora, vou ser sincero com a senhora, de todos os mais desvalido mesmo, os desvalido de tudo, são os da ponte de rua. Esses já num tinha mais nem eperança. Sem roçado, sem um chão de terra que fosse mode descansar o corpo, vivendo de um salário de fome e vendo os fio tudo arribar pra São Paulo, pra ser lá, ninguém sabe o quê.*⁷⁶

É interessante como a experiência plural está localizada claramente no passado, pois o presente parece ter igualado todos numa única vivência: a ponte de rua.

No passado, a presença dos ricos não era um contraponto à presença dos pobres, era também associada à idéia de justiça, embora essa presença da justiça que advinha da presença do patrão, incluísse – como uma outra face – a possibilidade da violência:

Apois, eu vivia assim, e comparando num tinha do que recramar. Eu sempre fui um bom morador, pagava o foro, dava a conga da mandioca, dava o cambão. Nunca desrespeitei o patrão, nunca precisei sofrê castigo e sempre fui agradecido a ele por me acudi nos momento de precisão. Uma vez me cortei com

*a lâmina da foice (corte feio, veja aqui a marca), e ele me acudiu na mesma hora, me levou pro hospital, me comprou os remédios. Era um home bom, justo. E assim, eu vivi mais de trinta ano sendo sujeito a ele e nós ali, sempre fiel um com o outro.*⁷⁷

É interessante também, como mesmo quando fala de sua experiência como foreiro, entendida quase sempre como uma experiência de liberdade, o senhor Nivaldo se autodenomina “sujeito” ao patrão, apesar disso, assim como nas outras histórias que contamos antes, a expansão da lavoura canavieira é a referência para explicar a perda de liberdade:

*Ai foi quando deu aquela febre chamada de cana, todo mundo queria prantar cana, e eu vi tudo se acabando, os roçado, aqueles roçado mais perto do engenho, mas nunca que pensei, moça, chegar aquela determinação no meu sítio. De fato, num chegou assim como eu vi noutros sítio, a cana tomando as vista, tomando os quintal, tomando o mundo. Realmente não chegou, o meu sítio era mais longe, mas foi aumentando o foro. Todo ano aumentava mais e os meu menino todo obrigado a trabaia na cana, porque o patrão não tinha mais roçado para liberar. Dessa forma, nós fomo ficando ali, tudo muito apertadinho, a ‘famia’ crescendo, os menino casando e nós só com aquele pedaço de terra para prantar. Foi ficando pouco, num é? O jeito que dava era os menino trabaia nos prantio de cana, num é mesmo?*⁷⁸

Embora a presença da cana tenha sido vivenciada como marco que provocou o aumento do foro, o aumento do trabalho obrigado, a impossibilidade cada vez maior de ter

acesso à terra, a interferência direta do dono da terra na vida familiar foi decisiva para que a percepção das mudanças fosse agravada:

Um dos meu fio tinha se casado e eu resolvi construi pra ele uma casinha de taipa pra ele começar a vida mais sua muié, e tocar um roçadinho ali mesmo dentro do sítio onde nós morava. Aí começamo a construir a casa e aí o patrão soube e mandou a ordem de desmanchar aquela casinha: que num era pra construir nada sem a ordem dele, que o menino devia ir com os outros trabaiaá na tarefa da cana. Aí eu fiquei desgostoso, né? Fiquei assim, com um pressentimento ruim que as coisa tava mudando. E eu via o que acontecia nos outros sítio, via o ganho dos meninos, sempre aquele tiquinho, e via o foro aumentando sem nós ter jeito de pagar. Aí pronto, danou-se tudo. E a miséria foi tomando conta. Se a senhora me permitisse, eu até podia dizer um verso que eu fiz naquele tempo, que eu não sou cantador, mas gosto assim de fazer umas modas. Depois, lá vai:

'O tempo bom acabou-se

Sei que num volta mais

Diminuiu a agricultura

E também os animais

A miséria ficou na frente

A bondade ficou atrás.' ⁷⁹

Mesmo sem estar trabalhando no eito, senhor Nivaldo não consegue aceitar que todos os seus filhos estejam obrigados a só trabalhar na cana. Essa recusa explícita dois valores muito caros para ele: a família e o trabalho:

E foi por isso que aconteceu. Aí eu disse pro meu filho: é melhor você ir trabaia lá na condição, que não tem outro jeito não. Como pode um home se manter sem ter trabalho? Num tá certo, e a ambição é um mal terrível, num sabe? Os ambicioso tomaram conta do mundo e acabou-se os direito dos outros. Isso foi muito errado. Eu fiquei assim com um desgosto profundo.

Eu digo, pela minha vivência, ele proibiu de fazer aquela taperinha na terra que eu tinha nascido e me criado, desde eu novinho que eu vi aquele sítio crescer, e meu pai, minha mãe morreram tudo trabaiaando nele. Então, eu não podia ficar, entende, mas também num podia sair de lá. E ademais, pra onde eu podia ir? Eu já tinha 45 anos, nunca tinha saído dali, a não ser pra ir nas feiras, e uma vez fui para o Recife, mode visitar um tio que mora por lá. Pra onde eu podia ir? Muitos ia pra o Sul trabaia lá, mas eu num tive corage, digo a senhora sem constrangimento, num tive corage. Ir fazer o que lá no sul? Ser cassaco? Num pode existir nada mais miserave que isso, o cabra ficar pra cima e pra baixo, sem rumo, com os fios desgarrado.⁸⁰

A citação aos pais que tinham morrido trabalhando naquele sítio, pode ser o nexos para entendermos porque a família era tão importante na sua vida, e a intensidade do seu “desgosto profundo” pode ser explicada porque a proibição de construir “tapera” para o filho não é significanda como uma contingência; ao contrário, abrange sua vida inteira, ameaça sua

ascendência e sua descendência, seu passado e seu futuro. Por isso, quando ele se colocou, num primeiro momento, a alternativa de sair, de ir para São Paulo, a convicção de que a família ficaria desgarrada inibiu sua coragem.

O senhor Nivaldo “agüentou” ficar naquele engenho ainda, por “um punhado de anos”, experimentou todas as formas de restrição: o foro que aumentava, a ausência dos filhos que continuavam trabalhando na cana, o cambão. Os sentimentos de injustiça e de indignação cresceram na mesma medida que os *impressões*, afinal a experiência de tantos anos estava sendo completamente desmantelada em nome de uma lógica que não fazia nenhum sentido para ele: a obrigação de trabalhar cada vez mais freqüentemente na “lavoura dos ricos”:

Todo dia ele inventava moda e mandava me chamar. Um dia, eu mandei dizer que num ia não, que já abastava meus fio tudo viver obrigado, que eu num ia viver obrigado não, que num dava pra ir que a raça precisava de mim, porque era só eu e as mulhé, mais os menino pequeno.

Era a primeira vez que eu não cumpria com a minha obrigação, aí vixe maria, ele ficou muito bravo, num sabe? E mandou me chamar de mode eu ir falar com ele. Eu fui, e chegando lá, ele disse que não queria mais eu nas suas terra, que eu tava muito saliente, que ele não gostava de desobediência, que era melhor eu saí por bem, sair de gosto.⁸¹

Depois da ameaça explícita do patrão, o senhor Nivaldo não conseguia pensar em nenhuma outra alternativa a não ser ir embora da terra onde ele tinha nascido e se criado e onde seus pais tinham morrido trabalhando. A sua escolha foi a de se preservar da degradação moral, e por isso ele abriu mão de continuar lutando para permanecer no sítio:

*Eu voltei pra casa e fiquei pensando, conversei com os menino e nós resolvermo ir embora, que nós num podia mais viver ali e o jeito foi enfrentar e morar na ponta de rua e trabaiá tudo alugado. E qual era o jeito? Que eu era um cabra de vergonha e num ia ficar morando numa terra que o home não queria mais eu, que num tinha possibilidade de acordo entre nós. Era só ele imprensando, imprensando, que não teve outro jeito, senão ir embora.*⁸²

As únicas compensações que senhor Nivaldo teve pelo trabalho de toda uma vida, foi colher o que estava plantado no roçado e recolher os animais e as frutas. Na ponta da rua, ele experimentou uma angústia renitente, até aparecer uma possibilidade de voltar a ter esperança:

*Ele pagou os menino, deixou nós tirar as mandioca, os animais e os cacho de banana para vender na feira e nós fomo embora, mas a senhora num imagina o que isso pode causar assim o coração de um home. Num pode imaginar. E eu vivia naquela amargura do cão, até que chegou a Liga, aí eu entrei na Liga, que era pra aliviar meu coração e ser liberto, finalmente ser liberto. Ter uma terrinha pra trabaiá, uma rocinha, um servicinho assim agradável.*⁸³

A reelaboração da experiência na memória do senhor Nivaldo se constitui na contraposição de referenciais religiosos, a lei de Deus X a lei do Cão :

*E hoje eu lhe digo moça, com toda convicção e fé em Deus: O maior pecado do home é viver contra as leis de Deus. É negar o pão cotidiano a quem tem fome, mesmo tendo força pra trabaiá. O que é negar o pão cotidiano? É tirar a terra do cabra. É isso, mas num é somente isso não. É também negar salário justo, é negar que o pobre, o miserável, possa pegar água nos açude da usina, é proibir o cristão de usar a casa de farinha e a mandioca ali, passando do ponto, apodrecendo. É isso que acontecia naqueles tempos antes dos direitos. Era tudo isso acontecendo de uma vez. Credo em cruz, moça, mais parecia até que a besta tava solta.*⁸⁴

A possibilidade de voltar a trabalhar sob o signo das Leis de Deus não poderia prescindir da valorização do seu lugar de chefe de família:

*Por isso nasceu a Liga, que muitos pais de família como eu num tinha mais condição de pagar o foro, nem agüentava os impensão que tava vivendo. Era muita injustiça, muita humilhação, muita maldade. Por isso, nós resolvemo se unir e enfrentar o cão com a força da graça de Deus, era isso.*⁸⁵

A EXPERIÊNCIA DO MORADOR E O SISTEMA DE MORADIA: DIÁLOGOS ENTRE A HISTÓRIA E A ANTROPOLOGIA

Como vimos anteriormente, Manuel Correia de Andrade, descreveu em “A Terra e Homem do Nordeste” a moradia como uma das mais antigas relações de trabalho, uma relação marcada pelo autoritarismo que ordenava a lógica dos senhores de engenho e usineiros. Por

isso, na sua concepção, esses senhores ao concederem pedaços de terra aos seus moradores, submetia-os à exigência de lealdade absoluta e a uma exploração desumana. Também Celso Furtado, definiu o morador como um sujeito isolado e absolutamente submetido às regras do poder ofuscante dos donos de terra:

... o status de morador é quase incompatível com o do cidadão. Todos os atos de sua vida são atos de um agregado, de um elemento cuja existência, em todos os seus aspectos, integra a grande unidade econômico-social que é a plantação de cana. Esses homens pouca ou nenhuma consciência têm de integrar um município ou um distrito, que são a forma mais rudimentar de organização política; mesmo quando suas habitações estejam grupadas em alguma aldeia, esta encontra-se implantada dentro de uma 'Propriedade', razão pela qual a vinculação impessoal com uma autoridade pública perde nitidez, em face da presença ofuscante da autoridade privada.⁸⁶

Essa interpretação da relação de moradia era muito comum no início dos anos sessenta e se repete em quase todos os textos que tratavam, naquele período, das relações de poder no nordeste brasileiro, sobretudo quando essas leituras tinham como motivação primeira denunciar a exclusão política e social do campesinato brasileiro, uma motivação que explica, no meu modo de entender, a exacerbação das imagens do camponês como um personagem totalmente submisso, incapaz de entender os mecanismos da dominação a que estava submetido, e por isso, incapaz de se contrapor a essa dominação. Acho que essa interpretação também explica porque as Ligas Camponesas foram associadas, muito freqüentemente a uma experiência inusitada e incontrolável, a uma explosão.

Como qualquer outro documento, esses discursos precisam ser entendidos como produções que têm uma historicidade, e é exatamente por isso que eles são importantes para o historiador, embora o historiador deva – como a rigor exige o trato com qualquer documento – colocá-los em questão não só para entender o passado, mas também o tempo que passa e que possibilita outras formas de interpretar o passado.

No final dos anos sessenta, os antropólogos do Museu Nacional produziram uma série de estudos sobre o Nordeste brasileiro, que foram fundamentais para estudar sobre novas perspectivas aquela região. Como um dos seus pressupostos era o desafio de produzir trabalhos minuciosamente etnográficos, os resultados de suas pesquisas possibilitaram uma outra visibilidade para as relações de trabalho e de poder que eram vivenciadas no interior dos engenhos e usinas. Sem desconsiderar as imposições, as arbitrariedades e a prepotência dos grandes donos de terra, esses antropólogos se preocuparam em entender o cotidiano dos camponeses: suas relações com a terra; sua religiosidade; suas relações familiares; suas utopias; suas tradições culturais...⁸⁷

Nesse território antropológico, que invadi com enorme curiosidade, Moacir Palmeira se tornou uma referência importante, inclusive porque seu texto “Casa e Trabalho: notas sobre as relações sociais na *plantation* tradicional”⁸⁸, foi instrumentalizado por muitos outros antropólogos, que estudaram o Nordeste brasileiro, e mais particularmente, a Paraíba, como Regina Novaes e Afrânio Garcia Júnior.⁸⁹

Os objetivos de Moacir Palmeira nesse texto eram explicar as especificidades das relações de dominação que tradicionalmente regiam o mundo das usinas e dos engenhos, e também explicar porque, apesar das mudanças que haviam desmantelado essa tradição, suas regras ainda eram bastante valorizadas pelos personagens que compunham aqueles espaços sociais. Mas Moacir Palmeira se recusa a explicar essa recorrente valorização a um pretérito

sistema de relações como uma “ficção alienante” ou como simples “resíduo de uma situação passada”. Para ele, a “idealização” do sistema de moradia tinha a função de denunciar a ilegitimidade das novas formas de submissão.

É interessante dizer que, essa pesquisa foi realizada na zona canavieira de Pernambuco no final dos anos sessenta e início dos anos setenta, ou seja, num tempo em que a experiência das Ligas Camponesas e da expulsão em massa que se seguiu ao Golpe Militar de 1964, eram ainda bastante recentes, e por isso eram essas experiências que informavam a idealização do passado. Por isso, para Moacir Palmeira, entender as mudanças e o sentido atribuído pelos trabalhadores a essas mudanças era fundamental para entender como no passado, as relações que constituíam o tradicional sistema de moradia eram vivenciadas e é exatamente esse procedimento que tornou esse texto ainda mais atraente para mim, pois ao trabalhar com a memória e suas reelaborações, esse antropólogo me ensinou a enxergar múltiplas diferenças onde antes eu só via uniformidade. Como li esse texto pela primeira vez no momento em que procurava ansiosamente escutar os camponeses, sua análise não só estimulou, como também orientou significativamente esse propósito.

A intenção do autor era reconstituir o sistema de moradia para entender quais eram as bases dessa relação que ligava o trabalhador e o dono da terra a um contrato particular, cujo pressuposto era subordinar o trabalho a concessão de um pedao de terra dentro da usina ou do engenho para o usufruto do morador. É esse pressuposto que, segundo Moacir Palmeira, faz com que a experiência de morar no engenho, e mais raramente na usina, tenha um significado específico, que não corresponde aos hábitos correntes de habitar: a casa de morada implicava necessariamente na concessão de um “terreiro, chão de terra ou fundo de casa que lhe é coextensivo”.⁹⁰ Portanto, estabelecer um contrato de moradia significava para o trabalhador

ter acesso à casa e também aquele terreno onde ele, em geral, produzia para sua subsistência, embora essa regra fosse atravessada por inúmeras particularidades.

Se a terra concedida fosse um sítio, o morador teria a obrigação de pagar o foro e, nesse caso, ele seria um morador-foreiro. O pagamento do foro garantia uma maior margem de autonomia, já que no sítio o morador decidia o que plantar, como plantar e quando plantar. Tradicionalmente, a única restrição era o cultivo de produtos da grande lavoura, que carecia da autorização do patrão. Além do foro, esse morador tinha a obrigação de trabalhar alguns dias por semana para o dono da terra, um trabalho se convencionou chamar de cambão, e que era entendido pelos patrões e pelos trabalhadores como uma contrapartida pela autonomia no trabalho do sítio.

Se a terra concedida fosse só um roçado anexo à casa, o contrato de moradia que ligava o morador à usina ou ao engenho era mediado pela relação de trabalho, e por isso esse morador era denominado morador de condição, ou seja, o trabalho no engenho ou na usina era a condição para o acesso à casa de morada.

Segundo Moacir Palmeira, essa diferenciação era decisiva nas relações entre moradores e proprietários, porque o acesso ao sítio era uma realidade para alguns poucos e uma possibilidade para muitos. Para ele, a concessão do sítio era entendida pelos moradores e pelos proprietários como um “prêmio”, uma forma de reconhecimento do proprietário ao bom morador e, neste sentido, todo morador de condição, era em potencial, um morador foreiro, pois o que definia essa passagem era a lealdade para com o proprietário e a relação de confiança que decorria dessa lealdade.

Com o sítio, o “premiado” podia alargar seu roçado, plantar árvores, e até criar animais, o que significava a possibilidade de acumular mais recursos, e de poder ter mais tempo de trabalho para si, na medida em que, pagando o foro, este morador deixava de pagar a

condição. Entretanto, a importância de ter o sítio extrapolava essa dimensão material: ter o sítio era ter segurança, era ter autonomia e uma maior estabilidade, era, sobretudo, ser “liberto”. Mas paradoxalmente, segundo a leitura de Moacir Palmeira, a autonomia era resultado de uma exacerbada fidelidade ao patrão e ao modelo de morada, isto porque,

Qualquer que seja sua posição dentro do engenho, o que o morador tira do seu terreno, sítio ou da agricultura da cana, pertence de direito ao senhor de engenho, como a própria casa em que mora e o sítio em que trabalha. Se ele pode dispor ‘livremente’ dos produtos do seu trabalho no sítio, ele o faz também porque ‘a complascência e o espírito de equidade do senhor de engenho lhe outorgava.’ ”⁹¹

Como que para compensar esse “espírito de equidade” do senhor de engenho, o foreiro assumia algumas obrigações, que extrapolavam o pagamento anual do foro: dar prioridade de compra ao patrão, quando recebia autorização para plantar lavouras comerciais, “presentear” o senhor de engenho com a primeira carga de suas fruteiras ou com a primeira cria de seus bichos, além do cambão.

Assim, para Moacir Palmeira essa relação de moradia aciona e reatualiza um ciclo de retribuição permanente do morador ao proprietário, por “uma dívida eterna e eternamente renovada por essa mesma retribuição”⁹²

Apesar de indicar, que nem sempre essa retribuição era marcada pelo morador como uma renúncia, podendo indicar “tentativa do morador de alterar a posição relativa que se encontrava dentro do engenho”, e nesse caso essa seria uma estratégia mais comum ao morador de condição, Moacir Palmeira explica essa retribuição a partir da idéia de que o

morador, sobretudo o morador foreiro, internalizava as regras do sistema de morada, reproduzindo esse sistema de dominação.

Essa leitura foi construída no texto de Moacir Palmeira a partir da contraposição entre morador e “artista”. O “artista” seria aquele trabalhador que tinha uma arte, um tipo de atividade inteiramente independente da lógica paternalista que regia esse sistema, e por isso a posição do artista no engenho ou na usina não dependia de um bom relacionamento com o senhor, para o qual trabalhava eventualmente, mas de uma “qualificação técnica”. Por isso eles eram, naquele mundo, os únicos trabalhadores realmente livres.

Temos assim, nessa análise, duas idéias fundamentais: a primeira era que o sistema de moradia, marcado pela diversidade, era um campo permanente de negociações; mas essas possibilidades de negociações eram limitadas porque o morador ao internalizar as regras de morada “como as regras de sua própria existência” reproduzia a dependência característica dessa relação, e assim, realimentava o poder do dono da terra.

Em sua tese, “De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo”, Regina Novaes analisa as relações de poder nas usinas e nos engenhos da Paraíba e as interferências que a Igreja Católica exerceu nos processos de organização e mobilização dos trabalhadores rurais, sobretudo no período posterior ao Golpe Militar de 1964, e sendo sua questão principal entender o papel da Igreja na construção da identidade de classe dos trabalhadores rurais “numa sociedade em que os opositores também eram católicos e portanto, parte do seu corpo de fiéis”.

Como esse trabalho abrange um longo período, concentrei minha leitura nos capítulos em que a autora trabalha com uma temporalidade próxima daquela que trabalho neste texto, inclusive, porque, Regina Novaes estabelece, como um marco inaugural desse processo de

construção da identidade de classe do campesinato paraibano, o surgimento das Ligas Camponesas.

Para explicar o sentido de ruptura, atribuído a essa experiência, Regina Novaes contrapõe, na longa temporalidade que abrange sua análise, dois tempos : o tempo da “Lei da Chibata”, que corresponde ao período em que começaram a surgir as “modernas” usinas de cana-de-açúcar (década de 1970) e o tempo da “Lei da Nação”, que corresponde ao início dos anos 60, quando as lutas sociais colocaram em questão esse processo de modernização através das Ligas Camponesas e da criação de alguns sindicatos.

No tempo da “Lei da Chibata”, as formas de dominação eram definidas por dois conceitos fundamentais: coerção e consentimento. A prepotência dos patrões, sustentada pela exclusividade quase absoluta e sempre crescente da propriedade privada havia criado um poder privado e exclusivo que regulava as relações entre os trabalhadores e patrões no interior das propriedades canavieiras. Foi desse poder que nasceu a “Lei da Chibata”, uma lei que tinha a seu dispor os recursos da coerção – que inclusive comportava a prática dos castigos físicos –, assim como os recursos do consentimento, que seriam a face mais amena desse exercício de poder, embora igualmente eficaz, porque ao consentimento, corresponderia a “adesão” dos dominados às regras da dominação, o que garantia a continuidade do poder dos senhores de engenho independente, ou para além, do exercício de violência. Para explicar adesão, Regina afirma : “há uma contribuição dos dominados, quer eles queiram, quer não, quer eles saibam, ou não, no exercício da dominação”. Entretanto, ela ressalta que:

tal contribuição não é fruto de uma natureza submissa dos dominados ou apenas das necessidades inquestionáveis da sobrevivência material. Constroem-

*se no bojo de um feixe de relações sociais, baseada em um sistema de prestação e contra prostração entre os moradores e os patrões.*⁹³

Apesar de essa ser uma troca desigual (até radicalmente desigual), uma vez que era o polo dominante (os patrões) quem determinava as regras e fazia as leis, o poder dos patrões seria lacunar e portanto insuficiente, sem um dispositivo de legitimação que, no caso dos engenhos paraibanos, teria sido produzido pela Igreja católica. Para Regina, a religião teria fornecido o alicerce que sustentava essa estrutura da dominação desde o período da escravidão e esse alicerce era a tradição da lealdade.

Essa Igreja, plenamente conivente com o poder senhorial pregava aos trabalhadores obediência, humildade e sacrifício, usando como exemplo a vida de Cristo. E se a vida de Cristo, pela sua humildade, pela sua obediência ao Pai, deveria ser modelo para as atitudes e a moral cotidianas, o compadrio se tornou um modelo que, inspirado nessa lógica pai generoso/filho obediente, reforçava as relações pessoais, acentuando a dependência dos moradores aos seus senhores. Essa longa tradição explica por que a religião era no universo do engenho, como exercício de autoridade, que por sua vez, legitimava a autoridade dos senhores.

Esses laços pessoais que definiam as relações de poder no engenho e na usina, teriam se exacerbado com o fim da escravidão e as concessões que compunham o sistema de moradia (casa, trabalho, acesso à terra, direito de criar, acesso à água, à lenha, ao mel, e ao barracão, que fornecia também auxílio financeiro nas situações-limite), teriam encoberto a dimensão compulsória da dominação. Portanto, o equilíbrio entre a coerção e o consentimento era regra fundamental nesse sistema de dominação. Por isso, a violência só seria utilizada nas ocasiões

em que as transgressões ameaçavam romper esse equilíbrio e por isso também era o cumprimento das regras da moradia, que delimitava o perfil do bom patrão e do bom morador. O “bom patrão” seria portanto,

... aquele que tinha força acumulada no sentido de realização do modelo, e contando para isso, com a lealdade ilimitada de seus moradores, poucas vezes precisava usar a violência. Em seus domínios, somente cabra safado era castigado, entrava na peia, na chibata.⁹⁴

Quanto ao bom morador,

Era justamente aquele que internalizava mais completamente as ‘regras de moradia’, dando vigor especial à dominação.⁹⁵

Assim como Moacir Palmeira, Regina Novaes entende que os moradores-foreiros vivenciavam a situação mais propícia para a internalização completa das regras que sustentavam esse sistema de moradia, e por isso, eram eles que, apesar de terem maior autonomia no processo de trabalho, estariam subordinados da forma mais completa ao senhor de engenho, que no exercício do seu poder sem limites, não deixava escapar nenhum aspecto da vida do morador. Para reforçar sua leitura desse poder onipresente do senhor, Regina recorre a uma fala de José Américo, na qual ele descreve, a partir de sua experiência como filho de um senhor de engenho, o perfil desse personagem:

Meu pai tinha o comando, enfeixava todos os poderes. Como era costume dizer-se: casava e batizava. Era a polícia, o juiz, o médico, o padre. Mantinha a ordem, e o destacamento local não tinha ingresso no feudo. Julgava, e a sua sentença era inapelável. Trazia consigo a carteira de homeopatia do Dr. Sabino para dar mezinha de graça (...) Rezava a novena para o pessoal do sítio na capela-da-casa grande.⁹⁶

Para a autora, este sistema tradicional, marcado por relações tão desiguais, sofreu algumas transformações com a chegada das usinas a partir de 1930, pois, a usina desmantela as antigas regras da morada, uma vez que o acesso à terra por parte do lavrador, passa a ser cada vez mais restrito.

A quebra das relações pessoais que balizavam o sistema de dominação anterior, exigiu no tempo da usina, a construção de um outro tipo de legitimidade: é nesse tempo que o medo do trabalhador ganha espaço frente ao consentimento. Por isso, no novo tempo, no tempo da usina, a manutenção das antigas regras são ainda mais valorizadas como um privilégio, como um “dom”. Nesse sentido, para Regina Novaes, o sistema de dominação sofria com mudanças provocadas, por exemplo, pelos ciclos de retração/expansão da cana-de-açúcar, mas parecia ter uma capacidade enorme de se manter:

A vigência da ‘Lei da chibata’ não se baseia apenas na coerção, mas também, na construção, quebras e reconstrução de consensos que dependiam da legitimidade e da interiorização da dominação. Esses processos, de quebra e

*reconstituição, tornam-se, muitas vezes, ocasiões para a expressão do outro lado da moeda da submissão: a resistência à dominação.*⁹⁷

Embora, Regina Novaes ressalte a possibilidade de resistência no interior desse modelo de dominação, essas resistências, na sua avaliação, eram pouco sistemáticas e localizadas, pois em geral, atingiu unidades de produção específicas ou grupos de trabalhadores específicos, mas

*Elas se acumulam e ao longo do tempo, certas situações de mudança nas relações sociais, conjugadas com conjunturas politicamente favoráveis, tornam-se propícias para que a resistência à dominação ganhe amplitude e reconhecido caráter político.*⁹⁸

Esse é o argumento que antecede a discussão que Regina Novaes, faz sobre a emergência das Ligas Camponesas, que ela entende como uma experiência emblemática desses momentos de questionamento ao poder absoluto, a “lei da chibata”, e que, por isso, provocou cortes no tecido social, rupturas.

Se retomarmos o argumento de Regina Novaes explicitado na citação acima, os pressupostos dessa ruptura seriam a conjugação de fatores externos, e das tensões internas. Assim, as mudanças na estrutura produtiva, provocadas por mais um ciclo de expansão da cana-de-açúcar, o movimento nacionalista e a existência de inúmeros grupos políticos, disputando o controle do movimento social, incidiram sobre as relações pré-estabelecidas entre os grandes proprietários e os trabalhadores. Sem deixar de considerar a diversidade dessas relações, Regina Novaes acaba por privilegiar em sua análise, a ruptura ocorrida entre o

senhor latifundiário e os moradores-foreiros: primeiro porque a experiência dos foreiros, ameaçada por essa expansão, principais bandeiras das Ligas: a abolição do cambão e a reforma agrária. Mas também porque,

os foreiros estavam no topo da hierarquia do 'povo do engenho' justamente porque tinham o sítio e não recebiam dinheiro como os assalariados, o cambão era uma espécie de retribuição aos favores do patrão, que os distinguia dos outros. Essa situação permitia aos foreiros internalizar mais completamente as regras da morada, manifestando lealdade e reconhecimento ao dono da terra. No entanto, quando esse sistema rompe e os foreiros se vêem ameaçados de não reproduzir a situação anterior, são eles os primeiros a se aproximarem das Ligas. Utilizando-se da antiga posição privilegiada dentro da propriedade (baseada no sítio, no trabalho familiar e não obrigação da força de trabalho) muitos deles iniciam sua luta pela permanência na terra em novos moldes, sem o cambão e de acordo com a 'lei da nação'.⁹⁹

As análises de Moacir Palmeira e Regina Novais foram muito importantes para essa pesquisa, pois informaram, em grande medida, a maneira como eu passei a entender as relações que o camponês estabelecia com o seu mundo: atentando para as micro diferenças que, em geral, desaparecem sob a lógica dos modelos generalizantes. Esse olhar foi fundamental para construir caminhos de pesquisa que a historiografia sobre as Ligas ignorou (ou desconsiderou?), viabilizando a ousadia de tentar dismantelar verdades cristalizadas sobre essa experiência histórica. Com eles, eu aprendi que era impossível entender as escolhas dos

camponeses desconsiderando seu universo simbólico a partir do qual essas escolhas foram construídas e legitimadas, e por isso, minha dívida é imensa. No entanto, é preciso entender que a aproximação entre antropólogos e historiadores não está isento de conflitos, de choques, de estranhamentos, até porque a intenção do exercício interdisciplinar é explorar as possibilidades colocadas pelas diferenças de procedimentos de pesquisa e de análise próprios a cada disciplina, e por isso minha intromissão em campos alheios, não tinha como propósito apropriação de modelos, categorias de análises e conceitos que, transplantados para o meu campo, garantiriam uma nova forma de contar uma história das Ligas Camponesas.

Como já nos ensinou E. P. Thompson, os conceitos, os modelos, as categorias de análise devem ser testados e refinados no curso de nossa investigação, e a partir da especificidade do nosso exercício.¹⁰⁰ Essas considerações preliminares sobre a relação que estabeleci, enquanto historiadora, com os antropólogos são necessárias para esclarecer o sentido da crítica a uma questão que, entendo, precisa ser discutida: conceito de internalização das regras de morada.

Entendo, que esse conceito, trabalhado por Moacir Palmeira e Regina Novaes, absolutiza a relação de poder entre moradores e senhores, porque fecha a possibilidade de se pensar como essas regras eram negociadas cotidianamente dentro desse campo de forças que define o próprio sistema. Quando Moacir Palmeira afirma que as regras de morada eram internalizadas pelo morador, como as regras de sua própria existência as regras da sua própria existência, a ênfase é na idéia de uma imposição e de uma aceitação absolutas. Mas como vimos, a experiências dos moradores-foreiros não era experimentada só como lugar de submissão. Senhor Antônio Joaquim, senhor Severino, senhor Nivaldo criaram espaços de liberdade vivenciados com uma alegria que não pode ser menosprezada, pois eram essas

pequenas conquistas que informavam as tentativas de acordo, assim como quando impossibilitadas a sensação de injustiça e a justificativa para lutar pela sua permanência na terra. Concorde que esse exercício de negociar as regras do sistema de morada era operacionalizado dentro de uma margem bem estreita, mas com possibilidades reais de interferência na forma como essas regras eram experimentadas.

Experimentadas e não simplesmente impostas a partir de uma vontade senhorial que as teria construído independente das relações. Por isso, quando essas antropólogos recorrem as memórias dos senhores de engenho para explicar as desigualdades dessa relação de poder que definia o sistema de morada pensado a partir dos binômios coerção-consentimento, imposição-interiorização, eles acabam por incorporar em suas análises o poder senhorial tal como ele é descrito pelo senhor: como onipotente, onipresente, absoluto. Essa postura impossibilita pensar que as fissuras dessa relação de poder são também instituintes desse poder e por isso ele só pode ser entendido como uma construção tensa, conflituosa, mas nunca absoluta.

Reconheço que é difícil não sucumbir as evidências desse poder que se pretendia absoluto, pois a arrogância vociferante possuía pressupostos difíceis de questionar e longamente reeditados. O primeiro era a prerrogativa jurídica de serem os donos da terra; o segundo, a crença de que os donos da terra eram também os donos dos homens que trabalhavam à terra, uma crença que se traduzia cotidianamente nos castigos físicos, nos imprensões e, finalmente, nas expulsões, quando as aspirações dos camponeses colocavam em questão aquelas prerrogativas. Essa arrogância vociferante também foi, longamente alimentada pelo mito das concessões, pois esses “generosos” senhores gostavam de acreditar que, por consciência cristã e dever moral, eram bons patrões, e se orgulhavam de ceder, aqui ou ali, um pedacinho de terra, um remédio, um agrado qualquer. Mas esse era um mundo

construído exclusivamente a partir de sua vontade, um mundo que eles gostavam de imaginar. O mundo real, como já disse Sidney Chalhoub, ao analisar o paternalismo num contexto histórico muito diferente desse – era bem outro, porque os homens e mulheres que seriam os fiéis e submissos receptores dos agrados, das benfeitorias, e dos castigos desses senhores, não podem deixar de serem vistos como pessoas com aspirações próprias, informadas por valores, expectativas e concepções de direito que colocavam exigências e impunham limites à prepotência desses senhores.¹⁰¹

Por isso, essa é uma relação desigual, radicalmente desigual. Mas, essa evidência não nos autoriza a desconsiderar os empreendimentos cotidianos dos camponeses para continuarem a ter acesso à terra, para melhorar suas vidas e a vida de suas famílias, pois, apesar de submetidos as regras muito rígidas que a hegemonia dos senhores lhe impunha, eles lutaram para garantir e preservar espaços de autonomia que lhes eram muito caros. Mesmo imprensados, restringidos, impedidos, os senhores Antônio Joaquim, Inácio e Severino não abriram mão de negociar pequenas conquistas, e, por isso, embora eu concorde com a leitura de Regina Novaes de que os moradores-foreiros foram os que mais hesitaram em romper as regras de moradia, acho que esse procedimento, mais do que submissão, indica cautela, cuidado e por isso, as tentativas de acordo, também deve ser visto como embates cotidianos e não simplesmente como submissão às regras com as quais eles só poderiam lidar a partir da aceitação. Ou seja, a escolha de não quebrar as regras nem sempre significava ausência de questionamento a essas regras.

Penso que é possível localizar nas trajetórias narradas pelos que decidiram não romper as regras dessa relação tão desigual, indícios da angústia, do sofrimento que promove, em qualquer momento, essa desassociação entre as suas pretensões, seus sonhos, seus desejos e as

pretensões dos ricos senhores de terra. Por isso, acredito que a decisão de filiar-se às Ligas era informada não só pela experiência dos conflitos, mas também pela possibilidade de alargar miúdas experiências de alegria e de fortalecer frágeis noções de direitos, construídos em longos anos de convivência com os donos da terra, e a partir de um difícil equilíbrio entre suas necessidades e as necessidades dos seus patrões.

Por isso, ao invés de só considerar as oposições submissão/imobilização X resistência à dominação; conflitos localizados X resistências amplas; continuidades internas que teimavam em se manter a despeito das mudanças X rupturas externas, preferi explorar, ao longo desse texto, os muitos conflitos cotidianos e as várias formas de vivenciar esses conflitos, para tentar entender como essa experiência marcada por tensões e expectativas também várias, tornou possível a confluência entre o velho sonho de homens, como Antônio Joaquim, Severino e Nivaldo, de ter terra e os desejos de mudança que alimentavam a ação política daqueles que em outros espaços e por outros meios defendiam a reforma agrária.

Assim, as experiências de fazer acordo, dos enfrentamentos e até das desistências do contrato de moradia, não podem ser menosprezados ou hierarquizados, por que cada uma delas, a seu modo, informaram a mobilização social que se institucionalizou com a criação das Ligas Camponesas. Essa possibilidade, construída a partir da memória, indica que mesmo a dominação mais violenta, mais cruel, mais pretensamente absoluta, não excluía a construção de alternativas pelas quais os camponeses tanto lutaram. Desconsiderar isso, seria compactuar com a idéia de que os camponeses eram despreparados, desinformados, desqualificados para a ação política, sendo, no máximo, “palha seca”, que acesos por outros, pusessem fogo nesse sistema de exploração. Essas memórias que trabalhamos anteriormente são um contraponto à leitura de que as Ligas foram resultado só da ação de líderes políticos e/ou partidos, afinal os

senhores Antônio Joaquim, Inácio e senhor Nivaldo, sabiam muito bem interpretar o mundo em que viviam, e por isso, ao longo de suas vidas como moradores-foreiros, construíram expectativas que não podem ser desprezadas. Mas eles não foram os únicos.

O MUNDO VIRADO DE CABEÇA PRA BAIXO

A história de senhor Damião que passo a contar, é em muitos aspectos parecida com a do senhor Antônio Joaquim, do senhor Inácio e do senhor Nivaldo e, ao mesmo tempo, é muito diferente, pois o senhor Damião, assim como vários outros personagens que com ele cruzarão, a partir de agora nesse texto, era um morador de condição. Essa diferença, vista de cima, ou de uma perspectiva vertical, pode parecer desprovida de importância, afinal os moradores foreiros, os moradores de condição, além dos cassacos e dos trabalhadores assalariados, poderiam ser igualados por sua condição de subordinação ao proprietário da terra, mas para aquele que, como eu, pretende explorar as múltiplas possibilidades e também a impossibilidade das ações políticas cotidianas, essa diferença adquire um significado fundamental por que através dessa diferença é possível entender melhor como a experiência social de ser morador foreiro ou morador de condição, de ser trabalhador de “dentro” ou de “fora”, de ser um trabalhador temporário ou não, delimitava os espaços de atuação, estabelecia hierarquias e também legitimava a noção de direitos adquiridos e a expectativa de direitos a adquirir. Como vimos anteriormente, a relação do foreiro com a terra acionava sonhos, promovia pequenas alegrias cotidianas, na mesma medida em que a possibilidade da perda do sítio, causava angústia, dor, tristeza. Com o que sonhava os moradores de condição? Do que tinham medo ?

Na memória do senhor Damião não existe a idéia de uma antecedência feliz que tenha sido violada pela “lei do cão”, como definiu senhor Nivaldo. Por isso, sua história já começa com referência às mudanças.

Naquele tempo quando começou o reboição eu tinha uma rocinha e prantava lá mandioca, era tudo mandioca. O acordo que nós tinha quando eu fui pedir morada era que nos quatro meses da entre-safra da cana eu podia dispor de dois dia para trabaiá na roça e o resto no preparo da cana. No tempo da moagem diminuia o trabalho e aumentava a condição. Era assim. Todo mundo trabaiava no roçado e dava a condição, e era equilibrado, num sabe?¹⁰²

Embora a referência primeira já seja de uma vida dura, sua percepção daquele mundo não exclui a idéia de justiça ainda que, para ele a justiça fosse estabelecida em bases diferentes daquelas que vimos na história dos moradores-foreiros:

Todo mundo trabaiva no roçado e dava a condição e era equilibrado, num sabe? Dava pra regular tudo direitinho e a condição era ruim, num dizer que era bom, mas nós cumpria, que acordo é acordo, trato é trato, e home num pode arrenegar sua palavra, senão fica desmoralizado. Nós cumpria o acordo. Era a condição. Em troca tinha o roçadinho. Era justo. Eu mesmo num me incomodava de dar aquela condição não, porque era equilibrado: quatro dia de condição, dois dia de roçado e eu podia usar a casa de farinha, pegar lenha no mato, prantar o que quizesse no roçado, menos cana, né? Que não podia prantar cana. Mas nós queria era mesmo prantar mandioca para fazer farinha e

*milho prá reforçar o cumê. Em tempo bom sobrava até um pouquinho de farinha prá vender ou trocar na feira. Pagava a conga, tirava a do sustento, e ainda sobrava um tiquinho.*¹⁰³

Para o senhor Damião este equilíbrio vinha da relação de troca estabelecida no acordo. Um acordo, que não passava por uma lei escrita, era definido e legitimado pelo costume. Senhor Damião “dava a condição” e em troca, tinha um roçadinho, o acesso à casa de farinha, o direito de pegar lenha no mato. E para ele isso era justo. Mas essa idéia de justiça, construída a partir de uma vivência de direitos muito mais estreitos que os deveres, e aparentemente cristalizados numa desigualdade tão explícita, enquanto restrição, o senhor Damião elaborou sonhos que, assim como acontecia com os foreiros, eram informados por um diagnóstico do real, mas esses sonhos extrapolavam seu contrato de trabalho, uma vez que o universo do senhor Damião era ampliado a partir do olhar que ele lançava ao seu entorno, do gesto de comparar sua experiência de morador de condição com a experiência de morador foreiro, pois, naquele universo, ser foreiro era a referência que ele tinha de uma vida melhor :

*Num era uma vida assim boa, igual aos do foreiro, o sitiante mas dava pra ir agüentando e quem podia saber se um dia num tinha um sítio pra tomar de conta?*¹⁰⁴

Nesta relação, construída a partir de um olhar que abarca experiências outras, diferentes da sua, os lugares de sujeito e de liberto não se apresentam como absolutos, já que ser sujeito ou ser liberto eram experiências que se construíam na vivência intrincada da

usina/engenho. Quando o senhor Damião compara sua vida com a dos foreiros ele delimita as diferenças que se traduzem no ter ou não ter acesso ao sítio, no ter mais ou menos autonomia no trabalho. Mas o acesso ao sítio, que o diferencia do foreiro, definindo sua vivência de sujeito, também os aproximava, já que o desejo de liberdade tem como sinonímia o acesso irrestrito à terra, desejo de todos. Por isso, o lugar de morador-foreiro, ordenava os sonhos do senhor Damião como possibilidade, possibilidade que só seria realizada se as regras do jogo fossem radicalmente respeitadas. Para se tornar um morador-foreiro ele deveria cumprir os pré-requisitos impostos pelo contrato específico que estabelecia as regras de pedir moradia: obediência e fidelidade ao patrão.

Do seu lugar de sujeito, Damião sonha o sonho condicionado de um dia ter a vida, entretanto sua fala, como vimos, não exclui para explicar sua condição de sujeito, as idéias de equilíbrio e justiça, pois no universo símbolo dos engenhos, a condição de liberto não era vista por aquele que era sujeito como uma arbitrariedade do patrão, mas como um direito adquirido pelo foreiro que cumpriu todas as regras dos códigos de conduta próprios da relação de moradia.

Poderíamos então, recorrer à idéia da internalização das regras senhoriais, tão importantes na produção antropológica, para explicar as expectativas do senhor Damião? Para explicar como essas expectativas eram contidas pela força do senhor que disciplinava os corpos de seus trabalhadores e restringia seus sonhos ao universo da usina ou do engenho, condicionando-os à sua benevolência de doar, de fazer suas concessões ?

A história de senhor Damião parece dismantelar essa lógica, pois a expectativa de ter acesso à terra, mesmo para aqueles que como ele, apenas sonhavam, nem amenizou a percepção negativa das mudanças que atingiam a todos:

Mas aí, os tempo mudaram e arrocharam a condição. Era quase todo dia. Depois era todo dia e o ganho num aumentava não, o que aumentava era a sujeição. Só sei lhe dizer que chegamo num estado tal, que dava a condição de domingo a domingo que nem cantiga de grilo, sem parar, e o roçado, cadê ? Nada. Isso é que era pior, tinha o roçado mas num tinha o dia prá trabaiair. E o mato tomando conta de tudo. Isso era a peste. Tinha um roçadim e nós, por causa da condição, que era demais, tava privado da alegria de prantar.¹⁰⁵

Essa alegria miúda, condicionada a tão restritivas regras de acesso à terra não é menos valorizada por ele do que a alegria da autonomia que marcava a relação do morador foreiro com a terra, a do morador-foreiro, era diferente. Por isso, a sensação de perda aproximou essas experiências através de valores em tudo coincidentes: a alegria de plantar, que ele nomeia de trabalho em contraposição à condição, e a esperança de ser livre, que para ele se tornava cada vez mais distante:

Foi assim que o patrão foi encabrestando nós tudo. Arrancar roça, passar trator, soltar gado em cima, isso ele não fazia não, mas de que adiantava? Imprensava nós no eito e pra que roçado? Num tinha serventia, a não ser fazer nós sofrê, de vê tudo se acabando. Nós respeitava o acordo, o trato com ele e ele, até ali, trazendo nós na rédea curta, sem cumprir o prometido. E aquela situação foi me dando uma aflição danada, foi me chupando as esperanças tudo e eu pensava não era em mim não, era nos meus

fio pequeno, que naquele rumo que as coisa ia, não iam nunca ter o gostinho de ter um chão de terra, de trabaiair num sítio, prantar, trabaiair ...

O mundo parecia virado de cabeça pra baixo. A palavra do home num valia mais nada, era só empatar nós. Só empatar daquela vida cada vez mais, a terra se fechava prá nós como se fosse de aço e num tinha brecha prá penetrar, nenhum furinho¹⁰⁶

A sujeição do senhor Damião, assim aguçada, já não lhe possibilitava “trabaiair”. Trabalho era diferente de condição. Condição era um acordo, era um “trato feito”; trabalhar era cuidar do roçado, era plantar, era colher. O senhor Damião vendo pouco a pouco, as bases desse acordo serem rompidas, se via também obrigado a dar condição de domingo a domingo “que nem cantiga de grilo”. Continuava com o roçadinho, é verdade, mas e “dia pra trabaiair”? “O mato foi tomando conta de tudo”. “Era a peste!”. O sonho antigo do senhor Damião de um dia ter seu sítio “prá tomar de conta”, ia ficando cada vez mais longe e ele cada vez mais “privado da alegria de prantá”.

Nesse mundo que parece se estilhaçar, o único lugar de unidade parece ter dissolvido as diferenças, igualando moradores-foreiros e moradores de condição: a dor de ver a terra que antes era prazer, alegria de plantar/trabalhar, e sonho, se transformar numa terra de aço: impossível de trabalhar, impossível de provocar alegria para os pobres. Mas nem essa impossibilidade, sentida como absoluta, o paralisou, ao contrário, possibilitou a redefinição de velhas expectativas, alargou os sonhos de liberdade:

*Ai, quando eu conheci a Liga, eu entrei, porque só nós tudo unido podia libertar a terra e libertar o home, ter a esperança que os menino nunca fosse cativo, nem da cana, nem do patrão.*¹⁰⁷

É RUIM DEIXAR DE VIVER, MOÇA ...

A sensação de ruptura vivenciada pelo senhor Damião, também foi sentida pelo senhor Cícero, morador de condição da usina, só que, de uma forma ainda mais abrangente, já que a usina parece dismantelar com maior força o mundo em seu entorno, agudizando a sensação de crise:

*Ninguém tinha mais direito de trabaiá, não, era só ali dando condição. Pegava enxada pra tratá da terra, não podia. Num tinha o gosto de ver a lavoura, cuidar dela, num tinha mais esse gosto, não. Era só ali na condição. Acabou-se as esperança de ter um roçadinho, de trabaiá pra dá de comer aos filho, de cuidar da terra (...). Não tinha horário, um, tinha previsão, nem tinha rumo. Era assim a sujeição.*¹⁰⁸

E assim todo mundo : morador, foreiro, catingueiro, alugado, todos ficaram “restringidos”. Era o fim. E todos, “debaixo dos pé de cana, impressadinhos demais, foram deixando de viver. Não tinha nem frutinha, nem jerimum, nem macaxeira... só cana”:

Imagine a senhora , o cabra acordar de manhã cedo e vai tomar seu cafezinho ali, aquela garapinha e quando olha para o seu quintal cadê galinha,

*cadê um pezinho de milho, cadê uma plantinha de macaxeira? Num tinha nada. Era só cana.*¹⁰⁹

A imagem da cana invadiu o espaço mais sagrado do senhor Cícero, invadiu seu roçadinho, seu quintal. Entretanto a dor de ver o seu quintal invadido pela cana não é apenas sua e por isso senhor Cícero reatualiza constantemente em sua memória, uma dor coletiva, uma sensação de perda que não era só dele e relembra em sua narrativa passos, tensões, tristezas e dores para além do seu quintal, sem “nenhuma frutinha”. Dores e tensões de um tempo vivido como incerteza, como desespero:

*Tinha homem que morava ali 20, 30 e até 50 anos e foram expulsos. Foi a moléstia. Imagine um cabra com cinqüenta ano, o corpo já sofrido demais, os cabelo branco, escutar do gerente, num era nem do dono, era do gerente, uma coisa dessa [a ordem para sair da propriedade]. Muitos num aguentaro e foram embora, com uma mão na frente outra atrás, com os trocinho no ombro, ser sujeito a outro, que era melhor do que ficar ali, naquela humilhação. Tem outros que ficaro e enfrentaro e sairo na peia, né?(...) Teve cabra que se atracou mais o vigia. Teve cabra que saiu fugido, de madrugada, mode não morrer na peia, teve cabra que purgou castigo brabo (...) Teve os que se conformaro e foram embora, e morrero de fome. Teve os que enfrentaro e morrero de peia. Era assim, parecia o fim do mundo.*¹¹⁰

Esse olhar que abrangia várias outras vidas exigiu que o senhor Cícero alargasse a experiência da dor para além das suas perdas. O acesso ao sítio, o trabalho no roçado são

reatualizados na memória como experiências marcadas por restrições, restrições exacerbadas pelas mudanças: aumento exagerado da condição, expulsão de moradores, corte do trabalho no roçado, proibição de pesca, roubo na carga, roubo na conta. Um tempo que o senhor Cícero só consegue definir como o tempo em que ele deixou de viver :

*Não podia criar, não podia pescar, não podia prantar. Era assim a condição. E os filhos, ia comer o que ? Palha de cana? Só se fosse. É ruim, moça. É ruim deixar de viver!*¹¹¹

Também o senhor Nilo era um morador de condição da usina e na sua memória, assim como na de Cícero, as imagens de sujeição, definiu um cotidiano muito estranho de possibilidades :

*Naquela época nós vivia tudo sujeito nas propriedade. O patrão dizia: 'É pra fazer isso hoje' e a gente ia de qualquer maneira. Tinha aonde morar mas era sujeito. Trabalhava três dias na semana a 12 mil réis, ficava um ou dois só para a roça e se na casa tinha dois home, pai e filho ou irmão, eles obrigava a dar três dia. Quer dizer, que era seis dia para o patrão, ficava só quatro dia para trabaia na roça. Isso era a condição.*¹¹²

O senhor Nilo compartilha também, com o senhor Cícero, as idéias de que as mudanças agravaram as aflições cotidianas daqueles que viviam na usina, onde as oposições sujeição – liberdade; terra de lavoura – terra de cana, eram ainda mais radicais:

E a coisa foi ficando pior, o ganho era muito pouco e o roçado não rendia, isso quando eles não tirava o roçado. E assim nós ia ficando cada vez mais impedido. Tinha muita terra, mas às vezes era terra que só tinha capim, às vezes eles botava o trabalhador pra fora por um nada e as roça que ele tinha plantado, o mato cobria. O milho e o feijão apodrecia no pé, a banana no cacho e não podia tirar. Era uma tristeza só.¹¹³

Aquele tempo, experimentado como marco de ruptura, onde “tudo era uma tristeza só”, era também o tempo dos sonhos. A onipresença do medo da morte foi contraposta por contundentes esperanças de vida que reelaboraram a idéia do “deixar de viver”, afinal, para o contido senhor Nilo, “todo trabalhador tinha um sonho: ficar na terra, livre de tudo e poder viver à vontade”.

ERA UM CATIVEIRO, A USINA

Esse sonho difícil foi vivenciado em consonância com conflitos intensos, cotidianos, e muitas vezes diretos, como nos conta o senhor José Luiz, também morador de uma usina, mas, que, diferentemente do senhor Damião e do senhor Nilo, já tinha sido morador-foreiro. Senhor José Luiz, teve a lavoura do seu roçado arrancada e mesmo assim resolveu ficar. Essa violência ficou tão marcada na sua memória que já no início da entrevista ele tenta explicar o porquê de sua insistência em ficar morando na usina:

Eu fui morador muitos anos, ainda hoje não sou porque fui expulso. Foi o seguinte: eu morava num sítio dentro das terra da usina e meu sítio tava mimoso,

*cheio de lavoura, madioca, feijão, batata. Ai, ele [o patrão] o que faz? Pega e arranca as lavoura dos morador. Arranca de arado e planta cana. Planta cana, até onde chegou a oportunidade e a casa, que eu morava ficou dentro da cana. A roça que eu tinha, moça, foi arrancada de arado, e eu fiquei naquela tristeza, morando dentro da cana.*¹¹⁴

Mas essa decisão de ficar foi interrompida por um incidente: um animal do senhor José Luiz invadiu o plantio de cana e o administrador, irritado, o expulsou. Desesperado, ele recorreu ao patrão que estava na cidade :

- Dr. o que foi que houve comigo que o sr. mandou me botar pra fora agora?

Ele respondeu pra mim:

- Já saiu? É pra sair.

Eu digo: - é possível? Sem fazer nada ser corrido?

*- Não quero conversa, ele disse.*¹¹⁵

Com oito dias e ainda na usina engenho sem ter pra onde ir, chega o vigia, juntamente com um soldado chega na sua “casinha de taipa”

*(...) e fez com que eu tirasse os troço de dentro de casa. Eu tirei tudinho e botei no barreiro. A mulher e os menino também. O sol estava quente. Levei tudo para casa de uma comadre minha. Quando interou oito dias, o vigia de lá [do engenho onde morava a comadre] mandou eu sair, que não podia ficar. E eu, desvalido, com a mulher e os filhos. O jeito foi vir morar na cidade.*¹¹⁶

A história do senhor José Luiz, embora curtinha possibilita algumas reflexões que podem nos ajudar a reconstituir melhor esse tecido esgarçado das relações no interior da usina, pois sua história abrange desde a experiência de ser morador-foreiro até o limite desse processo de desmantelamento: a expulsão para a ponta de rua.

Talvez a experiência anterior de morador-foreiro baste para explicar por que José Luiz continuou insistindo em ficar na terra mesmo depois que seu “sítio mimoso” foi arrancado para que o patrão plantasse cana.

Mas essa decisão não indica uma acomodação às novas regras, ao contrário, essa insistência indica que mesmo depois do sofrimento de ver sua lavoura arrancada, e de ter sua rodeada pela cana, a presença do senhor José Luiz continua a ser um incômodo: porque o patrão concorda que ele mantenha um animal depois que impossibilita, tão bruscamente, sua vivência como morador foreiro se a criação de animais era uma prerrogativa desse contrato ? Porque esse patrão, todo poderoso, se recusa a explicar a decisão de expulsá-lo por um motivo tão frívolo, e para a realizar a expulsão precisa do reforço de um soldado da polícia ? Ou seja, a história do senhor José Luiz indica que a aparente acomodação às tensões disseminadas continuam latentes e se por um lado restringiam as possibilidades de atuação para o morador, por outro representava uma ameaça para o patrão, e por isso, é contraproducente reduzir os conflitos a rupturas radicais.

O desfecho da história do senhor José Luiz, também permite localizar outros caminhos para a filiação às Ligas Camponesas, pois quando tudo parecia acomodado à desesperança e à solidão da ponta de rua, a rede de solidariedade criada através da atuação dos mediadores acaba atingindo-o através de um vizinho, ex-morador foreiro de uma usina :

Depois de eu morando aqui na cidade, foi que apareceu a Liga Camponesa. Tem isso, tem aquilo, assim, assim. E eu digo: – É bom? Era bom! E eu fui e tirei a carteirinha. Quem me convidou foi um cabra vizinho meu. Ele disse: – Tem que ser calado. Aí eu botei o riri na boca e fui atrás da carteirinha no sábado, na feira de Sapé.

Eu tirei a carteira porque eu queria ver o mundo em liberdade. Eu queria um mundo em que nós não fosse agredido pelo latifúndio. Aquilo era libertação da terra. Terra para trabaiaá, para o povo ter libertação de trabaiaá, prá ser liberto.¹¹⁷

Essa escolha que foi vivida como uma forma de alcançar a liberdade, foi também elaborada como um contraponto à experiência de sofrimentos, que marcou sua relação com a usina, espaço privilegiado da opressão :

Aí, a usina não podia imprimir. Porque você viu, a usina ia imprimendo, imprimendo, imprimendo. Era um cativeiro a usina. A usina ia matando, o dono machucando. Morador não tinha direito de sair daqui prá ali. Se desobedecesse, apanhava e saía no pau e a usina ficava com o nosso esforço, nosso direito e nós só sofria decepção.¹¹⁸

OLHOS CANSADOS, PEITO SEM FÔLEGO

Senhor Raimundo, morador de condição de um engenho, experimentou no corpo o desencanto de ver as usinas “tomando conta do mundo”:

Quando o engenho que eu morava virou terra de usina, tudo mudou. A pisada era trabaiair de sol a sol, sem direito a um espirro. Trabaiaava tanto que faltava o foigo. E o cabo fazia que num via nada, só tomando conta, e mandano trabaiaá. E aquilo ia se suscedeno: era sábado, era domingo, era dia, era noite. Os olhos de nós já num agüentava ver tanta cana; e corta cana, e amassa cana e carrega cana, faltava o foigo. Era o tempo de moagem. E afora tudo isso, tinha que escutar toda hora o cabo gritar: ‘Se num quizer, o home disse que é prá botar prá fora!’

E eu ali, ouvindo aquela ladainha todo dia, o dia todo, me desencantei. Oxente, nunca que vou ter um roçado não.¹¹⁹

O cansaço do senhor Raimundo não parece ser resultado só do trabalho intenso do período de moagem da cana, não era um cansaço circunstancial, era o cansaço de uma vida inteira, pois ainda em menino ele começou a trabalhar na esperança de um dia ter um acesso a um sítio ou ao menos a um roçado. Órfão de pai, senhor Raimundo teve que procurar alternativas de sobrevivência, e nessa longa trajetória a sua única esperança era “ter um canto seu, onde escorar o corpo”:

Desde a data dos quatorze ano, que eu trabaia na aquela vida danada, pulano de gaio em gaio, feito macaco, morando com um, morando com outro, esperando melhorazinha, e nada. Aí, eu me desencantei, e disse, vou-me embora. Até aquela data, já contava quatro ano que eu tava morando ali naquelas terras, sem direito a nada na vida, nadinha mesmo, esperando um dia ter um sítio, sem esse dia chegar nunca, nunquinha. Trabaiaando feito um bicho, que não é prá me gabar não, mas eu nunca tive medo do trabaio, não senhora. Não faça má juízo quando eu lhe digo que não agüentei aquele rojão, mas era porque a condição estava braba demais e nós ali, vendo a cana tomar conta intê dos sítios que tinha lavoura; tomar conta de tudo, mesmo, e eu fui me desencantano, perdendo o gosto e as força, e foi isso que me fez ir embora.¹²⁰

A experiência de moradia do senhor Raimundo, extremamente fragmentada, parece, num primeiro olhar, muito diferente de outras que já analisei aqui. Pulando de galho em galho durante toda vida, ele não associa seu desencanto a um padrão particular, ou à perda de um referencial de vida que pudesse ser localizado em um determinado lugar. O desencanto do senhor Raimundo nasceu de nunca ter tido um lugar, de viver a vida inteira a negação de direitos. No entanto, sua experiência atravessada pela instabilidade, não impediu o sonho de ter acesso à terra, um sonho pelo qual ele havia lutado a vida inteira. Por isso, cada vez que o senhor Raimundo decidia ir embora, o desejo de ter terra, que era a única constância em sua vida, era reeditado. A decisão de sair não significava desistir do sonho, e por isso, não podemos menosprezar os investimentos realizados a cada tentativa, a cada troca de morada. Essa esperança itinerante pode indicar uma certa margem de autonomia, mas não o isentou de embates que marcaram seu corpo e seu coração:

Decidido eu tava, e fui falar com o administrador. Pronto! Ai, chegando lá na sede ele olhou o livro de conta e mandou um moleque lá no barracão, prá vê o que eu tinha comprado naquela quinzena, e nós ficamo esperando. Quando o menino voltou trazendo um papel de embrulho e entregou prá ele, ele ficou fazendo conta, fazendo conta e adispois disse prá mim que eu não podia ir não, porque tava devendo no barracão. Ai eu fiquei doido, doidinho, e disse que ele descontasse a dívida do barracão das diárias. Eu tinha trabalhado de dia e de noite, sem descanso, mas ele disse que num dava, que não cobria. Nós discutimo muito, ele ficou muito brabo e disse que se eu fosse embora, ele ia me caçar até no inferno e me dava uma pisa de criar bicho. Disse isso assim, na minha cara moça, e a senhora num sabe o que isso significa assim, no coração do homem.

As conta tava errada moça, e eu num podia provar, mas também num podia ficar ali sendo chamado de ladrão e de covarde e ficar ali desmoralizado, aí num tive outro jeito, se não trocar meu roçadinho de mandioca e tudo o que eu tinha na tapera, pela conta do barracão mais as diária, e fui embora. Troquei, deixei por conta. Eu num podia mesmo trabaiaar, num dava tempo.

Num era por medo da pisa nem nada, que eu fiz isso. Era porque eu sabia que se eu ficasse, ou se eu saísse sem deixar o roçadim, nós ia se atracar e eu num nasci prá cadeia, porque eu sou fio de Deus. E além do mais, tinha quatro fio prá criar. Além do mais, eu fui quem arresolvi sair porque tava imprensado, mas fui eu quem arresolvi sair. Num tinha direito a nada daquilo ali não.¹²¹

MESMO O POBRE TEM DIREITO DE VIVER

Senhor Inácio, filho de moradores, no brejo paraibano, cresceu trabalhando no roçado, mas “o terreno era fraco, fraquinho mesmo”, e ele resolveu migrar para São Paulo na esperança de melhorar de vida :

Lá no Brejo, por aqueles tempo, já tinha uma moda que dura até hoje, que é o pau-de-arara. Um caminhão da peste, num sabe? Lotado de nego, tudo amarelado de passar fome, querendo ir prá São Paulo, Rio de Janeiro e outros lugar mais desenvolvido, mas os principá são esses dois. Apois é, eu também arresolvi ir prá lá, prá aqueles mundo, arriscar. Fui, comprei minha passagem e embarquei. Era uma viagem da peste. Nego adoecia, passava fome, sofria assim demais mermo. Mas isso num era nada, vinte dia ali naquele caminhão num era nada. A desgraça tava mermo é esperando quando chegava lá, vixe maria! Sofri de um tudo, e, em três anos, resolvi voltar.¹²²

Como muitos outros, o senhor Inácio não se adaptou viver “naquele mundo”. Na volta tenta retomar a vida, mas no brejo, onde ele havia nascido e onde morava sua família, “havia naquele tempo, muita calamidade de fome” e o senhor Inácio não conseguiu trabalho. Depois de algum tempo, recorreu a um primo que era morador-foreiro há muitos anos em um engenho em Sapé. O primo conversou com seu patrão, que aceitou o senhor Inácio como morador de condição:

*E nós combinamo assim, tudo bem combinadinho, que ele era home de vergonha. Eu fiquei trabalhando 'obrigado' naquele engenho sete ano, de 53 a 60, sempre dentro do que era direito, cumprindo minha obrigação certinho, sem demora, sem aborrecimento (...) O patrão era justo, num caçava desavença com seu ninguém, vivia em paz. Se os cabra cumprisse a condição, muito bem, não tinha desentendimento, se não cumprisse, ele botava prá fora e pronto.*¹²³

O bom comportamento e o cumprimento da “obrigação” possibilitou ao senhor Inácio uma certa estabilidade, uma vida tranqüila. Naquele engenho nasceram seus filhos e ele conta que foi “tomando gosto pelo lugar”. A referência à bondade do patrão era reforçada em contraposição a experiências que o senhor Inácio, provavelmente, viu acontecer no seu entorno: “Não tinha pisa, não tinha cabrocó, num tinha maldade, não. Era trato cumprido e pronto!”. Por isso, apesar de a “condição” ser pesada, ele compreendia que sua permanência naquele engenho era o melhor para ele e para sua família:

*Eu num vou dizer pra senhora que eu vivia assim feliz de tudo, porque num vivia não, porque a condição era pesada, num sabe? Mas eu espiava de lado, e eu via nos outro engenho, nas usina, que os proprietário num queria mais fazer arranjo para os pobre. Um palmo de terra, eles num queria dá. Todo dia, chegava gente caçando emprego e quando num achava, ia pra São Paulo. E eu num podia nem pensar em ir pra São Paulo com os fio tudo pequeno, não é mermo? A condição era difícil, mas eu achava mais melhor do que viver esquipando para o sul, sem um rumo na vida. Aí, eu ia ficando ali.*¹²⁴

Este “espiar de lado” foi tão importante na construção dos seus valores, quanto sua experiência de morador de condição. Entretanto, esta experiência quase feliz do senhor Inácio começa a se esgarçar no ano de 1957, quando o patrão arrenda a terra do engenho para outro “home”, que contratou um administrador “pra tomar de conta”:

Aí pronto, dismantelou tudinho. Se a condição antes era difícil agora pronto, era impossível!

(...)

Nós vivia tudo sujeito, ali, com a rédia curta, vivendo como escravo. Sujeito ao barracão e ao feitor, que era o encarregado do serviço. Era assim, juntava a turma e ia pra o eito, tudo ia pra o eito e trabaiava de sol a sol. Parava pra o almoço e engolia aquele bocado, feijão com farinha, muita vez, sem mistura, às vezes, com uma piabinha. E tocava a trabaiá de novo e o vigia ali, num dava uma folguinha.¹²⁵

A saída do “patrão distinto” foi lida pelo senhor Inácio como o fator que desencadeou o aumento da “sujeição”, também aprofundada pela presença de castigos físicos:

Muita vez vi os cabra apanhá, porque chegava a hora de ir pra roça e num podia, porque tava doente. Às vezes, eu vi o cabra apanhar umas lambada porque respondia mal ao vigia. Apanhava mermo e ficava ali humilhado.¹²⁶

A sujeição exacerbada e explicitada referência, de que vivia como “escravo” sob o olhar vigilante do “feitor”, traduz o sentido das mudanças: o aumento de condição, presença

de castigo físico, a restrição às estreitas margens de autonomia: uma restrição estendida a todos:

*E nós tudo, os morador de condição, os cassacos, os eiteiro, nós tudo vivia sujeito ao barracão. Tirava daquele barracão um açúcar preto, o sal, o querosene, a cachaça e o feijão. Imagine a condição que era você, um agricultor ter que comprar feijão no barracão porque num dava tempo de prantar no roçado, ou porque, mermo das vezes, num tinha roçado pra prantar. Porque muitas vezes num tinha roçado pra prantar. E nós tudim ali sujeito ao vale do barracão.*¹²⁷

A vinda do administrador marcou a primeira quebra de sua trajetória tranqüila como morador de engenho; a segunda, muito mais dolorida que qualquer castigo físico, que qualquer limite à autonomia do trabalho, é mais do que uma quebra, é a sensação de desamparo total:

*Morreu menino meu, moça, de febre alta, sem ter quem acudisse e sem nós poder dar solução (...) naquele tempo, os pobre tava tudo deserddado da fortuna divina, porque aqueles home entendero de deserdar nós tudinho e nós fomo ficando despossuído de tudo, até dos fio...*¹²⁸

A sensação de impotência com a morte do filho e a sensação de desamparo agravaram enormemente o sofrimento do senhor Inácio e impulsionaram-no apesar de toda dor, na busca de alternativas :

Eu penso assim, que mermo o pobre tem o direito sagrado de viver. Que Deus num podia aceitar essa injustiça, não senhora, que Deus deixou a terra pra

todos. Ele fez o home e a muié e mandou multiplicar e encher a terra, Deus não mandou ninguém vender a terra, antes ele libertou a terra, então só posso crê, que ele queira que o pobre tenha terra.

Baseado assim nessa crença é que eu entrei pra Liga, que era pra mode ter um terreninho pra trabaiaá, que a proposta era essa, era adquirir terra pra trabaiaá, era esse o movimento. Então eu penso que era bom né? Porque sem terra, num tinha jeito não, era morrer tudo a mingua. Por isso eu acredito que a Liga queria a libertação. Era isso sim, era só isso. Era como lhe disse: o direito sagrado do home viver, criar seus menino, sustentar sua mulher, viveno na graça de Deus. Por isso eu entrei.¹²⁹

O desfecho dessa história não poderia ser mais previsível: um dia voltando do trabalho, o senhor Inácio encontrou a casa completamente destruída; desesperado ele volta para a cidade em busca da ajuda dos “companheiros”.

Todas essas histórias, reconstituídas sob os signos da aflição, da angústia e do medo, indicam que naquele momento de exacerbação dos conflitos, um sentimento comum aproximou os moradores-foreiros e moradores de condição: a sensação de desmantelo, de desintegração, de insegurança. Uma sensação que foi traduzida por uma imagem recorrente: a da cana que parecia tomar conta do mundo. Uma invasão que imprensava, asfixiava, expulsava.

No relatório do Instituto do Açúcar e do Alcool, encontrei os números para quantificar essa invasão: no biênio 53/54, a Paraíba tinha sete usinas, que esmagaram 279.345 toneladas de cana, sendo que desse total, 154.736 toneladas foram cultivadas em terras da usina e 124.605 em terras de fornecedores. No biênio 63/64, o número de usinas permanecia o

mesmo, mas a produção tinha praticamente dobrado para 575.775 toneladas de cana esmagada, sendo que 272.988 toneladas foram produzidas em terras próprias e 306.333 em terras dos fornecedores.¹³⁰

Esse ciclo de expansão da lavoura canavieira exigiu uma redefinição da propriedade, que resultou numa ainda maior concentração de terras, inclusive, porque para dobrar a produção – como mostram as estatísticas –, as usinas “engoliram” muitos engenhos, e o impacto dessa expansão marcou ao longo de muitos anos, muito antes da culminância, os corpos daqueles que vivendo nas usinas ou nos engenhos experimentaram o sofrimento cotidiano de perder a liberdade, de ver outros perderem a liberdade, e ainda de perder a esperança de um dia alcançar a liberdade.

Poderia explicar esse processo a partir de um discurso já cristalizado na historiografia: as mudanças sinalizavam o processo de transição das formas de trabalho arcaicas (pré-capitalistas, “feudais”, “semifeudais”) para o trabalho assalariado. Poderia também, a partir desse mesmo esquema de explicação, nomear esse processo que incluía o aumento da produtividade, expropriação dos trabalhadores, redefinição da propriedade de modernização. Assim, o processo teria sua inteligibilidade garantida, mas se a escolha fosse essa, o que fazer com essa memória sofrida, aflita, dos camponeses ?

Para resolver esse impasse, eu poderia, contrapor a essas mudanças, a resistência dos camponeses e explicar como uma luta pela preservação de antigos pactos, de velhos costumes da tradição. Afinal, nada mais conservador do que lutar para ter acesso a um pequeno sítio (mesmo que esse sítio continuasse a ser de outro), de poder trabalhar no roçado, mesmo fraco, mesmo miúdo, e necessariamente, essa leitura da experiência social autorizaria a interpretação de que esses camponeses, por sua visão limitada, localizada e circunstancial das mudanças, não passariam de uma massa amorfa a ser moldada por outros, que investidos do papel de

condutores, dariam sentido político às suas luta. Mais uma vez, recoloco o argumento: não tenho a pretensão de criticar projetos políticos que se constituíram a partir de investimentos sistemáticos, muitas vezes arriscados, e, que por isso, não podem e nem devem ser menosprezados, mas explica a partir das possibilidades e dos recursos de que dispunham aqueles homens que viveram um tempo de esperanças difíceis. Meu incômodo continua a ser com as interpretações que legitimam essas intervenções como o lugar da política e por isso, negligenciaram os investimentos dos camponeses, e o mais cruel, suas aflições, seu sofrimento e o sentido histórico do desencanto que marca a sua memória.

A minha escolha foi insistir em escutar essas experiências desprezadas para entender porque as mudanças vivenciadas como desgaste, como desmantelo, agravaram dilemas que há muito já vinham sendo experimentados por conflitos que integravam o mundo dos engenhos e das usinas . Mas trabalhar essa tradição de conflitos não basta para explicar como aqueles camponeses construíram suas expectativas de futuro e, por isso seu modo de vida e suas expectativas de futuro e, por isso, acho que também é importante considerar como esses conflitos exigiram a reavaliação e a reinvenção das tradições. Afinal, lutar para permanecer na terra num momento de extrema concentração da propriedade, significou, muito concretamente, desafiar o velho sistema de poder, tanto quanto criar possibilidades de recriá-lo. A desintegração do modo de vida não significou necessariamente, que a exclusão de antigas expectativas, sobretudo, se as novas expectativas eram sentidas como uma ameaça ainda maior que àquelas que haviam sido experimentadas antes das mudanças. Por isso, esse trabalho tem a pretensão de contar do medo, da angústia, da aflição, mas também de como esse medo, essa aflição, essa angústia reacendem a esperança.

Talvez o leitor esteja desconfiando dessa escolha pela evidência de que essa memória, marcada pelo estigma da derrota, seja também e, por contraste, marcada pela idealização do

passado, e provavelmente, considere essa escolha uma imprudência. Reconheço que esse é um caminho arriscado e tortuoso, inclusive porque pode levar a generalizações tão desapreciadoras da experiência camponesa com as que tenho tentado evitar nesse texto, como por exemplo, a idéia de uma “essência camponesa”, imutável e invariável.

Não desconsidero que o desejo de ter acesso à terra tinha sido ressignificado pela experiência posterior de não ter acesso à terra alguma, não desconsidero nem mesmo que a idealização seja a tônica desse discurso marcados também por silêncios que tornam inacessíveis muitos aspectos dessa experiência. Mas os silêncios, assim como as ênfases que se repetem em vários discursos não são também um modo de comunicar uma experiência?

Tenho ainda outro argumento para que seja considerado pelo leitor desconfiado, mas é um argumento que quero colocar em forma de perguntas: se não fosse por esse sonho do ter terra, por que lutariam, tão acirradamente, os camponeses naqueles anos ? Por que teriam enfrentado os donos da terra em intensos conflitos cotidianos? Em nome de que, teriam arriscado suas vidas e as vidas dos seus filhos? Qual teria sido sua motivação para entrarem nas Ligas?

Como acredito não ser possível abdicar dos sonhos e das utopias para contar a história dos projetos políticos – afinal, não é do sonho, do desejo, das expectativas que nascem todos os projetos políticos? – insisto nessa escolha de fazer desses sonhos minha matéria prima para entender o sentido dessa aflição, dessa sensação de desmantelo, dessa esperança miúda, parca, severina, como a sensibilidade do poeta consagrou.¹³¹

Para que esses sonhos pudessem ser interpretados por uma aprendiz de historiadora, assumidamente empirista como eu, eles precisavam ter correspondência com experiências concretas, e por isso, comecei a investigação dessa matéria-prima pelas inúmeras restrições que as mudanças provocaram na vida cotidiana dos trabalhadores dos engenhos e das usinas: a

tomada ou diminuição dos sítios e dos roçados que à eles eram concedidos para plantar culturas de subsistência; as redefinições nas relações de trabalho – salários baixíssimos, jornadas exaustivas, aumento do cambão, e a presença incômoda e cada vez mais constante do administrador (simbolicamente nomeado de cabo ou feitor) que passou a controlar sistematicamente, e não raro violentamente, a produtividade nos canaviais.

O senhor Antônio Joaquim, que considerava o sítio concedido pelo patrão como “seu canto, sua morada” era um homem “livre”, “ou quase-livre”, mas experimentou todas as restrições, negociou cada mudança, aceitou até trocar o “seu sítio” por um terreno “fraco, cheio de cascalho”, só não suportou quando compreendeu que todos esses sacrifícios não tinham conseguido evitar – nem para ele, nem para seus filhos – a exigência do trabalho assalariado. E foi para não viver na incerteza, que ele entrou nas Ligas Camponesas. O senhor Severino também considerou intolerável ver a sujeição dos filhos, obrigados a trabalhar “na palha da cana” para ajudar a pagar o foro cada vez mais alto, e por isso, para ele “prender a terra era inflamável para a humanidade”. Uma experiência que também foi vivenciada pelo senhor Nivaldo, que ficou com “um desgosto profundo”, quando o patrão o proibiu de fazer uma tapera para seu filho recém-casado, numa terra em que ele havia nascido e se criado e, onde seus pais haviam morrido trabalhando. E por isso, depois de toda uma vida de “sujeição” ele resolveu enfrentar o patrão.

Na outra margem desse território invadido pela cana, senhor Damião, senhor Nilo, senhor Inácio, senhor José Luiz e senhor Raimundo, todos moradores de condição, experimentavam uma angústia, que embora balizada por vivências diferentes, parecia igualar a todos. Eles também sentiam que o mundo parecia virado de cabeça para baixo, também se preocupavam com o futuro dos filhos, também sentiam o corpo ficar velho, cansado, esmagado pela cana: “cadê pezinho de milho? Cadê galinha? Cadê plantinha de macaxeira?

Era só cana”, como questionava, indignado, o senhor Cícero ao constatar que até os moradores foreiros estavam sendo restringidos. Uma sensação que foi muito bem definida pelo discurso contido e direto do senhor José Luiz : “Era um cativo a usina”.

O senhor Damião leu as mudanças a partir da supressão dos seus, já tão restritos, direitos de morador de condição e da impossibilidade, cada vez maior, de se tornar um morador-foreiro: supressão de sua esperança? O senhor Cícero reelabora sua experiência – igualmente marcada pelas supressões – a partir do desencanto que depois de tanto tempo, soava como uma condenação, “É ruim deixar de viver, moça”; o senhor Nilo falou pouco e de olhos baixos, reforçou o discurso do senhor Cícero ao afirmar que “aquilo era uma tristeza só” mas sua fala, no final da entrevista, localiza o sonho pretérito, que no entanto, ainda hoje parece se contrapor ao desencanto do presente: “todo trabalhador tinha um sonho, ficar na terra livre de tudo e poder viver à vontade”; José Luiz perdeu seu sítio, tentou se manter como morador de condição, acabou sendo expulso; senhor Inácio, impactado pela morte do filho, não conseguiu aceitar o desamparo de “não ter com quem contar”. A ausência de ajuda configurava-se como uma injustiça, como um desrepeito ao acordo tácito que informava a relação de moradia, e por isso, essa experiência cáustica corrói sua memória, definindo sua convicção: “mesmo os pobres tem o direito sagrado de viver”;

Essa experiência de ser “sujeito” apesar de ser mais estreita em possibilidades de alegria, mais instável, mais dura, não impediu que o sonho da terra, o desejo da terra informasse a insistência do senhor Nilo, as tentativas do senhor Raimundo de “caçar uma boa morada”, o “bom comportamento” do senhor Damião, a luta do senhor Cícero em resistir aos rigores mentais e físicos da “condição”.

Por isso, por mais idealizada que seja, essa memória, esses discursos revelam as trajetórias de repressão individual e coletivas, pequenas alegrias, desejos, formas de

resistência, que me possibilitaram entender a diversidade dos conflitos e as motivações para superá-los. Assim pude enxergar para além dos obstáculos, das humilhações, dos profundos ressentimentos (evidências fáceis de localizar num tempo de crise das relações sociais), um longo processo de tensões experimentado no equilíbrio difícil entre a busca de estabilidade e a possibilidade sempre presente de suspensão dessa estabilidade. Essa segurança tênue, frágil, permanentemente negociada com zelo, com cuidado, indicam claramente a consciência de que a sua permanência na terra dependia de micro políticas cotidianas e essas experiências constituíram o arquivo que informou, na crise, a necessidade de também reinventar as maneiras de lutar.

Foi também através da memória, que descobri as redes que ligavam os moradores foreiros e os moradores de condição, aparentemente invisíveis sob as minuciosas normas de conduta e de diferenciação social que marcavam o cotidiano dos engenhos e usinas. Redes que na crise também foram redefinidas, possibilitando a criação de solidariedades horizontais.

Para os senhores Antônio Joaquim, Severino e Nivaldo, moradores foreiros, a sujeição dos senhores Damião, Cícero, Nilo, Raimundo e Inácio era um indicativo no qual eles definiam, por contraste, sua “quase liberdade”, mas era também um indicativo do que eles poderiam vir a ser, como comprova a apreensão do senhor Antônio Joaquim ao presenciar a expulsão do senhor José de Noca. Como desconsiderar a referência que ele e seus vizinhos foram para casa se perguntando o que iria ser do senhor José? Onde ele iria morar ? Onde abrigaria a família? Teria direito a indenização pelas benfeitorias do seu roçado ?

Como desconsiderar o cuidado do senhor Nilo de relativizar sua condição favorável de morador foreiro ao construir seu discurso a partir de uma minuciosa gradação dos lugares sociais que constituíam o mundo da usina:

Mas eu me alembro bem que nós também num era desvalido. Desvalido era aquele miserave, que trabaia na condição, das vez num roçadim pequeninim sem tempo pra trabaia nele. E mais miserave ainda, era os cabra de fora. – O que era os cabra de fora? – Era os cassacos que vivia aqui trabaiaando três a quatro mês na safra, e adispois voltava pras suas terra. Toda vida assim pra cima e pra baixo, sem descanso. Agora, vou ser sincero com a senhora, de todos os mais desvalido mesmo, os desvalido de tudo, são os da ponte de rua. Esses já num tinha mais nem eperança. Sem roçado, sem um chão de terra que fosse mode descansar o corpo, vivendo de um salário de fome e vendo os fio tudo arribar pra São Paulo, pra ser lá, ninguém sabe o quê.¹³²

Como desconsiderar o olhar do senhor Damião, que comparava sua vida de “sujeito” com a “vida boa dos foreiros” mas decidiu “ir agüentando, na esperança de um dia ter um sítio pra tomar de conta”, embora essa expectativa de futuro não tenha impedido que ele visse a expansão da cana como uma ameaça à sua experiência de alegrias miúdas:

Aí, os tempo mudaram e arrocharam a condição. Era quase todo dia, depois era todo dia (...) Só sei que chegamo a um estado tal que dava condição de domingo a domingo , que nem cantiga de grilo, sem parar. E o roçado, cadê? Nada. Isso que era o pior, tinha o roçado, mais não tinha dia prá trabaia. E o mato tomando de conta (...) e nós por causa da condição tava privado da alegria de prantar.¹³³

Também ele viveu uma “aflição danada”, que foi lhe “chupando as esperança tudo”, e também ele projetava sua aflição para o futuro incerto, onde provavelmente seus filhos nunca iriam ter o “gostinho de ter um chão de terra, de trabaiair num sítio, prantar, trabaiair”.

Como desconsiderar a pergunta aflita do senhor Cícero: “(...) e os filhos ia comer o que? Palha de cana? Só se fosse!”.

Enfim, no interior cotidiano das usinas e dos engenhos – marcado por relações tão diferenciadas – a pretensão dos senhores donos das terras de imobilizar e hierarquizar os trabalhadores, não impediu que os seus subordinados construíssem pretensões contrárias às suas, pretensões informadas por valores, desejos e expectativas que legitimavam sua luta renitente para permanecer na terra. As experiências de “ser livre” e de “ser sujeito” foram construídas num longo tempo, e cada uma a seu modo, informou possibilidades de negociações e de acordos que limitavam concretamente o poder pretensamente absoluto dos senhores proprietários de terra.

A crise decorrente da expansão da cana explicitou tensões disseminadas, exigindo uma nova configuração nesse campo de forças. A longa experiência de ser livre ou de ser sujeito, informou as novas disputas a partir de uma expectativa também nova, pois a luta por liberdade era um projeto de muitos, de quase todos:

*Nada vai amolengar
a coragem que eu tem
sem nada ter a perder
a esperança convém
Na vida nós tinha aprendido
Que medo se pode vencer
Pois ele nós é quem faz
Do tamanho que quer¹³⁴*

UM BALANÇO PROVISÓRIO

Argumentei exaustivamente nesse texto que as Ligas Camponesas só foram possíveis pelas confluências de vários projetos políticos, de vários e sistemáticos empreendimentos, e que num momento propício, esses investimentos tornaram possível a emergência da Reforma Agrária como um problema nacional.

Na reconstituição histórica dessa emergência, sugeri que a “explosão” das Ligas Camponesas, associada à atuação de Julião e dos pecebistas provocou uma tensão evidente em torno do que foi considerado um “momentoso problema”: parlamentares, religiosos, jornalistas, peritos do Governo Federal, todos, se inscreveram no debate, propondo soluções que em grande medida, tinham como motivação conter essa explosão. A idéia corrente de que os camponeses eram uma “massa amorfa”, despolitizada mas perigosa, reforçou o sentido de urgência das intervenções, explicitando um campo de disputas latentes em torno da emergência da reforma agrária, embora essas disputas não tenham desmantelado um lugar de unidade inquestionável: a denúncia da miséria, da pobreza, do desamparo dos camponeses.

Em grande medida, os conflitos nos engenhos e nas usinas forneceram a lenha para as denúncias e é claro que a contundência das denúncias da exploração, da subnutrição, da fome e das mortes endêmicas, teve um valor irrevogável: abrir espaços de discussão, provocar movimentos, criar campos de confronto.

Mas a criação desse campo – atravessado por motivações e expectativas são várias – não significou a garantia de que essas denúncias tenham possibilitado uma aproximação entre aqueles que denunciavam e aqueles que eram a motivação das denúncias. Ou seja, o intenso debate sobre a reforma agrária que acompanhamos ao longo desse texto, não pode ser entendido sem que se considere a pressão que os conflitos vivenciados cotidianamente entre camponeses e os donos de terra exercia nesse debate.

Vistos como uma ameaça, como um perigo, esses camponeses causavam medo, muito medo e é essa apreensão que explica a urgência de encontrar soluções. Mas as soluções, como vimos, tinham muitas vezes a intenção de conter o perigo e, por isso, evidenciavam a enorme distância que separava defensores da reforma agrária dos que deveriam ser beneficiados por esta. As imagens dos camponeses como uma “massa amorfa”, despolitizada, mas exacerbada “pela miséria e pela fome” indicam bem essa distância e o sentido das propostas de reforma que foram encaminhadas no Congresso Nacional : conter as tensões. Mas esse sentido de contenção não pode ser justificado sem o reconhecimento da miséria, da pobreza, das desigualdades que constituíam o “mundo rural”. Por sua vez, esse reconhecimento expõe a prepotência, a arrogância, a arbitrariedade e sobretudo os enormes privilégios dos proprietários de terra num país marcado pelo subdesenvolvimento econômico e social. Por isso, a criação desse campo de forças teve uma importância fundamental para que a luta pela reforma agrária fosse reconhecida e legitimada como um direito, e mais do que isso, como uma necessidade. E é por isso que considere importante, nesse trabalho, realçar a abertura que a confluência entre todos esses projetos de reforma agrária tiveram para a organização das Ligas Camponesas.

Mas como disse muitas páginas atrás, esse alargamento provocado pelo debate sobre a reforma agrária não deve ser entendido como momento em que o movimento social

finalmente adquire estatuto político. No dia-a-dia dos engenhos e das usinas, os conflitos freqüentes entre camponeses e latifundiários eram resultado das micro-políticas cotidianas que não podem ser menosprezados, inclusive porque nos dão uma outra dimensão dessa confluência que tentei reconstituir aqui.

O dismantelo de uma forma de vida que os camponeses valorizavam muito, porque de alguma forma permitia o acesso à terra de trabalho, encontrou correspondências com investimentos políticos que há muito já vinham sendo realizados no interior das usinas e dos engenhos.

Não podemos esquecer, que desde 1954, João Pedro, Nêgo Fuba e Pedro Fazendeiro, e provavelmente alguns outros, realizavam reuniões que tinham como objetivo mobilizar os camponeses para lutar contra a opressão dos grandes proprietários de terra. As visitas dominicais, as reuniões nas casas de farinha, as “conversas” com os proprietários para negociar a permanência na terra – e quando isso não era possível –, para “exigir” o pagamento de indenizações pelas benfeitorias, o apoio em casos de violência, demonstram que o terreno minado das relações sociais entre moradores e patrões era também um terreno fértil para ações informados pelas intervenções que há muito, vinham sendo propostas. Em grande medida, essas intervenções políticas foram instrumentalizadas a partir da “Carta de direitos e reivindicações” e de outras seções do “Terra Livre”, assim como dos artigos de Julião, que como Elizabeth Teixeira contou, João Pedro Teixeira lia para orientar sua ação. Acho que essas intervenções tiveram uma grande força de interferência na construção das Ligas, mas não toda a força.

Os camponeses mobilizados pela intervenção dos mediadores, tinham expectativas, sonhos e desejos que foram construídos ao longo de sua experiência social como moradores de condição e como moradores foreiros. Sua apreensão, as recusas de aceitar passivamente as

imposições dos latifundiários, ou mesmo a angústia com as mudanças e o sentimento de injustiça que muitas vezes acompanhavam a experiência de ter que ceder a essas imposições, indicam claramente a existência de concepções de direitos que podem parecer miúdos, mas que também informaram a sua decisão de lutar. Embora eu faça questão de realçar essa dimensão da experiência social, isso não significa desconsiderar que a ação dos mediadores possibilitou a criação de canais para que essa disposição se alargasse e se materializasse em ações coletivas. As conversas na feira ou nas casas de farinha abriam espaços para as críticas e desabafos, os gestos de solidariedade que foram instaurando novos espaços políticos e novas ousadias: passeatas de protesto, organização das disjuntas (adjutórios/mutirão) que possibilitava a muitos, e de uma só vez, num mesmo espaço, colocar em prática o significado político de “ser liberto”.

Construídas como um ritual, as disjuntas eram o lugar privilegiado da solidariedade. Juntos, os camponeses reconstruíam as lavouras e as casas dos companheiros derrubadas pelos patrões; juntos iam em passeata negociar o direito de permanecer na terra; juntos começaram a organizar passeatas a favor da reforma agrária. Eram cem, duzentos, trezentos, eram cada vez mais, e criaram um clima político inusitado: agora invadiam os canaviais e provocavam o sentimento de asfixia, apreensão e instabilidade em outros: nos prepotentes senhores de terra.

É claro que essa inversão da ordem, esse “*mundo virado de cabeça pra baixo*” exacerbou a violência dos patrões: espancamentos, ameaças e agressões se tornaram cada vez mais constantes, assim como a tentativa de encontrar recursos que pudessem garantir a integridade do seu “sagrado e consagrado direito de propriedade”, como eles costumavam justificar, através dos seus advogados, os pedidos de reintegração de posse que passaram a encaminhar com muita frequência aos tribunais.

Por outro lado, a mobilização das Ligas Camponesas “incentivou” esperanças revolucionárias, acionando as disputas políticas sobre as leituras da Revolução Brasileira: jornalistas, médicos, advogados e muitos outros passaram a escrever nos jornais da Paraíba sobre as Ligas Camponesas e alguns daqueles a participar ativamente das reuniões das Ligas Camponesas. No Congresso Nacional, o debate sobre a reforma agrária provocava tensões ainda mais radicais do que as que acompanhamos aqui, inclusive porque os agraristas, até então silenciosos, começaram a se manifestar.

Essas indicações que faço aqui sobre o desenrolar dessa história são um recurso, caro leitor, para provocar o desejo que essa história continue a ser contada. Se os pedidos forem muitos, e sinceros, prometo que volto em breve com mais alguns capítulos da história das Ligas Camponesas na Paraíba.

Por enquanto, espero ter comprovado que as Ligas Camponesas foram resultado da confluência de vários projetos, de vários desejos mudança e de vários investimentos, e não a materialização de um projeto político construído antes e independente da experiência social.

NOTAS

Introdução – HISTÓRIAS DESSA HISTÓRIA

- ¹ MARQUES, M. S. *Pequenos Produtores Rurais: Ideologias Orgânicas*. Dissertação de mestrado em Sociologia Rural, C. Grande: UFPB, 1988
- ² Entrevista feita por Roberval Veras em 1988 e gentilmente cedida à autora
- ³ Entrevista feita por Bernardete Ramos Bezerra em 1987, e gentilmente cedida à autora por seu irmão Fábio Gutemberg Bezerra de Souza.
- ⁴ O filme produzido por Zelito Vianna foi lançado em 1984. Para uma crítica contrária à minha leitura, ver MENEZES, Paulo Roberto Arruda de; *A questão do herói-sujeito em cabra marcado para morrer*. Revista Tempo Social. Rev. Sociol. USP, São Paulo. 06/1995. p. 107.
- ⁵ BANDEIRA, L.; MIELE, N.; SILVEIRA, R. M. G.; *Eu Marcharei na Tua Luta*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997, p. 129.
- ⁶ Idem, Ibidem, p. 143.
- ⁷ Ver o excelente livro BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. 2ed., São Paulo: T.A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1987. (Estudos brasileiros, v. 1).
- ⁸ BANDEIRA, L.; MIELE, N.; SILVEIRA, R. M. G.; Op. cit p. 165
- ⁹ GARCIA, M. A.; "Tradição, Memória e história dos trabalhadores" In. O direito à memória. Dpto do Patrimônio Histórico. Secretaria Municipal de Cultura. São Paulo, 1992, pp. 169-174.

– Território de Desejos –

Capítulo 1 – UMA REGIÃO TRÁGICA E SUA ZONAS DE PERIGO

- ¹ CALLADO, Antônio, *Os Industriais da Seca e Os "Galileus" de Pernambuco*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1960, p.51
- ² Ibidem, pp. 34 e 35.
- ³ Provavelmente, João Beltrão associou essa iniciativa à Liga de Ibatinga organizada em 1945 pelos comunistas.
- ⁴ CALLADO, Antônio – Op. cit., p. 37.
- ⁵ Ibidem, p. 40.
- ⁶ Sobre essa leitura interpretação da análise de Caio Prado Júnior ver: FALEIROS, Maria Isabel Leme. "Uma Visita Necessária". In.: D'INCAO, Maria Ângela(org). *História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo: UNESP, 1989, pp. 143-152.
- ⁷ Ver KUBITSCHKE, Juscelino. "Monetarismo ou Desenvolvimento". In.: *Cinquenta anos em cinco – Meu caminho para Brasília*, Rio de Janeiro: Bloch Editores S.A., 1978; pp. 35-42.
- ⁸ Ver SKIDMORE, Thomas. "O Diálogo Conturbado". In.: *Brasil: De Getúlio Vargas a Castelo Branco* (1930-1964). 5ª ed.; Rio de Janeiro: Paz e terra, 1976; pp. 221-224.

- ⁹ Jornal Correio da Manhã, 02/10/1959. Reproduzido em CALLADO, Antonio, op. cit., p.65. Callado anexou, quando da publicação do seu livro em 1960, um inventário do debate provocado por suas reportagens nos jornais, no Senado Federal, na Câmara Federal e na Assembléia Legislativa de Pernambuco. Ver “Parte II (Reações da Imprensa, Cartas e Protestos)” e “Parte IV(Reação/Vitória)”, pp. 59-110 e pp. 143 -169, respectivamente.
- ¹⁰ Não fiz pesquisa no Senado Federal. A informação aqui colocada foi extraída do livro “Os industriais da Seca” e “Os Galileus de Pernambuco” de Antônio Callado. Ver observação da nota anterior.
- ¹¹ Reproduzido por CALLADO, Antônio – Op. cit., pp. 69 - 70. Ver observação da nota 09.
- ¹² Reproduzido por CALLADO, Antônio – Op. cit., p. 70. Ver observação da nota 09.
- ¹³ Reproduzido por CALLADO, Antônio – Op. cit., p. 71. Ver observação da nota 09.
- ¹⁴ Reproduzido por CALLADO, Antônio – Op. cit., p. 72. Ver observação da nota 09.
- ¹⁵ Jornal A Gazeta de São Paulo, 26.09.1959. Reproduzido por CALLADO, Antônio – Op. cit., p. 74. Ver observação da nota 09.
- ¹⁶ Jornal do Comércio, sem data. Reproduzido por CALLADO, Antônio – Op. cit., pp. 81-82. Ver observação da nota 09.
- ¹⁷ LIMA, Heitor Ferreira; “Problemas do Nordeste” In.: Revista Brasiliense, n.º 17, ano 1958, pp. 13-34. Para uma visão mais abrangente da trajetória política de Heitor Ferreira Lima, que foi membro do Partido Comunista até o final da década de 30, trabalhou como comentarista econômico e financeiro da Revista de Comércio e no momento em que escreve esse artigo, era membro do Departamento de Economia Industrial da FIESP, consultar PINHEIRO, P. S. e DEL ROIO, M. (org); *Combates na História – A trajetória de Heitor Ferreira Lima*, Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: FAPESP, 1990.
- ¹⁸ Para Márcio Moreira Alves, a reunião dos bispos de Campina Grande é um marco na história das preocupações sociais da Igreja no Brasil. Primeiro porque ao contrário do que acontecia antes, a iniciativa de colaboração entre a Igreja e o Estado parte do Estado (versão contada ao autor por D. Hélder), que buscava apoio da Igreja para tornar seus projetos de modernização aceitáveis pelos proprietários de terra no Nordeste. Segundo porque o processo de preparação da reunião foi marcado pela convivência intensa entre os peritos católicos e os peritos do governo defensores do nacional desenvolvimentismo, o que resultou na construção de uma parceria que por um lado ajudou a mudar a imagem conservadora da Igreja e por outro lado possibilitou ao Estado contar com um aliado forte na formulação de um plano geral para o desenvolvimento do Nordeste, cujos desdobramentos foram a “Operação Nordeste” e posteriormente a criação da SUDENE. ALVES, M. M.; *A Igreja e a Política no Brasil*, São Paulo : Brasiliense, 1979; pp.176 – 177.
- ¹⁹ Citado por ALVES, M. M. op. cit. pp. 177-178.
- ²⁰ Márcio Moreira Alves escreveu: “A carta pastoral de D. Inocêncio, mesmo parecendo retrógrada quando lida mais de vinte anos depois, era um progresso para a Igreja, simplesmente porque representava um primeiro passo no sentido das preocupações sociais e fazia sair da literatura episcopal do angelismo em que se colocava tradicionalmente. A sua óptica patronal era inevitável. Os prelados eram patrões, autoridades de uma sociedade em que a mobilidade social ascendente era fraca, membros de alta patente, da superestrutura brasileira. A sua formação, cuja precariedade vimos não podia ir mais longe. Essa óptica será a de todas as declarações que a hierarquia publicará a seguir, até meados da década de setenta, com exceção, talvez, da que a comissão central da CNBB fez a propósito das reformas sociais em 1963, quando a agitação para a votação de uma reforma agrária era de tal forma intensa que parecia impossível que o parlamento não a adotasse”. In.: ALVES, M. M. op. cit. p. 175.
- ²¹ ALVES, Márcio Moreira– Op. cit. p.174.
- ²² Ibidem.
- ²³ Os desdobramentos dessa aliança Estado – Igreja serão discutidos posteriormente.
- ²⁴ JAGUARIBE, Hélio; *O problema do desenvolvimento econômico e a burguesia nacional*. São Paulo : Serviço de Publicações da FIEP, 1956. Para uma análise detalhada das posturas políticas no ISEB ver TOLEDO, Caio N; *Teoria e Ideologia na perspectiva do ISEB* In.: *A inteligência brasileira*, S. Paulo, Ed. Brasiliense, 1986, p. 224 à 256.
- ²⁵ Ibidem, pp. 51-55.
- ²⁶ Ibidem, pp. 59 - 60.

- ²⁷ LIMA, Heitor Ferreira. "Problemas do Nordeste". Revista Brasiliense, nº 17, 1958; p. 23.
- ²⁸ ARENA, Renato "O Congresso em face da Reforma Agrária". Revista Brasiliense, nº 28 – Março/Abril de 1960; p. 25.
- ²⁹ A imagem das vertigem que atrai o historiador durante o trabalho de pesquisa foi construída por GEORGE DUBY no texto *Nominalismo bem temperado* In.: *Diálogos sobre a Nova História*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1989.
- ³⁰ A idéia de que a ação local ou regional é a norma nos movimentos camponeses, que só alcançam uma dimensão nacional pela ação de forças externas, foi colocada por ERIC Hobsbawm no artigo "Os camponeses e a política" In.: *Ensaio de Opinião*, nº 2.6. Essa leitura foi apropriada por alguns cientistas sociais, que escreveram sobre as Ligas Camponesas para justificar a importância da ação de líderes políticos como Julião. Ver AZEVEDO, Fernando A.; *As Ligas Camponesas*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (Coleção Estudos sobre o Nordeste, v. 14) e Benevides, César em *Camponeses em Marcha*, São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- ³¹ citado por MOREIRA, Vânia Maria Lozada. "Nacionalismos e Reforma Agrária nos anos 50" In.: *Revista Brasileira de História, dossiê : Arte e Linguagem*. São Paulo: ANPUH, Humanitas Publicações, FFLCH/USP, vol.18, nº 35. 1998, pp. 329-330.
- ³² Daniel Faraco era o presidente da comissão de economia da Câmara que havia declarado que enquanto estivesse no cargo, nenhum projeto de reforma agrária seria encaminhado. Citado por ARENA, Renato – Op. cit., p.26.
- ³³ MOREIRA, Vânia M. Lozada – Op. cit. p. 334.
- ³⁴ Ibidem, p. 345.
- ³⁵ Para uma interpretação do papel político da Revista Brasiliense, ver LIMA, Heitor Ferreira. "Revista Brasiliense: sua época, seu programa, seus colaboradores, suas campanhas" In.: MORAES, Reginaldo; ANTUNES, Ricardo; FERRANTI, Vera B. (orgs.) *Inteligência Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986. pp. 179-192.
- ³⁶ LINHARES, Maria Yedda. SILVA, Francisco C. Teixeira. *História da Agricultura brasileira – combates controversias*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981, pp. 37-55.
- ³⁷ citado por VIANNA, Luiz Werneck, em "O sistema partidário e o partido social cristão" (notas de pesquisa) In.: FLEISCHER, David (org.) *Partidos Políticos no Brasil* – Cadernos da UNB, volume I. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981, p.155.
- ³⁸ Vianna, Luiz Werneck, op. cit. p.157.

Capítulo 2 – UM MOMENTOSO PROBLEMA

- ¹ Diário do Congresso Nacional, Sessão 1, 27/01/1959. p.759 – Arquivo do Congresso Nacional (daqui por diante, ACN).
- ² Ibidem, p. 759.
- ³ Ibidem, Sessão 1, 17/03/1959, p. 1064 – ACN. Para uma melhor compreensão da UDN consultar BENEVIDES, M. V. M. . *A UDN e o Udenismo : ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)* . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- ⁴ Ibidem, Sessão 1, 17/03/1959, p. 1064 – ACN.
- ⁵ Ibidem, Sessão 1, 17/03/1959, p. 1064 – ACN.
- ⁶ Ibidem, Sessão 1, 17/03/1959, p. 1064 – ACN.
- ⁷ CASTRO, Josué de; *Geografia da Fome* (o dilema brasileiro: pão ou aço), São Paulo: Ed.Brasiliense, 1967. p. 06
- ⁸ Ibidem, p.75.
- ⁹ Ibidem, pp. 93 – 154.
- ¹⁰ OLIVEIRA, Francisco de. (org.) *Celso Furtado* – Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática. 1983, p. 16.

- ¹¹ Ibidem, "A Operação Nordeste", p. 120.
- ¹² Ibidem, p. 125.
- ¹³ Ibidem, p. 128.
- ¹⁴ Ibidem, p. 131.
- ¹⁵ Ibidem, p. 163.
- ¹⁶ OLIVEIRA, Francisco de. op. cit., p. 29.
- ¹⁷ Diário do Congresso Nacional, Sessão 1, 17/03/1959, p. 1064 – ACN.
- ¹⁸ Ibidem, Sessão 1, 17/03/1959, p. 1064 – ACN.
- ¹⁹ Ibidem, Sessão 1, 17/03/1959, p. 1066 – ACN.
- ²⁰ Ibidem, Sessão 1, 18/03/1959, p. 1085 – ACN.
- ²¹ Ibidem, Sessão 1, 21/03/1959, p. 1156 – ACN.
- ²² MOREIRA, Vânia M. Lozada "Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50" In.: *Revista Brasileira de História, dossiê : Arte e Linguagem*. São Paulo: ANPUH, Humanitas Publicações, FFLCH/USP. vol. 18, nº 35. 1998, pp. 342-343.
- ²³ Diário do Congresso Nacional, Sessão 1, 31/03/1959, p. 1173 – ACN.
- ²⁴ Ibidem, Sessão 1, 31/03/1959, p. 1173 – ACN.
- ²⁵ Ibidem, Sessão 1, 11/04/1959, p. 1399 – ACN.
- ²⁶ citado por VIANNA, Luiz Werneck – Op. cit. pp. 165-166. Uma outra leitura dessa declaração da Igreja pode ser encontrada em ALVES, Márcio Moreira; op. cit. pp. 135 – 152.
- ²⁷ Diário do Congresso Nacional, Sessão 1, 11/04/1959, p. 1399 – ACN.
- ²⁸ Diário do Congresso Nacional, Sessão 1, 11/04/1959, p. 1399 – ACN.
- ²⁹ Diário do Congresso Nacional, Sessão 1, 11/04/1959, p. 1399 – ACN.
- ³⁰ Diário do Congresso Nacional, Sessão 1, 11/04/1959, p. 1399 – ACN.
- ³¹ Diário do Congresso Nacional, Sessão 1, 11/04/1959, p. 1399 – ACN.
- ³² Diário do Congresso Nacional, Sessão 1, 11/04/1959, pp. 1399 - 1400 – ACN.
- ³³ MAYER, Antônio de Castro e outros. *Reforma Agrária Questão de Consciência*. São Paulo: Vera Cruz, 3ª ed. 1961, p. 01 (aviso preliminar, "Reforma Agrária" e reforma agrária).
- ³⁴ Id. Ibid. p. 01.
- ³⁵ Id. Ibid. Nota a 3ª edição s/n.
- ³⁶ Id. Ibid. p. 01.
- ³⁷ Id. Ibid. p. 04.
- ³⁸ Id. Ibid. p. 06.
- ³⁹ Id. Ibid. p. 15.
- ⁴⁰ Id. Ibid. p. 19.
- ⁴¹ Id. Ibid. p. 05.
- ⁴² Id. Ibid. p. 199.
- ⁴³ Id. Ibid. p. 32.
- ⁴⁴ Id. Ibid.
- ⁴⁵ Id. Ibid. p. 36. Para uma interpretação da ação política desse grupo de bispos dentro da Igreja, ver ALVES, Márcio. Moreira, op. cit., particularmente o capítulo 08 : "A Igreja e a política formal", onde o autor define a posição dos bispos Geraldo de Proença Sigaud e Castro Mayer como de extrema direita em oposição a de D. Hélder Câmara. pp. 220 – 246.
- ⁴⁶ Diário do Congresso Nacional, Sessão 1, 23/04/1959, p. 1642 – ACN.
- ⁴⁷ Diário do Congresso Nacional, Sessão 1, 23/04/1959, p. 1642 – ACN.
- ⁴⁸ Diário do Congresso Nacional, Sessão 1, 23/04/1959, p. 1643 – ACN.
- ⁴⁹ Diário do Congresso Nacional, Sessão 1, 23/04/1959, p. 1645 – ACN.
- ⁵⁰ Para uma interpretação dos conflitos que provocaram a criação do MTR, ver BASTOS, Suely. "A Cisão do M. T. R. com o PTB" In.: FLEISCHER, David V. (org.); *Partidos Políticos no Brasil – Cadernos da UNB*, volume I. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981.
- ⁵¹ Diário do Congresso Nacional, Sessão 1, 23/04/1959, p. 1645 – ACN.

⁵² Para um maior conhecimento da “ideologia doutrinária” de Alberto Pasqualini, cujo pressuposto fundamental era a promoção de um “capitalismo solidarista” (misto de socialismo e cristianismo), consultar PASQUALINI, Alberto; *Bases e sugestões para uma política social* – Obras Completas Vol. I Rio de Janeiro: Livraria São José, 1958. Na coletânea “As idéias políticas e sociais de Alberto Pasqualini” publicada em 1954, em Porto Alegre pelas Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, encontrei duas citações que ilustram os fundamentos da “ideologia doutrinária” deste autor. “... todo partido político, digno desse nome, pressupõe uma ‘ideologia’, isto é, uma concepção social, um conjunto de objetivos definidos, de soluções concretas e de diretrizes tendentes à realização prática desses objetivos e dessas soluções. Poderíamos exprimir isso sob a denominação de ‘ideal partidário’ (...) um partido político é, assim, a conjugação de dois elementos: – da ideologia, que é a alma, e da organização que é o corpo ou o seu corpo de ação.” e “(...) onde não existe uma ideologia, onde não há uma doutrina, onde se desconhece os objetivos programáticos, não pode haver diretrizes seguras, não pode haver convicção partidária, não pode haver ideal comum” “(...) a função do partido político é arregimentar a opinião pública em torno de um determinado sistema de princípios, de idéias e de soluções; mobilizá-la, torná-la atuante, dar-lhe força decisória através do voto livre e consciente”. Agradeço as indicações desses textos a Alexandre Fortes.

⁵³ Diário do Congresso Nacional, Sessão 1, 23/04/1959, p. 1645 – ACN.

⁵⁴ Diário do Congresso Nacional, Sessão 1, 23/04/1959, p. 1646 – ACN.

⁵⁵ FERRARI, Fernando. *Mensagem Renovadora*, Porto Alegre: Ed. Globo, 1960, p. 20

⁵⁶ Ibidem, p. 30.

⁵⁷ Diário do Congresso Nacional, Sessão 1, 11/06/1959, p. 2923 – ACN.

⁵⁸ Diário do Congresso Nacional, Sessão 1, 31/07/1959, p. 4662 – ACN.

⁵⁹ Diário do Congresso Nacional, Sessão 1, 31/07/1959, p. 4662 – ACN.

⁶⁰ CALLADO, Antônio. op. cit., pp. 92 - 93. Ver nota 09 do capítulo 01.

⁶¹ Ibidem, p. 92.

Capítulo 3 – PEDAGOGIAS REVOLUCIONÁRIAS

¹ CALLADO, Antônio. op. cit., p.42.

² Ibidem, pp.41 - 42.

³ Ibidem, pp.42 - 43. A sociedade Obreiros do Bem era uma sociedade de ajuda mútua tradicional de Pernambuco.

⁴ Ibidem, pp.47-48.

⁵ Ibidem, p.50.

⁶ Ibidem, pp. 86-87. Ver a nota n.º 09 do Capítulo 01 – *Uma Região trágica e suas zonas de perigo*.

⁷ Ibidem, pp. 88-89. Ver a nota n.º 09 do Capítulo 01 – *Uma Região trágica e suas zonas de perigo*.

⁸ Ibidem, pp. 90- 91. Ver a nota n.º 09 do Capítulo 01 – *Uma Região trágica e suas zonas de perigo*.

⁹ BARRETO, Lêda. *Julião – Nordeste– Revolução*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963., p.17

¹⁰ JULIÃO, Francisco. *Cambão – The Yoke – The Hidden Face of Brazil*, Part I : “Beginning the Life” .Victoria, Austrália: Penguin Books. 1972, p. 18.

¹¹ BARRETO, Lêda. op. cit., p.15

¹² JULIÃO, Francisco – Op. cit. Part II – “Encounter with the pleasant” pp.50-52.

¹³ Ibidem. Op. cit. Parte III – “The Pleasant League” p. 90.

¹⁴ Id. Ibidem, p. 93.

¹⁵ JULIÃO, Francisco. *O que são as Ligas Camponesas ?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1962, pp. 10 - 11

¹⁶ JULIÃO, Francisco. *O Cambão – The Yoke – The Hidden Face of Brazil*, Part III : “The Pleasant League” .Victoria, Austrália: Penguin Books. 1972, pp. 95-96

¹⁷ Ibidem, p. 96.

¹⁸ Ibidem, p. 99.

- ¹⁹ JULIAO, Francisco. *O que são as Ligas Camponesas ?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1962, p. 24
- ²⁰ Ibidem, p. 26
- ²¹ JULIAO, Francisco. *O Cambão – The Yoke – The Hidden Face of Brazil*, Part III : “*Encounter With the Pleasant*”. Victoria, Austrália: Penguin Books. 1972, pp. 54-55.
- ²² JULIAO, Francisco. *O que são as Ligas Camponesas ?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1962, pp. 48-49.
- ²³ Ibidem, p. 33.
- ²⁴ Ibidem, p. 34.
- ²⁵ Ibidem, p. 29.
- ²⁶ Ibidem, p. 10.
- ²⁷ Ibidem, pp. 69-71. Anexo A – Carta de Alforria do Camponês.
- ²⁸ Ibidem, p. 72.
- ²⁹ Ibidem, p. 73.
- ³⁰ Ibidem, p. 74.
- ³¹ Entrevista gravada pelo historiador Roberval Veras em 1988, em Sapé.
- ³² LEMOS, Assis. *O Vietnã que não houve : As Ligas Camponesas e o golpe de 1964*. Londrina : Ed. Universidade de Londrina, 1996, p. 37
- ³³ BEZERRA, Gregório. *Memórias – Segunda Parte* 1946 - 1969. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira: 1979, pp. 9-10.
- ³⁴ CARONE, Edgard. O PCB - 1943 à 1964. Vol. 02 Col. Corpo e Alma do Brasil. São Paulo: DIFEL. 1982. p. 112
- ³⁵ MEDEIROS, Leonilde Servolo. *História dos Movimentos Sociais no Campo*. Rio de Janeiro: Face. 1989, pp. 26-30
- ³⁶ CARONE, Edgar – Op. cit. pp. 118 – 119.
- ³⁷ SANTOS, Raimundo; “Feudalidade e prussianismo no pensamento agrário do PCB” In.: SANTOS, Raimundo; (org.) – *Questão Agrária e Política: Autores Pecebistas*. Rio de Janeiro : EDUR. 1996, p. 12.
- ³⁸ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Vol. I. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987, p.13
- ³⁹ GARCIA, Marco Aurélio. “Contribuições para uma história da esquerda brasileira” In.: MORAES, Reginaldo; ANTUNES, Ricardo; FERRANTI, Vera B. (orgs.) *Inteligência Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 214.
- ⁴⁰ Jornal “Terra Livre”, MEC/SEC – Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, Brasil. Ano V - XIV n.º 44. Segunda quinzena de junho a primeira quinzena de julho de 1954, p. 05.
- ⁴¹ Ibidem, p. 06
- ⁴² Ibidem, n.º 46. Primeira quinzena de agosto de 1954. p. 02.
- ⁴³ Ibidem, p. 03.
- ⁴⁴ Id. Ibid.
- ⁴⁵ CARONE, Edgard. Op. cit. pp. 116 – 117.
- ⁴⁶ Jornal “Terra Livre”, MEC/SEC – Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, Brasil. Ano V - XIV n.º 48. Primeira quinzena de setembro de 1954, p. 01.
- ⁴⁷ Ibidem, n.º 51. Segunda quinzena de dezembro de 1954. p. 01
- ⁴⁸ Ibidem, p. 04
- ⁴⁹ Ibidem, n.º 49. Segunda quinzena de setembro de 1954. p. 06
- ⁵⁰ Ibidem, p. 07
- ⁵¹ Voz Operária, 11/09/1954. Citado por CARONE, Edgard. Op. cit. p. 122.
- ⁵² Voz Operária, 02/10/1954. “Comunistas e Trabalhistas, ombro a ombro na luta contra o Inimigo Comum”, Luís Carlos Prestes. Citado por CARONE, Edgard. Op. cit. p. 126
- ⁵³ Revista PROBLEMAS, n.º 64 – dezembro de 1954 a fevereiro de 1955, pp. 55-65. Citado por CARONE, Edgard. Op. cit. p. 134
- ⁵⁴ Id. Ibid. p. 134
- ⁵⁵ SANTOS, Oto; “O programa do partido, a questão agrária, a organização e a luta dos camponeses” – Revista Problemas, n.º 64 (trimestre dezembro 1954/ fev 1955) in SANTOS, Raimundo, *Questão Agrária e Política*:

- Autores Pecebistas.* (Organização e estudo introdutório de Raimundo dos Santos). Rio de Janeiro: EDUR – Janeiro, 1996, p. 43
- ⁵⁶ Id. Ibid. p. 45.
- ⁵⁷ Id. Ibid. p. 45.
- ⁵⁸ Para uma leitura da ação do Partido Comunista nesse período, ver MEDEIROS, Leonilde Servolo; Op. cit. pp. 26 – 46.
- ⁵⁹ SANTOS, Oto. Op. cit. pp. 48 – 49.
- ⁶⁰ Id. Ibid. p. 54.
- ⁶¹ Id. Ibid. p. 53.
- ⁶² Jornal "Terra Livre", MEC/SEC – Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, Brasil. Ano V - XIV n.º 52. Primeira quinzena de janeiro de 1955, p. 04.
- ⁶³ Ibidem, n.º 49. Segunda quinzena de setembro de 1954, p. 04
- ⁶⁴ A reconstituição dessa história foi feita a partir de várias entrevistas realizadas por mim e a partir da história de vida publicada na revista "Vamos !", do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Paraíba, n.º 18 e 20, ano VI, 1992. Por isso as notas seguintes não possuem indicação de página.
- ⁶⁵ Idem
- ⁶⁶ Idem
- ⁶⁷ Idem
- ⁶⁸ Idem
- ⁶⁹ Idem
- ⁷⁰ Idem
- ⁷¹ Idem
- ⁷² Idem
- ⁷³ Idem
- ⁷⁴ Idem
- ⁷⁵ Idem
- ⁷⁶ Idem
- ⁷⁷ Idem
- ⁷⁸ Idem,
- ⁷⁹ Jornal "Terra Livre", MEC/SEC – Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, Brasil. Ano V - XIV, n.º 62. Segunda quinzena de fevereiro de 1956, p. 01 – editorial.
- ⁸⁰ Ibidem, n.º 64. Editorial. Segunda quinzena de abril de 1956, p. 01
- ⁸¹ Id. Ibidem
- ⁸² Ver tópico *Uma vitória sem precedentes*, onde discuti a campanha a favor da reforma agrária proposta pelo PCB em 1954.
- ⁸³ Jornal "Terra Livre", MEC/SEC – Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, Brasil. Ano V - XIV, n.º 68. Segunda quinzena de julho de 1956, p. 03.
- ⁸⁴ CARONE, Edgard. Op. cit. p. 145
- ⁸⁵ Voz Operária 20.10.1956. "Projeto de Resolução do CC do PCB sobre os ensinamentos do X Congresso do PC da URSS", citado por CARONE, Edgard Op. cit. p. 145
- ⁸⁶ Id. Ibid. pp. 146 – 147.
- ⁸⁷ Id. Ibid. pp. 147 – 148
- ⁸⁸ Id. Ibid. p. 148
- ⁸⁹ Id. Ibid. p. 151
- ⁹⁰ Id. Ibid. p. 154
- ⁹¹ Voz Operária, 24.11.1956. "Carta de Luís Carlos Prestes ao Comitê Central do PCB sobre o debate político." citado por CARONE, Edgard Op. cit. p. 158.
- ⁹² Voz Operária, 22.03.1958. "Declaração sobre a política do PCB", citado por CARONE, Edgard Op. cit. p. 176
- ⁹³ Id. Ibid. p. 178

- ⁹⁴ Id. Ibid. p. 177
- ⁹⁵ Id. Ibid. p. 186
- ⁹⁶ Id. Ibid. p. 186
- ⁹⁷ Id. Ibid. p. 191
- ⁹⁸ Id. Ibid. p. 192.
- ⁹⁹ Jornal "Terra Livre", MEC/SEC – Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, Brasil. Ano V - XIV, nº 86. Segunda quinzena de março de 1959, p. 01.
- ¹⁰⁰ Id. Ibid. p. 01
- ¹⁰¹ Id. Ibid. p. 01
- ¹⁰² VERAS, Nestor; "O papel dos camponeses na revolução" in SANTOS, Raimundo; (org.) – *Questão Agrária e Política: Autores Pecebistas*. Rio de Janeiro: Ed. EDUR. 1996, p. 57
- ¹⁰³ Id. Ibid. p. 57.
- ¹⁰⁴ Id. Ibid. p. 61.
- ¹⁰⁵ Id. Ibid. p. 62.
- ¹⁰⁶ PRADO JR., Caio ; "Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil" In.: A Questão Agrária. São Paulo: Brasiliense, 4ª ed. 1987. pp. 31-32. Esse texto foi publicado originalmente na Revista Brasiliense, n.º 28, março/abril de 1960.
- ¹⁰⁷ Id. Ibid. p. 31
- ¹⁰⁸ Id. Ibid. p. 20
- ¹⁰⁹ Id. Ibid. p. 69
- ¹¹⁰ Id. Ibid. p. 79
- ¹¹¹ Id. Ibid. pp. 79 e 80
- ¹¹² PRADO JR., Caio; "A questão agrária e a revolução brasileira", In.: SANTOS, Raimundo, *Questão Agrária e Política: Autores Pecebistas*. (Organização e estudo introdutório de Raimundo dos Santos). Rio de Janeiro: Ed. EDUR. 1996. p. 67.
- ¹¹³ Id. Ibid. p. 69
- ¹¹⁴ Id. Ibid. p. 68
- ¹¹⁵ Para entender mais profundamente o debate de Caio Prado com o PCB, ver PRADO JR., Caio. *A revolução Brasileira*, São Paulo : Ed. Brasiliense. 1966. Ver também, D'INCAO, Maria Ângela (org.); *História e Ideal – ensaios sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo: Ed. Unesp e Ed Brasiliense, 1989 – particularmente os artigos.
- ¹¹⁶ GUIMARÃES, A. P. ; "As três frentes de luta no campo", In.: SANTOS, Raimundo, *Questão Agrária e Política: Autores Pecebistas*. (Organização e estudo introdutório de Raimundo dos Santos). Rio de Janeiro: Ed. EDUR. 1996, pp.78-79
- ¹¹⁷ Idem, ibidem. p. 80
- ¹¹⁸ Idem, ibidem. p. 81
- ¹¹⁹ Idem, ibidem. p. 86
- ¹²⁰ Mais uma vez sugiro ao leitor que recorra à coletânea *História e Ideal – ensaios sobre Caio Prado Júnior*; D'INCAO, Maria Ângela (org.). São Paulo: Ed. Unesp e Ed Brasiliense, 1989 – particularmente a seção de depoimentos que abre a coletânea.
- ¹²¹ BENEVIDES, Maria Vitória; "A União Democrata Nacional", In.: FLEISCHER, David (org.) *Partidos Políticos no Brasil* – Cadernos da UnB, volume I. Brasília: Ed. UnB. 1981, p.91
- ¹²² Ver o capítulo *MOMENTOSO PROBLEMA*.
- ¹²³ CAVALCANTI, Coutinho. *Um projeto de reforma agrária*. São Paulo: Ed. Autores Reunidos, 1961, p. 61. Todas as referências a Coutinho Cavalcanti neste tópico foram retiradas deste texto.
- ¹²⁴ Ver o tópico *NOVOS RUMOS* neste capítulo.
- ¹²⁵ No artigo "Do pecado original ao desastre de 1964" publicado na coletânea – *História e Ideal, ensaios sobre Caio Prado Júnior*, Jacob Gorende, conta o conflito que envolvia o Comitê Central do PCB e os editores da Revista Brasiliense. Segundo ele, Prestes escreveu um artigo acusando a revista de ser uma publicação nacional – reformista. Por seu turno, a revista acusava o Comitê de estar adotando uma política

conciliatória com o governo de Juscelino Kubitschek, visto como o mais entreguista da história do Brasil, In.: D'INCAO, Maria Ângela. Op. cit. p.260.

¹²⁶ Jornal "Terra Livre", MEC/SEC – Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, Brasil. Ano V - XIV, nº 87. Janeiro de 1960, p. 10.

– Território de Confrontos –

¹ Entrevista realizada no ano de 1991 pela autora. O nome do personagem foi trocado para que sua identidade fosse preservada, assim como foram retirados do texto qualquer referência que pudesse indicar sua localização, essa foi uma das exigências colocadas para a realização da entrevista. Essa nota referencia todas as falas do personagem ao longo do texto – e esse procedimento foi adotado com todas as entrevistas que trabalhei nesse capítulo.

² Idem

³ Idem

⁴ Idem

⁵ Idem

⁶ Idem

⁷ Idem

⁸ CORREIO DA PARAÍBA, 15 de maio de 1957.

⁹ Idem. 02 de julho de 1957.

¹⁰ JULIÃO, Francisco. *Cambão, outra cara de Brasil*. México, Siclo veinteuno ed. 1968, p. 180.

¹¹ ANDRADE, Manuel Correia. "A terra e o homem no Nordeste – contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste" São Paulo, Ed. Atlas, 1986, p. 21.

¹² Idem, p. 20.

¹³ Idem, Ibidem, p. 53.

¹⁴ Essa discussão também pode ser encontrada em NOVAES, Regina. *De corpo e alma*. São Paulo: USP (Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP). 1987.

¹⁵ ANDRADE, Manuel Correia. Op. Cit. p. 206

¹⁶ Idem, Ibidem, pp. 206-207.

¹⁷ Idem, Ibidem, p. 208.

¹⁸ Idem, Ibidem, p. 218.

¹⁹ A "Lei de Irrigação" propunha ampliar a área irrigada por grandes açudes no semi-árido e financiar na Zona da Mata, a irrigação de novas áreas para aumentar a produtividade da grande lavoura, liberando assim, parte da terra (o equivalente aos investimentos feitos na irrigação) para implementação de pequenas propriedades onde os antigos moradores produziram alimentos. Essa proposta foi encaminhada ao Congresso Nacional pelo superintendente da SUDENE, desnecessário dizer que não foi aprovado.

²⁰ ANDRADE, Manuel Correia. Op. Cit. p. 208

²¹ Idem, Ibidem, pp. 229-230

²² Idem, Ibidem, p. 230

²³ Ver no capítulo *Pedagogias Revolucionárias* o tópico "Vozes Dissidentes".

²⁴ ANDRADE, Manuel Correia. Op. Cit. p. 18

²⁵ Ver Nota I.

²⁶ PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução Brasileira*, São Paulo : Ed. Brasiliense. 7ª ed. 1987.

²⁷ ANDRADE, Manuel Correia. Op. Cit. pp. 15-16

²⁸ Idem, Ibidem, p. 16.

²⁹ BENEVIDES, Cezar; *Camponeses em Marcha*. São Paulo: Paz e Terra, 1985, p.29.

-
- ³⁰ Idem, Ibidem.
- ³¹ Idem, Ibidem, p. 43.
- ³² GARCIA, M. A. "Reforma e Revolução – (discussão de um paradigma)" In *Revista Brasileira de História*, São Paulo, Ed. Marco Zero, (ANPUH/CNPq/FAPESP), nº 20. pp. 19-20
- ³³ AUED, B. W. "A Vitória dos vencidos – Partido Comunista Brasileiro e as Ligas Camponesas- 1955 a 1964". Florianópolis, Ed. Da UFSC, p. 13.
- ³⁴ Idem, Ibidem, p. 13.
- ³⁵ Idem, Ibidem, p. 13.
- ³⁶ Idem, Ibidem, p. 15.
- ³⁷ Idem, Ibidem, pp.13-14.
- ³⁸ Idem, Ibidem, pp. 73-88
- ³⁹ Idem, Ibidem, p. 14.
- ⁴⁰ Idem, Ibidem, p. 26
- ⁴¹ Idem, Ibidem p. 27.
- ⁴² Idem, Ibidem, p. 82.
- ⁴³ Idem, Ibidem, p. 83.
- ⁴⁴ Idem, Ibidem, p. 84.
- ⁴⁵ Idem, Ibidem, p. 86.
- ⁴⁶ Idem, Ibidem, p. 86.
- ⁴⁷ Idem, Ibidem, pp. 84-85.
- ⁴⁸ AZEVEDO, Fernando Antonio. "As Ligas Camponesas – campesinato e política – 1955 a 1964", Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982. P. 48
- ⁴⁹ Idem, Ibidem, p. 35.
- ⁵⁰ Citado AZEVEDO, F. Antônio, p. 39
- ⁵¹ Idem, Ibidem, p. 44.
- ⁵² AZEVEDO, F. Antônio, pp. 51-57.
- ⁵³ Idem, pp. 51-52.
- ⁵⁴ Idem, Ibidem, p. 115.
- ⁵⁵ Idem, Ibidem, p. 111.
- ⁵⁶ Idem, Ibidem, p. 117.
- ⁵⁷ Ver nota I
- ⁵⁸ Ver nota I
- ⁵⁹ Ver nota I
- ⁶⁰ Ver nota I
- ⁶¹ Ver nota I
- ⁶² Ver nota I
- ⁶³ Ver nota I
- ⁶⁴ Ver nota I
- ⁶⁵ Ver nota I
- ⁶⁶ Ver nota I
- ⁶⁷ Ver nota I
- ⁶⁸ Ver nota I
- ⁶⁹ Ver nota I
- ⁷⁰ Ver nota I
- ⁷¹ Ver nota I
- ⁷² Ver nota I
- ⁷³ Ver nota I
- ⁷⁴ Ver nota I
- ⁷⁵ Ver nota I
- ⁷⁶ Ver nota I

⁷⁷ Ver nota I

⁷⁸ Ver nota I

⁷⁹ Ver nota I

⁸⁰ Ver nota I

⁸¹ Ver nota I

⁸² Ver nota I

⁸³ Ver nota I

⁸⁴ Ver nota I

⁸⁵ FURTADO, Celso. *Dialética do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964, p. 141.

⁸⁶ Posso citar vários trabalhos deste momento importante do Museu Nacional e que, embora não tenham sido discutidos diretamente aqui, foram importantes para a construção deste texto e desta aproximação que aqui realizo com a antropologia, entre eles :

GARCIA JÚNIOR, AFRÂNIO RAUL. *Terra de Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. (Coleção Estudos sobre o Nordeste, v.08)

GARCIA JÚNIOR, AFRÂNIO RAUL. *O Sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: EDUNB, 1989. (Coleção Pensamento Antropológico)

HEREDIA, BEATRIZ MARIA ALÁSIA DE. *A Morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Série Estudos sobre o Nordeste, v.7)

SIGAUD, LYGIA. "A idealização do passado numa área de *plantation*" .In.: Revista Contraponto Ano II, nº 2, novembro de 1977, p. 115

⁸⁷ MOACIR Palmeira. "Casa e Trabalho: notas sobre as relações sociais na *plantation* tradicional". In.: Revista Contraponto. Ano II, nº 2, novembro de 1977, pp. 105

⁸⁸ GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raul. *Terra de Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. (Coleção Estudos sobre o Nordeste, v.08)

GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raul. *O Sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: EDUNB, 1989. (Coleção Pensamento Antropológico)

NOVAES, Regina. *De corpo e alma*. São Paulo: USP (Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP). 1987.

⁸⁹ MOACIR PALMEIRA. "Casa e Trabalho: notas sobre as relações sociais na *plantation* tradicional". In.: Revista Contraponto. Ano II, nº 2, novembro de 1977, pp. 103

⁹⁰ Idem; ibidem, p. 107.

⁹¹ Idem; ibidem, p. 107.

⁹² NOVAES, Regina. Op. Cit., p. 08.

⁹³ Idem; ibidem, p. 18.

⁹⁴ Idem; ibidem, p. 19.

⁹⁵ Idem; ibidem, p. 19.

⁹⁶ Idem; ibidem, p. 09.

⁹⁷ Idem; ibidem, p. 53.

⁹⁸ Idem; ibidem, p. 35.

⁹⁹ THOMPSON, E. P. "Patrícios e Plebeus" In.: THOMPSON, E. P.; *Costumes em comum*. São Paulo: Editora Schwarcz, 1991.

¹⁰⁰ Sobre a discussão do paternalismo na história social, ver CHALHOUB, SIDNEY. *A História nas histórias de Machado de Assis: Uma interpretação de Helena*. IFCH, UNICAMP Nº 33, 1991.

¹⁰¹ Ver Nota I

¹⁰² Ver nota I

¹⁰³ Ver nota I

¹⁰⁴ Ver nota I

¹⁰⁵ Ver nota I

¹⁰⁶ Ver nota I

¹⁰⁷ Ver nota I

¹⁰⁸ Ver nota I

¹⁰⁹ Ver nota I

¹¹⁰ Ver nota I

¹¹¹ Ver nota I

¹¹² Ver nota I

¹¹³ Ver nota I

¹¹⁴ Ver nota I

¹¹⁵ Ver nota I

¹¹⁶ Ver nota I

¹¹⁷ Ver nota I

¹¹⁸ Ver nota I

¹¹⁹ Ver nota I

¹²⁰ Ver nota I

¹²¹ Ver nota I

¹²² Ver nota I

¹²³ Ver nota I

¹²⁴ Ver nota I

¹²⁵ Ver nota I

¹²⁶ Ver nota I

¹²⁷ Ver nota I

¹²⁸ Ver nota I

¹²⁹ Citado por Regina Novaes – Op. Cit. p.68

¹³⁰ MELO NETO, João Cabral de . *Morte e vida Severina e outros poemas em voz alta*. 30ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio editora. 1991

¹³¹ Ver nota I

¹³² Ver nota I

¹³³ Esses versos foram elaborados por Sedy Marques, socióloga da UFPB, que pesquisou as “Ideologias orgânicas” dos camponeses na mesma região que abrange esse trabalho. Gentilmente, ela me presenteou com vários cordéis que foram produzido para possibilitar o retorno de sua pesquisa aos camponeses. MARQUES, M. S. *Pequenos Produtores Rurais: Ideologias Orgânicas*. Dissertação de mestrado em Sociologia Rural, C. Grande: UFPB, 1988

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Cláudio A. **Cultura e sociedade no Brasil: 1940-1968**. São Paulo: Atual, 1996.
(Discutindo a História do Brasil).
- ALVES, Márcio Moreira. **A Igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Lutas Camponesas no Nordeste**. São Paulo: Ática, 1986.
(Série Princípios)
- _____, **A terra e o homem no Nordeste – contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. São Paulo, Ed. Atlas, 1986.
- ARANTES, Antônio Augusto (org.) **Produzindo Passado: estratégias de construção do patrimônio cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- ARAÚJO, Braz José de. (org.) **Reflexões sobre a Agricultura Brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Coleção Estudos Brasileiros, v.37)
- AUED, Bernadete Wrublevski. **A Vitória dos vencidos – Partido Comunista Brasileiro e as Ligas Camponesas- 1955 a 1964**. Florianópolis, Ed. da UFSC.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. **As Ligas Camponesas – campesinato e política – 1955 a 1964**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- BANDEIRA, Moniz. **O Caminho da Revolução Brasileira**. Rio de Janeiro: Mello, s/d.
- _____. **O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. (Coleção Retratos do Brasil, v.110)

- BARRETO, Lêda. **Julião, Nordeste, revolução**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1963. (Retratos do Brasil; vol. 23).
- BASTOS, Elide Rugai. **As Ligas Camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- BENEVIDES, Cezar. **Camponeses em marcha**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. **O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- _____. **A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. (Coleção Estudos brasileiros, v. 51).
- BERGSON, Henri. **Matéria e Memória – Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito**. São Paulo: Martins Fontes Editora. 1990.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. 2ed., São Paulo: T.A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1987. (Estudos brasileiros, v. 1).
- BURKE, Peter (org.) **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.
- CALLADO, Antônio. **Os Industriais da Seca e Os "Galileus" de Pernambuco**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.
- _____. **Tempo de Arraes: a revolução sem violência**. 2ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Coleção O Mundo, hoje, v. 34).
- CARONE, Edgard. **O PCB (1943-1964)**. São Paulo: DIFEL, 1982. (Coleção Corpo e Alma do Brasil, v. 2)
- CARVALHO, João Carlos Monteiro de. **Camponeses no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, RJ. 1978.
- CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome (o dilema brasileiro: pão ou aço)**. São Paulo: Ed.Brasiliense, 1967.

- CAVALCANTI, Coutinho. **Um Projeto de reforma agrária**. São Paulo : Ed. Autores Reunidos LTDA, 1961.
- CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CHILCOTE, Ronald H. **O Partido Comunista Brasileiro**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.
- COSTA, Hélio da. **EM BUSCA DA MEMÓRIA – Comissão de Fábrica, partido e sindicato no pós-guerra**. São Paulo: Edit. Página Aberta, 1995.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira (org.). **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992.
- D'INCAO, Maria Ângela (org.) **História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior**. São Paulo: UNESP/Brasiliense, 1989.
- DUBY, Georges; LARDREAU, Guy. **Diálogos sobre a Nova História**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1989.
- FAUSTO, Boris (org.) **O Brasil Republicano – sociedade e política (1930-1964)**. São Paulo: DIFEL, 1983. (História Geral da Civilização Brasileira, tomo III; v. 03)
- FERRARI, Fernando. **Mensagem renovadora**. Porto Alegre: Editora Globo, 1960.
- FERREIRA NETO, Edgard Leite. **Os partidos políticos no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1995 (Coleção Repensando a História)
- FERREIRA, Marieta de Moraes; Amado, Janaína (orgs.). **Usos & abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- FLEISCHER, David Verge (org.). **Os partidos políticos no Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981. (Cadernos da UnB)

- FONSECA, Gondin da. **Os gorilas, o povo e a reforma agrária – Manifesto dos Bispos do Brasil**. São Paulo: Editora Fulgor. 1963
- FORMAN, Sherpard. **Camponeses: sua participação no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Coleção Estudos brasileiros, v. 39).
- FURTADO, Celso. **A pré-revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1962. (Coleção Perspectivas do Nosso Tempo).
- _____. **O mito do desenvolvimento econômico**. 2ed., Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1974.
- _____. **O Brasil pós-milagre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981 (Coleção Estudos brasileiros; v. 54).
- _____. **Celso Furtado: economia**. São Paulo: Ática, 1983. (Grandes Cientistas Sociais; v. 33).
- GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raul. **Terra de Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. (Coleção Estudos sobre o Nordeste, v.08)
- _____. **O Sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo: Marco Zero; Brasília: EDUNB, 1989. (Coleção Pensamento Antropológico)
- GNACCARINI, José César. **Latifúndio e Proletariado**. São Paulo: Editora Polis. 1980.
- Guimarães, Alberto Passos. **A crise agrária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1979.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Editora Vértice, 1990.
- HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. **A Morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Série Estudos sobre o Nordeste, v.7)

- HILL, Christopher. **O mundo de ponta-cabeça: idéias radicais durante a revolução inglesa de 1640**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. (Coleção Pensamento Crítico, v. 55).
- IANNI, Octávio; SINGER, Paulo; COHN, Gabriel; WEFFORT, Francisco C. **Política e Revolução Social no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. (Retratos do Brasil; v.33)
- IANNI, Octávio. "O Estado e o Trabalhador Rural". In.: **Revista Contexto**, nº 04, novembro de 1977, pp. 01-15.
- _____. **Origens Agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- JACOBY, Charlotte F. **El campesinato Y la tierra en los países pobres**. Mexico: Siglo Veintiuno Editores. 1975.
- JAGUARIBE, Hélio; **O problema do desenvolvimento econômico e a burguesia nacional**. São Paulo: SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES da FIEP, 1956.
- JULIÃO, Francisco. **Que são as Ligas Camponesas?** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1962. (Cadernos do Povo Brasileiro).
- KUBITSCHKE, Juscelino. **Cinquenta anos em cinco – Meu caminho para Brasília**. Rio de Janeiro: Bloch Editores S.A., 1978.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp. 1990.
- LEMONS, Assis. **O Vietnã que não houve : As Ligas Camponesas e o golpe de 1964**. Londrina : Ed. Universidade de Londrina, 1996.
- LIMA JR., Olavo Brasil de.; **Partidos políticos brasileiros : A experiência federal e regional (1945-1964)**. pp.93-109. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

- LINHARES, Maria Yedda Leite; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **História da agricultura brasileira: combates e controvérsias**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- _____. **Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- MARIGHELA, Carlos *et ali*. **A questão agrária no Brasil: textos dos anos sessenta**. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980. (Coleção Brasil estudos; n. 1).
- MARTINS, José de Souza. **CAPITALISMO E TRADICIONALISMO – Estudos sobre as contradições da sociedade agrária do Brasil**. São Paulo: Pioneira. 1973
- _____. **EXPROPRIAÇÃO E VIOLÊNCIA: A questão agrária no campo**. São Paulo: Editora HUCITEC. 1980
- MAYER, Antônio de Castro *et ali*. **Reforma Agrária: questão de consciência**. 3ed., São Paulo: Editora Vera Cruz, 1961.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.
- MONTENEGRO, Antônio Torres. **História Oral e Memória – a cultura popular revisitada**. São Paulo: Contexto. 1992
- MORAES, Reginaldo; ANTUNES, Ricardo; Ferranti, Vera B. (orgs.) **Inteligência Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. São Paulo: Editora Ática, 1986. (Série Primeiros Passos)
- MOURA, Margarida Maria. **Os Deserdados da Terra; a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. (Coleção Corpo e Alma do Brasil).

- NOVA, Antônio Carlos Bôa. **O Catolicismo Latino-Americano nos anos 60** (resumo de tese de mestrado, FFLCH/USP. São Paulo, 1971.
- NOVAES, Regina. **De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo** São Paulo: FFLCH/USP (Tese de doutoramento). 1987.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli (org). **Palavra, fé, poder**. Campinas: Pontes Editores. 1987.
- OLIVEIRA, Franklin de. **Revolução e contra-revolução no Brasil**. 2ed., Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1962.
- _____. **Que é a revolução brasileira?** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1963. (Cadernos do Povo Brasileiro; v. 9).
- OLIVEIRA, Mauro Márcio. **Comissões Parlamentares de Inquérito no Senado Federal: sua história e desempenho no período de 1946 a 1989**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1991.
- PACHECO, Eliezer. **O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1984.
- PAGE, Joseph A. **A revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil, 1955-1964**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1972.
- PAIVA, Vanilda (org.) **Cadernos de Estudos Regionais**; Ano IV, nº 04, junho de 1981, Série Especial/01, João Pessoa, PB.
- _____. **Igreja e Questão Agrária**. São Paulo: Edições Loyola, 1985.
- PCB: VINTE ANOS DE POLÍTICA (1958-1979) [Documentos] São Paulo: LECH, 1980. (A questão social no Brasil; v.7).
- PRADO JÚNIOR, Caio. **A revolução Brasileira**, São Paulo : Ed. Brasiliense. 1966. V
- _____. **A questão agrária no Brasil**. 4ed., São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

- PRESSBURGER, T. MIGUEL. **Terras Devolutas. O que fazer com elas ?** . Rio de Janeiro: Instituto de Apoio Jurídico Popular (Coleção “Socializando Conhecimentos” nº 07, julho de 1990), 1990. 34 p
- PROJETO HISTÓRIA. **História e Cultura**. São Paulo: EDUC, 1981.
- REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA. **Memória, história, historiografia: dossiê ensino de história**. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol. 13, nº 25/26, Setembro 92/Agosto 93.
- REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA. **Dossiê: arte e linguagens**. São Paulo: ANPUH/Humanistas Publicações, v. 18, nº 35, 1998.
- SANDRONI, Paulo. **Questão Agrária e Campesinato**. São Paulo: Polis, 1980. (Coleção Teoria e História; v.09)
- Santos, José Vicente. **Revoluções Camponesas na América Latina**. São Paulo: Ícone. 1985.
- SANTOS, Raimundo. (org) **Questão agrária e política : autores pecebistas**. Rio de Janeiro: EDUR, 1996.
- SILVA, Antônio Ozai da. **História das tendências no Brasil (origens, cisões e propostas)**. 2ed., São Paulo: Dag Gráfica e Editorial.
- SILVA, José Graziano da (coord.). **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. 2ed., São Paulo: HUCITEC, 1980.
- SILVA, José Graziano da; STOLCKE, Verena (orgs.) **A Questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- SILVA, Luiz Antônio Machado da *et alii.* **Movimentos Sociais Urbanos, Minorias Étnicas e Outros Estudos**. Brasília: ANPOCS. 1983, p.287-293.
- SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)**. 2ed., Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976.
- SUAREZ, Maria Teresa S. de Melo. **Cassacos e Corumbas**. São Paulo: Editora Ática. 1977

THOMPSON, Edward Paul. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. (Circulação Interna)

_____. **A formação da classe operária inglesa**. Vol. I. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987, p.13

THOMPSON, Paul. **A voz do passado – História Oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1992

VELHO, Otávio Guilherme. **A Propósito de Terra e Igreja**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980 (Coleção Civilização Brasileira, vol. 03, nº 04).

VESENTINI, Carlos Alberto. **A teia do fato**. São Paulo: HUCITEC. 1997.

VINHAS, Moisés. **O Partidão: a luta por um partido de massas, 1922-1974**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1982.

Documentos

- ANDRADE, Manuel Correia de. “A agricultura e os desafios do Desenvolvimento do Nordeste do Brasil” In.: **Escrita Ensaio**, n.º 13, pp.117-125.
- ARENA, Renato; “O congresso em face da reforma agrária” In.: **Revista Brasiliense**, 28 de março de 1960 pp.25-30
- BENEVIDES, Maria Vitória; “A União Democrata Nacional”, In.: FLEISCHER, DAVID (org.) **Partidos Políticos no Brasil – Cadernos da UnB**, volume I. Brasília: Ed. UnB. 1981, p.91
- CAMARGO, Aspásia. “Os usos da história oral e da história de vida: trabalhando com elites políticas” In.: **Revista Dados**, vol. 27, n.º 01, 1984, pp.05 a 28.
- CANA E REFORMA AGRÁRIA. Debates organizados pelo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (Gilberto Freyre, Estêvão Pinto, Renato Campos, Francisco Julião, Pe. Antônio Melo e outros), Recife, 1970.
- CARDOSO, Fernando H.; “Desenvolvimento econômico e nacionalismo” In.: **Revista Brasiliense** nº 12, 1957. pp. 88-98
- CARNEIRO, Wilson; “Economia Canavieira” In.: **Revista Brasiliense** nº 42, 1962. pp. 46-57.
- CASTRO, Josué; “O dilema brasileiro: Pão ou Aço” In.: **Revista Brasiliense** nº 32, 1961, pp. 10-35.
- CHASIN, José; “Luta ideológica – Objetivo central do movimento estudantil” In.: **Revista Brasiliense** nº 39, 1962. pp. 139-52.
- CHASIN, J.; VAISMAN, Ester; DANTAS, Rui Gomes & ANDRADE, José Maria Tavares de. “De D. Pelé a D. Zumbi A prática política da fé” In.: **Escrita Ensaio**, p. 31-54

- CHASIN, J.; VAISMAN, Ester. "Vida e Morte das Ligas Camponesas" In.: **Escrita Ensaio**, p. 195-205
- CONFLITO SOCIAL NO CAMPO – Estudo resultante do Seminário "A Questão agrária no Nordeste". **Caderno de Estudos Regionais** – Série Especial/ 1. Ano IV, n.º 04. 1981.
- COUTINHO, Antônio R.(org); **A estrutura agrária brasileira nos censos de 1950 e 1960**. Guanabara: Ministério da Agricultura, 1963.
- DANTAS, Paulo; "NORDESTE – 1955 Introdução ao Delírio" In.: **Revista Brasiliense**, nº 03 – 1956. pp. 49-63
- _____, "Na Compadecida alma do Nordeste" In.: **Revista Brasiliense**, nº 14 – 1957. pp. 90-7
- _____; "Revolução e Contra-Revolução no Brasil" In.: **Revista Brasiliense** nº 41, 1962. pp. 194-6
- DINIZ, Hilton; "A 'Aliança para o progresso' e a realidade nacional" In.: **Revista Brasiliense** nº 42, 1962. pp. 37-45.
- ELIS, Bernardo. "Algumas considerações em torno da questão agrária" In.: **Caderno de Estudos Brasileiros**, Ano I, Jan/Jun. 1963, p. 47-57.
- FALEIROS, Maria Isabel Leme. "Uma Visita Necessária". In.: D'INCAO, Maria Ângela. **História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior**. São Paulo: UNESP, 1989, pp. 143-152.
- FARIA, Álvaro de; "Nacionalismo com e sem aspas" In.: **Revista Brasiliense** nº 23, 1959, p.44-61.
- FERNANDES, Florestan; "A educação popular no Brasil" In.: **Revista Brasiliense** nº 39 jan/fev 1962. pp. 128-38

- FERREIRA, Antônio Carlos de Moura. "Atuação da Igreja junto aos trabalhadores rurais" In.: **Ensaio de Opinião.**
- FREIRE, Dorian Jorge. "Problemas Nordestinos" In.: **Revista Brasiliense**, nº 21, 1959, p. 21-33.
- GARCIA, Marco Aurélio. "Contribuições para uma história da esquerda brasileira" In.: MORAES, Reginaldo; ANTUNES, Ricardo; FERRANTI, Vera B. (orgs.) *Inteligência Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 214.
- GORENSTEIN, Ossir. "Cinco séculos de posse" In.: Cadernos do CEAS, nº 46, nov/dez. 1976, p. 06-22.
- _____. "O trabalhador rural e o acesso à propriedade da terra" In.: Cadernos do CEAS, nº 84, mar/abr. 1983, p. 48-53.
- GUIMARÃES, A. P. ; "As três frentes de luta no campo", In.: SANTOS, Raimundo, **Questão Agrária e Política: Autores Pecevistas**. Rio de Janeiro: Ed. EDUR. 1996, p.79
- IANNI, Octavio. "Aspectos do Nacionalismo brasileiro" In.: **Revista Brasiliense** nº 14, 1957
- IGLESIAS, Esther. "Reflexões sobre o que fazer da história oral no mundo rural" In.: **Revista Dados**, vol. 27, nº 01, 1984, pp.59 a 70.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco e ROSA, Zita de Paula; **História Oral: Uma utopia?** (mimeo)
- KAGEYAMA, Angela. "A questão agrária brasileira: Interpretações Clássicas" In.: **Ensaio e Debates**, set/dez 1993, p. 05-16.
- LARANJEIRA, Raymundo "O direito agrário e o estado de direito" In.: **Encontros com a Civilização Brasileira**, nº 22, pp. 169 a 197.
- LENHARO, Alcir. "A terra para quem nela não trabalha (A especulação com a terra no oeste brasileiro nos anos 50)" In.: **Revista Brasileira de História**, v.6, nº 12. 1986, p.47-64.

- LIMA, Heitor Ferreira. "Produção e Necessidade de Matérias-Primas" In.: **Revista Brasiliense**, nº 11 – 1956. pp. 52-69.
- _____, Problemas no Nordeste In.: **Revista Brasiliense**, nº 17 – 1958 pp.13-34
- _____, "Revista Brasiliense" In.: MORAES, REGINALDO; ANTUNES, RICARDO; FERRANTI, VERA B. (orgs.) **Inteligência Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LIMA, Paulo Mota; "Remessa de Lucros, latifúndio e política externa In.: **Revista Brasiliense** nº 39, 1962. pp. 77-79.
- LÖWY, Michael; "Consciência de classe e partido revolucionário" In.: **Revista Brasiliense** nº 41, 1962. pp. 138-60
- MARTINS, Araguaya Feitosa; "Alguns aspectos da inquietação trabalhista no campo" In.: **Revista Brasiliense** nº 40, 1962. pp. 132-46.
- MARTINS, Ibiapaba; "Proletariado e inquietação rural" In.: **Revista Brasiliense** nº 42, 1962. pp. 62-81.
- MOTTA, Alda Britto da. "Notas sobre a visão de mundo do camponês brasileiro" In.: **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza. v. 10, n.º 1-2. 1979, p.45-60.
- MINTZ, Sidney W.; "Encontrando Taso me descobrindo" In.: **Revista Dados** vol.27, n.º 01. 1984, p.45 a 58.
- "NACIONALISMO E PROBLEMAS BRASILEIROS" (sem autor) In.: **Revista Brasiliense** nº 21 1959. pp. 35-50
- NASCIMENTO, Noel; "A Justiça e a reforma agrária" In.: **Revista Brasiliense** nº 39, 1962. pp. 119-23.
- NETO, Elias Chaves; "O imperialismo no setor agrícola" In.: **Revista Brasiliense**, nº 04, 1956. pp. 34-44

- _____; "Política Nacionalista" In.: **Revista Brasiliense** nº 13, 1957, p.01-08.
- _____; "O Espectro da crise" In.: **Revista Brasiliense** nº 17, 1958, n.º 1-12.
- _____; "Centro Popular de cultura" In.: **Revista Brasiliense** nº 37, 1961. pp.141-2.
- _____; "Cuba, no III aniversário da vitória da revolução" In.: **Revista Brasiliense** nº 42, 1962. pp.37-43.
- _____; "Frente de Libertação Nacional" In.: **Revista Brasiliense** nº 42, 1962. pp.01-10.
- NETO, Elias Chaves; Magalhães, Sérgio; "Aspectos de uma política" In.: **Revista Brasiliense** nº 22, 1959, p.30-35.
- NOVA, Antônio Carlos Bôa. *O catolicismo latino-americano nos anos 60* (resumo de dissertação de mestrado), FFLCH/USP. 1971, p. 203-259.
- OCTÁVIO, José. "Tensão social e lutas populares na Paraíba" In.: **Cadernos de Estudos Regionais**, Ano 4, n.º 4.1981, p.73-99.
- OLIVEIRA, Roberval Vêras de. *As portas de saída da cadeia de sofrimento (Os projetos de Esquerda e as Ligas Camponesas na Paraíba – 1958-1964)*. Campina Grande: CH/UFPB. 1989.
- PALMEIRA, Moacir. "Casa e Trabalho: notas sobre as relações sociais na *plantation* tradicional". In.: **Revista Contraponto**. Ano II, nº 2, novembro de 1977, pp. 105
- PESSÔA, Samuel B. "Pauperismo, Subnutrição e Verminoses" In.: **Revista Brasiliense**, nº 22 1959. pp. 66-76.
- PRADO Jr., Caio. "A Nova teoria econômica ortodoxa e a crise do capitalismo" In.: **Revista Brasiliense**, nº 07 – 1956. pp. 37-57.
- _____; "A Remessa de lucros e a libertação econômica do Brasil" In.: **Revista Brasiliense**, nº 41 jul/ago 1962. pp 01- 09.

- _____, “A questão agrária e a revolução brasileira”, In.: SANTOS, RAIMUNDO, *Questão Agrária e Política: Autores Pecebistas*. (Organização e estudo introdutório de Raimundo dos Santos). Rio de Janeiro:
- _____, “Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil” In.: **Revista Brasiliense**, nº 28, março/abril de 1960.
- PRINS, Gwyn. “História Oral” In.: Burke, Peter. **A Escrita da História**. São Paulo: UNESP, 1992, p.165-198.
- REFORMA AGRÁRIA. Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária. Brasília, DF Ano 7, nov/dez 1977 nº 6.
- REFORMA AGRÁRIA; Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária. Brasília, DF Ano 8, nov/dez 1978 nº 6.
- REFORMA AGRÁRIA ; Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária. Brasília, DF Ano 9, jan/fev 1979 nº 1.
- REFORMA AGRÁRIA; Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária. Brasília, DF Ano 10, mai/jun 1980 nº 3.
- REFORMA AGRÁRIA; Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária. Brasília, DF Ano 10, jul/ago/set/out 1980 nº 4/5.
- REIS, ELISA P. “Brasil: cem anos de questão agrária”. In.: **Dados – revista de ciências sociais**. Vol. 32; nº 03, 1989.
- SANTOS, José de Oliveira; “‘Mutirão em Novo Sol’ no 1º Congresso nacional de camponeses” In.: **Revista Brasiliense** nº 39 jan/fev 1962. pp. 173-75
- SANTOS, Oto; “O programa do partido, a questão agrária, a organização e a luta dos camponeses” – **Revista Problemas**, nº 64 (triênio dezembro 1954/ fev 1955).
- SCHATTAN, Salomão; “Reforma Agrária” In.: **Revista Brasiliense**, n.º 01, 1955. p 88-100

- SHANIN, Teodor. "A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista" In.: **Estudos CEBRAP** n.º 26, 1980, pp.41-80.
- SIGAUD, Lygia. "A idealização do passado numa área de *plantation*" In.: **Revista Contraponto**, Ano II, nº 2, novembro de 1977, p. 115
- _____, "A luta política e a luta pela terra no Nordeste" In.: **Revista Dados**, Ano II, vol. 26, nº 1, 1983, p. 77-94
- SMITH, Lynn. "Estatuto da Lavoura canavieira: uma tentativa de reforma agrária na zona do açúcar" In.: SMITH, Lynn. **Organização Rural**. São Paulo: Livraria e Editora Pioneira, 1958.
- SORJ, Bernardo. "Agroindústria, relações sociais e estrutura fundiária" In.: **Revista Dados**, v.23, n.º 01. 1980, p. 119-124
- SORJ, Bernardo. "A questão agrária e suas mitologias" In.: **Revista Ciências Sociais Hoje**, ANPOCS, v.2, 1983, p. 287-293
- VASCONCELOS, J. R.; "Luta contra o subdesenvolvimento é luta contra o imperialismo" In.: **Revista Brasiliense**, n.º 27. 1960
- VELHO, Otávio. "A propósito de Terra e Igreja" In.: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol.III, n.º 22, 1980, p.157-167.
- _____. *Transcrição de Palestra*. In.: **Anais da Semana de História Agrária**, ILHP de Assis/ UNESP, 1982, pp. 63-90.
- _____. *Transcrição de Palestra*. In.: **Anais da Semana de História Agrária**, ILHP de Assis/ UNESP, 1982, pp. 181-185.
- VERA, Nestor; "O II congresso camponês em Maringá" In.: **Revista Brasiliense** nº 37, 1961. pp. 62-5.

_____, “O congresso camponês em Belo Horizonte” In.: **Revista Brasiliense** nº 39
1962. pp. 94-9

VINHAS, Moisés; “Caráter da Reforma Agrária Brasileira” In.: **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. p.223 -232

WOLF, Eric R. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Livros de Memória

- BANDEIRA, Lourde; MIELE, Neide; SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **Eu marcharei na tua Luta! A vida de Elizabeth Teixeira**. João Pessoa: Edit. Universitária/Manufatura, 1997.
- BARBOSA, Sebastião. **A Mão Armada do Latifúndio**. João Pessoa: A UNIÃO. 1984
- BARRETO, Lêda. **Julião, Nordeste, revolução**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1963. (Retratos do Brasil; vol. 23).
- BEZERRA, Gregório. **Memórias – Segunda Parte 1946 - 1969**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira: 1979.
- CAVALCANTI, Paulo. **A luta clandestina – O caso eu conto como foi**. Recife: Editora Guararapes. 1985
- CAVALCANTI, Pedro Uchôa e RAMOS, Jovelino. **Memórias do Exílio**. São Paulo: Editora e Livraria Livramento LTDA., 1976.
- FRANCIS, Paulo. **Trinta anos esta Noite: 1964, o que vi e vivi**. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- JULIÃO, Francisco. **Cambão, outra cara de Brasil**. México, Siclo veinteuno ed. 1968, p. 180.
- MACHADO, Jório. **1964: a opressão dos quartéis**. João Pessoa: O Combate, 1991.
- MAIA, Sabiniano. **Sapé: sua história, suas memórias (1883-1985)**. João Pessoa: UNIGRAF, 1985.

MORAES, Dênis de. **A Esquerda e o Golpe de 64: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões.** Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

SÁ, Aybirê Ferreira de. **Das Ligas Camponesas à Anistia** (Relato de um combatente do povo) Recife: 1983.

SOUSA, Francisco de Assis Lemos de. **Nordeste, o Vietnã que não houve: Ligas Camponesas e o Golpe de 64.** Londrina: Ed. UEL/Ed. da Universidade Federal da Paraíba, 1996.

TAVARES, Cristina e MENDONÇA, Fernando. **Conversações com Arraes.** Belo Horizonte: Edit. VEGA S.A., 1979.

WELCH, Cilff. **Lutas Camponesas no Interior Paulista: memórias de Irineu Luís de Moraes.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Imprensa Diária

Jornal "Correio da Paraíba" (1950-1964);
Jornal "Diário da Borborema"

Imprensa Temática

Jornal "A Liga" (1962-1959);
Jornal "Terra Livre" (1954-1959);
Ano V – XIV, nº 44 - 132
Revista Brasiliense.

Documentos Institucionais

Anais da Câmara de Deputados (1950-1959);
Anais da Assembléia Legislativa (1950-1959);

Legislação Canavieira (1933-1959);

Relatório da CPI das Ligas;

Apanhados Taquigráficos da Câmara de Deputados (1950-1959);

Apanhados Taquigráficos da Assembléia Legislativa (1950-1959);

Apanhados Taquigráficos da Câmara de Vereadores;

Atas, discursos, memórias da Associação de Proprietários da Paraíba;

Debates do IAA (Instituto do Açúcar e do Alcool);

Debates da ABI (Associação Brasileira de Imprensa);

Inquérito Policial Militar, nº 709. **O Comunismo no Brasil.**

Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército – Editora, 1966.

Entrevistas

Memórias de Camponeses;

Memórias de Militantes;

Memória dos Parentes de Elizabeth Teixeira.